REVISTA

# COR

LGBTQIA+

N. 10
V. 3

PENSAR ESTRANHEZAS A PARTIR DA MARGEM



COR LGBTQIA+
Curitiba, v. 3, n. 10, jan. 2026
Publicação semestral da Faculdade de Direito - Setor de Ciências Jurídicas
Universidade Federal do Paraná
Praça Santos Andrade, 50 - Centro, Curitiba - PR, 80020-300

ISSN 2764-0426

# CAPA

NOME DA OBRA: O NASCIMENTO DE KAEL
ARTISTA: KAEL BETUN
PINTURA DIGITAL
ANO: 2021
PASTICHE DA OBRA NEOCLÁSSICA O NASCIMENTO DE VÊNUS DE WILLIAM ADOLPHE BOUGUEREAU

# CURADORIA

RAI LEON SOUZA DE LIMA, KELVIN MARUM MACHADO, DHEIVISON ARAÚJO DA SILVA, ALÊXANDER CHRISTOPHER GARCIA

# PROJETO GRÁFICO

ISABEL CECCON IANTAS

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Revista COR LGBTQIA+. – n. 10, v. 3 (jan. 2026). Curitiba, 2026.

Semestral.

Endereço eletrônico: https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/

ISSN 2764-0426.

1. PessoasLGBTQIA+-Periódico.

CDU 342.7

Bibliotecário:PedroPauloAquilanteJunior – CRB-9/1626

A Revista COR LGBTQIA+ é um periódico com caráter técnico-científico, com periodicidade semestral, publicado em formato digital pela primeira vez em julho de 2021, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, em conjunto com a equipe COR, formada por estudantes, militantes, professoras(es) e pesquisadoras(es) de todo o Brasil.

Seu surgimento veio de uma demanda do movimento estudantil LGBTI+ por um espaço para publicação e discussão a respeito das pautas e conteúdos relacionados à temática de gêneros e sexualidades.

Tem como objetivo reunir as mais relevantes pesquisas e trabalhos com a temática LGBTQIA+, promovendo a pesquisa científica e a produção de trabalhos de excelência. Seu intuito é difundir e publicizar temas urgentes para o movimento, visando a democratização do conhecimento produzido neste campo e o diálogo com as diversas áreas do conhecimento que integram o escopo proposto.

# EQUIPE EDITORIAL

LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | JOANA ZILLER | DENISON MELO DE AGUIAR | LEANDRO REINALDO DA CUNHA

# COMITÊ CIENTÍFICO

ALBERTO JOÃO NHAMUCHE | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | ANA PAULA MARTINS HUPP | ANDREI DOMINGOS FONSECA | ANGELA COUTO MACHADO FONSECA | ANNA CAROLINA HORSTMANN AMORIM | ARTHUR ROGOSKI GOMES | BÁRBARA DUTRA FONSECA | CARLA CARDI NEPOMUCENO DE PAIVA | CAROLINA ROMANAZZI FREIRE | DANDARA RUDSON SOUZA DE OLIVEIRA | DANIELI KLIDZIO | DENISON MELO DE AGUIAR | EDUARDO LIMA | ÉLIDA SILVA FERREIRA | ELIVELTON MAGALHÃES LIMA | EMILLY JOYCE OLIVEIRA LOPES SILVA | EWERTON DA SILVA FERREIRA | FERNANDA MARIA MUNHOZ SALGADO | FERNANDO DA SILVA CARDOSO | GUSTAVO BORGES MARIANO | HADASSA FREIRE DA SILVA GONÇALVES SANTOS | HELOISA PANCOTTI | HIDERLINE C. DE OLIVEIRA | ISABEL CECCON IANTAS | JAC RIBEIRO | JAQUELINE CARVALHO QUADRADO | JEAN COSTA SANTANA | JEZIEL SILVEIRA SILVA | JOALISSON OLIVEIRA ARAUJO | JOANA ZILLER | LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | LEANDRO REINALDO DA CUNHA | LUCAS CAPITA QUARTO | LUÍSA DE FREITAS LOPES | MANOEL RUFINO DAVID DE OLIVEIRA | MARCIO NICOLAU | MARIA FERNANDA PIRES | MARINA DE FÁTIMA DA SILVA | NIZAR AMIN SHIHADEH | PÉRICLES DE SOUZA MACEDO | RAFAEL DOS REIS AGUIAR | RAPHAEL DE ANDRADE RIBEIRO | ROGÉRIO MELO | THABATA VIEIRA ARECHAVALETTA | TIAGO DA SILVA ANDRADE | WALDYR BARCELLOS JUNIOR | WEZELLEY CAMPOS FRANÇA | WILLIAM ROSLINDO PARANHOS

# SUMÁRIO


## APRESENTAÇÃO 05

Convite 06
*Rai Leon Souza de Lima*
*Dheivison Araújo da Silva*

Acolher a estranheza como responsabilidade política 10
*Rosângela Fachel de Medeiros*

## ARTIGOS CIENTÍFICOS 17

Plantando o futuro à navalha: enquadramentos travestis no cinema brasileiro 18
*Rubi Couto Pimentel Barros*

Criador ou criatura: perspectivas da transgeneridade no cinema 32
*Alice Salles Gomes Leal*
*Tatiana Machado Boulhosa*

Ciberativismo de mulheres trans no Brasil: resistência e subjetivação na produção acadêmica recente 48
*Amanda Cristina Gontijo Silva*

A heteronormatividade em pessoas trans 68
*Sofia do Carmo Crisóstomo Moreira*
*Catarina Sales Barbas de Oliveira*

Desigualdades fabricadas: corpos trans e a economia neoliberal do descarte 84
*Luiz Carlos da Costa Braga Júnior*

Corpo, redes sociais e educação física: uma revisão bibliográfica sobre a desconstrução de padrões estéticos na escola 94
*Adão Rodrigues de Sousa*
*Majô Cristine Lopes Dias*

À beira do precipício – a interseção de identidade de gênero e orientação sexual no ensino de ciências: um olhar acerca da 14ª edição do ENPEC 110
*Danrvney Christian Monteiro dos Santos*
*Mateus Vinicius Teles Lima*
*Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki*

Uma escuta possível: onde aparecem as questões LGBT+ em uma clínica escola? 126
*Andre Alonso Marques*
*Gustavo Angeli*
*Diogo Macedo Dalcastagne*
*Taila Alberton*
*Marian Hingst Goulart*
*Thiago Iluar Grott Januário*

Fluência compulsória e desejo desviante: narrativa autoetnográfica 144
*Café Cafeseiro*

## ENSAIOS 157

Cidadão, humano, digno: exclusões históricas e a ética trans da resistência 158
*Tenoch Yakecan Duanetto de Sousa*

## RELATOS DE EXPERIÊNCIA 165

Conflito e sociabilidade na conferência estadual dos direitos das pessoas LGBTQIA+ na cidade de Rio Branco 166
*Guilherme Issamu Yoshihara*
*Ana Letícia de Fiori*

## TRABALHOS ARTÍSTICOS 185

Os (des)dias da vida-em-movimento com Júlia: fabular, devir e soprar mundos 186
*Guilherme Araújo Soares*

Corpo-mancha: a fotografia como olhar sobre o corpo masculino dissidente 192
*Fábio Ortiz Goulart*

# APRESENTAÇÃO

# CONVITE

Rai Leon Souza de Lima[1]
Dheivison Araújo da Silva[2]

Como bons anfitriões, acendemos as luzes da casa, abrimos as janelas, arrumamos a mesa e preparamos um cafezinho, com grão moído na hora, para receber quem quiser chegar. Com o cuidado de quem prepara um encontro e a atenção de quem sabe que cada chegada traz história consigo. Convidamos quem lê e quem escreve a atravessar nosso hall de entrada, tirar os sapatos e ocupar o limiar deste dossiê, um espaço pensado como sala de convivência, praça de debate e terreno fértil de imaginação.

Este dossiê se organiza como um campo de conversas: reúne pesquisas que dialogam com experiências, identidades, acessibilidades, militâncias, resistências e, sobretudo, existências. Mais do que "receber" textos e artes visuais, propomos uma leitura que se deixe atravessar por vozes, narrativas, corporalidades e saberes que emergem nas bordas do campo científico e artístico. Partimos do compromisso de pensar em conjunto com o que nos é ofertado, assumindo a dimensão afetiva e política que atravessa toda produção de conhecimento.

Convidamos aos trabalhos deste dossiê a sentarem-se à mesa conosco, a partilhar suas histórias e a apresentar as "estranhezas" que nascem nas margens — e que também nos atravessam. Falamos de um estranho que não é espetáculo: é condição compartilhada,

[1] Dheivison Araújo é artista visual e pesquisador em Artes, natural de Rondônia, bacharel em Artes visuais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) 2019-2023, e mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Artes (PPGARTES) pela (UFPEL). Trabalha principalmente com a prática do desenho, gravura e pintura, onde estuda composições de paisagens, retratos e ambientes do doméstico através de repetições, reduções e acúmulos de características gráficas. Abordando nossas relações intrapessoais e interpessoais no contemporâneo e nossos vínculos com o meio ambiente. Atualmente está participando do projeto de pesquisa; Sobras do Cotidiano e Contextos dx artista: Deslocamentos Físicos e Virtuais (Vinculado ao grupo de pesquisa Deslocamentos, Observâncias e Cartografias Contemporâneas, em que pensamos propostas artísticas na relações de caminhada, ecológica e virtual.

[2] Rai Leon Souza de Lima faz mestrado em Artes pela UFPEL, com foco em Narrativas Queer/Cuir e Teoria Crip. Rai é Arteterapeuta, bacharel em História da Arte, especialista em Saúde LGBTQIA+, graduando em Letras Libras Literatura Surda, queer e autista. Utiliza as artes como ferramenta de transformação social, tendo uma trajetória que inclui prêmios acadêmicos como o de Melhor Trabalho do Centro de Letras e Artes na XXXVII Jornada Giulio Massarani (UFRJ). Em 2021, atuou como arteterapeuta na CasaNem (RJ), onde trabalhou com pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social. Atualmente, dedica-se a explorar as (des)fronteiras entre arte, sexualidade e (des)capacidades, sonhando com reinvenções sociais impulsionadas por multidões.

experiência situada, força crítica que desloca centros e reconfigura critérios de visibilidade e legitimidade. Pensamos assim, nesses jogos de palavras que surgem por pura sincronicidade, e há esse falso cognato: *te extraño*. Em espanhol, não é "você é estranho", é "sinto sua falta". E me surpreende como esse sentimento é, aqui, o mais preciso possível. É nesse lugar em que estamos, quando o estranho vira falta e desejo de presença, que a tradução se torna mais do que técnica: vira um modo de estar junto. Sentimos falta dos estranhos, de estarmos nos lugares, de ler, de ouvir, de ver o campo acadêmico abrindo espaço real para reconhecer e legitimar esses saberes.

Criar este espaço interdisciplinar de reflexão sobre corporalidades, identidades e subjetividades dissidentes é nosso compromisso mais afirmativo e, ao mesmo tempo, nosso compromisso mais afetuoso. Este dossiê nasce da urgência de conversar, em roda aberta, sobre as vivências LGBTQIA+ e sobre as interseccionalidades que atravessam raça, classe, deficiência e territorialidade. Em um cenário marcado por opressões múltiplas, pensar a partir da margem é um gesto metodológico e político: situar a produção de saber e tornar visíveis as estruturas opressoras que o campo costuma naturalizar.

As teorias *queer* e *crip* que atravessam estas páginas não aparecem como moldura, mas como método: colocam em tensão as narrativas hegemônicas de normalidade e mostram como corporalidades dissidentes desviam, negociam e reinventam regimes cisheteronormativos e capacitistas. Essas vivências não se reduzem à marca da opressão; elas também produzem saberes, sensibilidades e formas de vida. Ao afirmar a diferença e a "estranheza" como força crítica, este dossiê reafirma nosso compromisso com horizontes de pensamento em que identidades marginais sejam reconhecidas como fontes de criação e resistência.

A parceria com a Revista COR LGBTI+ amplia nosso alcance, fortalecendo a visibilidade dessas corporalidades e subjetividades e contribuindo para a democratização do conhecimento e para o entrelaçamento de redes de apoio, afeto e luta.

Agradecemos à professora Rosângela Fachel de Medeiros, que acompanhou e ensinou tanto do que hoje sustenta este trabalho e que, generosamente, aceitou escrever o prefácio desta edição. Agradecemos também à professora Francielle Cantarelli Martins e à nossa amiga Lauren Silveira Farias, que trabalharam conosco para que a chamada do dossiê fosse realizada em Libras, ampliando a acessibilidade desta publicação para toda uma comunidade.

Embora, desta vez, não tenhamos recebido submissões em vídeo em Libras, registramos aqui a urgência de que espaços e práticas acadêmicas se adaptem de forma

efetiva — para que outras formas de produção de conhecimento possam circular, ser reconhecidas e legitimadas.

Que este dossiê seja vivo e nos possibilite um grande encontro. Que seja um lugar de acolhida, de provocação, de partilha e de transformação. Que quem entra aqui se sinta convidada a permanecer, dialogar e, sobretudo, a imaginar conosco outros mundos possíveis.

Com carinho,





# ACOLHER A ESTRANHEZA COMO RESPONSABILIDADE POLÍTICA

Rosângela Fachel de Medeiros[1]

*"Quem já não se perguntou: sou um monstro ou isto é ser uma pessoa?"*
A hora da estrela, Clarice Lispector

Receber o convite para escrever a apresentação do dossiê "Pensar estranhezas a partir da margem", publicado pela Revista COR LGBTQIA+, encheu o meu coração de alegria e de orgulho, não apenas por me sentir chamada à responsabilidade junto a essa publicação e aos temas que ela convoca, mas sobretudo, por amar e admirar as pessoas que o organizaram, com as quais tive a sorte de partilhar um semestre de leituras e discussões na disciplina "Narrativas e Poéticas *Queer*", ministrada por mim na grade curricular do Programa de Pós-graduação em Artes (PPGArtes), da Universidade Federal de Pelotas. Tendo a área das Artes como território de convergência de seus diferentes saberes e formações acadêmicas-artísticas - arte e saúde, teatro, artes visuais, dança e performance - Rai Leon Souza de Lima, Dheivison Araújo da Silva, Kelvin Marum Machado, e Alêxander Christopher Garcia são jovens intelectuais artistas e ativistas que idealizaram a convocatória deste dossiê buscando promover um espaço de interlocução entre pesquisas e pessoas atentas à forma como a "estranheza" das corporalidades LGBTQIA+ e das corporalidades defiças desafiam, confrontam e subvertem a cisheteronormatividade capacitista, reivindicando uma perspectiva interdisciplinar e interseccional que imbrica as Teorias *Queer/Cuir*[2] e *Crip* como campo teórico-discursivo para a abordagem dessas questões. Uma vez que ambas as teorias se apropriam de palavras da língua inglesa - *queer* e *crip* - utilizadas pejorativamente para ofender alguém por sua "estranheza", para desvelar assim as implicações sociopolíticas, econômicas, culturais e identitárias dessas demarcações de diferença sobre as vidas das pessoas, que não se enquadram nas normatividades vigentes, sendo por isso marginalizadas.

Conclamar a "estranheza" como ponto de confluência entre as Teorias *Queer/Cuir* e *Crip* no contexto brasileiro e latino-americano implica compreendê-las politicamente como ferramentas discursivas, culturais e ativistas de descolonização, capazes de desestabilizar as

[1] Doutora e Mestre em Literatura Comparada pela UFRGS e graduada em Comunicação Social pela PUCRS. Pesquisadora e curadora com foco em audiovisual latino-americano, atua como professora voluntária no Programa de Pós-Graduação em Artes na UFPel e é codiretora da RedINAV, destacando-se pela idealização dos festivais internacionais de videoarte (SPMAV) e videodança (FIVRS).

[2] Grafia fonética da palavra *queer* quando pronunciada com sotaque espanhol ou brasileiro. Seu uso visa demarcar o processo de apropriação e transculturação de um conceito originalmente anglófono.

lógicas cisheteronormativas e de evidenciar as margens, as exclusões, as abjeções e as opressões dirigidas às vivências, corporalidades, identidades e subjetividades desviantes histórica e recorrentemente marginalizadas. E, para além disso, ao dar protagonismo à "estranheza", a proposta do dossiê se desenha como um compromisso com o reconhecimento e a criação de novos horizontes de pensamento e de ações. Perspectiva que afilia a convocatória tanto às teoria e ativismos *queer/cuir*, no enfrentamento aos padrões cisheterossexuais compulsórios, quanto às teorias e ativismos *crip*, na interrogação de padrões capacitistas de corporalidade e de funcionalidade motora e cognitiva.

Em conformidade com a agenda de atenção à diversidade que professa, a convocatória sugeriu que os textos submetidos buscassem evitar a linguagem sexista (utilização do masculino universal), dando preferência à utilização da linguagem não sexista, neutra (que evita as flexões de gênero do substantivo, optando por formas neutras e/ou coletivas de designação) ou inclusiva (que visibiliza a diversidade de gênero, por meio da diversidade de flexões de gênero de substantivos). E também alertou para cuidado com a utilização de termos e expressões que possam ser capacitistas, racistas ou LGBTfóbicos - os quais mesmo em contextos de argumentações críticas ou de revisões históricas podem reproduzir opressões. A delicadeza dessas sugestões transforma o texto em um manifesto linguístico que lança luz sobre o fato de que a própria linguagem, que utilizamos em nossas indagações e observações, apresenta um caráter performativo que pode trair ou contradizer nossas intenções. Cuidado semelhante foi sugerido em relação à necessidade de utilização de descrição textual alternativa para conteúdos visuais - como gráficos, tabelas, imagens e fotografias - uma vez que as tecnologias assistivas de leitura não são capazes de ler tais elementos. O comprometimento e a preocupação para com a acessibilidade de conteúdos acadêmicos deu origem ainda a iniciativa de abrir espaço para a recepção e publicação de trabalhos apresentados por meio de vídeos em Libras (Língua Brasileira de Sinais), algo que infelizmente não aconteceu. Mas, mesmo que nem todas as intenções tenham sido alcançadas, a convocatória deu um passo a mais em direção a uma militância editorial que propõe instaurar, de modo pedagógica, um processo dialógico entre as discussões que conclama e a materialidade linguística e formal de sua apresentação textual.

Nesse sentido, o acolhimento da Revista COR LGBTQIA+ foi de extrema importância, pois corroborou a necessidade de visibilizar as pautas sobre as quais o dossiê propõe se debruçar, e reconheceu a pertinência de suas sugestões linguística e formais no campo dos estudos LGBTQIA+. Sobretudo, levando em consideração que a revista foi criada em resposta à demanda do movimento estudantil LGBTI+ por um espaço acadêmico para o debate e a publicação de conteúdos relacionados às questões de gêneros e sexualidades.

Como resultado dessa parceria editorial, o dossiê se configura como um espaço seguro e de acolhimento para pesquisas acadêmicas e artísticas que olham desde, e para

além, da marginalização da "estranheza", congregando nove artigos, um ensaio, um relato de experiência e duas produções artísticas[3].

Na seção artigos há o notório protagonismo de discussões acerca de vivências, corporalidades, identidades e subjetividades transvestigeneres[4]. Em "Plantando o futuro à navalha: enquadramentos travestis no cinema brasileiro", a escrita em primeira pessoa é escolhida como gesto metodológico para rejeitar a impessoalidade acadêmica e para afirma a vivência travesti, em uma pesquisa que busca refletir justamente sobre como o cinema brasileiro enquadra corpos trans e travestis, buscando compreender o que essas imagens revelam sobre o contexto histórico em que foram produzidas. Estudo que resulta da atuação da autora no GEPHGS/UFAL e de suas experiências no Ateliê Xica Manicongo, onde o cinema é pensado como espaço de criação de novas narrativas sobre corporalidades dissidentes, para além da lógica da dor imposta pela cisheteronorma. A representação de pessoas trans no cinema é também o foco central do artigo "Criador ou criatura: perspectivas da transgeneridade no cinema", no qual é analisada a forma como a representação é direcionada pelo "olhar masculino" (Mulvey, 1983), e como a câmera frequentemente adota enquadramentos sádicos e fetichistas, que transformam personagens trans em objetos de julgamento e sofrimento. Ao examinar *Glen ou Glenda* (1953) e *A Garota Dinamarquesa* (2015), o texto argumenta que esses filmes colocam quem assiste em posição de julgamento perante a narrativa, reforçando tropos que associam a experiência trans à punição. Mas, como proposta de subversão a esses padrões, apresenta *Eu vi o brilho da TV* (2024), que aponta para novas possibilidades de representação trans no cinema.

Das telas do cinema para as telas de computadores e celulares, "Ciberativismo de mulheres trans no Brasil: resistência e subjetivação na produção acadêmica recente" analisa dezesseis artigos acadêmicos que tratam acerca do ciberativismo de mulheres trans no Brasil (publicados entre 2014 e 2024), identificando quatro eixos principais de abordagem: ciberativismo, transfeminismo, resistência e transfobia. E indicando que o ciberativismo de mulheres trans se configura como ato de resistência e (re)existência às cisheteronormas, funcionando o ambiente digital como um espaço de organização política, construção de redes de apoio, denúncia de violências e afirmação identitária. Já em "A heteronormatividade em pessoas trans", as entrevistas realizadas com pessoas trans evidenciam a existência de uma forte influência da cultura heteronormativa dominante em seus processos de transição e de construção de identidades sociais, mas também aponta para a existência de questionamentos e nuances sociais que desafiam essas normas. O artigo destaca ainda que a escassez de estudos sobre o assunto em Portugal e a fragilidade

[3] Na seguinte apresentação dos trabalhos que compõem o dossiê serão respeitadas e mantidas as denominações e nomenclaturas escolhidas e utilizadas em cada um dos textos.

[4] Termo cunhado por Indianara Siqueira, em 2015, a partir da combinação das palavras: travesti, transexual e transgenere para dar a ver a comunhão que existe entre diferentes experiências e identidades, mas sobretudo para ser uma autodenominação, que subverte as denominações cunhadas pelas discursividades cisheteronormativas ao mesmo tempo em que delas escapa.

da proteção jurídica da população trans contribuem para sua invisibilidade e para os altos níveis de discriminação e violência. Por sua vez, “Desigualdades fabricadas: corpos trans e a economia neoliberal do descarte” atenta à maneira como as desigualdades históricas e a marginalização da população trans são interseccionalmente intensificadas pelo neoliberalismo em diferentes setores, como saúde, segurança, reconhecimento social e trabalho. E, nesse sentido, o artigo defende a necessidade de políticas públicas voltadas à justiça social e à equidade material para pessoas trans.

Outro importante eixo de interesse presente nos artigos diz respeito à forma como a diversidade de corpos, gêneros e sexualidades é abordada em ambientes educacionais. O potencial da Educação Física para a desconstrução de padrões estéticos estereotipados construídos e difundidos pelas redes sociais - que influenciam negativamente sobre a percepção corporal, especialmente de adolescentes e jovens - é o tópico de “Corpo, redes sociais e educação física: uma revisão bibliográfica sobre a desconstrução de padrões estéticos na escola”. Embasado na revisão de artigos, publicados entre 2014 e 2024, o artigo conclui que práticas pedagógicas críticas somadas à alfabetização midiática podem ajudar a fortalecer a autoestima, a autonomia e o respeito à diversidade, sendo essenciais para enfrentar as influências midiáticas e favorecer a formação integral das e dos estudantes. Já “Beira do precipício – a interseção de identidade de gênero e orientação sexual no ensino de ciências: um olhar acerca da 14ª edição do ENPEC", apresenta uma revisão dos 1.046 trabalhos publicados por um dos principais eventos da área de Ensino de Ciências, evidenciando que apenas 2,86% (30 trabalhos) discorriam ou discutiam temas relacionados à identidade de gênero e/ou orientação sexual. E o ambiente educacional em nível universitário, é o cerne de “Uma escuta possível: onde aparecem as questões lgbt+ em uma clínica escola?", que analisa a importância de uma escuta clínica atenta às temáticas de gênero e sexualidade, especificamente às demandas da comunidade LGBT+ na formação de pessoas em estágio de psicologia. A partir de experiências em clínica-escola e fundamentado no método psicanalítico extramuros, o artigo problematiza o silenciamento acerca desses tópicos nas instituições e entre pacientes e pessoas que estão realizando estágio, defendendo uma formação mais crítica e sensível para qualificar a prática clínica.

Já “Fluência compulsória e desejo desviante: narrativa autoetnográfica" apresenta uma narrativa autoetnográfica que relaciona a experiência da gagueira às identidades LGBTQIA+, com base nos Estudos *Queer* e *Crip*, defendendo que a fluência é uma norma social (fluidocentrismo), que atua como mecanismo de controle e regulação dos corpos. A gagueira é analisada então não como simples patologia, mas como marcador social de diferença e espaço de disputa por legitimidade e pertencimento. Por fim, o texto argumenta que a disfluência, como a dissidência sexual, desafia padrões hegemônicos e é frequentemente tratada como desvio a ser corrigido, evidenciando como discursos de normalidade produzem exclusões na fala e no desejo.

Por sua vez, o ensaio “Cidadão, humano, digno: exclusões históricas e a ética trans da resistência” instaura um amplo diálogo teórico-crítico com vozes eminentes, como Preciado, Butler, Gleeson, Salih, Lloyd, Mbembe, Fanon, Hayward, para propor uma reflexão a respeito de como as corporalidades trans e dissidentes resistem à histórica e recorrente negação ontológica da transgeneridade e aos efeitos da necropolítica de gênero e da colonialidade epistêmica. Para desvelar, que a transgeneridade ultrapassa a noção de identidade, configurando-se como uma ontologia da resistência e um território vivo de experimentação ética e política, capaz de colocar as normatividades em xeque. Enquanto o relato de experiência “Conflito e sociabilidade na conferência estadual dos direitos das pessoas LGBTQIA+ na cidade de Rio Branco” apresenta ponderações decorrentes da observação de uma Conferência Estadual voltada para o debate e a construção de direitos para pessoas LGBTQIAPN+ residentes no Estado do Acre, realizada na cidade de Rio Branco.

Abrindo espaço para produções artísticas, o dossiê encerra com dois trabalhos realizados em distintas linguagens que dão protagonismo à “estranheza” enquanto potência criativa e artística. O ensaio literário “Os (des)dias da vida-em-movimento com Júlia: fabular, devir e soprar mundos” que fabula a vida em movimento, entendendo a poética como dimensão da docência e da vida composta por traduções criadoras, de escrileituras que inventam mundos provisórios. No qual, a narrativa de Júlia revela como, nos detalhes e restos do dia a dia, a existência pode se reinventar por meio da imaginação. E o ensaio visual “Corpo-mancha: a fotografia como olhar sobre o corpo masculino dissidente” que apresenta o próprio corpo do autor, registrado no espaço doméstico, como ponto de partida para tensionar narrativas sobre a masculinidade hegemônica e suas normas historicamente reforçadas por instituições, mídia e arte.

De maneira geral, os treze trabalhos que conformam este dossiê interseccionam três grandes áreas semânticas: gênero, sexualidade e dissidências; corpo, imagem e performance; normatividade, poder e exclusão - apresentando diferentes tratamentos acadêmicos e poéticos para pensar e discutir a “estranheza” - de corporalidades LGBTQIA+ e de corporalidades deficientes - e suas experiências historicamente marginalizadas. Tópico muito importante, uma vez que a forma como cada corpo é lido social e politicamente - dentro de normas corporais relativas a gênero, sexualidade, raça e capacidades - definirá a forma como essa corporalidade será considerada e tratada, algo decisivo para possibilitar sua vida ou para torná-la inviável (Butler, 2018b).

Em seu conjunto, os textos desvelam a interseccionalidade das problemáticas e lutas enfrentadas por essas pessoas contra diferentes regimes de opressão, evidenciando tramas de exclusão que perpassam gênero, sexualidade, deficiência, raça e classe. E ao reconhecimento dessas camadas de desigualdades, marginalização e precarização de vivências, corporalidades, identidades e subjetividades “estranhas”, os textos respondem com reflexão-crítica, responsabilidade e ativismo, encontrando e apontando caminhos e

estratégias capazes de tensionar os limites sociais e epistemológicps impostos pela cisheteronormatividа capacitista.

Ao aceitar a honra do convite para escrever a apresentação deste dossiê me senti chamada à responsabilidade em duplo sentido, por um lado, em relação à escrita de um texto que foi confiado a mim por pessoas muito queridas e, por outro, em reconhecer na convocatória deste dossiê vestígios e memórias das reflexões conjuntas que construímos durante um semestre de leituras e discussões. Reconhecer a responsabilidade individual (pessoal), que conflui na escrita deste texto, é pensá-la nos três níveis propostos por Hannah Arendt, como explica Bethânia Assy: a "responsabilidade de pensar e de escolher a si mesmo; a responsabilidade de julgar e de escolher nossos exemplos; e a responsabilidade para com a durabilidade do mundo, expressa por meio da consistência de nossas ações" (Assy, 2015, p. 35). E entender ainda que as premissas evocadas pela responsabilidade individual (pessoal) são os pressupostos para a consolidação de responsabilidades coletivas. As quais, no entendimento de Arendt (2004), são sempre responsabilidades políticas que, para além do domínio jurídico ou do senso de obrigação, consistem na resposta ativa de cada pessoa em relação às outras pessoas e junto a elas, por meio da qual assumimos a responsabilidade de cuidar do mundo comum. Entendido aqui como espaço intermediário e compartilhado, esfera pública e campo político, que se estabelece por meio de encontros, trocas, ações e discursos. E no momento em que decidimos que "amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele" (2016, p. 146), nasce o que Arendt denomina de *amor mundi*. Uma responsabilidade coletiva/política pelo mundo que poderia ser, ao mesmo tempo, o alicerce e o resultado de uma identidade coletiva, não no sentido de identidade compartilhada, mas sim, no sentido de "ser com" a outra pessoa, algo que Marlene Wayar (2018) denominou de *nostredad*, uma nova subjetividade baseada na consciência social e na empatia mútua.

O trabalho editorial e o conjunto de produções textuais que esse trabalho congregou para a composição deste dossiê dão a ver como a convergência e a união de responsabilidades individuais engendram responsabilidades coletivas/políticas. Este dossiê se configura então como um manifesto de afirmação dessas responsabilidades, um manifesto de intenções que agenciam discursos, pedagogias e ações, reafirmando compromissos individuais, coletivos e políticos em prol da "estranheza". E, para além da responsabilidade em relação a esta publicação, a parceria entre a equipe editorial do dossiê e a equipe da revista estabelece conexões acadêmicas e afetivas que podem ser expandidas na construção de redes de apoio e de resistência.

Poder acompanhar o percurso de curadoria editorial realizado por Rai Leon Souza de Lima, Dheivison Araújo da Silva, Kelvin Marum Machado, e Alêxander Christopher Garcia em colaboração com a equipe da Revista COR LGBTQIA+, desde o lançamento da convocatória até a publicação deste dossiê, revigorou minha esperança e, sobretudo, minha

responsabilidade para com novos possíveis futuros, nos quais a “estranheza” seja celebrada em toda sua potência criativa de resistência, transformação e subversão.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento**. Introdução de Bethânia Assy. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ASSY, Bethânia. **Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt**. São Paulo: Perspectiva / Instituto Norberto Bobbio, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerras**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018.

MULVEY, Laura. Prazer visual e cinema narrativo. *In*: XAVIER, Ismail (org). **A Experiência do Cinema**: antologia. Rio de Janeiro: Edições Graal. Embrafilme, 1983. p. 437-453

WAYAR, Marlene. **Travesti**. Una teoría lo suficientemente buena, Buenos Aires, Muchas Nueces, 2018.

# ARTIGOS CIENTÍFICOS

# PLANTANDO O FUTURO À NAVALHA: ENQUADRAMENTOS TRAVESTIS NO CINEMA BRASILEIRO

*PLANTING THE FUTURE THROUGH THE RAZOR: TRANSVESTI FRAMINGS IN BRAZILIAN CINEMA*

Rubi Couto Pimentel Barros[1]

**Resumo**: no presente trabalho pretendo refletir acerca dos enquadramentos produzidos por meio do cinema brasileiro sobre corpos trans e travestis e a partir deles entender o que as imagens nos dizem sobre o tempo histórico em que foram produzidas. Escolho desenvolver minha investigação apropriando-me da escrita em primeira pessoa, como forma de abandonar a pretensa impessoalidade da escrita acadêmica ocidental, afirmar minha vivência enquanto travesti, sendo estes gestos metodológicos. Este trabalho é resultado do que venho desenvolvendo no Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde encontro um espaço seguro no qual reverberam minhas inquietações enquanto pesquisadora travesti. Também é fruto das minhas vivências no Ateliê Xica Manicongo, onde descubro o cinema como lugar possível de criar e veicular novas narrativas sobre corporalidades dissidentes, para além da narrativa de dor imposta a nós pela cisheteronorma.

**Palavras-chave**: Cinema; gênero; travestis.

**Abstract**: in this work, I intend to reflect on the framings Brazilian cinema produces regarding trans and travesti bodies, and based on the information gathered, understand what the images tell us about the historical period in which they were produced. I choose to develop my research by appropriating first-person writing as a way to abandon the supposed impersonality of Western academic writing and to affirm my experience as a travesti, all of which are methodological gestures. This work is the result of what I have been developing in the Study and Research Group on History, Gender, and Sexuality (GEPHGS) at the Federal University of Alagoas (UFAL), where I find a safe space in which my concerns as a travesti researcher resonate. It is also the result of my experiences at the Xica Manicongo Studio, where I discover cinema as a possible place to create and convey new narratives about dissident corporeality, beyond the narrative of pain imposed on us by the cisheteronorm.

**Keywords**: Cinema; gender; travestis.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretendo problematizar os enquadramentos produzidos por meio do cinema brasileiro sobre as travestis e, a partir disso, compreender o que as imagens nos dizem sobre o tempo histórico em que foram produzidas. Escolho desenvolver minha investigação apropriando-me de uma metodologia, marcada por uma escrita em primeira pessoa. Desse modo, objetivo abandonar a pretensa impessoalidade da escrita acadêmica ocidental, ao mesmo tempo em que afirmo minha própria vivência enquanto travesti. Este trabalho é resultado dos estudos que venho desenvolvendo no Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e das minhas vivências no Ateliê Xica Manicongo, espaços de produção de novas

[1] Travesti, graduanda do curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Alagoas na qual desenvolvo minha pesquisa a partir do Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS) que componho a cerca de 3 anos. Faço parte também do Ateliê Xica Manicongo de Cinema, um projeto de formação em cinema exclusivo para pessoas trans e travestis que atravessa profundamente minha escrita.

narrativas sobre corporalidades dissidentes, para além da narrativa de dor imposta a nós travestis pela cisheteronorma.

Escolho articular o conceito de "enquadramento", apresentado por Judith Butler na obra *Quadros de guerra:* quando a vida se torna passível de luto (2015), pois compreendo o cinema enquanto exercício de escolha (e enquadramento) do que é visto. Por ser uma arte inerentemente coletiva, ele passa por uma série de negociações que envolvem, para além das várias pessoas e forças envolvidas em sua produção, a sociedade que vai consumi-lo.

Na obra citada, Butler discute as formas com as quais os enquadramentos produzidos sobre os conflitos imperialistas do governo Bush, colocam certos corpos como vidas que não importam. Para a autora uma vida é reconhecida à medida que pode ser enlutada, sua perda precisa ser sentida e apreendida por alguém. Por meio da produção de enquadramentos desumanizantes, a cobertura da violência, no caso analisado pela filósofa, da violência causada pelas guerras, nos dessensibiliza para a crueldade contra certos corpos.

A precariedade, condição inerente à vida na Terra, logo comum a todos os seres humanos, é socialmente induzida e acentuada para certos grupos, sendo normalizada por meio de certos enquadramentos, induzindo e normalizando, mas só para certos corpos, a precariedade. Nessa perspectiva, o sofrimento de uma pessoa cis é menos aceitável do que o de uma pessoa trans, visto que através de diversos enquadramentos foram assim organizadas nossas disposições afetivas.

Aproprio-me desse debate proposto por Butler para entender a produção cinematográfica sobre a corporalidade travesti dentro do cinema brasileiro, pois acredito na potência política da categoria enquadramento, uma vez que, ela expõe os modos discursivos pelos quais passam o reconhecimento de uma vida, além de potencializar operações realizadas no fazer cinema.

À princípio, as imagens produzidas sobre as travestis no cinema são enquadramentos de cunho humorístico, com uma abordagem que expõe um olhar de exotização da cishetronorma, ou um olhar que só é capaz de ver dor em nossas formas de existir. Na grande maioria das situações, as personagens travestis são interpretadas por atores e/ou atrizes cisgênero, prática conhecida como *transfake*.

Como aponta Letícia Nascimento (2021), a cisheteronorma se constrói enquanto "real" e "normal", a partir de diversas práticas discursivas, enquanto as experiências ditas marginais de gênero e sexualidade são entendidas como o "outro" da norma. Sendo assim o olhar do corpo cis sobre a vivência trans está condicionado a um olhar vertical do "normal" sobre o "anormal".

> A partir de práticas discursivas sobre o sexo, os corpos cis gozam de um privilégio capaz de colocá-los em uma condição natural, como sexo/gênero real, verdadeiro, na medida em que as transgeneridades são caracterizadas como uma produção artificial e falseada da realidade cisnormativa (Nascimento, 2021, p. 97).

Essa prática vem sendo denunciada por movimentos como o Movimento Nacional de Artistas Trans (Monart), fundado por Renata Carvalho. Apesar de ter encerrado suas atividades no ano de 2023, o Monart ainda produz reverberações sobre como as corporalidades trans vêm sendo enquadradas nas artes.

Esses enquadramentos cisheteronormativos, para além de "meros erros", visam imprimir em nossas corpas narrativas de invisibilidade, de apagamento e de violência. Apesar de filmes como *Elvis & Madonna* (2010), *Pixote* (1981) e *Carandiru* (2003), por exemplo, terem alcançado uma representação mais humanizada, a falta de pessoas trans e travestis, tanto na tela, quanto nas outras etapas de produção, contribui para a manutenção da precariedade dessas vidas.

Por outro lado, filmes como *Bixa Travesty* (2018), *Ainda escuto o céu embaixo d'água* (2024), *Perifericu* (2019), *Pedagogias da Navalha* (2024), produções com participação ativa de pessoas trans e travestis, são exemplos de, não apenas imagens, mas também de processos que podem ser tomados como ferramentas políticas num movimento de reivindicação de nossas narrativas e fabulações transcestrais.

Desse modo, neste texto analiso algumas produções cinematográficas que enquadraram a vivência travesti para denunciar olhares cisheteronormativos sobre nossas existências. E ainda, busco entender como à medida em que nossa população consegue acessar as tecnologias para a produção audiovisual, ela produz uma nova forma de enquadrar-se, uma vez que nossos corpos tiveram que aprender a manejar as tecnologias a seu favor como forma de sobrevivência. Com o cinema, entendido como "tecnologia de gênero" (Lauretis, 1994), não seria diferente.

Logo, a apropriação do cinema como tecnologia pode dispô-lo em favor das dissidências de gênero na busca da criação de narrativas de humanidade para os corpos trans e travestis. Em seu livro *Dando o nome: narrativa de humanidade de travestis* (2024), Dediane Souza demonstra como a travesti Dandara Ketheryn foi desumanizada pelos noticiários e humanizada por meio da reivindicação do movimento trans e travesti. Enxergo na análise do cinema a possibilidade de fazer um movimento semelhante, de retomada das nossas humanidades por meio dessa tecnologia.

Num exercício existencial e político de fabulação, enxergo no cinema trans a possibilidade de "plantar a navalha nossa existência em futuro", como afirma Céuva no curta-metragem *Ainda escuto o céu embaixo d'água* (2024). Dessa forma, somos capazes de fabular novas existências no futuro.

## 2 HISTORIOGRAFIA, CINEMA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS NARRATIVAS TRANS

Como afirma o historiador Marc Ferro "um filme, seja ele qual for, sempre vai além de seu conteúdo, e, da mesma forma que escapa a seu censor, escapa também a quem faz a

filmagem. Essa é uma verdade que diz respeito aos textos, porém ainda mais às imagens" (Ferro, 1992, p. 28).

Analisar o filme a partir da sociedade que o produziu, tentando entender que aparelhos discursivos são acionados em sua produção e veiculação nos ajuda a assumir um olhar mais honesto e crítico. A percepção das diversas forças que atuam na construção de uma obra é tão importante quanto a análise de seu conteúdo "bruto". Ao mesmo tempo que o filme diz muito sobre seu diretor, ele também nos diz sobre as outras pessoas que o produziram, sobre o mundo que o concebeu, sobre as pessoas que o assistem.

Escolho pensar o cinema de uma forma não imparcial, mas que assume as dores e as delícias de ser um corpo travesti em meu tempo, que instrumentaliza a fala, a imagem e a escrita para tecer futuro, numa fabulação ativa de um cinema trans consciente, crítico e potente.

A partir da análise das produções cinematográficas sobre as travestis, produzidas no início do século XXI e daquelas produzidas por elas na contemporaneidade, é possível pensar nas rupturas e continuidades ocorridas ao longo desse século e como isso afeta a produção cinematográfica.

A historiadora Teresa de Lauretis (1994), entende o cinema como um meio tecnológico de produção de discurso, logo produtor de significados e estruturante da sociedade. As imagens produzidas pelo cinema através de seu potencial simbólico tem corroborado amplamente com a manutenção do "sistema sexo-gênero", justifica. A partir do trecho abaixo do texto *A Tecnologia do Gênero* é possível entender melhor essa estrutura conceitual:

> Embora a criança tenha um sexo "natural", é só quando ela se torna (i.e., quando é significada como sendo) menino ou menina que adquire um gênero. O que a sabedoria popular percebe, então, é que gênero não é sexo, uma condição natural, e sim a representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição "conceitual" e rígida (estrutural) dos dois sexos biológicos (Lauretis, 1994, p. 211).

Sendo assim, o gênero passa a existir, logo a intervir e a interagir com a realidade. No momento em que o corpo é significado a partir da observação do outro, a significação passa a ser reforçada diariamente na interação do sujeito com a cultura por meio de diversas "tecnologias sociais", sendo uma delas o cinema. Logo a apropriação desse aparato pode dispô-lo em favor das dissidências de gênero na busca da criação de narrativas de humanidade para esses corpos.

Dediane Souza (2024), demonstra de quais formas a travesti Dandara Ketheryn, de Fortaleza (CE), foi desumanizada pelos noticiários e humanizada pelas reivindicações do

movimento trans e travesti. Enxergo no cinema contemporâneo a possibilidade de fazer um movimento semelhante, de retomada das nossas humanidades.

À medida que o acesso às tecnologias de filmagem e fotografia se expande e grupos precarizados as acessam, o fazer cinema se torna mais um campo possível de disputa de narrativa, como é possível observar na construção do cinema negro e do cinema feminista, com os quais podemos aprender caminhos possíveis através de alianças interseccionais.

A subversão dos instrumentos de poder para serem utilizados em prol dos grupos precarizados é um caminho que está sendo cruzado também pela população trans e travesti do Brasil. Afinal, esses corpos são obrigados a aprender a subverter tecnologias a seu favor, desde as roupas até a terapia hormonal, tecnologias apropriadas e que adquirem novas funções, quase que opostas às funções impostas pelo poder.

Corpos que entendem e abraçam suas contradições intrínsecas e que foram obrigados a reinterpretar e ressignificar certas tecnologias para sobreviver, como é o caso dos corpos trans, capazes de criar imagens de uma forma no cinema. Essa relação "ciborgue" vivida por todos, mas melhor apreendida pela população trans figura como uma ficção política potente. De acordo com Haraway (2009):

> Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção. Realidade social significa relações sociais vividas, significa nossa construção política mais importante, significa uma ficção capaz de mudar o mundo (Haraway, 2009, p. 36).

Essa ficção que abraça e instrumentaliza as contradições do ser humano na pós-modernidade representa uma possibilidade de criação e mudança, e encontra na vivência trans ecos, visto que esta tem lidado com a subversão da tecnologia enquanto forma de se manter viva. A câmera para essas pessoas pode ser uma ferramenta de existência, mesmo sendo ainda hoje não acessível para todas, ela representa uma possibilidade potente de elaboração e veiculação de discurso.

Relacionando com os conceitos trabalhados por Foucault em seu texto "As heterotopias" (2013), podemos entender o lugar que o corpo ocupa nessa análise. De acordo com o autor ele é onde se iniciam e se encerram as utopias, às vezes em contradição com o mesmo, "a máscara, a tatuagem, a pintura são operações pelas quais o corpo é arrancado de seu espaço próprio e projetado em um espaço outro" (Foucault, 2013, p. 12). Encarnado de signos e símbolos, conjunto de significantes que podemos chamar de tecnologias, o corpo é projetado ou arrancado de certos lugares e não lugares.

As "heterotopias", locais de natureza contraditória, espaços que contestam todos os outros.

> Em geral, a heterotopia tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis. O teatro, que é uma heterotopia, perfaz no retângulo da cena toda uma série de lugares estranhos. O cinema é uma grande cena retangular, no fundo da qual, sobre um espaço de duas dimensões, projeta-se um novo espaço de três dimensões (Foucault, 2013, p. 24).

Ao contrário da utopia, que não existe, a heterotopia existe aqui e agora, é um lugar onde é possível criar subversão. É possível ver o cinema como um espaço heterotópico, que se realiza na tela mas cria nela um lugar outro. É possível apreender o cinema enquanto possibilidade de criação de ficções políticas capazes de destituir, ou pelo menos bagunçar as fições impostas pelo cispoder.

## *2.1 ENQUADRAMENTO CISHETERONORMATIVO: O OLHAR DA CISGENERIDADE EM CARANDIRU (2003)*

Diversos filmes ao longo da história do cinema têm retratado pessoas trans e travestis para criar histórias atrativas para a cisheteronorma a partir do olhar da exotização ou do humor, usurpando nossas próprias narrativas. Para exemplificar esse enquadramento, analiso neste artigo o filme *Carandiru* (2003)

Em *Carandiru* a personagem Lady Di, que seria interpretada pela travesti Thelma Lipp, foi interpretada por Rodrigo Santoro. De acordo com o Manifesto Representatividade Trans Já assinado pelo Movimento Nacional de Artistas Trans (Monart), Thelma participou de processos de ensaio e laboratórios de atuação por dois meses junto a equipe do filme, mas foi substituida por um homem cis heterossexual de última hora, de forma extremamente desrespeitosa com a atriz que vinha se preparando para o papel.

O filme, numa tentativa de humanizar a personagem, acaba colocando-a em outros lugares de estigma. Lady Di é conhecida no presídio pela suposta grande quantidade de parceiros com quem se relacionou, o que torna o resultado de seu teste de hiv uma surpresa. Esse enquadramento que pode ser visto como um avanço no debate quanto aos estigmas desse corpo revela na verdade a expectativa da direção de que esse corpo convivesse com a doença, numa tentativa de quebrar o estigma.

O historiador Elias Veras (2019), mostra como o dispositivo do estigma associou de modo perverso a aids com as travestis e homossexuais na década de 1980. A grande imprensa foi palco de tal enquadramento, afetando o imaginário de uma parte significativa da sociedade sobre as existências trans. A expectativa criada em torno do resultado do exame de Lady Di, assim como a surpresa com o seu resultado, (re) atualizam esses olhares cisheteronormativos.

Dessa forma, *Carandiru* também se revela uma produção estigmatizante, sobretudo, quando posto ao lado do grande caso de *transfake* que o envolve. A escolha feita de

substituir uma atriz travesti por um ator cis, indica a falta de compromisso do filme, não só com Thelma, mas com a comunidade trans e travesti à medida que se escolhe, não só, não enquadrar um corpo de uma travesti com toda a potência que isso traria à personagem, mas se desrespeita a trajetória desse corpo, se escolhe pagar um ator cis para usurpar nossas narrativas e ser enaltecido através delas.

A falha da obra em produzir um enquadramento realmente humanizante do corpo travesti se revela também através da escolha do ator Rodrigo Santoro. Esse gesto torna claro a falta de respeito do filme com a trajetória das pessoas trans, tanto com Thelma Lipp quanto com as travestis reais que construíram a personagem Lady Di.

IMAGEM 1 - Sem Chance e Lady Di



À esquerda está o personagem Sem Chance, homem baixo e de cabelos pretos vestindo blusa de botão branca com uma gravata, e à direta Lady Di, mulher trans mais alta que veste um top cor de rosa.
Fonte: Carandiru (2003)

Apesar de um enquadramento que, considerando o contexto de lançamento, representa certo avanço rumo a humanização dessas corporalidades, considero politicamente relevante em meu tempo ressaltar maneiras pelas quais a cisheteronorma, quando ameaçada, tenta negociar conosco lugares de menos violência. Mas não iremos negociar o nosso direito de produzir nossas próprias narrativas à nossa própria maneira.

## *2.2 (CON) FABULAÇÕES TRANS*

A diferença de abordagem se torna evidente ao colocarmos o filme apontado acima com produções nas quais as pessoas trans e travestis estão envolvidas, tanto no processo de produção da obra, quanto nas imagens que chegam às telas. Em *Bixa Travesty* (2018), dirigido por Kiko Goifman e Claudia Priscilla - apesar da direção de duas pessoas cis -, é perceptível a autonomia com a qual Linn da Quebrada e Jup do Bairro interagem com a câmera, criando assim uma obra que extrapola o horizonte da cisheteronorma.

A partir de enquadramentos (Imagem 2), Linn nos mostra o seu olhar sobre seu corpo e mostra formas de ser travesti no mundo fora dos enquadramentos de dor e exotismo que o poder tem fabricado sobre nós, de uma forma que apenas o cinema é capaz. Suas imagens são catalisadoras de mudança e território de (con)fabulação (Grunvald, 2024) de nosso passado e futuro.

Em trecho desse mesmo filme Linn diz: “Fiz minha música justamente como arma, pensando que o primeiro alvo era eu”. A partir dessa fala consigo pensar também esse exercício de pesquisa e investigação enquanto arma apontada para meu próprio corpo, a partir do qual me destruo, reconstruo, morro e vivo numa busca incessante por caminhos possíveis.

No espetáculo teatral *Manifesto Transpofágico* (2019), Renata Carvalho (2019), chama de “transpofagia” o processo de elaboração de passado e futuro se retroalimentando de nossas próprias vivências.

IMAGEM 2 - Prazeres carnais



Quatro pessoas se encontram nuas no que aparenta ser uma laje, se divertindo e tomando banho de mangueira.
Fonte: Bixa Travesty (2018)

A potência desse enquadramento reside na escolha de mostrar esses corpos dissidentes nus e em harmonia. Corpos que geralmente são mostrados em contextos de dor, sexualização e sofrimento. Imagens como essas são capazes também de colocar no nosso horizonte de sentido a possibilidade de um corpo trans não se odiar, vincular essas narrativas à vida e não mais à morte.

Também enquanto parte desse movimento que é o cinema trans, posso apontar projetos como o Ateliê Xica Manicongo de Cinema, idealizado pelas travestis Marina Bonifácio e Samantha Araujo, da cidade de Maceió, Alagoas. Trata-se de um ciclo formativo exclusivo para pessoas trans e travestis, que tem como trabalho final a criação de um curta-metragem.

Em sua primeira edição (2023), quando o projeto ainda era voltado apenas para pessoas transfemininas e travestis, o ateliê trouxe à existência o filme *Ainda escuto o céu embaixo d'água* (2024) (Imagem 3), que em um movimento de fabulação de passado e futuro projeta uma "transcestralidade", termo cunhado pela dramaturga, diretora, atriz e transpóloga Renata Carvalho.

IMAGEM 3 - Travestis em sonho



Cinco travestis vestem branco, duas se apoiam à esquerda e mais duas à direita, e ao centro uma delas olha para a câmera e segura uma folha de espada de São Jorge.
Fonte: Ainda escuto o céu embaixo d'água (2024)

O filme se apropria do cinema enquanto ferramenta de fabulação de transcestralidade a partir do uso de símbolos e da potência da imagem em si.

De acordo com a travesti Samantha Araújo, também protagonista da obra, no dia da gravação, Natasha Wonderful, travesti, artista, pioneira do movimento trans alagoano e

inspiração para todas nós, disse com felicidade que “nunca tinha visto tanta travesti junta sem ser pra se prostituir”. Isso demonstra a força da arte, nesse caso do cinema, enquanto espaço de reivindicação de humanidade para nossos corpos.

Ao fim do filme Samantha se encontra com suas transcestrais vivas, Natasha Wonderful e Suham Torres, que a recebem de braços abertos (Imagem 4). Nesse gesto simbólico reivindica-se o passado e se projeta futuro, se acolhe o conhecimento de nossas mais velhas para construir narrativas não mais de dor, mas de vida e futuro.

> Longe de serem conjuntos estáticos de fontes utilizadas como recursos a partir dos quais certas evidências podem ser fabuladas, os arquivos são sujeitos que produzem fatos a partir de enquadramentos específicos que passam a se estabelecer como modos de perceber e viver o que, então, é tomado como realidade (Grunvald, 2024, p. 2).

IMAGEM 4 - Encontro com as transcestrais



Uma travesti sai das águas e se encontra com duas figuras também travestis que a recebem no mangue.
Fonte: Ainda escuto o céu embaixo d’água (2024)

O cinema é produtor de enquadramentos que, por sua vez, produzem formas de perceber a vida. Os filmes não são entendidos aqui como arquivos estáticos, fora do tempo presente ou detentores de uma verdade absoluta. O cinema pode ser um caminho para a fabulação de futuro e presente para corpos que têm sido historicamente enquadrados violentamente pela cisheteronorma. Como demonstram os filmes analisados, o olhar da dissidência sobre seus próprios corpos é capaz, não só de humanizá-los, mas de colocar no horizonte da realidade corporalidades possíveis.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cinema é uma tecnologia instrumentalizada pelo poder, mas, potencialmente, uma arma contra ele. Entendendo a produção de discurso através desse aparato é possível dispô-lo de forma a projetar vias possíveis para as corporalidades dissidentes.

O corpo travesti é lugar onde a cisheteronorma é confrontada com suas próprias fissuras. Essa vivência inerentemente atravessada pela subversão tecnológica está galgando no cinema um caminho de humanização e retomada de narrativas.

Além de ser um movimento de reivindicação política necessário e urgente, é também uma oportunidade metodológica para o cinema, por meio da formulação de enquadramentos novos, frutos de uma relação com a tecnologia que é complexa, bela, assumidamente contraditória e combativa, apreendida somente pela vivência trans e travesti, e somente por meio dela dignamente transmitida.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico**: as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

GRUNVALD, Vi. (Con)fabulações transcestrais e(m) arquivos contra a natureza. **Revista Cult**, 26 mar. 2024. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/confabulacoes-transcestrais/. Acesso em: 15 set. 2025.

HARAWAY, Donna. "Um Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX". *In*: HARAWAY, Donna.; KUNZRU, Hari.; TADEU, Tomaz (orgs). **Antropologia do ciborgue:** as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PINHEIRO, Anna Caroline de Moraes. **A representação de transexuais e travestis no cinema brasileiro**. 2014. 88 f., il. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Departamento de Publicidade e Audiovisual, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SOUZA, Dediane. **Dando o nome**: narrativa de humanidade de travestis. Fortaleza: Editora UFC, 2024.

VERAS, Elias. **Travestis**: carne, tinta e papel. Curitiba: Appris, 2019.

## FILMES CITADOS

**AINDA escuto o céu embaixo d`água**. Direção: Alice Lovelace, Céuva, Kalina Flor, Lua de Kendra, Marina Bonifácio, Morgana Neves, Nara Dos Santos, Pérolla Negra e Samantha de Araújo. Produção de Sambacaitá. Maceió, 2024.

**BIXA Travesty.** Direção: Kiko Goifman e Claudia Priscilla. Produção de Evelyn Mab. Brasil: Arteplex, 2018.

**CARANDIRU.** Direção: Héctor Babenco. Produção de HB Filmes. Brasil: Sony Pictures, 2003.
**ELVIS & Madona.** Direção: Marcelo Laffitte. Produção de Focus Films Ltd. e Laffilmes. Brasil: Pipa Filmes, 2011.

**PEDAGOGIAS da Navalha:** Se a palavra é um feitiço, minha língua é uma encruzilhada. Direção: Colle Christine Avelar, Tiane Dos Santos e Alma Flora. Produção de TRAVAMOLOTOV. Brasil: 2023.

**PERIFERICU.** Direção: Rosa Caldeira, Vita Pereira, Nay Mendl e Stheffany Fernanda. Produção de Maloka Filmes. Brasil: 2019.

**PIXOTE.** Direção: Héctor Babenco. Produção de Embrafilme. Brasil: Embrafilme, 1980.

**Recebido em: 25/09/2025**
**Aceito em: 18/03/2026**

# CRIADOR OU CRIATURA: PERSPECTIVAS DA TRANSGENERIDADE NO CINEMA

*CREATOR OR CREATURE: PERSPECTIVES ON TRANSGENDERISM IN FILM*

Alice Salles Gomes Leal[1]
Tatiana Machado Boulhosa[2]

**Resumo**: este artigo discute a história de narrativas e personagens trans no cinema a partir da construção de um olhar sádico e fetichista de um espectador masculino cuja perspectiva é emulada pela câmera, relegando pessoas trans à condição de criaturas, e não de criadoras dessas obras. Analisando os fimes "Glen ou Glenda" (1953) e "A Garota Dinamarquesa" (2015) a partir de conceitos apresentados pela teórica de cinema feminista Laura Mulvey em seu texto "Prazer Visual e Cinema Narrativo" (1975), procuramos entender como esse olhar é estabelecido por meio de uma série de tropos e recursos que se articulam de modo a colocar o espectador num lugar de juiz, que se identifica com o ponto de vista da câmera, determinando se a pena da personagem será o perdão ou a punição. Em ambos os casos, esse espectador se regozija com seu sofrimento. Por outro lado, trazemos "I Saw the TV Glow" (2024) como uma alternativa a essa leitura, subvertendo os tropos narrativos da transgeneridade construídos ao longo da história e propondo novas formas de criar histórias trans no cinema.
**Palavras-chave**: transgeneridade no cinema; *male gaze* e sadismo fetichista; personagens trans no cinema.

**Abstract**: this article surveys the history of trans narratives and characters in film based on the construction of a sadistic and fetishistic gaze of a male spectator whose perspective is emulated by the camera, relegating trans people to the status of creatures, rather than creators of these works. Analyzing the films "Glen or Glenda" (1953) and "The Danish Girl" (2015) based on concepts presented by feminist film theorist Laura Mulvey in her text "Visual Pleasure and Narrative Cinema" (1975), we seek to understand how this gaze is established through a series of tropes and resources that are articulated in such a way as to place the spectator in the position of judge, who identifies with the camera's point of view, determining whether the character's sentence will be forgiveness or punishment. In both cases, this spectator rejoices in their suffering. On the other hand, we bring "I Saw the TV Glow" (2024) as an alternative to this reading, subverting the narrative tropes of transgenderism constructed throughout history and proposing new ways of creating trans stories in film.
**Keywords**: transgenderism in film; male gaze and fetishistic sadism; trans characters in film.

## 1 INTRODUÇÃO

Olhar para a história da transgeneridade no cinema é se deparar com uma reincidência de tropos e recursos narrativos que parecem perpetuar uma visão única e fetichista de como é a vida e como são as histórias de pessoas trans. Neste artigo, procuraremos nos debruçar sobre estes tropos reincidentes e como eles são guiados por um viés masculinista e sádico em relação a essas personagens, se regozijando na pena e no prazer sentidos pelo espectador ao se depararem com o sofrimento dessas pessoas em tela.

[1] Cineasta, roteirista e produtora de São Paulo, Brasil. Seu primeiro curta-metragem como diretora, Quarta-Feira de Cinzas, tem previsão de lançamento para 2027. É co-fundadora da Siamesa Filmes, onde atua como produtora executiva. Também desenvolve seu primeiro roteiro de longa-metragem, Lua de Mel, e é co-roteirista da série infanto-juvenil Positivossauro. Atualmente, trabalha como assistente de produção na Klaxon Cultura Audiovisual/BrLab.

[2] Doutora e Mestra em Ciências da Religião; Especialista em Psicopedagogia e Educação e Diversidade; Bacharela em História e Licenciada em História, Pedagogia e Artes Visuais. Professora do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, orienta trabalhos que versam sobre gênero, diversidade, inclusão e cultura pop.

Como base da pesquisa, o texto da teórica de cinema feminista Laura Mulvey (1941 -) "Prazer Visual e Cinema Narrativo" (1975) em que ela discute o *male gaze*, *i.e.*, o olhar do espectador masculino sobre as mulheres no cinema, será essencial, pois exploraremos como esse olhar se comporta especialmente em relação a mulheres trans. Além disso, analisaremos os filmes "Glen ou Glenda" (1953), de Ed Wood; "A Garota Dinamarquesa" (2015), de Tom Hooper; e "I Saw the TV Glow" (2024), de Jane Schoenbrun.

"Glen ou Glenda" é inspirado na história de Christine Jorgensen (1926 - 1989), a primeira mulher trans a se tornar objeto do interesse público, sendo manchete de jornais e tema de filmes. Ele é o primeiro filme narrativo a tratar da transgeneridade, inaugurando uma história que se estenderia por toda a segunda metade do século XX e os primeiros anos do século XXI até desembocar em "A Garota Dinamarquesa", também sobre figuras reais da época de Jorgensen e talvez o ponto máximo (e potencialmente mais cruel) de toda uma construção da imagem cinematográfica de uma personagem trans. Por fim, "I Saw the TV Glow" é possivelmente o símbolo maior de um novo cinema trans. Dirigido e estrelado por pessoas trans, subverte os tropos que vemos anteriormente e constrói suas próprias chaves narrativas, algumas em diálogo direto com o cinema trans de outrora, outras nem tanto.

Levando tudo isso em consideração, procuraremos entender, então, como este olhar descrito por Laura Mulvey se aplica na história da transgeneridade no cinema e como é possível subvertê-lo na direção de perspectivas diferentes para personagens e narrativas trans no audiovisual.

Aplicaremos a leitura do texto de Mulvey (1975) à análise dos filmes "Glen ou Glenda" (1953), "A Garota Dinamarquesa" (2015) e "I Saw the TV Glow" (2024), discutindo como as narrativas de pessoas trans no cinema se configuram a partir de perspectivas que não são próprias, reduzindo essas personagens a simples objetos de um olhar masculinista e sádico. Por último, buscaremos compreender como as narrativas trans podem superar esses tropos fetichistas e se tornarem um espaço que faça jus à vida e existência trans, encontrando caminhos e perspectivas que transformem a transgeneridade no cinema em algo que é também pensado e realizado por pessoas trans.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### *2.1 A CONSTRUÇÃO DO OLHAR DO FILME EM "PRAZER VISUAL E CINEMA NARRATIVO", DE LAURA MULVEY*

Em seu ensaio seminal "Prazer Visual e Cinema Narrativo" (1975), a teórica de cinema feminista Laura Mulvey apresenta a tese de que as estruturas do cinema narrativo contribuem para que o olhar do filme seja um olhar masculino e fetichizante sobre as mulheres em tela. A autora propõe um uso político da psicanálise para entender como isso se configura. Logo no primeiro parágrafo, ela apresenta a relação simbólica que a figura da mulher apresenta para homens dentro de uma cultura patriarcal:

> "Mulher" então, para uma cultura patriarcal, é classificado como um significante do outro masculino, presa a uma ordem simbólica que homens podem usar para fantasiar e para satisfazer suas obsessões por meio de um comando linguístico, ao impor a elas a imagem de mulher silenciosa ainda agarrada ao seu lugar de possuidora, mas não criadora de, significado (Mulvey, 1975, p. 2).

Segundo Mulvey (1975), o cinema utiliza desta lógica do inconsciente coletivo para pensar o prazer visual do espectador, criando uma codificação da maneira dominante como homens experienciam o erótico com os recursos de linguagem próprios de sua arte. Citando Freud (1856 – 1939), a autora apresenta o conceito da escopofilia (o prazer puramente visual), que ela afirma que, embora não pareça, é essencialmente ativo, pois o espectador é o sujeito do olhar, transformando a pessoa observada em um objeto do seu desejo. Essa condição do espectador de cinema, portanto, pode ser entendida como extremamente violenta, pois subjuga as figuras em cena para o seu prazer. Ainda assim, o espectador não sofre nenhuma ameaça de ser confrontado pelo seu olhar, visto que a figura na tela é uma figura morta, presa nos limites da película.

Mulvey (1975) vai além e afirma que este prazer visual obtido no cinema narrativo não é apenas um prazer sexual, mas por vezes tem um viés narcisista, o que nos leva à natureza sádica deste olhar. Nesse sentido, o espectador se identifica com a imagem vista na tela e desenvolve expectativas em relação às personagens, procurando satisfazer os desejos de seu ego. Dessa maneira, o espectador pode determinar a culpa em certas personagens (notoriamente femininas), e sentir prazer ao vê-las sendo punidas ou perdoadas narrativamente por suas ações, sob controle de quem assiste, cujo ponto de vista é emulado pelas convenções narrativas do cinema, como a decupagem e a montagem.

## *2.2 O OLHAR SÁDICO DO ESPECTADOR EM RELAÇÃO A PERSONAGENS TRANS NO CINEMA*

Desde que personagens trans passaram a figurar dentro do cinema narrativo, a sua presença em cena dialoga diretamente com este olhar masculinista e fetichista que Mulvey (1975) descreve. A figura da personagem trans atua como um símbolo ideal da determinação da culpa, pois sua existência foge dos princípios estruturantes da cultura patriarcal ocidental. Nesse sentido, o espectador deseja o controle sobre esta figura, assim como deseja o controle sobre figuras femininas no geral. O aspecto "desconhecido" que as personagens trans apresentam, despertando simultaneamente o desejo e a repulsa, faz com que o sadismo desse olhar pese desproporcionalmente, entendendo essas personagens como criaturas que precisam ser dominadas ou corrigidas, levando à punição ou ao perdão extremo.

Isso se traduz em uma distância ainda maior do espectador em relação à figura em cena, pois, ao sair do cinema, este espectador não "corre o risco" de se deparar com pessoas trans (ou assim acredita). Portanto, as personagens trans no cinema são um dos fatores que podem influenciar a visão que este espectador tem de pessoas trans na vida real. O cinema se torna uma janela para a vida de pessoas que estão em uma margem relativamente invisível da sociedade. Mas o que acontece quando essa janela é enquadrada de modo a enfatizar a escopofilia fetichista e o sadismo exacerbado deste espectador? Quando a punição extrema que o espectador pode exercer sobre personagens trans, ao identificar-se com o ponto de vista controlador da câmera, se torna a referência de como se pode agir sobre pessoas trans?

## *2.3 BREVE PERCURSO DE PERSONAGENS E NARRATIVAS TRANS NO CINEMA*

A primeira personagem explicitamente trans da história do cinema é Glenda, de "Glen ou Glenda" (TEAGUE, 2003), filme fundamental para a construção da figura da personagem trans que tratamos aqui. "Glen ou Glenda" foi uma encomenda do produtor George Weiss (1921 – 2010), um dos principais nomes do *exploitation film*[3] nos anos 1950. A intenção de Weiss era produzir um filme a partir da história de Christine Jorgensen, que tomava conta dos veículos de fofoca à época[4], e tornou-se uma super-estrela como a primeira mulher trans a realizar uma cirurgia de redesignação sexual e ficar conhecida nacionalmente por isso.

O projeto chamou atenção de um jovem funcionário do estúdio chamado Ed Wood (1924 – 1978), principalmente porque, como nos conta Benshoff (1997), Wood, embora não se considerasse uma pessoa trans, era o que se chamava de *crossdresser* (algo parecido com o que viriam a ser as *drag queens*, embora não tão ligado à performance). O filme, que foi desenhado para tratar da vida de Jorgensen, acabou por tornar-se uma semi-autobiografia de Wood, que o dirigiu e nele atuou, descrevendo sua experiência com a disforia de gênero.

Na narrativa, a história de Glen/Glenda é narrada por um psiquiatra que, após o suicídio de uma paciente trans, deve explicar para o inspetor da polícia o que é a transgeneridade e por que essas pessoas são assim.

> Por mais estranho que seja, [...] não é uma história nova. A mudança de sexo foi realizada muitas vezes. Aqueles cujo sexo pode ser mudado, estes são os fáceis. Mas e aqueles que querem ser desesperadamente ser do sexo oposto, no entanto não podem mudar seu sexo? Foi este o caso de Patrick, Patricia, o suicídio. [...] Você apenas pode entender completamente a mudança de sexo

[3] *Exploitation film* é uma ramificação dos filmes-B (que já eram produzidos em Hollywood ao menos desde os anos 1930) cujas obras procuravam sucesso comercial ao atrelar-se a temas polêmicos do momento, se aproximando, por exemplo, da cultura dos tabloides.

[4] Em 1º de dezembro de 1952, o jornal New York Daily News publicou uma matéria sobre a história de Jorgensen com a manchete "Ex-GI Becomes Blonde Beauty" ("Ex-Soldado Vira Beldade Loira").

> pegando dois casos inteiramente diferentes, dois homens com exatamente a mesma experiência de vida, desde a infância até a idade adulta, e sob suas próprias decisões e destinos (trecho de diálogo entre o psiquiatra e o inspetor policial em "Glen ou Glenda", Wood, min. 10).

Desde o princípio, portanto, a personagem trans, encarnada aqui em Glenda, é tratada como um objeto de estudo, uma espécie de rato de laboratório de que se pode abusar e especular sem consequências.

Glenda também é entendida como uma versão feminina de Glen, retratando pessoas trans como detentoras de dupla personalidade, e não como seres únicos e íntegros. Ao longo das décadas seguintes, vemos que essa chave de leitura se consolida como um padrão na construção de personagens trans, enquadrando a transgeneridade como um dilema entre dois lados de uma pessoa - uma convenção narrativa que coloca essas personagens como figuras perdidas e confusas, portanto necessitadas do controle e do poder de decisão do espectador mimetizado pelo filme.

Em determinado momento de "Glen ou Glenda", o psiquiatra explica que Glen é *crossdresser*, mas não homossexual, o que parece irônico à luz do tempo. Isso motiva o conflito central do filme: a personagem tem medo de sua esposa descobrir suas atividades femininas e largá-la. Ao fim, a personagem de Glen/Glenda recebe o perdão de sua esposa, mas apenas porque Glen decide abdicar de Glenda e se tornar um marido tradicional. Nesse momento, a personagem trans "perdida e confusa" recebe sua sentença do espectador - neste caso, o perdão, mas ainda assim um perdão que parte de um ponto de partida condicional.

Talvez seja essa a característica definidora do percurso de personagens e narrativas trans no cinema, que começa em "Glen ou Glenda": nunca se parte do pressuposto que personagens trans são humanas, quem dirá inocentes. Portanto, sempre há uma sentença a dar. É preciso pôr ordem a essas criaturas retratadas como desviantes e devassas, e o olhar da câmera, emulando o olhar do espectador, se encarrega de fazer essa sentença valer, satisfazendo o impulso sádico e fetichista descrito por Mulvey (1975).

Personagens trans passam a ser mais comuns no cinema narrativo ocidental (principalmente norte-americano) na virada entre os anos 1960 e 1970, época dos Cinemas Novos, entre eles a Nova Hollywood, quando foi abolida a auto-censura do Código Hays[5] e os filmes-A da indústria hollywoodiana se aproximaram dos filmes-B ao também tratar diretamente de sexo, violência e tabus.

É assim que em 1970, a história de Christine Jorgensen é de fato filmada pela primeira vez em "The Christine Jorgensen Story", de Irving Rapper, um filme de drama

[5] O Código Hays foi um conjunto de diretrizes morais autoimpostas pela indústria cinematográfica americana entre 1934 e 1968. O objetivo era regular o conteúdo dos filmes produzidos em Hollywood, garantindo que fossem considerados moralmente aceitáveis para o público, em vista da quantidade considerável de filmes produzidos nos primeiros anos do cinema sonoro que eram sugestivos quanto a temas sexuais, por exemplo.

convencional que vai utilizar de seus artifícios próprios para alcançar os mesmos efeitos de natureza sádica do *exploitation film*. Aqui, Christine (John Hansen) é também enquadrada como uma pessoa dividida entre dois lados, reforçando o fetiche de relembrar narrativamente o nome morto da personagem, de modo a não deixá-la esquecer que ela nunca será "uma mulher de verdade".

O filme se utiliza do processo de transição de gênero como um mecanismo dramático a partir da ênfase no sofrimento da personagem, de modo que ele seja tão apelativo a ponto de o espectador decidir que pode conceder seu perdão a ela. No entanto, o espectador se regozija desse sofrimento, que é codificado como uma provação necessária para que a personagem possa ser perdoada pelo seu desvio.

Ainda no ano de 1970, uma comédia parte da mesma base da história de Jorgensen para construir outros delineamentos narrativos. Trata-se de "Myra Breckinridge", de Michael Sarne, em que a protagonista Myra (Raquel Welch), após fazer uma cirurgia de redesignação sexual no exterior (tal como Jorgensen), volta para os EUA e tenta aplicar um golpe em seu tio rico dizendo que é a viúva de Myron (seu nome morto).

Embora a premissa cômica vá no sentido contrário do que vemos em "The Christine Jorgensen Story", os seus resultados são semelhantes: o filme constrói a derrocada de Myra, de modo que a vemos ser punida pela sua audácia de trocar de gênero e tentar aplicar um golpe na sociedade cisheterossexual. Nesse declínio da personagem (que resultará em sua morte), o espectador tem sua vingança contra essa criatura desviante que deve ser punida, e seu impulso sádico é satisfeito a cada passo do seu sofrimento.

No fim, tanto a personagem trans que será perdoada (mais comum no drama) quanto a personagem trans que será punida (mais comum na comédia) são desenhadas para o olhar fetichista do espectador de modo a tornar o sofrimento da personagem um gozo para o espectador. Esse sofrimento poderá ser o que virá a fazer a personagem merecer a sentença do perdão, ou a consequência de receber a sentença da punição. De qualquer modo, no drama ou na comédia, as personagens trans estão lá com a finalidade de servir à escopofilia fetichista e sádica deste espectador.

Em Nova York, fora da indústria hollywoodiana, os artistas Andy Warhol (1928 – 1987) e Paul Morrissey (1938 – 2024) escalaram pela primeira vez atrizes trans em um filme narrativo[6] - Jackie Curtis (1947 - 1985), Holly Woodlawn (1946 - 2015) e Candy Darling (1944 - 1974), que se tornaria um ícone do cinema *underground* e a principal referência de uma atriz trans na história do cinema até os dias atuais.

No entanto, embora os próprios realizadores Warhol e Morrissey fossem pessoas queer e fizessem um cinema para um circuito alternativo, a maneira como construíam personagens para essas atrizes não deixava de ecoar esse sadismo.

[6] Em "The Christine Jorgensen Story", por exemplo, a personagem trans é interpretada por um homem cis (John Hansen); em "Myra Breckinridge", por uma mulher cis (Raquel Welch).

Em “Women in Revolt!”, de 1971, os cineastas fazem uma sátira do Movimento de Libertação das Mulheres escalando atrizes trans para fazer os papéis das ativistas. Para eles, essas atrizes não eram mulheres de verdade, e portanto isso tornava a luta dessas personagens uma farsa, zombando simultaneamente das ativistas do movimento feminista e de mulheres trans por acharem que são mulheres.

Nesse caso, o regozijo do espectador não vem de dentro do texto fílmico, mas da suposta ironia que o embate entre a narrativa do filme e o seu contexto externo provoca. É um sadismo de um espectador sofisticado de cinema de arte, mas cuja essência não é diferente da escopofilia fetichista do cinema narrativo tradicional.

Ao longo da década de 1970, personagens trans aparecem com alguma frequência em filmes de ficção, enquadrando sua transgeneridade neste lugar comum de dupla personalidade que já mencionamos e utilizando-se disso como instrumento narrativo. Um exemplo notório é “Um Dia de Cão” (Sidney Lumet, 1975), em que a ação principal do filme é motivada pela personagem trans coadjuvante: Sonny (Al Pacino) tenta roubar um banco para pagar a cirurgia de redesignação sexual de sua namorada trans, Leon (Chris Sarandon). Quando o plano do assalto dá errado, o filme toma outras direções, mas a presença da personagem trans como motivação da ação principal desencadeia todo o arco narrativo que vem posteriormente.

Com a personagem trans em uma posição coadjuvante, o espectador encara o seu sofrimento de maneira indireta. No caso de “Um Dia de Cão”, essa personagem é utilizada como um recurso de humilhação percebida pelo público para o protagonista, pois quando ela o visita na delegacia, vemos que sua expressão de gênero ainda é predominantemente masculina, (diferente de Elizabeth Eden [1946 - 1987], figura real em que Leon foi baseada), causando constrangimento a Sonny e complicando a sua situação dramática. Desse modo, o sadismo em relação à personagem trans também é indireto, sendo satisfeito a partir da humilhação a qual ela submete o protagonista.

Em suma, personagens trans no cinema têm sido enquadradas nestes moldes desde então em uma série de gêneros dentro do cinema narrativo. Filmes como “Vestida para Matar" (Brian De Palma, 1980) e “O Silêncio dos Inocentes” (Jonathan Demme, 1991), que desenvolvem no terror o tropo da personagem trans assassina que mata porque tem um transtorno de identidade de gênero[7]; “Traídos pelo Desejo” (Neil Jordan, 1992) e “Meninos não Choram” (Kimberly Peirce, 1999), que trabalham com o arco narrativo sádico do perdão na tradição de dramas como “The Christine Jorgensen Story”; “Segredos de uma Novela” (Michael Hoffman, 1991) e “Ace Ventura - Um Detetive Diferente” (Tom Shadyac, 1994), que trabalham com o arco narrativo sádico da punição na tradição de comédias como “Myra Breckinridge”; entre outros.

[7] Na CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, publicada pela Organização Mundial da Saúde), o transtorno de identidade de gênero, antes conhecido como transexualismo, é classificado como doença mental (OMS, 1993).

# 3 RESULTADOS

## *3.1 O ESTABELECIMENTO DE TROPOS NARRATIVOS DA TRANSGENERIDADE EM "GLEN OU GLENDA"*

Os tropos narrativos propostos na construção da personagem trans em "Glen ou Glenda" foram trabalhados e retrabalhados inúmeras vezes sob prismas distintos, mas a base é muito clara: o caráter patologizante dessas personagens, entendidas como detentoras de uma dupla personalidade, e cuja história é narrada por um psiquiatra, determinando a figura trans como um objeto de estudo mais do que um ser humano; o desenvolvimento de um arco narrativo que permite que o espectador lhe sentencie à punição ou ao perdão, regozijando do seu sofrimento em ambas as situações; e a câmera que emula a escopofilia fetichista do espectador de modo que ele se sinta responsável por esta sentença e possa satisfazer seu impulso sádico com a provação ou a condenação da personagem em tela.

O eco de um fazer cinematográfico dos filmes-B da década de 1930 também interage com essas construções narrativas. Em "Glen ou Glenda", um velho e bêbado Bela Lugosi (1988 – 1956) (ator que ficou conhecido por interpretar Drácula nos filmes de terror clássicos da Universal) anuncia a história ao som de trovões. "Beware! Beware!" ("Cuidado! Cuidado!"), diz ele enquanto raios atingem a tela, sugerindo novamente como Glenda (Ed Wood) aqui é vista como fruto de um processo patológico - uma criatura que deve ser estudada e controlada. Como representante da câmera que emula o olhar do espectador, Lugosi está lá para julgar e sentenciar a personagem. Suas aparições esporádicas durante o filme reforçam que sua presença não se esvai em algum momento: este juiz da narrativa, que não passa de um duplo do espectador, é sempre presente, mesmo quando parece invisível, e "Glen ou Glenda", mais do que filmes subsequentes com personagens trans, não busca esconder isso.

A abordagem patologizante desenvolvida aqui busca também utilizar as personagens como meio de categorizar pessoas trans. Esse exemplo fica muito claro no final, quando o psiquiatra, em comparação à Glenda, apresenta a história de outra mulher trans, Anne (Tommy Haynes), que, segundo o psiquiatra, realmente se tornou uma mulher, pois decidiu fazer cirurgia de redesignação sexual e, principalmente, se relaciona com homens, diferente de Glenda, que tem uma esposa.

Anos depois, o sexólogo Ray Blanchard (1945 -) viria a propor uma divisão pseudocientífica e transmisógina entre mulheres trans que seriam ou AGP (transsexuais autoginefílicas) ou HSTS (transsexuais homossexuais). Segundo Blanchard (1985), mulheres trans AGP eram homens heterossexuais que transicionaram por se sentirem sexualmente estimuladas ao se imaginarem com um corpo feminino, e por isso se atraem e se relacionam com outras mulheres. Mulheres trans HSTS, então, seriam "mais mulheres" que as AGP por se atraírem e se relacionarem com homens, o que as faria "verdadeiramente femininas". O

conceito de Blanchard, além de contribuir para a patologização e a estigmatização de mulheres trans, é consideravelmente misógino, pois pressupõe que o elemento definidor da mulheridade é a atração por homens, enxergando mulheres como seres que existem única e exclusivamente em função da masculinidade.

Embora realizado anos antes da teoria de Blanchard, "Glen ou Glenda" carrega o embrião dessa divisão ao apresentar Glenda como o perfil do que viria ser chamado de AGP e Anne como o arquétipo do que virá a ser chamado de HSTS. Em determinado momento, o psiquiatra-narrador faz questão de apontar que "Glenda é uma travesti, mas não um homossexual". Essa divisão apresentada no filme que Blanchard posteriormente cristalizaria no meio acadêmico repercute na história de personagens e nas narrativas trans no cinema inclusive como uma forma de definir essa sentença do espectador: personagens trans arquetipicamente HSTS (como em "The Christine Jorgensen Story") têm maior chance de serem sentenciadas ao perdão, por serem compreendidas como verdadeiramente femininas (até certo ponto), enquanto personagens arquetipicamente AGP (como em "Myra Breckinridge") têm maior chance de serem sentenciadas à punição, por serem compreendidas mais explicitamente como frutos de um desvio sexual (OMS, 1993).

Por fim, a construção da personagem trans em "Glen ou Glenda" passa essencialmente pelo dilema entre estes dois lados da mesma pessoa, e isso é encenado no filme particularmente por meio de uma cena de sonho/pesadelo, enquanto uma série de vinhetas, incluindo um momento em que Glenda se enxerga desconfigurada no espelho, representa um sentimento de disforia que simboliza o sofrimento interno que a personagem atravessa. Embora o caráter surreal de uma cena onírica não seja comum na maioria dos filmes narrativos contendo personagens trans posteriormente, a ideia do sofrimento interno sendo codificado na personagem se sentindo disfórica (e o espelho se torna um marcador cênico comum desse sentimento) se torna largamente característica para essas figuras. Filmes como "The Christine Jorgensen Story", "Jogo de Lágrimas", "Meninos não Choram" e "A Garota Dinamarquesa" utilizam-se da mesma estrutura de cena para construir suas personagens trans. Esses momentos de intenso sofrimento da personagem enfatizam o olhar sádico e fetichista do espectador que é emulado pela câmera, de modo que sua persistência e textura no texto fílmico buscam ampliar a reverberação do sofrimento para que ele possa ser experienciado da melhor maneira.

## *3.2 A CONSOLIDAÇÃO DE TROPOS NARRATIVOS DA TRANSGENERIDADE EM "A GAROTA DINAMARQUESA"*

62 anos depois de "Glen ou Glenda" e 45 anos depois de "The Christine Jorgensen Story", o sadismo ligado à construção da figura de mulheres trans no cinema narrativo reforça sua crueldade em outro filme biográfico, dessa vez sobre Lili Elbe (1882 - 1931).

Trata-se de “A Garota Dinamarquesa” (Tom Hooper, 2015), que foi imediatamente aclamado pela crítica oficial, apesar das duras críticas vindas da comunidade trans. Em um momento histórico que a pauta de direitos trans vinha ganhando crescente visibilidade no noticiário mundial, a aclamação do filme foi tamanha que rendeu a Eddie Redmayne, o ator cis que interpretou Lili, uma indicação ao Oscar de Melhor Ator (2016).

O que mais chama a atenção em “A Garota Dinamarquesa” é que ele repete de maneira exagerada todas as convenções narrativas ligadas à construção de personagens trans de forma a possibilitar a satisfação do impulso sádico e fetichista do espectador descrito por Mulvey (1975), quase que ciente da sua própria crueldade. O filme é inteiramente baseado no gozo do espectador em cima do sofrimento da personagem, sustentado por cenas violentas e invasivas de disforia, com a câmera buscando closes que enfatizam e reverberam o sentimento de desespero de Lili como se estivéssemos assistindo a um assassino cortar sua vítima em pedaços em um filme de *slasher*.

“A Garota Dinamarquesa” assume frontalmente sua escopofilia fetichista, e o prazer que sente no sofrimento da personagem. A cirurgia de redesignação sexual é utilizada aqui como principal mote narrativo, e todos os procedimentos necessários para que Lili consiga fazê-la são dramatizados de modo a fazê-la uma figura definida pelo sofrimento, em uma provação deliciosamente brutal para o olhar do espectador. A obsessão da narrativa em trazer à tona a todo instante o nome morto da personagem e referir-se a ela com pronomes masculinos, não a deixando esquecer que não é uma mulher de verdade, tem um caráter especialmente violento aqui, pois o filme se refere com mais frequência a ela no masculino que no feminino.

O filme também segue a tradição patologizante de enquadrar personagens trans como detentoras de uma dupla personalidade, que as faz criaturas confusas e traidoras não só de uma ordem, mas neste caso também das pessoas que as amam. Lili é casada com Gerda (Alicia Vikander), que encara sua transição com desprezo e até na sua morte faz questão de chamá-la de marido.

Outra questão presente é a dinâmica AGP x HSTS que vem de “Glen ou Glenda”. Como Lili é casada com uma mulher, ela é uma mulher trans menos verdadeira aos olhos do espectador. É no momento que a personagem, rejeitada por Gerda, busca um homem como parceiro, que o filme começa a considerar perdoá-la, pois agora se entende que talvez não seja somente um desvio sexual.

A humilhação constante pela qual a personagem é submetida na narrativa, sendo chamada pelo seu nome morto, referida por pronomes masculinos, e tendo sua genitália não somente mostrada em tela constantemente (em mais de uma cena, a vemos escondendo a genitália de modo que não fique evidente pela roupa), mas relembrado-a sempre como o elemento definidor da sua identidade e a razão pela qual ela é ainda é “um homem por dentro”.

A morte de Lili ao final do filme vir em decorrência da sua cirurgia de redesignação sexual é a última gota para o sadismo exacerbado do filme transbordar. Morrer fraca e infeliz, ainda chamada de marido e referida de modo masculino por Gerda, tudo por causa da cirurgia que o filme construiu como a única chance para a sua felicidade, o único caminho para realmente se tornar mulher, é de uma crueldade narrativa que vem do acúmulo de personagens trans escritas e filmadas para a satisfação do impulso sádico e fetichista de um espectador cisheterossexual.

"A Garota Dinamarquesa", portanto, talvez seja a epítome de uma longa história da transgeneridade no cinema narrativo que foi pensada e dominada por uma câmera que buscou emular a escopofilia fetichista do espectador descrito por Laura Mulvey em "Prazer Visual e Cinema Narrativo" (1975). Por outro lado, na década de 2010, as coisas parecem começar a mudar, ainda que lenta e gradualmente. É nesse período que cineastas trans começam a produzir filmes narrativos pela primeira vez na história.

Não podemos deixar de falar das irmãs Lana (1965 -) e Lilly Wachowski (1967 -), que transicionaram após estarem estabelecidas na indústria cinematográfica norte-americana, e também os primeiros longas-metragens dirigidos por pessoas trans, como "Lingua Franca" (2019), de Isabel Sandoval (1982 -); e "So Pretty" (2019), de Jessica Dunn Rovinelli (1988 -). Cineastas como elas estão repensando a história de personagens e narrativas trans no cinema e subvertendo os tropos estabelecidos, efetivamente passando a ser também criadoras, e não mais apenas criaturas.

## *3.3 A SUBVERSÃO DE TROPOS NARRATIVOS DA TRANSGENERIDADE EM "I SAW THE TV GLOW"*

O segundo filme narrativo de Jane Schoenbrun, "I Saw the TV Glow" (2024), atua como um contraponto à maneira como as narrativas trans foram trabalhadas pela perspectiva cisheterossexual. Trata-se essencialmente de um filme sobre a disforia sentida pelas personagens (como "Glen ou Glenda", "The Christine Jorgensen Story", "A Garota Dinamarquesa" e muitos outros); no entanto, Schoenbrun não encena esse sentimento disfórico de modo a reverberar a dor e o sofrimento das personagens, mas a evocar o horror desse tipo de experiência.

Em "I Saw the TV Glow", acompanhamos os adolescentes Owen (Justice Smith) e Maddy (Jack Haven), adolescentes que vivem uma vida quieta nos subúrbios do meio-oeste americano. O que os liga é o amor pela série de TV "The Pink Opaque", que conta a história das adolescentes Isabel (Helena Howard) e Tara (Lindsey Jordan) e sua conexão psíquica para lutar contra o Mr. Melancholy (Emma Portner), um super-vilão em formato de lua. A série passa tarde de noite, depois da hora de Owen dormir, e Maddy grava os episódios em fita e entrega para Owen no dia seguinte na escola.

A relação que eles constroem com a série é tão intensa que passam a duvidar se aquilo não é a vida real. Owen se enxerga em Isabel, e Maddy se enxerga em Tara. Pessoa e personagem se tornam o mesmo, e os adolescentes passam a sentir que estão vivendo suas vidas por meio das personagens da série. Owen é Isabel; Maddy é Tara - e o fato de que ainda parecem ser Owen e Maddy os atormenta profundamente.

Quando Maddy desaparece por 8 anos e retorna sem aviso à cidade natal, ela conta para Owen, chamando-o de Isabel, que, na verdade, o mundo de "The Pink Opaque" é real, e aquilo que eles estão vivendo é uma realidade falsa. Na verdade, eles são Isabel e Tara. Maddy conta que se enterrou viva e acordou como Tara, e convida Owen a fazer o mesmo. Ele, com medo, foge e nunca mais a vê. "E se ela estivesse certa? E se eu fosse outra pessoa? Uma pessoa bonita e poderosa? Enterrada viva e sufocada até a morte no outro lado da tela da televisão?" (trecho da narração de Owen em "I Saw the TV Glow" refletindo sobre a conversa com Maddy, Schoenbrun, 2024, min. 70).

Com o passar dos anos, Owen torna-se um adulto funcional, com família, filhos e um emprego em um salão de festas infantis local. Um dia, durante seu trabalho, o tempo é paralisado e Owen sente seu peito romper-se ao meio, como se a carne se rasgasse por si própria, e dentro dele, no lugar de seu coração, pulmões e demais órgãos vitais, está uma televisão. Owen grita, mas ninguém o ouve.

O sentimento de disforia aqui é abordado metaforicamente por meio da incorporalidade, ou seja, ao invés de utilizá-lo para relembrar constantemente que a personagem está presa ao seu corpo e fazê-la sofrer por isso em penitência, aqui o conflito vem de a personagem não estar mais presente no seu próprio corpo e do medo e da angústia que são provocadas por essa sensação. É o fantasma de viver para sempre dessa maneira que atua como ponto de partida do conflito.

Portanto, o que Schoenbrun faz em "I Saw the TV Glow" é colocar personagens trans fora de um lugar de julgamento para o olhar do espectador. Não existe sentença a ser dada - existem personagens e seus conflitos, que provocam sentimentos no espectador muito mais ligados à empatia que à identificação com o ponto de vista da câmera e o controle sobre o destino das personagens na narrativa. Não há o que perdoar ou punir, pois a câmera não busca emular a escopofilia fetichista e satisfazer os impulsos sádicos do espectador; pelo contrário, ela busca criar pontes com o espectador colocando-o na visão de um outro que não lhe pertence.

A alteridade, portanto, contrapõe o sadismo, pois não há o que sentenciar e o que controlar se estamos completamente rendidos ao ponto de vista do outro. Alinhado ao caráter metafórico e por vezes lúdico com que o filme trata a disforia, nunca sentimos que as personagens estão sendo exploradas pelo seu sofrimento, mas sim compreendidas em seus medos e angústias.

O cinema de Schoenbrun não é o único a desafiar os tropos e convenções estabelecidas de personagens e vivências trans no cinema narrativo contemporâneo. Filmes como “The People's Joker” (2022), de Vera Drew (1989 -); “T Blockers” (2023), de Alice Maio Mackay (2004 -); “Castration Movie” (2024), de Louise Weard (1994 -), entre outros, expressam o descontentamento com a história cruel da representação de personagens e narrativas trans, e propõem novos caminhos, bastante diferentes uns dos outros, para construir um cinema feito por e para pessoas trans - e não para o olhar sádico descrito por Mulvey (1975).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da transgeneridade é marcada pela construção de narrativas e personagens trans com a finalidade de satisfazer a escopofilia fetichista e o impulso sádico e transmisógino de um espectador cisheterossexual, descrito por Laura Mulvey no ensaio “Prazer Visual e Cinema Narrativo” (1975), cujo olhar é emulado pela câmera de modo que ele se identifique com o ponto de vista do filme e sinta prazer em controlar o destino dessa personagem, sentenciando-a ao perdão ou à punição. Em ambos os casos, o espectador se regozija com o sofrimento da personagem, e o filme utiliza-se de mecanismos da linguagem cinematográfica tradicional tais como a decupagem e a montagem para intensificar o gozo em cima da dor.

De “Glen ou Glenda” a “A Garota Dinamarquesa”, os tropos e convenções narrativas instrumentalizadas para criar essa relação entre personagem e espectador são reincidentes e aparecem de modos diversos em diferentes gêneros (drama, comédia, terror, entre outros) com variações que, em última análise, apenas reforçam as mesmas tendências construídas desde sempre e atingem a mesma finalidade sádica e fetichista.

Filmes como “I Saw the TV Glow”, pensados, dirigidos e atuados por pessoas trans, tiram a transgeneridade do lugar único de criatura e faz com que ela passe a ser uma criadora de cinema também. Com essa mudança, vemos cineastas que subvertem os tropos e convenções construídos para este olhar cisheterossexual, e utilizam de mecanismos como a metáfora e a alteridade para construir uma relação diferente entre personagem e espectador - uma em que personagem trans não precisem ser controladas e sentenciadas do outro lado da tela. É, portanto, uma nova perspectiva da transgeneridade no cinema, que, embora não possa ser caracterizada como um movimento por ser bastante difusa em termos estéticos, tem como elemento comum a oposição a uma câmera que emule a escopofilia fetichista do espectador cisheterossexual.

## REFERÊNCIAS

**A GAROTA Dinamarquesa**. Direção: Tom Hooper. Produção: Working Titles Films. Londres: Universal Pictures, 2015.

**ACE Ventura - Um Detetive Diferente**. Direção: Tom Shadyac. Produção: Morgan Creek Productions. Los Angeles: Warner Bros., 1994.

BENSHOFF, Harry. **Monstros no Armário**: Homossexualidade e o Cinema de Horror. Manchester University Press, 1997.

BLANCHARD, RAY. Tipologia do Transsexualismo Masculino-para-feminino. **Archives of Sexual Behavior**, n. 14, p. 247-261, jun. 1985.

**CASTRATION Movie**. Direção: Louise Weard. Vancouver: CyberCraft Productions, 2024-25.

**GLEN ou Glenda**. Direção: Ed Wood. Los Angeles: Screen Classics, 1953.

**I SAW the TV Glow**. Direção: Jane Schoenbrun. Produção: Fruit Tree. Los Angeles: A24, 2024.

**LINGUA Franca**. Direção: Isabel Sandoval. Produção: 1707 Entertainment. Los Angeles: Array, 2019.

**MENINOS não Choram**. Direção: Kimberly Peirce. Produção: Independent Film Channel Productions. Nova York: Fox Searchlight Pictures, 1999.

MULVEY, Laura. Prazer Visual e Cinema Narrativo. **Screen**, v. 16, n. 3, p. 6–18, out. 1975.

**MYRA Breckinridge**. Direção: Michael Sarne. Los Angeles: 20th Century Fox, 1970.

**O SILÊNCIO dos Inocentes**. Direção: Jonathan Demme. Produção: Strong Heart Productions. Los Angeles: Orion Pictures, 1991.

**SEGREDOS de uma Novela**. Direção: Michael Hoffman. Los Angeles: Paramount Pictures, 1991.

**SO Pretty**. Direção: Jessica Dunn Rovinelli. Nova York: 100 Year Films, 2019.

**T Blockers**. Direção: Alice Maio Mackay. Adelaide: One Manner Productions, 2023.

TEAGUE, Gypsy. O Aumento de Personagens Transgênero no Cinema e na Televisão. **Transgender Tapestry**, n. 102. p. 31, jul. 2003.

**THE CHRISTINE Jorgensen Story**. Direção: Irving Rapper. Produção: Edward Small Productions. Los Angeles: United Artists, 1970.

**THE PEOPLE'S Joker**. Direção: Vera Drew. Produção: Haunted Gay Ride Productions. Los Angeles: Altered Innocence, 2022.

**TRAÍDOS pelo Desejo**. Direção: Neil Jordan. Londres: Palace Pictures, 1992.

**UM DIA de Cão**. Direção: Sidney Lumet. Produção: Artists Entertainment Complex. Los Angeles: Warner Bros., 1975.

**VESTIDA para Matar**. Direção: Brian De Palma. Produção: Cinema 77 Films. Los Angeles: Filmways Pictures, 1980.

WELLS, R. H. C. *et al*. **CID-10**: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. Geneva: World Health Organization, 1993.

**WOMEN! in Revolt**. Direção: Paul Morrissey. Produção: The Factory. Nova York: The Andy Warhol Film Project, 1971.

**Recebido em: 22/07/2025**
**Aceito em: 18/03/2026**

# CIBERATIVISMO DE MULHERES TRANS NO BRASIL: RESISTÊNCIA E SUBJETIVAÇÃO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA RECENTE

*CYBERACTIVISM OF TRANS WOMEN IN BRAZIL: RESISTANCE AND SUBJECTIVATION IN RECENT ACADEMIC PRODUCTION*

Amanda Cristina Gontijo Silva[1]

**Resumo**: este artigo analisa a produção acadêmica brasileira sobre o ciberativismo de mulheres trans, com foco na última década (2014–2024), e tem como objetivo compreender como esse fenômeno tem sido abordado nas publicações científicas nacionais. Trata-se de uma revisão sistematizada de literatura que adota abordagem qualitativa e utiliza a análise temática como método de tratamento dos dados. Foram selecionados dezesseis artigos científicos, localizados em bases como Scielo, LILACS, Google Acadêmico e Semantic Scholar, a partir de critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, com destaque para estudos que envolvem o ciberespaço, o ativismo digital e a identidade de mulheres trans. A análise dos artigos revelou quatro grandes eixos temáticos: ciberativismo, transfeminismo, resistência e transfobia. Os resultados demonstram que o ambiente digital tem se constituído como espaço de subjetivação, organização política e enfrentamento das normas cis-heteronormativas, sendo utilizado por mulheres trans para construir redes de apoio, denunciar violências e afirmar suas identidades. A pesquisa também identificou lacunas na literatura, como a ausência de padronização do termo "ciberativismo" nos indexadores científicos e a frequente sobreposição de conceitos como mulher trans, travesti e transfeminina, sem a devida distinção analítica nos estudos. Conclui-se que o ciberativismo de mulheres trans no Brasil representa um campo de resistência ativa e (re)existência, desafiando estruturas históricas de exclusão e contribuindo para a construção de novas epistemologias feministas e trans. O estudo reforça a importância de abordagens interseccionais, transfeministas e decoloniais na análise das dinâmicas de poder e identidade no ambiente digital contemporâneo.

**Palavras-chave**: Ciberativismo; Transfeminismo; Identidade de gênero; Resistência digital; Revisão sistematizada.

**Abstract**: this article analyzes Brazilian academic production on the cyberactivism of trans women over the past decade (2014–2024) and aims to understand how this phenomenon has been addressed in national scientific publications. It presents a systematized literature review with a qualitative approach, using thematic analysis as the method for data treatment. Sixteen scientific articles were selected from databases such as Scielo, LILACS, Google Scholar, and Semantic Scholar, based on predefined inclusion and exclusion criteria, emphasizing studies that address cyberspace, digital activism, and the identity of trans women. The analysis revealed four main thematic axes: cyberactivism, transfeminism, resistance, and transphobia. The results show that the digital environment has become a space of subjectivation, political organization, and confrontation of cis-heteronormative norms, used by trans women to build support networks, report violence, and affirm their identities. The study also identified gaps in the literature, such as the absence of standardization of the term "cyberactivism" in scientific indexers and the frequent overlap of concepts like trans woman, travesti, and transfeminine without analytical precision. It concludes that the cyberactivism of trans women in Brazil represents a field of active resistance and (re)existence, challenging historical structures of exclusion and contributing to the construction of new feminist and trans epistemologies. The study reinforces the importance of intersectional, transfeminist, and decolonial approaches in analyzing the dynamics of power and identity in the contemporary digital environment.

**Keywords**: Cyberactivism; Transfeminism; Gender identity; Digital resistance; Systematized review.

[1] Psicóloga (PUC Minas) e Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua na interface entre gênero, cibercultura e processos de subjetivação, com ênfase em violência, saúde mental e dinâmicas sociais contemporâneas. Desenvolve pesquisas em Psicologia Social com enfoque crítico e feminista transnacional.

## 1 INTRODUÇÃO

O ciberespaço tornou-se um espaço crucial para a organização de identidades, afetos e lutas políticas. Essas lutas e formas de organização, atualmente, ocorrem a partir do ciberativismo, fenômeno online utilizado para promover visibilidade, denunciar violências, articular redes de apoio e produzir narrativas próprias, a partir de ferramentas e plataformas online (Eliane Queiroz, 2017).

Nesse contexto, o ciberativismo emerge como uma forma contemporânea de militância que utiliza plataformas digitais para promover visibilidade, resistência e mobilização social. Para mulheres trans, cuja trajetória histórica tem sido marcada pela exclusão, marginalização e violência, o ambiente *online* representa tanto um espaço de vulnerabilidade quanto de possibilidade. As redes sociais têm sido utilizadas como ferramentas de afirmação de identidade, denúncia de violências e construção de redes de apoio e solidariedade.

Trata-se de um campo de resistência simbólica e política, no qual o ciberespaço se configura como território de (re)existência, subjetivação e disputa de sentidos frente às estruturas cis-heteronormativas. O ciberativismo, nessa perspectiva, vai além da mera comunicação digital, sendo uma estratégia de afirmação identitária e de construção de novas epistemologias, ampliando a presença de vozes trans nos debates sociais e acadêmicos.

Este artigo tem como objetivo compreender como o ciberativismo de mulheres trans tem sido abordado na produção acadêmica brasileira, por meio de uma revisão sistematizada da literatura publicada entre 2014 e 2024. A análise buscou identificar os descritores utilizados, os temas mais recorrentes, as perspectivas teóricas adotadas e as proposições metodológicas e políticas apresentadas pelas pesquisas realizadas dentro deste período.

A revisão foi guiada por critérios de inclusão rigorosos, característicos de revisões sistematizadas (Virginia Clarke; Victoria Braun, 2006), onde os critérios foram: apenas artigos científicos em português, com acesso disponível, que abordassem de forma empírica ou teórica o ativismo digital de mulheres trans no Brasil. A metodologia adotada foi qualitativa, com base na análise temática, permitindo uma discussão mais ampliada a partir da sistematização de padrões, categorias e recorrências nos textos analisados. Dentre os eixos temáticos identificados, quatro eixos principais emergiram dos dados: ciberativismo, transfeminismo, resistência e violência/transfobia.

Os resultados indicam que, apesar da escassez de estudos sistematizados sobre o tema, e da ausência de descritores em relação ao fenômeno do ciberativismo, há uma crescente produção que reconhece o ciberespaço como território político de resistência, subjetivação e disputa simbólica. Ainda assim, há desafios como a inconsistência

terminológica na literatura e o apagamento histórico das epistemologias trans nos campos acadêmico e político.

Ao dar visibilidade às produções acadêmicas sobre o ciberativismo de mulheres trans, este artigo busca contribuir para a consolidação de um campo de estudos ainda emergente, mas fundamental para compreender as novas formas de ativismo e resistência no contexto digital e suas implicações para os direitos humanos, a cidadania e a justiça social.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ciberespaço tem se consolidado como um lócus relacional de subjetivação, onde práticas de resistência, organização política e produção identitária se articulam de forma singular. Segundo Pierre Lévy (1998), o ciberespaço é um meta-meio que promove novas formas de sociabilidade, permitindo a criação de redes simbólicas e coletivas. No caso das mulheres trans, esse ambiente virtual oferece oportunidades de visibilidade, reconhecimento e construção de narrativas contra-hegemônicas que desafiam o apagamento histórico a que estão submetidas (K.J Rawson, 2014).

Nesse contexto, o ciberativismo emerge como prática política fundamental. Como pontua Eliane Queiroz (2017), o ciberativismo é a ação de mobilização social realizada em meios digitais, utilizando plataformas como redes sociais para denúncia de violências, articulação de pautas e construção de comunidades. Para mulheres trans, esse ativismo online representa não apenas uma estratégia de enfrentamento da transfobia, mas também um processo de subjetivação e afirmação política de existência (Nascimento; Cruz, 2021).

A compreensão dessas dinâmicas exige uma abordagem crítica e analítica sobre gênero e suas teorias. Para tanto, podemos recorrer a Judith Butler (2004) quando propõe que gênero é performativo, ou seja, constituído por atos reiterados que consolidam uma identidade socialmente inteligível. Essa perspectiva rompe com concepções essencialistas e biologizantes, permitindo compreender gênero como construção discursiva e histórica.

Pensando a partir das perspectivas do Sul Global e do pensamento anti-imperialista, Berenice Bento (2008) aprofunda a análise sobre gênero ao discutir as identidades de mulheres trans e travestis como processos de autoafirmação política diante das normas cis-heteronormativas. Para a autora, essas identidades não são apenas expressões individuais de gênero, mas práticas coletivas de resistência que desafiam estruturas de poder historicamente coloniais e patriarcais presentes no cenário brasileiro. Ao tensionar o caráter normativo das categorias de gênero e sexualidade, Bento evidencia como a experiência trans e travesti produz deslocamentos epistemológicos, abrindo espaço para outras formas de existir e narrar-se no mundo.

O transfeminismo, nesse sentido, representa um deslocamento epistemológico necessário dentro das teorias feministas. Ele insere as vivências trans no debate político e

teórico, propondo uma crítica interseccional às formas de exclusão dentro dos próprios movimentos feministas (Cardoso, 2023). Ao reivindicar o reconhecimento das pluralidades de gênero, o transfeminismo opera como ferramenta analítica e prática de resistência, articulando raça, classe, sexualidade, território e identidade em uma crítica à colonialidade do saber (Nascimento; Cruz, 2021).

A interseccionalidade, conforme formulada por Kimberlé Crenshaw (1989), é central para essa abordagem. Ela permite compreender como múltiplas opressões se articulam e produzem realidades específicas de exclusão. No caso das mulheres trans, especialmente negras, periféricas, excluídas socio-politicamente, e em situação de vulnerabilidade econômica, essas opressões se somam, potencializando processos de violência.

A partir de Patrícia Collins (2020), a interseccionalidade é vista como uma matriz de dominação que opera de forma interligada, estruturando desigualdades e hierarquias sociais. No ambiente digital, essas formas de opressão são reproduzidas, mas também desafiadas, através da produção de discursos dissidentes como por exemplo através do ciberativismo, como demonstram os estudos e seus dados levantados por meio da presente pesquisa.

Assim, esta fundamentação teórica sustenta a análise do ciberativismo como uma prática de resistência trans, situada em um contexto de disputa simbólica, de afirmação identitária e de enfrentamento da violência institucional. A articulação entre cibercultura, transfeminismo e interseccionalidade permite compreender o potencial político dos espaços digitais para a reconfiguração de subjetividades dissidentes e a transformação das estruturas normativas que sustentam a transfobia.

## *2.1 CIBERATIVISMO E RESISTÊNCIAS NO CIBERESPAÇO*

O ciberativismo pode ser compreendido como uma prática de resistência que se materializa no ambiente digital por meio de ações políticas, afetivas e discursivas voltadas à contestação de normas opressoras e à afirmação de identidades dissidentes. No caso das mulheres trans, o ciberespaço configura-se como um território simbólico de (re)existência, no qual se tornam possíveis a criação de redes de apoio, a denúncia de violências estruturais e a produção de narrativas alternativas. A internet e as redes sociais não apenas potencializam a visibilidade dessas vozes, mas também desafiam o monopólio de produção de sentido exercido pelas instituições tradicionais.

Como aponta Pierre Lévy (1999), o ciberespaço promove novas formas de sociabilidade e organização coletiva, o que permite às mulheres trans ocuparem esse espaço como campo de disputa simbólica e política. O ciberativismo, portanto, não é apenas reativo à violência, mas também propositivo na criação de novas epistemologias e na construção de subjetividades insurgentes.

Nesse contexto, emergem práticas específicas que articulam ativismo político e produção cultural digital. Um exemplo é a audiovisibilidade, entendida como a produção e disseminação de imagens e vídeos que combinam elementos de entretenimento e ativismo político, mobilizando trajetórias e narrativas visuais como instrumentos de resistência e intervenção social (Cardoso, 2023). Tais práticas permitem que as experiências e reivindicações das mulheres trans alcancem públicos mais amplos, rompendo barreiras comunicacionais e produzindo novos repertórios de ação política.

As políticas de audiovisibilidade assim como o escopo do ciberativismo, podem assim ser compreendidas como estratégias de resistência digital, que reúne estratégias e práticas voltadas ao enfrentamento das opressões e das violações de direitos em ambientes digitais. Essas estratégias incluem a denúncia de injustiças, a organização de movimentos sociais, a ampliação da visibilidade de pautas marginalizadas e a construção de narrativas contra hegemônicas que questionam o status quo (Nascimento; Cruz, 2021).

Assim, o ciberativismo não se limita a uma reação frente à violência, mas configura-se como espaço propositivo, voltado à produção de novas epistemologias e de subjetividades insurgentes que desestabilizam as normas cis-heteronormativas e ampliam os horizontes de luta por reconhecimento e transformação social. Por Cis-heteronormatividade entendemos aqui como uma estrutura normativa que privilegia identidades cisgêneras e heterossexuais, resultando na marginalização e abjeção de identidades que divergem dessas normas (Mériti Souza; Marcelo Prado, 2019).

As normas cis-heteronormativas atuam como estruturas reguladoras que delimitam quais identidades e corpos são socialmente inteligíveis e aceitáveis, relegando ao campo da abjeção aqueles que não se conformam aos padrões de gênero e sexualidade hegemônicos (Judith Butler, 2004). Essa lógica produz corpos considerados “fora do lugar” e, portanto, tratados como abjetos ou indignos de reconhecimento pleno.

Judith Butler (2004) argumenta que a abjeção se refere a sujeitos cujas existências desafiam a matriz heterossexual normativa, posicionando-os nas margens do campo social, enquanto Souza e Prado (2019) destacam como a cis-heteronormatividade reforça processos de marginalização e exclusão de corpos dissidentes.

No ciberespaço, a abjeção de corpos dissidentes ocorre por meio da reprodução de normas cis-heteronormativas que determinam quais identidades são consideradas legítimas ou visíveis. Plataformas digitais, muitas vezes, replicam a lógica social de exclusão presente no espaço físico, seja por meio de discursos de ódio, práticas de silenciamento ou algoritmos que privilegiam conteúdos alinhados à normatividade.

Assim, o ciberativismo opera como uma resposta ativa à abjeção: ele transforma um espaço potencialmente hostil em um território de resistência, onde corpos antes silenciados produzem suas próprias narrativas, questionam a legitimidade das normas excludentes e reivindicam novos lugares de existência social (K. J. Rawson, 2014).

No ciberativismo de mulheres trans, o uso de *hashtags* como forma de ciberativismo também cumpre papel central na agregação de conteúdos, narrativas e mobilizações (dado coletado através da pesquisa bibliográfica). Enquanto o ciberativismo se refere ao ativismo realizado em ambientes *online* a partir da agregação de indivíduos e grupos por meio das tecnologias, a *folksonomia* com o uso das *tags* contribui para esse processamento, permitindo que as informações sobre causas e movimentos sejam facilmente agregadas, disseminadas e encontradas (Juliana Assis; Maria Moura, 2013).

A *folksonomia* pode ser compreendida como um sistema de classificação colaborativa criado pelos próprios usuários da internet, sem a rigidez hierárquica típica das taxonomias tradicionais (Juliana Assis; Maria Moura, 2013). Essa prática ocorre por meio da atribuição de etiquetas (*tags*), que possibilitam a organização e o agrupamento de conteúdos digitais com base em interesses coletivos e experiências compartilhadas. Tais "etiquetas digitais" não apenas ampliam a visibilidade das pautas trans, mas também constituem espaços de subjetivação e resistência, permitindo que as próprias comunidades definam as categorias por meio das quais desejam ser reconhecidas.

## *2.2 TRANSFEMINISMO E IDENTIDADE DE GÊNERO*

O transfeminismo, enquanto corrente política e epistemológica, insere as experiências trans no centro do debate feminista, questionando as limitações das abordagens essencialistas de gênero e propondo uma crítica interseccional às múltiplas formas de opressão (Nascimento, 2022). Ele denuncia o apagamento histórico de mulheres trans nos feminismos hegemônicos e afirma que qualquer projeto político comprometido com a emancipação deve considerar as experiências das pessoas trans como parte fundante de sua luta.

Para o transfeminismo, a luta por reconhecimento e justiça social não se restringe à inclusão de novos sujeitos no feminismo hegemônico, mas envolve a reconfiguração das próprias categorias analíticas que sustentam o conceito de "mulher", questionando os limites normativos impostos pela cis-heteronormatividade (Nascimento; Cruz, 2021).

A identidade de gênero, nesse contexto, é compreendida como um processo em constante transformação, produzido nas interações sociais e nas condições históricas que moldam as experiências de cada sujeito. Ciampa (1989), em "O homem em movimento", coletânea organizada por Codo e Lane, aponta que a identidade é contínua e mutável, construída em um emaranhado de relações no contexto sócio-histórico, sendo permanentemente (re)significada nas vivências cotidianas.

A identidade de gênero, nessa perspectiva, é compreendida como uma construção histórica, performativa e relacional, conforme desenvolvido por Judith Butler (2004), e como campo de disputa discursiva, conforme argumenta Berenice Bento (2008). Essa abordagem recusa concepções essencialistas e biologizantes, comuns em parte do feminismo

hegemônico, e afirma que a compreensão de gênero deve se basear nas vivências concretas de corpos historicamente marginalizados (Bento, 2008; Cardoso, 2023).

O transfeminismo latino-americano articula essas compreensões às realidades locais marcadas pela colonialidade, racismo e desigualdade de classe, produzindo uma crítica enraizada que vai além do debate identitário e propõe transformações estruturais nos modos de existência e de organização política (Berenice Bento, 2008). Ele se apresenta como um movimento político e epistêmico que denuncia a exclusão histórica de mulheres trans dos feminismos tradicionais e reivindica a legitimidade de suas experiências como parte constitutiva das lutas de gênero (Nascimento; Cruz, 2021).

Essa perspectiva evidencia que a identidade de mulheres trans e travestis não é apenas expressão individual, mas um processo coletivo de autoafirmação política diante de normas cis-heteronormativas que buscam regulá-las (Bento, 2008). Assim, o transfeminismo é não apenas uma inclusão, mas uma reconfiguração do feminismo a partir das bordas.

## *2.3 TRANSEPISTEMICIDIO, SUBJETIVIDADE E (RE)EXISTÊNCIA*

A teoria interseccional, formulada por Kimberlé Crenshaw (1989), oferece ferramentas fundamentais para compreender como diferentes sistemas de opressão (como o racismo, o sexismo, a transfobia e a desigualdade de classe) se articulam de forma complexa na vida das mulheres trans. No contexto dos ativismos digitais, essa abordagem permite identificar como as desigualdades atravessam também o ciberespaço, ao mesmo tempo em que este se torna um espaço para a produção de resistências interseccionais.

Patricia Hill Collins (2016) destaca que a interseccionalidade deve ser entendida como uma matriz de dominação, mas também como uma estratégia analítica para visibilizar experiências historicamente silenciadas. No ambiente digital, as mulheres trans racializadas, pobres e periféricas criam conteúdos, coletivos e movimentos que expressam suas demandas específicas, ampliando o alcance das lutas sociais e construindo formas alternativas de reconhecimento.

A presença de mulheres trans nos ambientes digitais evidencia como essas opressões interseccionais se manifestam em práticas de violência simbólica, exclusão de algoritmos ou ataques transfóbicos organizados, mas também como esses espaços são ressignificados como arenas de resistência política (Bento, 2008; Nascimento; Cruz, 2021). Os ativismos digitais interseccionais, portanto, rompem com a lógica hegemônica de militância única e criam espaços plurais de escuta, articulação e transformação social.

Os ativismos digitais interseccionais articulam a denúncia dessas múltiplas violências à produção de narrativas alternativas e de epistemologias próprias, valorizando experiências subalternizadas e questionando hierarquias estabelecidas. Collins (2016) destaca que a interseccionalidade não é apenas uma lente descritiva, mas também um projeto político, e isso se confirma na prática do ciberativismo de mulheres trans, que utiliza *hashtags*,

campanhas e produção de conteúdo audiovisual como instrumentos de visibilidade e mobilização coletiva. Essas ações demonstram como o ambiente digital pode operar, simultaneamente, como espaço de reprodução de desigualdades e como território de (re)existência e transformação social.

## *2.4 TEORIA INTERSECCIONAL E ATIVISMOS DIGITAIS*

A violência contra pessoas trans se manifesta de maneira multifacetada, articulando dimensões simbólicas, políticas e epistêmicas. A transfobia constitui um elemento central desse processo, operando como mecanismo de marginalização que produz exclusão social, precarização das condições de vida e expectativa de vida significativamente inferior para pessoas trans (Benevides; Nogueira, 2022 Passos, 2022).

Essa violência se sustenta no cissexismo, que, ao normatizar a experiência cisgênera como legítima e desejável, marginaliza e invalida identidades que divergem dessa norma (Nunes, 2017). A estrutura cissexista não apenas atua no plano das relações interpessoais, mas também organiza sistemas sociais, jurídicos e acadêmicos, estabelecendo quais corpos, narrativas e saberes são reconhecidos como legítimos.

Essa dinâmica de exclusão atinge diretamente os espaços de subjetivação, compreendidos como arenas de negociação de significados nas quais os sujeitos dão sentido às suas experiências e constroem suas identidades (González Rey, 2004). Quando esses espaços são atravessados por discursos transfóbicos e cissexistas, limitam-se as possibilidades de produção de sentido para sujeitos trans, restringindo seus modos de existir socialmente.

Nesses contextos, a produção subjetiva, processo criativo pelo qual os sujeitos se apropriam, reinterpretam ou resistem aos significados dominantes, é profundamente tensionada (González Rey, 2004). Ainda assim, a subjetivação, já entendida como fenômeno socialmente constituído, mas não totalmente determinado e emergente das interações e práticas culturais, abre possibilidades de resistência e reinvenção (González Rey, 2004).

No entanto, a violência contra pessoas trans não se restringe à esfera física ou simbólica; ela alcança o plano epistêmico. O transepistemicídio é uma expressão dessa violência, uma forma de apagamento sistemático que busca não apenas excluir corpos trans, mas eliminar seus saberes e epistemologias, impedindo que produzam e legitimem conhecimento a partir de suas próprias experiências (Cardoso, 2023).

Esse processo reforça hierarquias de poder que silenciam vozes trans, negando-lhes o direito à construção e disseminação de suas próprias narrativas. Diante desse cenário, a resistência digital emerge como estratégia fundamental de enfrentamento.

Por meio das redes digitais, sujeitos trans têm criado espaços alternativos de subjetivação, mobilizando recursos para denunciar injustiças, construir redes de apoio e produzir narrativas contra-hegemônicas. Esses espaços digitais desafiam as normas cis-

heteronormativas, ampliando as possibilidades de produção subjetiva e resistindo aos efeitos do transepistemicídio, ao mesmo tempo que fortalecem epistemologias situadas e dissidentes.

## 3 PROCESSO METODOLÓGICO

Este estudo adota como abordagem uma revisão sistematizada da literatura com enfoque qualitativo, cujo objetivo foi reunir, analisar e sintetizar a produção científica nacional sobre o ciberativismo de mulheres trans, publicada entre 2014 e 2024. A seleção dos estudos seguiu critérios rigorosos de inclusão: artigos científicos em português, com acesso disponível, publicados em periódicos brasileiros e que abordassem o ciberativismo de mulheres trans como foco principal.

Foram excluídos artigos anteriores a 2014, em línguas estrangeiras, com foco em outros grupos (como homens trans ou pessoas cisgênero), que não abordassem o ambiente online ou que não estivessem disponíveis em acesso aberto. A busca foi realizada nas bases Scielo, LILACS, Google Acadêmico, CAPES e Semantic Scholar, utilizando os descritores: “ciberativismo”, “transfeminismo”, “mulheres trans”, “identidade de gênero” e variações como “travestis” e “pessoas transfemininas”.

A análise dos artigos selecionados foi conduzida por meio da análise temática (Braun; Clarke, 2006), a partir de uma perspectiva construcionista. Após leitura integral e elaboração de fichamentos analíticos, os temas foram organizados em quatro eixos centrais: (1) ciberativismo, (2) transfeminismo, (3) violência e transfobia, e (4) resistência digital.

A amostra final da revisão sistematizada foi composta por 16 artigos científicos, organizados abaixo em tabela (Tabela 1) demonstrativa no formato Autor/Título/Ano, publicados entre 2014 e 2024, sendo:

TABELA 1 – Representação de artigos selecionados para a análise.

| | Autores | Título do Artigo | Ano |
|---|---|---|---|
| 1 | Barbosa, B. R. S. N.; Silva, L. V. | **Transexualidade, violência e ciberespaço: Um estudo etnográfico digital.** | 2017 |
| 2 | Barreira, M. M. L.; Maia, L. M. | **Ações ciberativistas LGBTQIA+ no YouTube: Identidades e minorias ativas.** | 2022 |
| 3 | Borelli, S. H. S., Machado, M. das D.; Dias, M. R. | **Narrativas jornalísticas e possibilidades de resistência acerca do acontecimento #SomosTodasVerônica: Mídia, transfobia e violência.** | 2017 |
| 4 | Cardoso, T. V. B. | **Transfeminismo: Apagamento e luta das mulheres trans e travestis dentro do feminismo.** | 2023 |
| 5 | Carvalho, M. F. L.; Carrara, S. | **Ciberativismo trans: Considerações sobre uma nova geração militante** | 2015 |
| 6 | Cruz, M. H. S.; Nascimento, A. P. L. | **Feminismos contemporâneos: Mediações e potências do ciberativismo feminista e transfeminista.** | 2021 |
| 7 | Ferreira, R. F. | **Produção representativa de imagens como ferramenta de luta, inserção e permanência trans em espaços públicos.** | 2021 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 8 | Grunvald, V. | **Terrorismos e pontes do musicar local: Linn da Quebrada e seu artivismo de reXistência e desidentificação.** | 2022 |
| 9 | Jesus, J. G. | **Feminismos contemporâneos e interseccionalidade 2.0: Uma contextualização a partir do pensamento transfeminista.** | 2018 |
| 10 | Limeira, M. C.; Farias, A. C. | **Ciberativismo feminista no Brasil: A transformação da aceitação dos corpos femininos diversos no Instagram.** | 2021 |
| 11 | Luz, P. J. M.; Bonin, J. A. | **Formações políticas de mulheres transgêneras: Caminhos para a construção de uma cidadania transcomunicativa.** | 2021 |
| 12 | Marsicano, A. C. O.; Tesser, T. P. | **Epistemologia essencialista e (anti)feminismos transexcludentes: Biologizando o gênero nas redes sociais.** | 2024 |
| 13 | Medeiros, B. N., Castro, G. H. C.; Siqueira, M. V. S. | **Ativismo trans e reconhecimento: Por uma "transcis-rexistência" na política brasileira.** | 2022 |
| 14 | Nascimento, A. P. L.; Cruz, M. H. S. | **Ciberativismos feministas e transfeministas no Brasil.** | 2021 |
| 15 | Nunes, R. | **A identidade transfeminista através da rede.** | 2017 |
| 16 | Souza, M.; Prado, M. O. | **Violências, mulheres travestis, mulheres trans: Problematizando binarismos, hierarquias e naturalizações.** | 2019 |

Fonte: Autora (2026)

## *3.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS*

A partir da análise de 16 artigos selecionados, foi possível identificar que o ciberespaço tem se constituído como espaço estratégico de visibilidade, enfrentamento e subjetivação para mulheres trans no Brasil.

O eixo *ciberativismo* aparece como ferramenta de denúncia, organização política e construção de narrativas próprias, principalmente em plataformas como Instagram, *YouTube* e *Twitter*. Ainda no contexto do ciberativismo de mulheres trans, a *folksonomia* se materializa como importante dado, aparecendo através no uso de *hashtags* como "#TransResiste" e "*#TransLivesMatter*"[2], que funcionam como marcadores semânticos capazes de agregar narrativas, denúncias e ações políticas em ambientes digitais.

O *transfeminismo* foi identificado como o principal referencial teórico dos estudos analisados, articulando pautas de gênero com interseccionalidades como raça, classe e sexualidade. Autoras como Berenice Bento, Judith Butler, Patrícia Hill Collins, entre outras, são recorrentes nos textos analisados.

No eixo *violência e transfobia*, destacam-se os relatos de experiências de exclusão e ataques transfóbicos em ambientes digitais, bem como a denúncia da ausência de políticas públicas de proteção e reconhecimento. A transfobia estrutural se expressa nas plataformas digitais por meio de discursos de ódio, silenciamento e marginalização.

Já o eixo *resistência* enfatiza as estratégias de (re)existência das mulheres trans: a ocupação simbólica dos espaços *online*, a produção de conteúdo ativista, o engajamento em

[2] Tradução: #VidasTransImportam.

redes de apoio e a proposição de epistemologias trans. Essa (re)existência se expressa tanto pela visibilidade quanto pela criação de comunidades digitais que desafiam as regras de existência impostas pelo cis-tema.

## *3.2 CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS*

A análise revelou que o ciberativismo não é apenas uma estratégia de comunicação, mas um dispositivo político de afirmação identitária e insurgência contra as normas cis-heteronormativas. Mulheres trans têm transformado o ambiente digital em trincheiras de resistência e produção de subjetividades plurais. No entanto, a literatura ainda carece de maior sistematização conceitual sobre o termo "ciberativismo", assim como de distinções mais precisas entre as identidades travesti, trans e transfeminina.

As produções analisadas demonstram que o ativismo digital de mulheres trans, ao mesmo tempo que denuncia a violência, produz espaços de subjetivação e possibilidades de futuro. A luta por reconhecimento não se limita à visibilidade, mas atravessa a disputa por linguagem, poder e pertencimento, elementos fundamentais para a compreensão do fenômeno na contemporaneidade.

Durante a pesquisa, constatou-se a ausência do termo "ciberativismo" nos principais indexadores e bases de dados consultados, tanto em sua forma original quanto em variações semânticas. Essa lacuna indica uma fragilidade na padronização terminológica utilizada pelos sistemas de indexação, o que pode limitar a recuperação de estudos relacionados ao ativismo digital no contexto brasileiro.

Tal ausência também evidencia o caráter ainda emergente do campo de estudos, no qual a produção científica se dispersa sob descritores distintos, dificultando a construção de um corpo consolidado de conhecimento. Essa constatação reforça a necessidade de investimentos em políticas de indexação e classificação mais sensíveis às transformações sociais e às novas formas de mobilização política mediadas por tecnologias digitais.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dezesseis artigos selecionados permitiu identificar e organizar os dados em quatro categorias temáticas principais: "ciberativismo", "transfeminismo", "violência e transfobia" e "resistência". Esses eixos estruturaram a discussão a partir dos descritores mais recorrentes e das proposições teóricas dos estudos revisados, e atuaram como base para a construção da análise temática dos artigos levantados.

## 4.1 TEMAS FREQUENTES

Os temas mais recorrentes nos artigos levantados pela pesquisa sistematizada foram: identidade de gênero, ativismo digital, transfeminismo, violência simbólica e institucional, interseccionalidade e representatividade. As palavras-chave mais utilizadas foram "ciberativismo, "transfeminismo", "resistência digital" e "identidade de gênero". Observou-se ainda, a partir da análise dos artigos selecionados e construção da pesquisa bibliográfica que monta o referencial desta pesquisa a utilização de *hashtags* como forma de articulação política, tais como *#TransResiste* e *#TransLivesMatter*, destacando a importância da *folksonomia* como ferramenta de agregação discursiva e mobilização.

Os resultados da pesquisa destacaram o uso de *hashtags* como *#TransResiste* e *#TransLivesMatter,* que funcionam como importantes ferramentas de visibilidade e mobilização.

## 4.2 ÁREAS DE CONHECIMENTO

As publicações analisadas concentram-se, principalmente, nas áreas da Psicologia Social, Sociologia, Educação, Comunicação Social e Ciências Humanas. A predominância dessas áreas evidencia o caráter interdisciplinar do tema, com forte diálogo entre gênero, subjetividade e tecnologia. As universidades com maior volume de publicações foram a UFRGS, a UnB e a UFMG. A maior parte das pesquisas está situada nos estados do Sudeste e Sul do Brasil, revelando uma concentração geográfica da produção.

## 4.3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS

As principais bases teóricas dos estudos revisados são construídas a partir da teoria *queer* do transfeminismo latino-americano, da teoria interseccional e das epistemologias decoloniais e críticas à cisnormatividade. Também foram mobilizadas contribuições de autores para refletir sobre performatividade, visibilidade e epistemicídio.

A teoria *queer*, ao problematizar as categorias normativas de gênero e sexualidade, oferece instrumentos para questionar as hierarquias impostas pela cis-heteronormatividade e pela naturalização dos papéis de gênero (Butler, 2004; 2016). O transfeminismo latino-americano, por sua vez, incorpora as experiências de mulheres trans e travestis, enfatizando a importância das dimensões raciais, territoriais e de classe na compreensão das opressões e resistências (Nascimento; Cruz, 2021; Cardoso, 2023).

A teoria interseccional amplia essa análise ao evidenciar a sobreposição de múltiplos marcadores de desigualdade e sua influência nas experiências sociais (Crenshaw, 1989; Collins, 2016), enquanto as epistemologias decoloniais tensionam a produção de conhecimento hegemônico, denunciando o epistemicídio de saberes trans e a exclusão histórica dessas narrativas (Cardoso, 2023).

Esses estudos mobilizam contribuições voltadas à performatividade, à visibilidade e à construção de subjetividades dissidentes, evidenciando um movimento analítico que busca tanto compreender as dinâmicas de opressão quanto valorizar os processos de (r)existência no espaço digital.

## 4.4 FORMAS DE RESISTÊNCIA E ATIVISMO

A partir das informações levantadas por meio dos artigos analisados, constatou-se que a resistência no ciberespaço se manifesta por meio da criação de redes de apoio, da produção de conteúdo ativista, do compartilhamento de experiências e da ocupação simbólica dos espaços digitais. As mulheres trans utilizam as redes sociais como arenas políticas de denúncia, reconhecimento e construção de subjetividades. O ciberativismo ocorre tanto no compartilhamento de denúncias quanto na organização de manifestações políticas a partir do ambiente digital.

Destacam-se formas de resistência ancoradas na noção de *(re)existência*, onde o ato de viver e narrar-se enquanto mulher trans é, por si, um ato político. Essa resistência se dá frente à violência institucional, à invisibilidade histórica e à exclusão das narrativas hegemônicas de gênero. A produção de conhecimento em *blogs*, redes sociais, vídeos e coletivos também se figura como prática epistemológica de enfrentamento ao transepistemicídio (Cardoso, 2023).

A discussão dos dados revela que, apesar dos avanços em visibilidade e articulação política, o ciberativismo ainda enfrenta limites impostos por plataformas digitais controladas por lógicas capitalistas e algoritmos que operam seletivamente. Assim, o ambiente digital é simultaneamente um espaço de potência e de reprodução de desigualdades.

## 4.5 ANÁLISE TEMÁTICA: ENTRELAÇANDO EIXOS E SUBTEMAS

A análise temática, enquanto metodologia qualitativa, permitiu identificar, organizar e interpretar padrões de sentido (Braun; Clarke, 2006) nos dezesseis artigos selecionados, revelando quatro eixos principais: ciberativismo, resistência, transfeminismo e interseccionalidade, e violência e transfobia. A partir desses eixos, foi possível compreender como o ciberespaço se configura como um território político de subjetivação, mobilização e enfrentamento das normas cis-heteronormativas.

Os estudos analisados reconhecem o ciberespaço como espaço de subjetivação (González Rey, 2004), no qual mulheres trans constroem identidades e redes de apoio a partir de experiências compartilhadas e significados negociados. Esses ambientes digitais potencializam a produção subjetiva, entendida como a capacidade de reinterpretar normas sociais e criar novos modos de existência, articulando práticas de resistência contra violências históricas.

Os quatro eixos identificados se entrelaçam em um circuito de resistência e produção de conhecimento. O transfeminismo fornece a base teórica para a denúncia das violências estruturais e do transepistemicídio, enquanto o ciberativismo constitui o meio pelo qual essas denúncias são amplificadas e transformadas em ação política. As estratégias digitais de visibilidade e mobilização permitem às mulheres trans superar barreiras institucionais e disputar narrativas historicamente negadas, promovendo um processo de subjetivação coletiva ancorado na resistência.

Em síntese, a análise temática evidencia que a produção científica recente sobre ciberativismo de mulheres trans no Brasil, entre 2014-2024, enfatiza três aspectos centrais: (1) a denúncia das violências estruturais e do silenciamento epistêmico; (2) a construção de práticas transfeministas e interseccionais de resistência; e (3) a utilização do ciberespaço como ferramenta de reconfiguração social e política. Esses achados reforçam a importância de compreender a internet não apenas como meio de comunicação, mas como espaço de agência, disputa de sentidos e produção de subjetividades dissidentes.

### *4.5.1 TRANSFEMINISMO, INTERSECCIONALIDADE E ENFRENTAMENTO DA TRANSFOBIA*

A literatura destaca a emergência do transfeminismo como vertente crítica que incorpora as experiências de mulheres trans e travestis no debate feminista, deslocando o feminismo hegemônico ao questionar concepções essencialistas de gênero (Bento, 2008; Cardoso, 2023). Nessa perspectiva, gênero é compreendido como uma construção performativa (Butler, 2004), produzida historicamente e atravessada por marcadores de raça, classe, sexualidade e território. Essa leitura converge com a abordagem interseccional (Crenshaw, 1989; Collins, 2016), evidenciando como múltiplas camadas de opressão estruturam a exclusão social de mulheres trans.

Os artigos indicam que a transfobia não se restringe a episódios isolados de violência, mas se expressa como fenômeno estrutural e institucional, naturalizado por normas cis-heteronormativas (Souza; Prado, 2019). Tais normas atuam na definição de quem é socialmente reconhecido como sujeito legítimo, produzindo corpos considerados “abjetos” (Butler, 2016) e, em muitos casos, desprovidos de direitos básicos.

Além da violência física, os textos evidenciam o transepistemicídio (Cardoso, 2023), ou seja, o apagamento deliberado de saberes e narrativas trans, que exclui essas experiências do campo acadêmico e político. Esse silenciamento histórico tem consequências diretas na formulação de políticas públicas, nas representações midiáticas e na construção de conhecimentos sobre gênero e sexualidade.

### *4.5.2 CIBERATIVISMO E RESISTÊNCIA DIGITAL*

Em resposta aos processos de violência ao qual estão submetidas as mulheres trans, o ciberativismo emerge como espaço estratégico de resistência e produção de novos sentidos políticos. As mulheres trans utilizam redes sociais como *Instagram*, *YouTube* e *Twitter* para denunciar violências, propor políticas públicas e produzir narrativas próprias.

Esse processo é descrito pelos artigos como forma de resistência digital, baseada em estratégias de visibilidade, formação de redes de solidariedade e mobilização coletiva. Os estudos ressaltam que o ciberativismo opera tanto no nível simbólico, como ao confrontar discursos excludentes e reafirmar identidades; quanto no nível prático, ao viabilizar campanhas, ações de conscientização e mobilizações híbridas (*online* e *offline*).

Essa atuação se alinha ao caráter democrático e expansivo do feminismo de quarta onda, que integra recursos digitais à militância e amplia o alcance de pautas de justiça social (Nascimento; Cruz, 2021). Ao mesmo tempo, parte da literatura problematiza a presença de discursos transexcludentes em ambientes digitais, inclusive dentro de movimentos que se pretendem feministas, apontando que o espaço virtual reproduz tensões e desigualdades já existentes no espaço físico.

Ainda assim, os artigos destacam que a ação política *online* contribui para a criação de redes alternativas de subjetivação, capazes de transformar experiências de exclusão em práticas de resistência coletiva.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciaram que o ciberespaço tem se configurado como um território de resistência e subjetivação para mulheres trans, operando como espaço de visibilidade, denúncia, organização política e construção de redes de apoio. As categorias temáticas identificadas (ciberativismo, transfeminismo, transfobia e resistência) demonstram a centralidade das plataformas digitais na produção de narrativas contra-hegemônicas e na contestação das normas cis-heteronormativas que regulam o reconhecimento social de grupos oprimidos historicamente.

A literatura analisada aponta, ainda, para a emergência de epistemologias trans e transfeministas que tensionam os limites da academia e desafiam o epistemicídio que historicamente marcou a exclusão das vozes trans dos espaços de produção de conhecimento. No entanto, também se identificaram lacunas importantes, como a ausência de padronização terminológica sobre o ciberativismo e a falta de distinção conceitual entre as identidades travesti, mulher trans e transfeminina em alguns dos trabalhos elencados.

Conclui-se que o ciberativismo de mulheres trans no Brasil não se limita à militância *online*, mas constitui um campo complexo de produção política, existencial e epistemológica. Trata-se de uma prática de (re)existência que desafia estruturas de poder e amplia os horizontes de luta por justiça social, reconhecimento e transformação.

Apesar de se consolidar como uma potente ferramenta de transformação social e resistência política, o ciberativismo também é atravessado por limitações estruturais impostas pela própria lógica capitalista de produção e consumo. A circulação de conteúdos em redes sociais está sujeita à atuação de algoritmos, *bots* e sistemas de inteligência artificial que priorizam a visibilidade com base em critérios comerciais e de engajamento.

Esse mecanismo restringe o alcance das narrativas de resistência a grupos específicos, frequentemente reforçando a formação de bolhas sociais, nas quais os conteúdos circulam apenas entre públicos previamente interessados no tema. Tal dinâmica produz uma falsa sensação de engajamento e alcance público, já que a visibilidade permanece confinada a círculos ideologicamente alinhados, reduzindo o potencial transformador dessas práticas. Essa limitação se insere na "lógica infocrática", em que os fluxos comunicacionais mediados por algoritmos não necessariamente ampliam o espaço público, mas tendem a reforçar polarizações e mecanismos de controle (Han, 2018).

Esse cenário evidencia que, embora o ambiente digital amplie vozes historicamente marginalizadas, ele também está inserido em uma ecologia informacional marcada por disputas de poder e interesses econômicos, demandando uma reflexão crítica sobre as condições de sustentabilidade e efetividade das práticas de ciberativismo.

Por isso mesmo, este estudo reforça a importância de abordagens interseccionais, transfeministas e decoloniais para a análise crítica das dinâmicas de poder, gênero e subjetividade no ambiente digital. Este estudo contribui para o fortalecimento de um campo emergente de pesquisas sobre ativismos trans, indicando caminhos futuros de investigação e ação política.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, J. H.; MOURA, M. A.; ASSIS, J. Folksonomia: a linguagem das tags. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação***,* v. 18, n. 36, 2013. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/39062. Acesso em: 30 jul. 2025.

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; SILVA, Laionel Vieira da. Transexualidade, violência e ciberespaço: um estudo etnográfico digital. **Percurso Acadêmico**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 419-435, jul./dez. 2017.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. São Paulo: ANTRA, 2023. Disponível em: https://antrabrasil.org/dossie2022/. Acesso em: 30 jul. 2025.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa. Acesso em: 30 jul. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

CARDOSO, Thomaz V. B. Transfeminismo: apagamento e luta das mulheres trans e travestis dentro do feminismo. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p. 119-133, 2023. Disponível em: http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index. Acesso em: 30 jul. 2025.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. *In*: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia social**: o homem em movimento. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. p. 58–75.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução de S. Kossling. São Paulo: Boitempo, 2020. (Trabalho original publicado em 2016).

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, art. 8, 1989. Disponível em: http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8. Acesso em: 30 jul. 2025.

CRUZ, Maria Helena S.; NASCIMENTO, Ana Paula L. Feminismos contemporâneos: mediações e potências do ciberativismo feminista e transfeminista. **Educação**, v. 46, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984644446906. Acesso em: 30 jul. 2025.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMEIRA, M. C.; FARIAS, A. C. Ciberativismo feminista no Brasil: A transformação da aceitação dos corpos femininos diversos no Instagram. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, n. 7, v. 5, p. 423–450, 2021.

LUZ, P. J. M.; BONIN, J. A. Formações políticas de mulheres transgêneras: Caminhos para a construção de uma cidadania transcomunicativa. **Revista Conhecimento Online**, n. 14, v. 2, p. 315–338, 2021.

MARSICANO, A. C. O.; TESSER, T. P. Epistemologia essencialista e (anti)feminismos transexcludentes: Biologizando o gênero nas redes sociais. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, n. 24, v. 1, p. 1–14, 2024.

MEDEIROS, B. N., CASTRO, G. H. C.; SIQUEIRA, M. V. S. Ativismo trans e reconhecimento: Por uma "transcis-rexistência" na política brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 37, 2022.

NASCIMENTO, Ana Paula L.; CRUZ, Maria Helena S. Feminist and transfeminist ciberativisms in Brazil. **Journal of Research and Knowledge Spreading**, v. 2, n. 1, e12353, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.20952/jrks2112353. Acesso em: 30 jul. 2025.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

NUNES, Raul. A identidade transfeminista através da rede. **ANAIS DO XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, v. 11, 2017.

PASSOS, Maria Clara. **Pedagogias das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

QUEIROZ, Eliane de F. C. Ciberativismo: a nova ferramenta dos movimentos sociais. **Panorama**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 2-5, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.18224/pan.v7i1.5574. Acesso em: 30 jul. 2025.

RAWSON, K. J. Transgender worldmaking in cyberspace: historical activism on the Internet. **QED: A Journal in GLBTQ Worldmaking**, v. 1, n. 2, p. 38-60, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.14321/qed.1.2.0038. Acesso em: 30 jul. 2025.

REY, Fernando González. **O social na psicologia e a psicologia social**: a emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2004.

SOUZA, Mériti D.; PRADO, Marcelo D. Violências, mulheres travestis, mulheres trans: problematizando binarismos, hierarquias e naturalizações. **Revista Polis e Psique**, 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/83831. Acesso em: 30 jul. 2025.

**Recebido em: 30/07/2025**
**Aceito em: 18/03/2026**

# A HETERONORMATIVIDADE EM PESSOAS TRANS

*HETERONORMATIVITY AMONG TRANS PEOPLE*

Sofia do Carmo Crisóstomo Moreira[1]
Catarina Sales Barbas de Oliveira[2]

**Resumo**: este artigo apresenta e discute uma pesquisa qualitativa desenvolvida com pessoas trans, procurando discutir em que medida a heteronormatividade esteve presente e condicionou o seu processo de transição. Apesar de contribuições recentes muito pertinentes para os estudos de gênero, persiste um hiato em relação a estudos científicos que foquem esta temática em Portugal bem como a sua disseminação. Esta situação é concomitante com a debilidade da proteção jurídica desta população, o que contribui seguramente para a falta de visibilidade e os grandes níveis de discriminação e violência que assolam a comunidade trans. Baseando-se em dados recolhidos no contexto de uma investigação de mestrado em Sociologia, o artigo apresenta e discute os resultados de entrevistas semi estruturadas com pessoas T que visaram compreender os seus contextos e vivências, com o objetivo de entender de que forma a norma heteronormativa dominante está presente e constrange (ou não) a construção da identidade social de pessoas trans. Os resultados que permitem-nos afirmar a importância e a influência de uma cultura dominante fortemente heteronormativa, porém foram encontradas, também, nuances sociais que demonstram a coexistência de questionamentos às regras sociais instauradas.

**Palavras-chave**: Heteronormatividade; pessoas trans; discriminação; corpo; identidade.

**Abstract**: this article presents and discusses a qualitative study conducted with trans people, seeking to examine the extent to which heteronormativity was present and shaped their transition process. Despite recent and highly relevant contributions to gender studies, there remains a gap regarding scientific research that addresses this topic in Portugal, as well as its dissemination. This situation is concomitant with the weakness of the legal protection of this population, which undoubtedly contributes to their lack of visibility and to the high levels of discrimination and violence affecting the trans community. Based on data collected within the framework of a master's research in Sociology, the paper presents and analyzes the results of semi-structured interviews with trans people, aimed at understanding their contexts and lived experiences. The objective was to explore how the dominant heteronormative norm is present and constrains (or not) the construction of trans people's social identity. The findings highlight both the importance and influence of a strongly heteronormative dominant culture, while also revealing social nuances that demonstrate the coexistence of challenges to established social norms.

**Keywords**: Heteronormativity; trans people; discrimination; body; identity.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende contribuir para a investigação sobre a construção das identidades trans em Portugal a partir de uma reflexão suscitada por uma investigação acadêmica de mestrado em Sociologia. A motivação para esta investigação surgiu com a perceção de um hiato sociológico ao nível de estudos que foquem a temática trans em Portugal. A par de lacunas na proteção jurídica que contrastam com a gravidade dos problemas sociais que esta comunidade enfrenta, nomeadamente elevada discriminação e violência. Estes vazios urgem ser colmatados para que haja um conhecimento fidedigno acerca desta população,

[1] Mestre em Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais pela Universidade da Beira Interior (UBI), com pós-graduação em Sexologia Clínica e formação especializada em Igualdade, Não Discriminação e Não Violência.
[2] Socióloga, professora associada na Universidade da Beira Interior e investigadora no CIES_Iscte. Os seus interesses de investigação centram-se nos estudos de mobilidades e transportes, e no género, com particular destaque para os estudos sobre as mulheres.

não apenas para construir conhecimento, mas como forma de promover a sua situação social.

A invisibilidade pela qual as pessoas trans passam – e que acarreta processos de marginalização, exclusão social e forte discriminação, etc. – é facilmente percetível se tivermos em conta que há padrões dominantes na sociedade, aos quais a transexualidade não pertence. Falamos, neste caso, da heteronormatividade. A heteronormatividade caracteriza-se por práticas culturais, legais e institucionais (Wittig, 1992; Kitzinger, 2005; Schilt; Westbrook, 2009) assentes num pressuposto normativo cisgênero, que assume que existem apenas dois sexos – masculino e feminino, e consequentemente duas identidades de gênero. Simultaneamente, a manutenção da heterossexualidade como orientação sexual dominante (catalogando todos os indivíduos que tenham uma outra orientação sexual como desviantes) em termos de práticas sociais leva a que apenas o relacionamento entre duas pessoas do sexo oposto seja socialmente legitimado, pois não é visto como "natural" e/ou "normal" haver outro tipo de relacionamento amoroso/sexual (Wittig, 1992; Kitzinger, 2005; Schilt; Westbrook, 2009).

Neste artigo utilizaremos os termos "pessoas trans" e "pessoas T". Este último tem vindo a ser mais utilizado nos últimos anos, sobretudo no contexto brasileiro (ver por exemplo Rocha; Coelho; Fernandes, 2020) para referenciar as pessoas incluídas na letra T da sigla LGBTQI+. Optamos pelo seu uso porque consideramos que permite uma perspetiva inclusiva.

Procurando compreender os contextos e as vivências das pessoas trans, o principal objetivo da investigação foi perceber se a heteronormatividade, sendo a norma social dominante, também influencia a construção da identidade social das pessoas trans. Para isso, em suporte a esta investigação, foi acionada a metodologia qualitativa, fazendo recurso da técnica de entrevista semiestruturada – tendo sido entrevistadas nove pessoas T.

A estrutura deste artigo segue o encadeamento metodológico da própria pesquisa. Assim, começamos por apresentar alguns temas da revisão de literatura profunda que foi feita para a investigação de mestrado. Optamos por dar destaque a duas temáticas - o enquadramento conceptual para apresentação dos conceitos norteadores da pesquisa, focando as temáticas das identidades de gênero, transexualidade, cidadania e exclusão, e depois o enquadramento legal da temática, sendo que a pesquisa se contextualizou no momento decisivo da criação da Lei 38/2018, de 7 de agosto (Portugal, 2018). Apresentamos depois, brevemente, as opções metodológicas e passamos a apresentar e discutir os resultados que se afiguram relevantes visto que nos permitem afirmar a importância e a influência da cultura heteronormativa nesta população. Recolhemos informação sobre comportamentos, atitudes, maneiras de pensar e agir que correspondem à perpetuação de um binarismo de sexo e gênero e demais dimensões que consolidam a heteronormatividade como norma dominante. Destacou-se nas pessoas entrevistadas uma

certa indiferença quanto à lei da autodeterminação de gênero, considerando que esta não é uma necessidade para todas as pessoas trans. Não obstante, numa aparente conformidade, foram encontradas nuances que indiciam a coexistência de uma postura desafiadora às regras sociais instauradas, a um nível mais íntimo e micro social.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### *2.1 GÊNERO, SEXO E IDENTIDADES DE GÊNERO*

Segundo Foucault (1982), a sociedade contemporânea ocidental tem a necessidade na existência de uma definição concreta do que é 'sexo'; por outro lado Connell e Pearse (2002; 2015) destacam que existe uma ordem de gênero e que o "policiamento" para a manutenção dessa ordem é real. A nossa perspectiva partiu desta premissa de que a dicotomia sexo/gênero na contemporaneidade evidencia uma intenção disciplinadora e de controle.

Os estudos de gênero agrupam uma área que deve ser interdisciplinar (Almeida, 1995) e multidimensional (Costa, 1994), logo deve ser cruzada com outras para haver uma melhor explicação dos fenômenos. Mais do que isso, numa abordagem interseccional (Crenshaw, 1989; Romero, 2018) devem ser analisadas as diversas variáveis que constituem o fenômeno, pois nenhum fenômeno é vivido, nem pode ser estudado, de forma unidimensional, e o gênero é um caso particularmente emblemático da importância de um olhar multifacetado (Romero, 2018). Algumas autorias defendem tratar-se de 1) uma estrutura social: o gênero como uma categoria estruturante na sociedade que nos transmite regras e papéis de forma a que cada indivíduo saiba como agir e manter a ordem na sociedade tal como a conhecemos, e há ainda outras que o consideram como 2) integrante do sistema político: quando há campanhas de índole política referentes à igualdade salarial, ao sexismo, à discriminação relativa ao gênero, etc., ou seja, a partir do momento em que o gênero começa a fazer parte da agenda política e a haver mudanças em função dele (Davis, 2017; Connell; Pearse, 2015; Beauvoir, 2015; Costa, 1994).

Ao nível das práticas sociais institucionalizou-se a expetativa de uma correspondência entre o sexo e o gênero, no entanto, no desenvolvimento de cada pessoa pode não ser assim tão linear e, a par de muitas pessoas cisgênero, várias formulações distintas coexistem. Nesta investigação o foco são as pessoas T, pessoas cujo gênero e/ou sexo não coincidem com a expetativa social. Ainda faz todo o sentido parafrasear algo escrito em 1990 por Butler (2017, p. 87): "[...] é-se de um género na medida em que não se é do outro género [...] formulação que supõe e reforça a restrição de género dentro desse par binário". Ou seja, este binarismo está bastante enraizado na sociedade e não deixa espaço para outras identidades mais fluídas, havendo tensões entre o que é considerado "normal" e o que é visto como desviante (Butler, 2017). As questões relacionadas com o sexo/gênero trazem maior preocupação a quem não se encaixa na norma, pois podem influenciar, de

forma acentuada, o seu dia a dia. A este respeito destaca-se o caso das pessoas intersexo e trans (Davis, 2017).

## *2.2 TRANSEXUALIDADE, CIDADANIA E EXCLUSÃO*

As pessoas transsexuais e transgênero são particularmente vulneráveis à discriminação e exclusão social, de tal forma que, muitas vezes, se usa o termo "discriminação transexual" (Davis, 2017, p. 11). Porém pode não fazer sentido visto que nem todas as pessoas trans sofrem este tipo de discriminação e pessoas que não são trans podem estar vulneráveis a ela, também.

Num estudo elaborado pela FRA – Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2014), 37% (mais de um terço das pessoas inquiridas – 6579 pessoas T no total) sentiu discriminação durante a procura de emprego e um quarto sentiu discriminação enquanto trabalhava. As mulheres trans e as pessoas que apresentam uma "identidade ou expressão de gênero trans mais visível" – não passam[3] – (Sales Oliveira, 2018) estão mais expostas à discriminação (Saleiro, 2013; Sales Oliveira, 2018). A expressão estatística desta situação é assustadora: segundo o *Trans Murder Monitoring* (Transrespect, 2023), entre outubro de 2022 e setembro de 2023, foram reportados 321 assassínios de pessoas trans a nível global, das quais 94% eram mulheres trans.

A discriminação a pessoas trans coincide com a expectativa de perpetuar o binarismo de gênero que impera na sociedade e que é a base da heteronormatividade. Se por um lado se estranha que se pretenda mudar de sexo, no próprio processo de transição são esperadas atitudes, comportamentos e maneirismos associados ao sexo/gênero para o qual está a transitar (Davis, 2017).

Porém, nem todas as pessoas trans seguem um mesmo caminho quanto a sua assunção. Umas enveredam pelo caminho das cirurgias, outras optam apenas pela toma de hormonas, outras realizam cirurgias e fazem o tratamento hormonal e outras não fazem qualquer tipo de tratamento, pois sentem não precisar de tal para estarem de acordo com a sua identidade de gênero (Saleiro, 2013).

A afirmação da identidade de gênero configura um processo emancipatório. No caso específico de pessoas T, esta emancipação pode-se traduzir na capacidade individual e/ou de um grupo de identificar os obstáculos resultantes da sua identidade de gênero para que assim os possa processar e arranjar uma solução para os ultrapassar, libertando-se deles. Tratando-se da emancipação de um grupo socialmente excluído, esta pode gerar mudança social e "uma (re)construção social da autonomização do sujeito" (Sales Oliveira, 2018).

[3] O termo "passing" diz respeito às pessoas trans que são lidas enquanto cis. Neste caso não "passam" e por isso estão mais sujeitas à discriminação por serem lidas enquanto pessoas trans – identidade de género não normativa. Trata-se de uma forma de opressão e também de perpetuação do modelo binário.

A comunidade trans enfrenta desafios a diversos níveis, um dos quais a vivência de uma cidadania plena. O uso de casas de banho públicas é um dos problemas que as pessoas transexuais enfrentam no seu dia-a-dia. A discussão existente atualmente acerca desta questão envolve não apenas a saúde pública como a participação cívica. Trata-se de questionar estereótipos sociais e papéis sociais de gênero que estão inculcados na sociedade e a participação que cada pessoa tem ou deveria ter na esfera pública democrática. A este respeito é fundamental revisitar a legislação produzida sobre a identidade de gênero, bem como os seus contextos sociais de criação pelo que ponto seguinte abordaremos esta questão.

## *2.3 DE UM "COMPLETO VAZIO LEGISLATIVO" À LEI Nº 38/2018*

Apesar de todas as recomendações europeias feitas em relação a este tema, Portugal teve uma entrada tardia no rol de países com legislação relativa à autodeterminação do gênero. Isto quer dizer que desde 1980 (quando as recomendações europeias foram feitas pela primeira vez) até 2011 (data da primeira produção legislativa sobre identidade de gênero, em Portugal) não havia qualquer proteção legal e jurídica para pessoas T.

Havendo este vazio legislativo, foi preciso criar estratégias para que as pessoas trans conseguissem uma alteração de nome e de marcador de sexo nos seus documentos, como bem recenseou Saleiro (2013). A autora destaca como nesta fase haviam regras bastante exigentes para que os casos fossem aceitos: a pessoa devia ser maior de idade, não podia ser casada, não podia ter filhos/as, devia ser estéril, devia ter realizado as cirurgias de reatribuição de sexo e devia ter vivido um ano no papel social do sexo para o qual transitou (Ilga Portugal, s/d; Saleiro, 2013; Saleiro; Sales Oliveira, 2018). Todas uma panóplia de regras e exames corporais que consubstanciavam um processo de julgamento moral que no fundo procurava encaixar as pessoas nos tradicionais papéis sociais de gênero e na manutenção dos estereótipos de gênero (Saleiro, 2013).

Depois de um longo processo, surgiu a Lei nº 7/2011, a primeira lei especificamente direcionada à identidade de gênero, em contexto nacional. Esta permitiu a retirada de todas aquelas regras supramencionadas que em nada contribuíam para a definição da identidade de gênero, como Saleiro (2013) faz notar. Sandra Saleiro (2013) dá conta da pacificidade com que a lei de identidade de género foi aprovada e de todo o "silêncio social" que existiu relativo a este tema. Este pode ser interpretado de diversas maneiras: podia ser um indicador de anuência com os direitos das pessoas T ou um respeito pelas recomendações feitas pelas entidades competentes, nacionais e internacionais. Porém, a investigadora interpreta este "silêncio social" através da invisibilidade que atravessa esta população. E apesar da invisibilidade ser algo não desejado e/ou que traz repercussões, a curto ou longo prazo, e que pressupõe uma não pedagogia acerca do tema, Saleiro (2013) considera que,

neste caso, favoreceu a aprovação desta lei, pois não houve nenhuma interferência por parte da sociedade nesta decisão.

Contudo, continuou não havendo uma separação efetiva da esfera médica da esfera legal, como era pretensão, e os casos continuaram, assim, a ser morosos e burocráticos. Houve, igualmente, uma verificação de falhas no que concerne à mudança legal de nome e sexo por parte de pessoas menores de idade, por parte de pessoas que residiam no estrangeiro e existia, ainda, o obstáculo do peso econômico que este processo acarretava (Ilga Portugal, s/d).

Apesar deste grande avanço na legislação portuguesa, a Constituição da República Portuguesa continua sem elencar no seu Artigo 13.º (Princípio da Igualdade) "identidade de género"; sendo que "orientação sexual" apenas foi incluída neste artigo em 2004. Quanto ao Código do Trabalho, este contempla a "identidade de género" desde 2015.

Após 7 anos de aplicação da Lei nº 7/2011 surge, em 2018, a Lei nº 38/2018. O seu percurso não foi célere, pois o seu início data de 2016, com o Projeto de Lei 242/XIII. A sua principal reivindicação foi a autodeterminação de gênero, isto é, pretende-se que o poder médico/judicial seja cada vez menor e cada pessoa possa ter uma autodeterminação quanto ao gênero. Foi, também, em 2018 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou da lista de doenças mentais a transexualidade, quando o lançamento da ICD-11 (a 11.ª revisão da *Internacional Classification of Diseases*). A transexualidade continua presente nesta lista, mas num novo capítulo intitulado "*Conditions related with sexual health*". Assim, esta condição continua a fazer parte das recomendações em termos de saúde para que continue a ser feito um acompanhamento clínico, mas já sem ser considerada uma doença mental (s/a, 2018; OMS, 2018).

Recentemente, a lei 38/2018 vem sendo alvo de iniciativas que se pautam pelo reforço, por um lado, e pela crítica, por outro. Assim, no final de 2023 foram aprovadas pelo Parlamento português diretrizes para as escolas de modo a poderem tomar medidas promotoras da autodeterminação de gênero. Porém, já em janeiro de 2024 esta lei foi vetada pelo Presidente da República declarando que este decreto não respeita a liberdade das pessoas, "o papel dos pais, encarregados de educação, representantes legais e associações por eles formadas, nem clarifica as diferentes situações em função das idades" (Portugal Presidência, 2024). Não obstante, também, em janeiro de 2024 entrou em vigor a Lei nº15/2024 que "proíbe as denominadas práticas de «conversão sexual» contra pessoas LGBT+, criminalizando os atos dirigidos à alteração, limitação ou repressão da orientação sexual, da identidade ou expressão de género, alterando a Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, e o Código Penal" (Portugal, 2024).

O tema tem estado no centro de um intenso debate social com uma acesa discussão sobre os direitos das pessoas LGBTQI+, com especial ênfase no papel da escola. Esta tem

envolvido instituições variadas como partidos políticos, sindicatos de professores, representantes das escolas e algumas associações.

## 3 MÉTODOS

Tendo em conta os objetivos traçados e os referenciais da metodologia qualitativa, a nossa opção por esta metodologia justificou-se porque se pretendia compreender questões complexas e de âmbito mais sensível, não captáveis em coleta de dados extensivos (Guerra, 2014). Os estudos existentes da comunidade trans usam sobretudo esta abordagem pela dupla razão de ser uma temática sensível e uma população vulnerável (por exemplo, no estudo de Sandra Saleiro, 2013). Não obstante, há estudos de cariz mais extensivo sobre a temática trans, mas prevalecem análises que focam os fatores biológicos e genéticos. Esta eventual associação entre abordagens metodológicas e posicionamentos epistemológicos em torno da questão merece, a nosso ver, uma reflexão mais profunda, que todavia não cabe no espaço deste artigo.

Na presente investigação as técnicas de coleta de dados usadas foram a entrevista compreensiva semi estruturada, tendo sido posteriormente usada a análise categorial para a interpretação das mesmas. As categorias que suscitaram um maior interesse de exploração foram: orientação sexual, discriminação, papéis de gênero, família, mudanças físicas, expressão de gênero, legislação, visão binária do sexo, perceção da transexualidade e estratégias.

### *3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS RESPONDENTES*

Foram entrevistadas nove pessoas – oito homens transexuais (FtM) e uma mulher transexual (MtF) –, o que perfez um total de cerca de 10h de conversação.

As idades das pessoas entrevistadas variavam entre os 19 e os 41 anos. Os seus locais de residência dividiam-se entre a Região de Lisboa (5), Região Norte (2), Centro (1) e Sul (1). Todas as pessoas entrevistadas se disseram solteiras, sendo que seis se encontravam em relacionamentos amorosos. Sete pessoas tinham o ensino secundário concluído e cinco estavam a frequentar a universidade na altura da inquirição; entre quem já tinha concluido o percurso escolar, um inquirido tinha o 6º ano de escolaridade, outro o 9º ano e, ainda, outro disse ter concluído o 11º ano. Quanto às ocupações profissionais estas eram desde estudante (5), operador/a de *call center* (2), operador de loja num supermercado (1) e operador fabril (1).

## 4 RESULTADOS - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

A maior parte das pessoas entrevistadas fez questão de sublinhar que a sua orientação sexual em nada estava relacionada com a sua identidade de gênero. Como nos afirmou a entrevistada Ângela[4] (41, Operadora de *Call Center*) "As pessoas confundem muito identidade de género e sexualidade. Identidade de género é o que tu sentes, é aquilo que tu és cá dentro. E já agora, sexualidade é por quem tu te sentes atraída (...) e isso não tem absolutamente nada a ver com identidade de género".

Todavia, houve relatos que demonstram que o fato de terem descoberto a sua identidade de gênero influenciou a forma como vêem ou exploram a sua orientação sexual, por exemplo Gui (25, Operador de loja) conta que: "A minha identidade de género influenciou em parte a minha sexualidade. Mas no sentido em que antes de me assumir eu pensava que era heterossexual (...) No momento que me comecei a ver a mim como um rapaz, percebi que eu me conseguia ver com uma rapariga, sendo eu o rapaz da relação. [Agora] consigo ver-me como um rapaz com um rapaz".

Tal como uma identidade de gênero não normativa é alvo de discriminações, a orientação sexual também é. Contudo, a identidade de gênero foi um tema que se começou a discutir mais recentemente e, por isso, a invisibilidade pode ser maior devido à parca informação sobre esta. Como destaca Tiago (20, Operador de *Call Center*) "Foi mais fácil para mim aceitar a minha orientação sexual do que propriamente a minha identidade de género. (...) E a identidade de género era uma coisa mesmo, mesmo muito impensável e que na altura nem sequer se ouvia falar sobre o assunto".

Por outro lado, sabendo que as pessoas T estão muito expostas à discriminação, foram obtidos testemunhos que relatam precisamente alguma surpresa por atos não discriminatórios. Gui, relata que, em uma consulta médica, a recepcionista do hospital, percebendo o constrangimento que o seu *dead name* lhe causava e o constrangimento que o seu nome social causava ao seu pai e à sua mãe, que o acompanhavam, arranjou de imediato a solução de o chamar pelo número da sua senha, revelando uma forte empatia.

Algumas estratégias que as pessoas entrevistadas indicaram usar para colmatar a discriminação foram: 1. Mudança geográfica: dois dos nove respondentes relataram ter mudado de cidade para facilitar todo o seu processo de transição e "começar uma vida totalmente nova" (Leonardo, 25, Estudante). Em ambos os casos a mudança foi do interior do país para o litoral; 2. Nominal: Alteração do nome próprio. Todas as pessoas respondentes alteraram o seu nome próprio para que este se adequasse à sua identidade de gênero, tal como é referida a importância do uso correto dos pronomes. Tiago (20, Operador de *Call Center*) sugere que se pergunte no início de qualquer conversa como a pessoa quer ser tratada ou qual o gênero com que se identifica; 3. Corporal: Muitas pessoas trans experienciaram disforia de gênero, ou seja, sentem um mal-estar resultante da

[4] Todos os nomes de pessoas entrevistadas são ficticios

incongruência entre o seu corpo e a sua identidade de gênero; todavia, nem todas as pessoas trans são alvo desta condição. Nos casos em que há este sentimento, as pessoas podem sentir a necessidade de alterar ou ocultar partes do seu corpo. Tiago (20, Operador de *Call Center*) apresenta duas soluções usadas por si para ocultar o seu peito: *binder*, que "não é mais do que um compressor do peito que modela um pouco a forma do nosso corpo para parecer um peito mais masculino" e *tape*, que "é uma espécie de fita cola diferente do normal que permite comprimir o peito e dar uma aparência mais masculina... existe esta mesma *tape* com a cor da nossa própria pele, ou seja, disfarça um pouco melhor".

Uma sociedade heteronormativa apresenta às pessoas cidadãs papéis de gênero bem definidos – sempre com uma visão binária do sexo –, ou seja, há expectativas sociais a cumprir diferentes para cada sexo (Costa, 1994). Foi nosso objetivo perceber a visão das pessoas entrevistadas quanto a esta forma essencialista de definir este conceito. As respostas dividiram-se e percebeu-se que se algumas pessoas acham que não deve haver esta divisão e/ou distinção entre homens e mulheres, outros diziam-nos o contrário. Pomos em hipótese que estas visões diferentes possam ser resultado do processo de aprendizagem do gênero a que estiveram sujeitos ao longo do seu crescimento, ou seja, a socialização de gênero (Pereira, 2012; Oliveira; Mendes, 2017). Isto é, pode estar relacionado com a forma como foram expostos a essas expectativas sociais e se houve uma maior ou menor pressão para correspondê-las e/ou uma maior ou menor interiorização das mesmas. Três (3) das nove (9) pessoas entrevistadas referem que as diferenças sociais entre homens e mulheres fazem sentido, pois, enquanto pessoas que viveram em dois sexos, acreditam que homens e mulheres pensam de forma diferente e sentem as coisas de forma diferente. Como se vê neste relato: "Estive do outro lado e agora estou deste e vejo que tem a ver com o funcionamento das hormonas. Muda muita coisa: a forma de pensar, tornas-te mais sensível, eu estou mais, bastante mais, sensível" (Ângela, 41, Operadora de *Call Center*).

A infância foi uma fase da vida destacada em todas as entrevistas, descrita como uma fase central na auto percepção da sua identidade de gênero. Isto é, mesmo não sabendo o que era a transexualidade – o conceito em si –, devido à idade precoce, sentiam que havia algo diferente em si. Sentiam a incongruência do seu sexo atribuído com as expetativas de gênero em relação ao seu *self* (Santana; Belmino, 2017), mesmo sem o saber expressar ou definir o que sentiam. Como Salvador (19, Estudante) conta "Eu percebi que alguma coisa estava mal por volta dos sete, oito anos, foi quando comecei com essas atitudes. Para mim estava certo, mas mais uma vez, para o resto da sociedade estava errado. Portanto eu a partir daí, já comecei a ter noção que alguma coisa não estava bem".

Como foi sentida e que impactos teve esta percepção de uma incongruência entre o seu sexo e o seu gênero? Tomás (19, Estudante) disse "senti-me um bocado revoltado e um bocado injustiçado. Porque é que eu havia de ter nascido no corpo errado?".

Os sentimentos gerados, de fato, podem ser muitos, pois cada pessoa tem a sua maneira de lidar com as situações. Tendo em conta a centralidade da inserção social na vida dos indivíduos, foi central para nós averiguar qual a reação da família quando estas pessoas assumiram a sua identidade de gênero. Um elemento comum a praticamente todas as entrevistas é uma descrição das suas mães como sendo a pessoa que mais apoiou ou marcou presença em todo este processo. Filipe (30, Operador fabril), apesar de ter descrito que a sua mãe o coagia aos papéis de gênero esperado, disse também "A minha mãe foi a pessoa que me apoiou mais (...) de alguma forma ela andou-se a informar e lembrou-se de ir aos hospitais da universidade de Coimbra perguntar se sabiam de algum caso de pessoas assim [transexuais]".

Renato (19, Estudante) e Leonardo (25, Estudante) descrevem a sua relação com os seus pais de forma semelhante; apesar de ter havido um choque familiar inicial, pois estes não compreendiam o dilema identidade de gênero dos seus filhos, mais tarde, acabaram por apoiá-los. Leonardo (25, Estudante) ilustra este apoio atual "Ninguém que venha tratar-me de outra forma [sem ser no masculino ou por Leonardo], porque o meu pai é o primeiro a meter-se à frente para me defender".

Entre estas nove pessoas verificaram-se pensamentos diferentes, caminhos diferentes e procedimentos realizados ou percepções de procedimentos a serem realizados diferentes entre si. Das nove pessoas entrevistadas apenas uma ainda não tinha feito qualquer tipo de intervenção corporal, mas deseja fazê-lo. As restantes já tinham realizado pelo menos um tipo de intervenção no seu corpo: a toma de hormônios. Como a maior parte das entrevistas foi realizada junto de homens trans, o desejo de retirar o peito ecoou nos seus discursos, sendo para eles a cirurgia mais desejada. Salvador (19, Estudante) descreve-a mesmo como "libertação" e Tomás (19, Estudante) diz que "É sentir, neste caso, o nosso corpo a mudar para aquilo que realmente é".

Não obstante à realização de intervenções médicas e/ou cirúrgicas, a sua aparência e a maneira como a pessoa se apresenta na sociedade, muitas vezes começa a sofrer alterações antes, podendo esta ser interpretada como uma "chamada de atenção" para aquilo que as pessoas estão a sentir, servindo para demonstrar aquilo que não se consegue explicar (Saleiro, 2013). Neste caso, estão a revelar o seu "gênero escondido" através da maneira como se apresentam na sociedade. Como revela Tiago (20, Operador de *Call Center*) "Eu tento sempre ao máximo transparecer a ideia de homem... como a parte da vestimenta masculina, como a parte de certas palavras, a forma de sentar, a forma de reagir a determinados assuntos. Acaba por ser também um pouco a procura de ser aceite mais facilmente pelo que nos rodeia".

No caso das pessoas entrevistadas, estando em fases diferentes do processo de autodeterminação de gênero, nem todas consideram ter uma expressão de gênero correspondente ao seu gênero. Tal como Tiago (23, Estudante) nos conta "Neste momento,

ainda me identificam com o sexo feminino (...) [lido] mal, muito mal. (...) Principalmente quando eu me apresento como Tiago e mesmo assim me tratam pelo sexo feminino.". Ou ainda há casos como o de Gui (25, Estudante) "Inevitavelmente, neste momento, as pessoas olham para mim e identificam-me como uma rapariga. (...) Quando se trata de amigos meus, eu assumo, digo que sou trans, que me identifico com um rapaz e prefiro que me tratem por Gui... mas por uma questão familiar ainda, na maior parte das situações, tenho de calar e engolir".

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo tido o privilégio de aceder à forma como estas nove pessoas vivenciaram e pensam o seu processo de transição de gênero o que mais se destacou foi a diversidade. Diferentes experiências, diferentes expectativas, diferentes percepções de um mesmo contexto nacional, no caso o português. Assim, os elementos que nos suscitam ter um maior envolvimento no que concerne à construção da identidade de gênero, sem qualquer ordem referente à influência exercida, são: a discriminação (feitas nas mais diversas ocasiões e pelas diversas entidades), a legislação em vigor, os papéis de gênero e/ou as normas sociais – implícitos na heteronormatividade –, o nome próprio e a família.

Com os testemunhos recolhidos pudemos averiguar que é desde cedo que os indivíduos têm perceção da sua identidade de gênero e demonstram-no, mesmo sem perceberem o significado que isso tem realmente. Podemos afirmar que é, então, a sua expressão de gênero que marca o início da construção da sua identidade de gênero.

O corpo é um importante marco para estes indivíduos, pois é aquele que visualmente vai indicar às outras pessoas qual o seu gênero. Neste seguimento, foi percebido que as cirurgias de redesignação de sexo não têm o mesmo significado para todas as pessoas. Para algumas pessoas estas cirurgias revelaram-se essenciais para o seu bem-estar, diríamos até, para a sua sobrevivência. Por outro lado, obtivemos relatos de pessoas que não vêem estas cirurgias como essenciais para a vivência do seu gênero. Em todos os casos, ter um corpo que represente o seu gênero é um elemento desejável e vital para viver a sua identidade de gênero.

Paralelamente ao corpo, também o nome de nascimento se revelou causa de constrangimento a pessoas T, não havendo na língua portuguesa muitos nomes ambivalentes (ILGA Portugal, s/d) ou permissão jurídica para a sua adoção (diploma rejeitado pelo Presidente da República em janeiro de 2024). Assim, o nome é outra categoria que pode auxiliar na construção ou na influência da sua identidade de gênero.

Alguns dos respondentes apenas perceberam que o seu sentimento de gênero ou a sua identidade de gênero se revelava um "problema" quando frequentava a escola, mais especificamente, quando docentes e/ou auxiliares separavam as crianças por sexo. Quando isto acontecia as próprias crianças – aquelas que não se enquadravam num padrão de

gênero tido como normal – percebiam-se que elas não se encaixavam na divisão de gênero que as outras pessoas faziam. Foi precisamente no ambiente escolar que se constatou haver o maior número de discriminação contra esta população, tendo sido reportada violência física, verbal e psicológica. Devido à multiplicidade de experiências, contextos e vivências não se verificou haver um espaço seguro comum a todos, pois as pessoas entrevistadas revelaram situações de discriminação em vários lugares, desde a esfera privada à pública. Estes relatos de discriminação vieram provar que ainda há uma grande invisibilidade quanto a este tema e que tem de haver uma maior sensibilização quanto a esta população. Assim o nosso estudo vem comprovar a importância de intervir ao nível da instituição escolar, o que tem vindo a acontecer recentemente. Sendo que estas intervenções deveriam se pautar sobretudo pela promoção da aceitação da diversidade e da prevenção da violência e discriminação.

A escola apresenta-se, assim, como momento central e particularmente difícil de percursos de vida marcados por um "ciclo de invisibilidade", como lhe chamamos. A invisibilidade social da transexualidade leva à discriminação desta população (devido à desinformação), todavia esta discriminação reforça a sua invisibilidade (devido à retração em consequência da opressão), criando-se aqui um círculo vicioso. Para este círculo ser quebrado será necessário haver uma disseminação da informação sobre o tema e a promoção de discussão construtiva. Só desta forma o usufruto da cidadania pelas pessoas T poderá ser alcançado em plenitude.

Algo que apuramos, ainda, foi que a forma como estes indivíduos foram socializados, nomeadamente na sua infância, teve muita influência quanto ao seu *coming out*. Isto é, aqueles que tiveram uma infância sem uma imposição rígida de papéis sociais de gênero, sentiram-se mais à vontade na altura de se assumirem enquanto pessoa trans perante a sua família e experimentaram uma maior aceitação por parte desta. No pólo oposto, quando havia uma total, ou quase total obrigação de cumprir papéis de gênero fortemente binários, as famílias apresentavam depois uma maior resistência em aceitar a identidade de gênero do/a seu/sua filho/a e a experiência do processo foi mais difícil. Esta dimensão permite perceber que o papel da heteronormatividade é central na socialização de gênero. Sabemos também que esta é ainda muito marcada pelo binarismo (Oliveira; Mendes, 2018).

Nesta investigação foi possível concluir que, por um lado, a transexualidade desafia a heteronormatividade, no sentido em que pode fazer repensar os valores e os princípios que lhe estão subjacentes, visto que a transexualidade se caracteriza por uma incongruência entre o sexo e o gênero; enquanto a norma é haver precisamente uma congruência. Por outro lado, a heteronormatividade influencia a transexualidade, pois esta, ao vê-la como uma minoria e algo que transgride a norma, vai mantê-la invisível ou com pouca visibilidade, acabando por haver uma perpetuação da discriminação.

Mais do que isso, a heteronormatividade mostra ter uma influência de forma forte e indelével, pois, no caso dos respondentes com uma identidade de gênero masculina, estes querem ter uma expressão de gênero tipicamente masculina e assumir papéis de gênero tipicamente masculinos. Porém, há nuances interessantes nos seus discursos onde se revela o desafio à heteronormatividade: apesar da identidade de gênero ser masculina revelam bem-estar em relação à sua genitália de nascença, e respondentes que revelam algum nível de mal-estar em relação ao seu corpo, mas que mantêm uma vida sexual ativa, mesmo que com alguns condicionamentos.

Neste sentido, foram apurados diferentes discursos quanto à forma como cada pessoa construía a sua identidade de gênero, logo podem existir diferentes formas de se ser uma pessoa trans – longe de haver um padrão único ou ser passível de falar da transexualidade como se de um bloco único se tratasse. Consequentemente, isto pode vir a abalar os papéis sociais de gênero tal como os conhecemos, devido a haver uma recusa, em alguns casos, da réplica de certos comportamentos associados ao masculino e ao feminino, deixando de haver uma divisão tão rigorosa destes.

Atrevemo-nos, assim, a dizer que a heteronormatividade – e tudo o que esta implica – apresenta-se como frágil, apesar de estar longe de ser efetivamente posta em causa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. v. 1–2. 2. ed. Lisboa: Quetzal, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de género**. Lisboa: Orfeu Negro, 2017.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gender**: in world perspective. Cambridge: Polity Press, 2015.

COSTA, Ronaldo Pamplona. **Os onze sexos**: as múltiplas faces da sexualidade humana. São Paulo: Gente, 1994.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, p. 139–167, 1989.

DAVIS, Heath Fogg. **Beyond trans**: does gender matter? New York: New York University Press, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin**: o diário de uma hermafrodita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

FRA – AGÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA. **Ser trans na UE**: análise comparativa dos dados do inquérito LGBT europeu. 2014. Disponível em: https://fra.europa.eu/en/publication/2015/being-trans-eu-comparative-analysis-eu-lgbt-survey-data-summary. Acesso em: 23 dez. 2018.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**: sentidos e formas de uso. Estoril: Princípia, 2014.

ILGA PORTUGAL. **A lei de identidade de género**: avaliação da implementação e do impacto da Lei n.º 7/2011, de 15 de março. *[S.l.]*, *[s.d.]*. Disponível em: http://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/Folheto_Lei_Identidade_Gen.pdf. Acesso em: 7 nov. 2018.

KITZINGER, Celia. Heteronormativity in action: reproducing the heterosexual nuclear family in after-hours medical calls. **Social Problems**, v. 52, p. 477–498, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **International classification of diseases – ICD-11**. 2018. Disponível em: https://icd.who.int/browse11. Acesso em: 7 jan. 2019.

OLIVEIRA, Catarina Sales; MENDES, Andreia. Brincar ao género: socialização e igualdade na educação pré-escolar. **ex æquo**, n. 36, p. 167–186, 2017.

PEREIRA, Maria do Mar. **Fazendo género no recreio**: a negociação do género em espaço escolar. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

PORTUGAL. Lei n.º 15/2024, de 29 de janeiro. **Diário da República**, 1.ª série, n.º 20, p. 3–6, 29 jan. 2024. Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/15-2024-839477377. Acesso em: 10 fev. 2024.

PORTUGAL. Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto. **Diário da República**, 1.ª série, n.º 151, 7 ago. 2018.

PORTUGAL. Presidência da República. **Presidente da República apreciou decretos da Assembleia da República**. Lisboa, 2024. Disponível em: https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-atualidade/2024/01/presidente-da-republica-apreciou-decretos-da-assembleia-da-republica/. Acesso em: 16 abr. 2024.

ROCHA, José Damião Trindade; COELHO, Marcos Irondes; FERNANDES, Alexandre Araripe. Experiências de/com uma "pessoa T" indígena entre-gêneros do/no cotidiano tocantinense. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 61, p. 117–127, 2020.

ROMERO, Mary. **Introducing intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2018.

S/A. Histórico: OMS retira transexualidade da lista de doenças mentais. **Dezanove**, 19 jun. 2018. Disponível em: https://dezanove.pt/historico-oms-retira-transexualidade-da-1183908. Acesso em: 10 dez. 2018.

SALES OLIVEIRA, Catarina. A emancipação do género ou para um género emancipatório. *In*: BARATA, André; SALES OLIVEIRA, Catarina; CARMO, Renato Miguel do (org.). **Emancipação**: o futuro de uma ideia política. Lisboa: Documenta, 2018. p. 209–221.

SALEIRO, Sandra; SALES OLIVEIRA, Catarina. Desigualdades de (cis e trans)género. *In*: CARMO, Renato Miguel et al. (org.). **Desigualdades sociais**: Portugal e a Europa. Lisboa: Mundos Sociais, 2018. p. 131–148.

SALEIRO, Sandra Palma. **Trans géneros**: uma abordagem sociológica da diversidade de género. 2013. 412 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – ISCTE-IUL, Departamento de Sociologia, Lisboa, 2013.

SANTANA, José Ricardo de Sousa; BELMINO, Marcus Cezar de Borba. Identidades de género na perspectiva da teoria do self: uma leitura gestáltica acerca da sexualidade na contemporaneidade. **IGT Rede**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 136–162, jul./dez. 2017.

SCHILT, Kristen; WESTBROOK, Laurel. Doing gender, doing heteronormativity: "gender normals", transgender people, and the social maintenance of heterosexuality. **Gender & Society**, v. 23, n. 4, p. 440–464, 2009.

TRANSRESPECT. **Trans murder monitoring 2023**: global update. 2023. Disponível em: https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring-2023/. Acesso em: 16 abr. 2024.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Egales, 2006.

**Recebido em: 16/09/2025**
**Aceito em: 18/03/2026**

# DESIGUALDADES FABRICADAS: CORPOS TRANS E A ECONOMIA NEOLIBERAL DO DESCARTE

*MANUFACTURED INEQUALITIES: TRANS BODIES AND THE NEOLIBERAL ECONOMY OF DISPOSABILITY*

Luiz Carlos da Costa Braga Júnior[1]

**Resumo**: este artigo propõe uma reflexão crítica sobre os impactos do neoliberalismo na vida da população trans, à luz da interseccionalidade como ferramenta analítica. Considerando a articulação entre gênero, raça e classe, investiga-se como políticas neoliberais agravam desigualdades históricas, intensificando a marginalização de corpos trans em múltiplas dimensões — saúde, trabalho, segurança e reconhecimento social. A partir de uma revisão bibliográfica e da contribuição de autores como Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge, Dean Spade e Marie-Hélène Bourcier, destaca-se como a racionalidade neoliberal se apropria de discursos de inclusão, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o Estado e individualiza os fracassos sociais. O texto aponta para a urgência de políticas públicas que reconheçam as especificidades da população trans, promovendo justiça social e equidade material.
**Palavras-chave**: População trans; Neoliberalismo; Interseccionalidade; Exclusão; Políticas públicas.

**Abstract**: This article offers a critical reflection on the impacts of neoliberalism on the lives of the trans population, through the lens of intersectionality as an analytical tool. Considering the interplay of gender, race, and class, it investigates how neoliberal policies exacerbate historical inequalities, deepening the marginalization of trans bodies across multiple dimensions — health, labor, security, and social recognition. Drawing from a literature review and the contributions of scholars such as Patricia Hill Collins, Sirma Bilge, Dean Spade, and Marie-Hélène Bourcier, the article highlights how neoliberal rationality appropriates inclusion discourses while simultaneously shifting state responsibilities onto individuals and framing social failures as personal shortcomings. The text underscores the urgency of public policies that acknowledge the specific realities of trans people, advancing social justice and material equity.
**Keywords**: Trans population; Neoliberalism; Intersectionality; Exclusion; Public policy.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta investigação se propõe a analisar criticamente as formas de exclusão que afetam a população trans no contexto da racionalidade neoliberal, por meio de uma abordagem interseccional. Partindo de uma perspectiva qualitativa com base em revisão bibliográfica, utiliza-se o referencial de autoras e autores que discutem as dinâmicas de dominação contemporâneas (Spade, 2011; Bourcier, 2020; Collins; Bilge, 2020; Puar, 2024; Foucault, 1985).

Gênero, raça e classe operam de maneira entrelaçada e simultânea na vida das pessoas trans, marcando seus acessos e impedimentos dentro de um sistema neoliberal que celebra a diversidade apenas quando ela não compromete a ordem do mercado. Como analisa Bourcier (2020, p. 39), a normatividade neoliberal tende a "tolerar" a diferença desde

[1] Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB (2025). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (2022). Pesquisador na área de Serviço Social e Ciências Sociais com ênfase em gênero, diversidade e políticas públicas.

que esta seja produtiva e adaptável ao consumo, mascarando os mecanismos de exclusão estrutural.

Assim, este artigo se estrutura em torno de três eixos principais: o neoliberalismo como racionalidade excludente, a interseccionalidade como ferramenta crítica, e os impactos concretos dessa articulação sobre corpos trans. Busca-se demonstrar como o projeto neoliberal perpetua desigualdades ao desconsiderar as especificidades de sujeitos trans, sobretudo aqueles que habitam intersecções com a negritude, a pobreza e a dissidência sexual.

Nesse sentido, a contribuição de Puar (2007) é central para compreender como o neoliberalismo opera não apenas por meio da exclusão explícita, mas também por meio de uma inclusão seletiva e regulada. Puar introduz o conceito de "*homonacionalismo*"[2] para explicar como certos corpos LGBTQIAPN+ são integrados ao projeto neoliberal e nacionalista, desde que se alinhem a normas de produtividade, consumo e respeitabilidade. Essa "inclusão" estratégica, no entanto, reforça a exclusão daqueles corpos que não se adequam à norma — como é o caso das pessoas trans racializadas, empobrecidas ou não-ocidentalizadas, que continuam sendo alvo de políticas de controle, encarceramento e precarização.

Complementando essa análise, o pensamento de Foucault (1985, p. 129) sobre a biopolítica[3] permite uma leitura mais densa das formas contemporâneas de governamentalidade que operam sobre corpos trans. A biopolítica, enquanto tecnologia de poder que administra a vida e define quais vidas merecem ser vividas, encontra no neoliberalismo um terreno fértil para produzir subjetividades dóceis, ajustadas ao mercado e autogeridas.

Nesse regime de gestão da vida, os corpos trans que escapam à lógica da normatividade cisgênera e da produtividade são simultaneamente visibilizados e eliminados, o que gera uma condição de existência marcada pela vigilância, pela patologização e pela morte — simbólica ou real. Esses corpos, ao desafiarem os parâmetros de inteligibilidade do sistema cisnormativo, tornam-se alvo de mecanismos de controle e exclusão que evidenciam o modo como o biopoder atua de forma sutil e eficaz na regulação da vida e na produção da morte. Como observa Foucault (1985), a soberania moderna já não se expressa apenas pelo direito de matar, mas pela administração calculada dos corpos e pela gestão da vida, em que "a velha potência de morte em que se simbolizava o poder

[2] Homonacionalismo é um fenômeno histórico emergente, um quadro analítico e um conceito crítico que ilustra como certos sujeitos homossexuais se tornaram representantes da nação, reforçando agendas nacionalistas, imperialistas e racistas (Puar, 2007, p. xii).

[3] Michel Foucault define biopolítica como o conjunto de mecanismos e estratégias pelas quais o poder moderno exerce controle sobre a vida das populações, regulando corpos e gerindo a vida em sociedade. A biopolítica surge com o advento do poder disciplinar, focado em administrar a vida (biopoder), e representa uma transição do poder soberano (focado na morte ou na punição) para um poder que se preocupa com a "gestão" da vida, intervenções em saúde, normas de conduta e controle populacional. Foucault argumenta que, por meio da biopolítica, o Estado moderno busca otimizar, regular e controlar as condições de vida dos indivíduos, promovendo normas que organizam corpos e populações conforme interesses econômicos e políticos (Foucault, 1985).

soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida" (Foucault, 1985, p. 131). Assim, a lógica biopolítica que permeia o neoliberalismo transforma a própria existência trans em um campo de disputa entre a possibilidade de viver e as formas cotidianas de aniquilamento social.

A interseccionalidade, portanto, surge como uma ferramenta fundamental para desestabilizar essas formas de poder que atravessam os corpos trans, revelando como as múltiplas opressões — de gênero, raça, classe e sexualidade — não apenas se somam, mas se potencializam mutuamente dentro da racionalidade neoliberal. Tal perspectiva permite uma análise mais radical dos processos de exclusão e aponta para a necessidade de resistências que rompam com os parâmetros normativos da cidadania neoliberal.

## 2 NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE EXCLUDENTE

A lógica neoliberal redefine o papel do Estado ao transferir responsabilidades sociais para os indivíduos, naturalizando a ideia de que cada sujeito é plenamente responsável por seu sucesso ou fracasso. No caso das pessoas trans, especialmente aquelas negras e periféricas, essa dinâmica intensifica vulnerabilidades já historicamente construídas, uma vez que o acesso a direitos básicos como saúde, educação e trabalho formal é constantemente mediado por estruturas de exclusão e desigualdade. Como analisa Bourcier (2020), a retórica neoliberal de igualdade opera como uma forma de mascaramento da desigualdade estrutural, pois "o objetivo da política de igualdade de direitos é nos fazer acreditar que ela trabalha visando uma igualdade real" (Bourcier, 2020, p. 79). Assim, o discurso de inclusão, longe de promover transformações concretas, funciona como um dispositivo ideológico que legitima a manutenção das hierarquias sociais e de gênero. A promessa de igualdade, nesse contexto, torna-se uma fachada que esconde a intensificação da precarização e da exclusão. Bourcier (2020) evidencia esse processo ao afirmar que:

> O neoliberalismo agarrou o elemento social que o liberalismo havia deixado anteriormente para o Estado. Que ele havia desdenhado como uma "coisa de esquerda". O neoliberalismo se importa com direitos sociais e culturais: ele os apropriou com maldade, "regulando" o desemprego (agora é preciso trabalhar quando estamos desempregados), transformando funcionários/as em auto empreendedores que devem sozinhos assumir plenamente todos os riscos e pagar pelo seu próprio seguro de saúde. [...] o objetivo não é mais o pleno emprego, mas a precarização generalizada, a maximização do/a empregado/a ou trabalhador/a e a privatização dos direitos sociais. [...] As empresas públicas e privadas que multiplicam as medidas de combate à discriminação, têm o mesmo objetivo: a maximização da empregabilidade, da produtividade, do "homossexual", (**da pessoa trans**), da "pessoa com deficiência", que eles insistem, além disso, em se referir a eles por meio de denominações que não são as escolhidas pelas minorias interessadas, mesmo após um bom século de lutas (Bourcier, 2020, p. 164, grifo nosso).

Essa captura neoliberal dos direitos sociais e culturais, como aponta Bourcier, não visa a justiça, mas a eficiência mercadológica. Essa lógica se reflete diretamente nas formas como a sociedade lida com as existências dissidentes. O discurso do empreendedorismo e da meritocracia, amplamente disseminado, impõe às pessoas trans a obrigação de se "adaptarem" e "empreenderem sua própria existência", mesmo diante de contextos de exclusão institucional e violência estrutural.

Como alerta Spade (2011), o neoliberalismo transforma as pautas trans em agendas de inclusão superficial, despolitizando as demandas históricas de redistribuição e reconhecimento. Empresas e instituições utilizam políticas de diversidade para promover uma imagem de inclusão, mas frequentemente reproduzem os mesmos mecanismos de exclusão simbólica e material. Como argumenta Bourcier (2020), tais práticas visam apenas maximizar a produtividade dos "corpos dissidentes", sem garantir segurança, saúde ou cidadania plena. Essas estratégias institucionais, longe de romperem com a lógica excludente, acabam por reforçá-la ao esvaziar o sentido político das lutas por direitos. A inclusão, nesse contexto, torna-se funcional ao sistema, convertendo-se em ferramenta de controle e neutralização. Bourcier (2020) aprofunda essa crítica ao afirmar que:

> Chegamos a um estágio em que é urgente criticar a política de direitos e a igualdade de direitos, porque ela se tornou compatível como cúmplice do neoliberalismo que, diferente do liberalismo, é um verdadeiro governo da sociedade que se comprometeu a privatizar o social e a reprivatizar o sexual em todas as suas dimensões (Bourcier, 2020, p. 39).

Essa cumplicidade entre a política de direitos e o neoliberalismo, como denuncia Bourcier (2020), se manifesta de forma concreta em diversas esferas da vida social, revelando como o discurso da igualdade serve, muitas vezes, à manutenção das desigualdades estruturais. Um dos espaços em que essa contradição se torna mais evidente é o mercado de trabalho, onde a retórica meritocrática e inclusiva encobre práticas excludentes profundamente enraizadas em hierarquias de gênero, raça e classe. A promessa neoliberal de igualdade de oportunidades ignora os entraves estruturais que marcam a trajetória das pessoas trans, sobretudo negras e periféricas, como a evasão escolar provocada por violências institucionais, a ausência de retificação civil de nome e gênero, a patologização de suas identidades e o estigma social que as acompanha em processos seletivos e ambientes laborais.

Assim, o que se apresenta como inclusão é, na verdade, um mecanismo sofisticado de reprodução da exclusão e da precariedade. Mesmo em contextos que se apresentam como "inclusivos", a presença de pessoas trans no mercado de trabalho é frequentemente limitada a funções precarizadas, sem garantias formais, ou então a posições altamente simbólicas,

ocupadas por poucos indivíduos que se tornam vitrines de uma diversidade institucional superficial. Como analisa Puar (2024), essa forma de gestão da diversidade constitui uma "instrumentalização da diferença", onde a inclusão de corpos dissidentes é tolerada apenas quando não desestabiliza o núcleo hegemônico do capital e serve aos interesses de *marketing* e *compliance* das empresas.

Além disso, a chamada "inclusão produtiva" opera dentro de uma lógica cisnormativa: exige-se das pessoas trans não apenas que estejam qualificadas, mas que se apresentem de forma "comportada", "passável" e "adaptável" aos códigos corporativos, códigos esses moldados por padrões brancos, masculinos, cisgêneros e heteronormativos. Essa exigência invisibiliza os custos emocionais e materiais da "aceitação" no ambiente de trabalho, ao mesmo tempo em que transfere a responsabilidade do fracasso para o indivíduo que não "se encaixou".

Essa exigência de conformidade a padrões normativos não é isolada, mas parte de um sistema mais amplo de controle social. Como aponta Collins (1990), as diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo, classismo e cisnormatividade, não atuam de forma separada, mas se entrelaçam em uma estrutura que organiza a distribuição do poder e do valor social. É nesse sentido que a autora propõe o conceito de "matriz de dominação", útil para compreender como o mercado de trabalho não apenas reflete, mas reproduz essas hierarquias, naturalizando a exclusão de quem não se encaixa nos moldes hegemônicos:

> A matriz de dominação inclui vários tipos de opressão que interagem de maneira a reproduzir hierarquias sociais, tornando as experiências de discriminação mais complexas para aqueles que estão na interseção de múltiplas desigualdades (Collins, 1990, p. 18).

Nesse cenário, a matriz de dominação descrita por Collins não apenas organiza as desigualdades, mas também prepara o terreno para que dispositivos de poder atuem seletivamente sobre os corpos. Como propõe Foucault (1985), a biopolítica atua justamente na modulação dos corpos e subjetividades em função das necessidades do sistema: o corpo trans que se adapta, performa e consome é tolerado; o corpo que reivindica transformação estrutural é descartado. Essa seletividade revela o caráter necropolítico da racionalidade neoliberal, que não apenas regula o acesso ao trabalho, mas define quais vidas são dignas de serem economicamente integradas e quais podem ser abandonadas à precariedade ou à morte social.

Nesse contexto, a interseccionalidade torna-se essencial para desvelar as camadas dessa exclusão: uma pessoa trans branca e de classe média pode acessar determinados espaços laborais com mais facilidade do que uma mulher trans negra e periférica,

evidenciando que as desigualdades não se distribuem de forma uniforme, mas segundo padrões históricos de racialização e hierarquização social.

## 3 INTERSECCIONALIDADE E AS OPRESSÕES SOBRE CORPOS TRANS

A interseccionalidade, formulada por autoras como Kimberlé Crenshaw (1989) e aprofundada por pensadoras como Collins e Bilge (2020), permite compreender como pessoas trans vivem opressões múltiplas e simultâneas. No Brasil, a expectativa de vida de uma pessoa trans gira em torno de 35 anos (Benevides; Nogueira, 2021), reflexo direto de políticas públicas que ignoram a transversalidade das violências.

Corpos trans são racializados, empobrecidos, patologizados e constantemente alvo de violências simbólicas e físicas. A exclusão social não se dá apenas por "ser trans", mas por ser trans e negra, trans e periférica, trans e migrante. A análise interseccional evidencia que políticas universais, sem recorte específico, não conseguem responder à complexidade dessas vidas. Esse apagamento das especificidades evidencia como o Estado continua operando a partir de uma lógica normativa e excludente, que ignora as múltiplas camadas de opressão que atravessam os corpos trans. Nesse sentido, Luiz Carlos C. Braga Jr. e Edil Ferreira da Silva (2024) apontam que

> [...] as mulheres transexuais e travestis inseridas no espectro da interseccionalidade, estão discursivamente inabilitadas para reivindicações do próprio acesso aos direitos sociais e às políticas públicas, uma vez que a própria concepção estatal sobre essas identidades ainda atualiza sentidos propostos por teorias pseudocientíficas sobre o que deve ser considerado como homem ou como mulher (Braga Jr.; Silva, 2024, p. 269).

Essa incapacidade do Estado de reconhecer plenamente as identidades trans não é apenas um reflexo do preconceito social, mas uma expressão da própria lógica cisnormativa que organiza suas estruturas. A experiência trans, portanto, não apenas escapa dessas categorias, mas as desafia. Além disso, a própria experiência trans desafia a cisnormatividade que estrutura o Estado, as instituições e os direitos. Conforme sinalizado por Spade (2011), o sistema jurídico e de bem-estar social está moldado para reconhecer apenas determinados corpos e identidades, excluindo aqueles que não se enquadram na norma cisgênera.

Diante desse cenário, torna-se evidente que os atravessamentos interseccionais não apenas moldam as experiências das pessoas trans, mas também condicionam de forma radical suas possibilidades de vida em um contexto em que a lógica neoliberal se impõe como racionalidade dominante. A interseccionalidade, ao revelar a complexidade das múltiplas opressões que incidem sobre esses corpos, nos conduz a uma dimensão ainda

mais sombria dessa realidade: a precariedade como norma e a gestão seletiva da vida. Nesse sentido, é preciso avançar da análise das opressões interseccionadas para a compreensão das formas como o neoliberalismo opera sobre esses corpos a partir da precarização e da necropolítica.

A precarização das condições de vida é uma constante na experiência de pessoas trans em contextos neoliberais. O acesso ao trabalho formal é limitado; o mercado os/as empurram para a informalidade, quando não diretamente para a marginalidade. O sistema de saúde, por sua vez, muitas vezes nega ou patologiza suas identidades. A necropolítica se manifesta sobre corpos trans na forma de abandono institucional, assassinatos impunes e negligência estatal. Em um contexto em que o Estado terceiriza suas responsabilidades, o neoliberalismo não apenas precariza, mas torna descartáveis vidas trans que não se encaixam na lógica da produtividade. A responsabilização individual por essa precariedade é um dos elementos mais cruéis da racionalidade neoliberal. Pessoas trans são vistas como "culpadas" por não conseguirem emprego, tratamento médico ou aceitação, ignorando-se a violência estrutural que condiciona suas trajetórias.

## 4 RESISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA: CORPOS TRANS EM MOVIMENTO

Apesar dos desafios impostos por um sistema que transforma suas vidas em alvo de precarização e violência constante, movimentos trans têm criado formas potentes de resistência e reexistência. Essas práticas não apenas tensionam a norma cisheteronormativa, mas também desestabilizam os pilares do neoliberalismo, especialmente sua lógica de individualização e de autogerenciamento da sobrevivência.

Instituições como a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), Casa NEM e tantas outras espalhadas pelo país e pela América Latina atuam na linha de frente da luta por moradia, acesso à educação, formação profissional, saúde integral e dignidade cidadã para pessoas trans. Essas organizações emergem, muitas vezes, em contextos de total ausência do Estado, e não apenas denunciam a violência institucional, mas também constroem redes de cuidado, apoio mútuo e políticas de vida que subvertem o abandono sistemático a que esses corpos são submetidos.

Essas formas de organização coletiva operam como contra-dispositivos biopolíticos, no sentido foucaultiano, ao instituírem modos de gestão da vida que escapam ao controle estatal e ao mercado. Em vez da responsabilização individual típica do neoliberalismo, vemos práticas baseadas na solidariedade interseccional, na partilha de recursos e na construção de uma cidadania que reconhece a pluralidade dos corpos e das experiências.

Como aponta Spade (2011), a resistência trans não se limita a buscar inclusão nos moldes existentes, muitas vezes hostis, mas propõe a transformação radical das estruturas sociais, legais e econômicas que produzem desigualdades. Ao priorizarem a coletividade, o

cuidado comunitário e a produção autônoma de saberes, esses movimentos confrontam diretamente os valores neoliberais de competição, eficiência e produtividade.

Além disso, essas práticas também representam uma reapropriação epistemológica. As vivências trans não são apenas objetos de estudo ou vítimas da exclusão: elas produzem conhecimento, articulam estratégias e redesenham horizontes possíveis. Ao fazerem isso, afirmam a vida trans como vida legítima e cheia de potência, negando o destino de precariedade e morte que a necropolítica neoliberal lhes impõe.

Nesse contexto, a interseccionalidade se realiza como prática política: ela não apenas denuncia as múltiplas opressões, mas orienta formas de agir que reconhecem a complexidade das desigualdades e propõem respostas plurais e situadas. As ações dos movimentos trans nos lembram que resistir é também reinventar os modos de existir, de cuidar e de ocupar o espaço público e que essa reinvenção é, em si, um gesto de vida contra a lógica da morte.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta reflexão buscou evidenciar como a articulação entre neoliberalismo e interseccionalidade, quando analisada a partir das vivências da população trans, desvela camadas complexas de exclusão, controle e invisibilização. A racionalidade neoliberal, ao mesmo tempo em que promove discursos de inclusão e diversidade, age seletivamente para capturar corpos dissidentes em práticas de governamentalidade que operam pela precarização, pela responsabilização individual e pela mercantilização da diferença.

A partir das contribuições dos autores mencionados neste estudo, tornou-se possível compreender que a exclusão de pessoas trans não é apenas social ou econômica, mas também epistemológica, simbólica e biopolítica. Corpos trans, especialmente quando racializados, empobrecidos e fora da norma cisgênera, são submetidos a regimes de gestão da vida e da morte que os tornam descartáveis para a lógica produtivista do capital.

No entanto, o texto também demonstrou que há resistência. Coletivos e movimentos trans têm desafiado a lógica neoliberal ao criarem redes de cuidado, práticas de autogestão e epistemologias que afirmam a vida em sua plenitude. Essas ações se constituem como práticas interseccionais encarnadas, políticas de existência que operam contra a necropolítica e a exclusão institucionalizada.

Assim, políticas públicas realmente comprometidas com a justiça social não podem se contentar com abordagens universalistas. É necessário construir projetos radicais de equidade, baseados na escuta ativa, no reconhecimento das diferenças e na valorização dos saberes produzidos pelos próprios sujeitos trans. Romper com os discursos meritocráticos e normativos é, portanto, um passo fundamental para afirmar a dignidade, a vida e a potência desses corpos, que seguem resistindo, reinventando e ocupando espaços que historicamente lhes foram negados.

## REFERÊNCIAS

BOURCIER, Sam. **Homo inc.orporated**: o triângulo e o unicórnio que peida. Tradução: Maria Bechara. Crocodilo, 2020.

BRAGA JR., Luiz Carlos C.; SILVA, Edil Ferreira. A invisibilidade da mulher trans: uma análise da violência institucional na previdência social. Tradução de Victor Limeira-DaSilva. *In*: LIMEIRA-DASILVA, V. R.; COSTA, J.C. (Eds.) **Multidudes metodológicas**: raça, sexo, gênero e Estado na articulação de marcadores da diferença. Campina Grande: EDUEPB, 2024.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: https://antrabrasil.org/wpcontent/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade do saber. 7. ed. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public Culture**, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003.

PUAR, Jasbir K. Corpos com novos órgãos: Devir trans, devir "deficiente". Tradução: Victor Limeira-DaSilva. *In*: LIMEIRA-DASILVA, V. R.; COSTA, J.C. (Eds.) **Multidudes metodológicas**: raça, sexo, gênero e Estado na articulação de marcadores da diferença. Campina Grande: EDUEPB, 2024.

PUAR, Jasbir K. **Terrorist Assemblages:** Homonationalism in Queer Times. Durham: Duke University Press, 2007.

SPADE, Dean. **Normal Life:** Administrative Violence, Critical Trans Politics, and the Limits of Law. New York: South End Press, 2011.

**Recebido em: 15/09/2025**
**Aceito em: 18/03/2026**

# CORPO, REDES SOCIAIS E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A DESCONSTRUÇÃO DE PADRÕES ESTÉTICOS NA ESCOLA

*BODY, SOCIAL NETWORKS, AND PHYSICAL EDUCATION: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW ON DECONSTRUCTING AESTHETIC STANDARDS IN SCHOOLS*

Adão Rodrigues de Sousa[1]
Majô Cristine Lopes Dias[2]

**Resumo**: nas últimas décadas, as redes sociais digitais transformaram-se em poderosos veículos de disseminação de padrões estéticos corporais idealizados, impactando profundamente a forma como os indivíduos, especialmente adolescentes e jovens, percebem e se relacionam com seus corpos. Esse fenômeno tem gerado sentimentos de inadequação, insatisfação corporal e práticas corporais compulsivas, suscitando a necessidade de uma abordagem crítica no âmbito escolar. Neste contexto, a Educação Física emerge como espaço privilegiado para a desconstrução de estereótipos corporais e a promoção de uma cultura de valorização da diversidade. O objetivo deste estudo é analisar como a Educação Física pode contribuir para a desconstrução dos padrões estéticos impostos pelas redes sociais e fomentar uma relação mais crítica e saudável com o corpo. A pesquisa, de natureza qualitativa, com delineamento exploratório, fundamentou-se em revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2014 e 2024, analisados à luz da técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Os resultados apontam que a Educação Física, ao incorporar práticas pedagógicas críticas e estratégias de alfabetização midiática, pode fortalecer a autoestima, a autonomia corporal e o respeito às diferenças. Conclui-se que a atuação pedagógica crítica é essencial para resistir às normatizações midiáticas e promover a formação integral dos estudantes.
**Palavras-chave**: Educação Física; Redes Sociais; Imagem Corporal; Diversidade.

**Abstract**: in recent decades, digital social networks have become powerful vehicles for disseminating idealized body aesthetic standards, profoundly impacting how individuals, especially adolescents and young people, perceive and relate to their bodies. This phenomenon has generated feelings of inadequacy, body dissatisfaction, and compulsive physical practices, highlighting the need for a critical approach within the school environment. In this context, Physical Education emerges as a privileged space for deconstructing body stereotypes and promoting a culture that values diversity. The objective of this study is to analyze how Physical Education can contribute to the deconstruction of aesthetic standards imposed by social networks and foster a more critical and healthy relationship with the body. This qualitative, exploratory research was based on a bibliographic review of articles published between 2014 and 2024, analyzed using Content Analysis techniques. The results indicate that Physical Education, by incorporating critical pedagogical practices and media literacy strategies, can strengthen self-esteem, body autonomy, and respect for differences. It is concluded that critical pedagogical action is essential to resist media-driven body norms and to promote the integral development of students.
**Keywords**: Physical Education; Social Networks; Body Image; Diversity.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as transformações sociais impulsionadas pelo avanço das tecnologias digitais e, em especial, pela ascensão das redes sociais, vêm ressignificando a

[1] Doutorando em Saúde Coletiva PPGSC/UFMT. Desenvolve pesquisa em Gênero, Currículos e Formação Inicial de Professores de Educação Física. Atua como professor na Educação Básica e pesquisador nas áreas de Educação Física escolar, currículo, gênero e sexualidade. Desenvolve estudos com enfoque crítico, articulando práticas pedagógicas, formação docente e saúde.

[2] Doutoranda em Educação (UNEMAT). Desenvolve pesquisas em Educação Física escolar, com ênfase na educação integral e nas ETIVEs. Atua na interface entre formação de professores, gestão pública e políticas educacionais, dialogando com diversidade e inclusão.

maneira como os indivíduos se percebem e se relacionam com seus corpos. Em meio a uma profusão de imagens idealizadas e discursos normativos sobre beleza e saúde, observa-se a consolidação de padrões estéticos rígidos que, não raras vezes, desencadeiam sentimentos de inadequação, transtornos alimentares e práticas corporais compulsivas. Tal cenário adquire contornos ainda mais preocupantes quando se consideram os públicos infantojuvenis, mais vulneráveis às pressões sociais e midiáticas. Nesse contexto, a escola emerge como espaço privilegiado para o desenvolvimento de uma consciência crítica e emancipatória, sendo a Educação Física componente curricular de especial relevância para o debate sobre corpo, saúde e identidade.

A disseminação de um corpo ideal nas redes sociais, geralmente associado à magreza extrema, à hipertrofia muscular ou a padrões eurocêntricos de beleza, tem impactado significativamente a percepção que os sujeitos constroem de si mesmos. Essa influência, por vezes sutil, atua de forma contundente na formação de comportamentos, atitudes e valores relacionados ao corpo, à saúde e à autoestima. A problematização que se impõe, portanto, diz respeito ao papel que a Educação Física escolar pode desempenhar na desconstrução desses padrões normativos e na promoção de uma relação mais consciente, crítica e saudável com o corpo. Assim, surge a seguinte pergunta de pesquisa: Como a Educação Física pode contribuir para a desconstrução dos padrões estéticos impostos pelas redes sociais e promover uma relação mais saudável com o corpo?

Estudos no campo da Educação Física e das Ciências Humanas vêm apontando para a necessidade de uma abordagem que transcenda a dimensão biológica do corpo e incorpore perspectivas socioculturais, críticas e inclusivas (De Oliveira, 2007; Betti, 1993; Soares *et al*., 1992). Tal perspectiva propõe uma prática pedagógica que reconheça a pluralidade dos corpos, respeite suas especificidades e valorize a corporeidade em suas múltiplas expressões (Rigo; Ribeiro; Hallal, 2011). Em consonância com essa abordagem, este estudo busca analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, o papel da Educação Física na desconstrução dos padrões estéticos disseminados pelas redes sociais e na promoção de uma visão mais saudável e inclusiva do corpo, investigando como essas plataformas influenciam a percepção do corpo ideal e o comportamento das pessoas em relação à prática de exercícios físicos.

A justificativa para a realização desta pesquisa reside na urgência de compreender os efeitos socioculturais das mídias digitais sobre a construção da imagem corporal e de propor caminhos pedagógicos que contribuam para o bem-estar físico e emocional dos estudantes. A Educação Física, ao integrar o currículo escolar e promover vivências corporais significativas, pode e deve se constituir como espaço de resistência aos discursos opressores e excludentes que circulam nas redes sociais.

A presente investigação se caracteriza como uma pesquisa de natureza qualitativa, com delineamento exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica. Serão analisados

artigos científicos que abordem as relações entre Educação Física, redes sociais, padrões estéticos e saúde. A análise será guiada por uma perspectiva crítica, buscando compreender os mecanismos simbólicos que sustentam os padrões corporais hegemônicos e identificar as potencialidades educativas da prática pedagógica em Educação Física para a construção de uma cultura corporal mais democrática, plural e inclusiva.

Nesse sentido, espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a valorização da diversidade corporal, o respeito às diferenças e a promoção da saúde em sua acepção mais ampla, compreendida não apenas como ausência de doenças, mas como condição de bem-estar físico, psíquico e social.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão das influências que os padrões estéticos exercem sobre os indivíduos, particularmente no contexto das redes sociais, exige uma análise multidimensional que envolva aspectos culturais, sociais, psicológicos e educacionais. A Educação Física, enquanto componente curricular que trabalha com a corporeidade em suas múltiplas manifestações, ocupa lugar privilegiado nesse debate, podendo atuar de maneira crítica frente às normatizações corporais que circulam no imaginário coletivo.

As redes sociais digitais, como *Instagram*, *TikTok* e *Facebook*, tornaram-se espaços potentes de produção e disseminação de imagens corporais idealizadas. Essas plataformas favorecem a espetacularização do corpo, promovendo estéticas padronizadas que associam beleza à magreza, juventude, hipertrofia muscular e ausência de imperfeições. Esses modelos, embora amplamente disseminados, são excludentes e desconsideram a diversidade de corpos existentes na sociedade, impactando negativamente a autoestima de muitas pessoas, em especial adolescentes e jovens (Han, 2017; Cabanas; Illouz, 2019; Twenge, 2017).

Moreira (2020) destaca que as redes sociais, especialmente o *Instagram*, são espaços onde influenciadores digitais disseminam um ideal de corpo magro, jovem e livre de imperfeições, reforçando padrões estéticos que podem gerar insatisfação corporal e práticas disciplinares extremas. A autora sugere que é necessário refletir sobre os efeitos dos discursos midiáticos e questionar os padrões estéticos impostos, incentivando uma visão mais crítica e diversificada sobre o corpo (Moreira, 2020).

Daolio (1997) reforça essa análise ao discutir como a cultura, incluindo a midiática, modela as percepções corporais, influenciando até mesmo práticas esportivas e educacionais. Segundo o autor, a Educação Física não pode ignorar essas influências, devendo trabalhar pedagogicamente para desnaturalizar os estereótipos e valorizar as diferentes expressões culturais do corpo, especialmente em contextos marcados pela diversidade. Essa abordagem é fundamental para desconstruir a ideia de um corpo universalmente desejável, substituindo-a por uma perspectiva mais inclusiva.

Autores como Bordo (2023) e Orbach (2019) destacam ainda como o corpo se torna alvo de controle social e mercantilização, moldado por discursos que legitimam apenas determinados biotipos. O corpo, portanto, não é apenas uma realidade biológica, mas também uma construção simbólica e histórica, sujeita a imposições culturais e econômicas. Diante disso, torna-se urgente desconstruir os estigmas associados à aparência física e promover uma cultura de aceitação e valorização da diversidade corporal.

Nesse contexto, a Educação Física pode se configurar como um campo de resistência aos discursos hegemônicos sobre o corpo. De acordo com Bracht (1999), é necessário repensar a Educação Física escolar para que ela deixe de reforçar padrões de desempenho e competição, e passe a valorizar a experiência corporal em sua totalidade, promovendo práticas que considerem a subjetividade, a ludicidade, a expressão e o respeito às diferenças.

Soares *et al*. (1992) propõem uma abordagem crítica da Educação Física, na qual o corpo é entendido como construção social e cultural, e não apenas como máquina biológica. Essa perspectiva permite que os professores desenvolvam práticas pedagógicas que estimulem o pensamento reflexivo dos estudantes sobre os discursos que envolvem o corpo, a saúde e a beleza. Nessa linha, Betti e Zuliani (2002) e Betti (1993) defendem uma Educação Física voltada para a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua corporeidade, capazes de resistir às pressões midiáticas e valorizar sua identidade corporal.

Goellner (2010), por sua vez, enfatiza a necessidade de uma Educação Física que reconheça a diversidade de gêneros, sexualidades e corpos, combatendo os estigmas e as exclusões perpetuados pelos padrões estéticos dominantes. A autora defende que a educação dos corpos deve ser pautada pelo respeito às diferenças, promovendo práticas pedagógicas que questionem as hierarquias sociais e culturais enraizadas nas representações midiáticas. Essa perspectiva alinha-se à proposta de uma formação crítica, na qual os estudantes possam refletir sobre as pressões sofridas e construir uma relação mais autêntica e saudável com seus próprios corpos. Assim, a Educação Física escolar pode se consolidar como um campo de transformação social, capaz de enfrentar os discursos normativos e celebrar a pluralidade corporal.

A cultura digital tem reconfigurado as práticas pedagógicas da Educação Física, exigindo uma formação docente crítica para mediar as tensões entre corpos reais e ideais disseminados pelas redes sociais. Santos, Sanfelice e Mezzaroba (2023) evidenciam que professores enfrentam desafios heterogêneos nesse cenário, como a necessidade de abordar temas como esporte e mídia de forma interdisciplinar, promovendo uma leitura crítica das imagens corporais. Essa perspectiva reforça o papel da escola como espaço de desnaturalização de padrões estéticos, alinhando-se às proposições de Daolio (1997) sobre a corporeidade como construção cultural.

A consolidação das mídias e tecnologias como subcampo acadêmico na Educação Física, analisada por Mezzaroba e Bassani (2022), demonstra como a tríade bourdieusiana (campo, *habitus*, *illusio*) explica a luta por legitimidade desse debate. Os autores destacam que a valorização de pesquisas sobre mídias e corporeidade amplia a visão biomédica tradicional, incorporando determinantes sociais e culturais. Essa abordagem é essencial para compreender como os algoritmos, como discutido por Nogueira de Oliveira e Fraga (2024), reforçam "bolhas *fitness*", limitando a exposição à diversidade corporal e exigindo intervenções pedagógicas que rompam com lógicas excludentes.

A atuação dos algoritmos nas redes sociais, conforme analisado por Nogueira de Oliveira e Branco Fraga (2024), ilustra mecanismos contemporâneos de padronização estética, como a personalização de conteúdos que invisibilizam corpos dissidentes. Essa dinâmica ressalta a urgência de uma alfabetização midiática na Educação Física, capaz de desvelar os interesses mercadológicos por trás dos ideais de beleza.

Além disso, a promoção da saúde, entendida sob a ótica ampliada da Organização Mundial da Saúde (OMS), envolve dimensões físicas, mentais e sociais. Dessa forma, a Educação Física deve buscar não apenas a aptidão física, mas também o bem-estar emocional e social dos educandos, promovendo o desenvolvimento da autoestima e de relações interpessoais saudáveis. A valorização da pluralidade de corpos, aliada à problematização dos discursos midiáticos, torna-se uma via potente para o fortalecimento de uma cultura escolar mais inclusiva e acolhedora (Betti, 2004; Biscaro; Silva, 2016). Nesse sentido, a saúde ampliada, entendida como influenciada por determinantes sociais, difere da visão da OMS, pois considera desigualdades estruturais.

Dinis (2008) amplia essa discussão ao abordar como a educação, incluindo a Educação Física, pode reproduzir ou desafiar as hierarquias de gênero e sexualidade. O autor argumenta que as práticas pedagógicas muitas vezes reforçam estereótipos binários, marginalizando corpos que fogem às normas heteronormativas. Para superar essa limitação, propõe uma abordagem interseccional que considere as múltiplas identidades dos estudantes, transformando a escola em um espaço de acolhimento à diversidade. Essa perspectiva é essencial para desconstruir os ideais estéticos vinculados não apenas à aparência, mas também às expectativas sociais sobre gênero e sexualidade.

Louro (1997), por sua vez, analisa como a educação opera na produção das identidades de gênero e sexualidade, destacando o papel do currículo oculto na perpetuação de normas excludentes. A autora defende uma perspectiva pós-estruturalista que questione as categorias fixas de "masculino" e "feminino", abrindo espaço para a expressão plural dos corpos. Na Educação Física, isso implica repensar atividades esportivas e avaliativas que historicamente segregam ou invisibilizam certos grupos, como LGBTQIAPN+. Ao incorporar essa visão, a disciplina pode contribuir para a desnaturalização dos padrões corporais vinculados a gênero.

Neira (2007) introduz uma dimensão cultural ao debate, propondo que a Educação Física valorize as manifestações da cultura corporal popular — como danças, jogos e brincadeiras tradicionais — como conteúdos curriculares. Essa abordagem não apenas diversifica as experiências corporais, mas também legitima saberes marginalizados, confrontando a hegemonia dos padrões estéticos eurocêntricos. Ao privilegiar a identidade cultural dos estudantes, a prática pedagógica pode subverter as lógicas de padronização do corpo, promovendo uma relação mais autônoma e crítica com a mídia e a estética dominante.

Portanto, é no entrecruzamento entre corpo, mídia e educação que se insere a relevância deste estudo. Ao reconhecer que os padrões estéticos impostos pelas redes sociais impactam diretamente a forma como os sujeitos se percebem e interagem com o mundo, cabe à Educação Física escolar o compromisso ético e político de contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de desafiar as normatividades corporais e construir uma relação mais livre, saudável e significativa com o próprio corpo.

Betti (2004) reforça esse papel ao destacar que a Educação Física, ao lidar com o corpo em suas múltiplas dimensões, deve confrontar as normatizações midiáticas, questionando os ideais hegemônicos e promovendo uma reflexão crítica sobre corpo, cultura e tecnologia no mundo contemporâneo. Dessa forma, a disciplina pode consolidar-se como um espaço de resistência aos discursos que reduzem o corpo a um objeto de consumo, incentivando uma visão mais plural e autônoma da corporeidade.

## 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de delineamento exploratório, orientada pela perspectiva crítica na análise da relação entre redes sociais, padrões estéticos corporais e o papel da Educação Física escolar. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela intenção de compreender os fenômenos sociais em profundidade, considerando as múltiplas dimensões simbólicas, culturais e educacionais que perpassam a construção da imagem corporal na contemporaneidade.

Conforme Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa busca analisar aspectos mais subjetivos e complexos da realidade, permitindo interpretações profundas sobre comportamentos, percepções e construções sociais. O delineamento exploratório, por sua vez, é adequado em estudos que visam proporcionar uma visão inicial sobre fenômenos ainda pouco compreendidos, favorecendo o levantamento de hipóteses e a ampliação do entendimento sobre o objeto investigado. A revisão bibliográfica fundamenta-se na análise crítica e sistemática de produções acadêmicas relevantes, funcionando como meio de reunir e interpretar conhecimentos já consolidados a respeito do tema.

A investigação foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica, tendo como fontes principais artigos científicos publicados entre os anos de 2014 e 2024. A seleção dos

estudos ocorreu em bases de dados acadêmicas consolidadas, como Periódicos Capes, Google Acadêmico e SciELO, utilizando como critérios de inclusão: a) abordarem a influência das redes sociais na construção da imagem corporal; b) discutirem a interface com a Educação Física escolar; e c) estarem disponíveis em português. Os descritores utilizados foram: "Educação Física AND redes sociais AND imagem corporal".

Identificou-se 27 artigos nas bases de dados. Após a remoção de duplicatas e a aplicação dos critérios de exclusão, restaram 5 artigos para análise final. Essa sistematização visou assegurar rigor na seleção e representatividade do corpus analisado, alinhando-se às recomendações de Prodanov e Freitas (2013) para revisões bibliográficas.

Após a etapa de levantamento e triagem, foram selecionados cinco artigos que atendiam aos critérios estabelecidos. Para a análise dos textos, adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que possibilitou a categorização das unidades de registro extraídas dos textos, a identificação dos contextos de sentido e a construção de categorias temáticas emergentes.

A categorização dos artigos seguiu um critério temático-distintivo, onde cada um dos estudos selecionados representou um eixo analítico único e complementar no debate sobre corpo, redes sociais e Educação Física. Essa abordagem justifica-se pela natureza exploratória da pesquisa e pela necessidade de abarcar as múltiplas dimensões do fenômeno investigado: enquanto alguns artigos focaram na influência midiática, outros destacaram o papel pedagógico da Educação Física. Tais categorias permitiram preservar a singularidade de cada contribuição teórica, ao mesmo tempo em que possibilitou uma análise transversal dos temas recorrentes.

Ademais, as categorias analíticas foram sistematizadas em quadro-resumo, permitindo uma comparação crítica entre os estudos. Essa estratégia metodológica visou não apenas mapear a influência das redes sociais sobre a percepção corporal de estudantes e professores, mas também identificar as possibilidades de atuação crítica da Educação Física na desconstrução dos padrões estéticos hegemônicos.

Assim, o percurso metodológico adotado fundamenta-se no compromisso ético de promover uma reflexão crítica sobre as dinâmicas socioculturais que impactam a formação da imagem corporal dos sujeitos, buscando contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, emancipadoras e atentas à diversidade no ambiente escolar.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Para a realização da análise proposta neste estudo, foram selecionados cinco artigos que abordam a relação entre redes sociais, padrões estéticos e Educação Física, conforme apresentado no Quadro 1. A seleção contemplou publicações nacionais recentes, localizadas em diferentes bases de dados acadêmicas, abrangendo o período de 2014 a 2024. Os

estudos analisam as implicações das mídias digitais na construção da imagem corporal, a internalização de ideais estéticos e o papel da Educação Física na desconstrução desses padrões, oferecendo um panorama crítico e atualizado sobre a temática investigada.

QUADRO 1 - Artigos Selecionados

| ID | Título | Autores | Base de Dados | Ano |
|---|---|---|---|---|
| A1 | Representações de corpo e redes sociais online: um estudo com professores de Educação Física | Lobato | Google Acadêmico | 2014 |
| A2 | O culto ao corpo e suas formas de propagação na rede social Facebook: implicações para a Educação Física Escolar | Rigoni; Nunes; Fonseca | Periódicos Capes | 2017 |
| A3 | Redes sociais, suas implicações sobre a imagem corporal de estudantes adolescentes e o contexto da pandemia do coronavírus (COVID-19) | De Brito; Thimóteo; Brum | SciELO | 2020 |
| A4 | Uso das redes sociais, imagem corporal e influência da mídia em acadêmicos dos cursos de educação física | Santos; Gonçalves | Google Acadêmico | 2020 |
| A5 | Cultura corporal: influências das redes sociais virtuais sobre as compreensões de estudantes | De Oliveira; Oliveira | Periódicos Capes | 2020 |

Fonte: Autores (2026)

O Quadro 1, intitulado "Artigos Selecionados", apresenta de forma sistematizada os cinco estudos que compuseram o corpus de análise da revisão bibliográfica. Ele organiza as informações essenciais de cada artigo em uma tabela composta pelas colunas: ID (identificador sequencial), Título, Autores, Base de Dados e Ano de publicação.

O primeiro artigo, identificado como A1, intitula-se "Representações de corpo e redes sociais online: um estudo com professores de Educação Física", de autoria de Lobato, foi localizado no Google Acadêmico e publicado em 2014. O artigo A2, "O culto ao corpo e suas formas de propagação na rede social Facebook: implicações para a Educação Física Escolar", foi escrito por Rigoni, Nunes e Fonseca, indexado na base Periódicos Capes e data de 2017. Já o estudo A3, "Redes sociais, suas implicações sobre a imagem corporal de estudantes adolescentes e o contexto da pandemia do coronavírus (COVID-19)", é de autoria de De Brito, Thimóteo e Brum, foi encontrado na base SciELO e publicado em 2020.

O quarto artigo, A4, "Uso das redes sociais, imagem corporal e influência da mídia em acadêmicos dos cursos de educação física", foi elaborado por Santos e Gonçalves, também disponível no Google Acadêmico e publicado em 2020. Por fim, o artigo A5, "Cultura

corporal: influências das redes sociais virtuais sobre as compreensões de estudantes", é de autoria de De Oliveira e Oliveira, foi acessado via Periódicos Capes e igualmente publicado no ano de 2020. O quadro foi elaborado pelo próprio autor da pesquisa em 2025. Este conjunto de estudos, publicados entre 2014 e 2020, fornece a base empírica para a análise subsequente sobre a influência das redes sociais na imagem corporal e o papel crítico da Educação Física escolar.

Para aprofundar a análise dos estudos selecionados, procedeu-se a uma categorização das informações segundo a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016). As unidades de registro extraídas dos artigos, os contextos de sentido atribuídos e as categorias temáticas emergentes foram organizados no Quadro 2. Essa sistematização permitiu identificar padrões e recorrências nas abordagens dos autores, especialmente no que tange à influência das redes sociais na construção da imagem corporal e ao papel crítico da Educação Física na desconstrução de estereótipos estéticos e promoção da diversidade corporal.

QUADRO 2 - Análise dos Artigos

| ID | Unidades de Registro | Contexto de Sentido | Categoria |
|---|---|---|---|
| A1 | Representações corporais idealizadas; Estereótipos mercadológicos | Redes sociais moldam percepções corporais entre professores; Potencial da Educação Física para transformação crítica | Crítica às representações e reforço da diversidade |
| A2 | Propagação de padrões estéticos; Naturalização da imagem corporal; Manipulação midiática | Redes sociais reforçam padrões corporais irreais; Educação Física como espaço de resistência e crítica | Influência midiática e desconstrução crítica |
| A3 | Comparação com corpos idealizados; Fitspiration; Alfabetização midiática | Pandemia intensificou uso de redes e insatisfação corporal; Educação Física como ferramenta de autonomia crítica | Educação física crítica e emancipadora |
| A4 | Internalização de padrões; Tempo de uso de redes sociais; Mercantilização do corpo | Uso excessivo de redes sociais aumenta a insatisfação corporal; Necessidade de intervenção crítica | Impacto do tempo de exposição e crítica aos discursos midiáticos |
| A5 | Espetacularização do corpo; Reprodução de comportamentos midiáticos; Emancipação corporal | Redes sociais moldam práticas corporais com apelos estéticos; Educação Física como espaço de reflexão e autonomia | Autonomia corporal e crítica midiática |

Fonte: Autores (2026)

O Quadro 2, denominado "Análise dos Artigos", apresenta a síntese interpretativa dos cinco estudos selecionados, organizada a partir da aplicação da técnica de Análise de

Conteúdo. A estrutura é composta por três colunas inter-relacionadas: a primeira coluna (ID) repete o identificador de cada artigo (de A1 a A5); a segunda (Unidades de Registro) lista os conceitos-chave ou núcleos de sentido extraídos de cada texto; a terceira (Contexto de Sentido) descreve a interpretação mais ampla ou a articulação teórica dessas unidades dentro do respectivo estudo; e a quarta (Categoria) propõe uma classificação temática que sintetiza a contribuição principal do artigo para a pesquisa.

Para o artigo A1, as unidades de registro foram "Representações corporais idealizadas" e "Estereótipos mercadológicos". No contexto de sentido, compreendeu-se que as redes sociais moldam as percepções corporais dos professores, ao mesmo tempo em que se destacou o potencial da Educação Física para uma transformação pedagógica crítica. Essas ideias foram categorizadas como "Crítica às representações e reforço da diversidade". O artigo A2 trouxe as unidades "Propagação de padrões estéticos", "Naturalização da imagem corporal" e "Manipulação midiática". Seu contexto de sentido apontou que as redes sociais reforçam padrões corporais irreais e que a Educação Física pode se constituir como um espaço de resistência e crítica, sendo categorizado como "Influência midiática e desconstrução crítica".

O estudo A3 destacou as unidades "Comparação com corpos idealizados", "Fitspiration" e "Alfabetização midiática". Seu contexto de sentido relacionou a intensificação do uso das redes e da insatisfação corporal durante a pandemia com o papel da Educação Física como ferramenta para promover autonomia crítica, recebendo a categoria "Educação física crítica e emancipadora". Já o artigo A4 centrou-se nas unidades "Internalização de padrões", "Tempo de uso de redes sociais" e "Mercantilização do corpo". Seu contexto argumentou que o uso excessivo das redes aumenta a insatisfação corporal e exige uma intervenção pedagógica crítica, sendo classificado na categoria "Impacto do tempo de exposição e crítica aos discursos midiáticos".

Por fim, o artigo A5 elencou as unidades "Espetacularização do corpo", "Reprodução de comportamentos midiáticos" e "Emancipação corporal". Seu contexto interpretou que as redes sociais moldam práticas corporais com apelos estéticos, mas que a Educação Física pode ser um espaço de reflexão e autonomia, culminando na categoria "Autonomia corporal e crítica midiática". O quadro foi elaborado pelo próprio autor em 2025, servindo como base estruturada para a discussão analítica que articula os dados dos artigos com o referencial teórico da pesquisa.

Evidencia-se, nesse cenário, a forte influência das redes sociais na construção de padrões corporais idealizados e a necessidade de a Educação Física escolar assumir um papel crítico e emancipador frente a essas dinâmicas.

Em primeiro lugar, verifica-se que as redes sociais, especialmente plataformas como *Facebook* e *Instagram*, atuam como agentes de disseminação de ideais estéticos inatingíveis, contribuindo para a naturalização de conceitos como o "corpo perfeito" (Rigoni; Nunes;

Fonseca, 2017; De Brito; Thimóteo; Brum, 2020). Essa exposição constante a imagens corporais reforça a insatisfação corporal, fenômeno que se intensificou no contexto da pandemia da COVID-19, dada a maior permanência dos jovens em ambientes virtuais (De Brito; Thimóteo; Brum, 2020).

A internalização desses padrões estéticos, apontada por Santos e Gonçalves (2020), mostra que o uso intensivo das redes sociais está diretamente associado ao aumento da insatisfação corporal, tanto em homens quanto em mulheres. Essa realidade evidencia a necessidade urgente de práticas pedagógicas na Educação Física que desenvolvam uma leitura crítica das mídias digitais, desnaturalizando os ideais de beleza veiculados.

Outro aspecto relevante identificado é o papel mercadológico da mídia digital, que transforma o corpo em objeto de consumo, reforçando a espetacularização e a erotização das imagens corporais (Lobato, 2014; De Oliveira; Oliveira, 2020). Esse processo reduz a complexidade do corpo humano a estereótipos midiáticos, favorecendo a reprodução de comportamentos padronizados nas práticas corporais dos estudantes, como observado por De Oliveira e Oliveira (2020) nas postagens em redes sociais.

Diante desse cenário, os estudos convergem para a compreensão da Educação Física como espaço privilegiado para a desconstrução desses padrões hegemônicos. Rigoni, Nunes e Fonseca (2017) e Lobato (2014) enfatizam a importância da atuação crítica dos professores de Educação Física no questionamento das imagens corporais midiáticas, promovendo a valorização da diversidade corporal e o fortalecimento da autoestima dos alunos.

Além disso, emerge dos estudos A3 e A5 a necessidade de que a Educação Física incorpore práticas pedagógicas fundamentadas na alfabetização midiática, capacitando os estudantes para uma análise crítica e reflexiva das mensagens que consomem nas redes sociais, como propõem Brito, Thimóteo e Brum (2020) e De Oliveira e Oliveira (2020). Essa perspectiva dialoga diretamente com a abordagem defendida por Soares *et al.* (1992), Betti (1993) e Goellner (2010), que compreendem o corpo não apenas em sua dimensão biológica, mas como uma construção social e cultural, sujeita a influências midiáticas e econômicas. Nesse sentido, a educação crítica proposta nesses referenciais teóricos é fundamental para resistir às pressões estéticas hegemônicas, promovendo nos estudantes uma relação mais livre, consciente e saudável com seus próprios corpos.

De modo convergente, os trabalhos A1 e A2 reforçam que a Educação Física pode e deve atuar como um espaço de resistência, desconstruindo os padrões corporais naturalizados pelas mídias sociais, em consonância com Rigoni, Nunes e Fonseca (2017) e Lobato (2014). Essa postura se aproxima das proposições de Neira (2007), ao enfatizar a valorização das manifestações da cultura corporal popular como meio de reconhecer saberes plurais e diversificar as experiências corporais dos estudantes. Dessa forma, ao integrar conteúdos que valorizem a identidade cultural e as expressões corporais autênticas,

a Educação Física contribui para a superação da padronização estética promovida pelas redes sociais.

Ainda, ao abordar as representações corporais erotizadas e espetacularizadas observadas nas redes sociais o estudo A5 ressalta a reprodução de comportamentos midiáticos entre os estudantes, o que reforça a pertinência das reflexões de Dinis (2008) e Louro (1997) sobre a necessidade de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade de gêneros e sexualidades. A desconstrução de normas excludentes, propostas por esses autores, é essencial para que a Educação Física se configure como um espaço de inclusão, acolhendo diferentes identidades corporais e combatendo as hierarquias impostas pela lógica heteronormativa e estética dominante.

Assim, articulando os resultados dos estudos, evidencia-se que a Educação Física escolar possui potencial não apenas para promover práticas corporais saudáveis, mas também para formar sujeitos críticos e autônomos, capazes de questionar os discursos de padronização e mercantilização do corpo disseminados pelas redes sociais.

Assim, os resultados dessa análise indicam que, para promover uma efetiva transformação social, a Educação Física precisa adotar uma perspectiva ampliada de saúde e corporeidade, concebendo a saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Essa abordagem favorece práticas pedagógicas que transcendem o enfoque biomédico tradicional, valorizando a diversidade, a autoestima e a crítica aos discursos midiáticos normativos.

Dessa forma, ao reconhecer e enfrentar os impactos das redes sociais na construção da imagem corporal, a Educação Física escolar pode consolidar-se como uma área estratégica para a promoção de uma cultura mais plural, democrática e inclusiva, comprometida com a formação integral dos estudantes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu refletir sobre o impacto das redes sociais na construção de padrões estéticos corporais idealizados e sobre o papel estratégico da Educação Física escolar na promoção de uma cultura corporal mais crítica, inclusiva e plural. A análise dos artigos selecionados evidenciou que as plataformas digitais, ao disseminarem imagens padronizadas de beleza, influenciam negativamente a percepção de si dos sujeitos, gerando sentimentos de inadequação, insatisfação corporal e práticas corporais compulsivas, especialmente entre adolescentes e jovens.

Diante desse cenário, reforça-se a necessidade de que a Educação Física transcenda sua função tradicional de promover apenas o condicionamento físico, assumindo um compromisso político e ético com a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua corporeidade e capazes de resistir aos discursos normativos impostos pelas mídias. A prática pedagógica, orientada por uma perspectiva crítica e emancipadora, pode contribuir

significativamente para desconstruir estereótipos estéticos, valorizando a diversidade corporal, as expressões culturais plurais e a saúde entendida em sua dimensão ampliada, física, emocional e social.

Além disso, torna-se imperativo que as aulas de Educação Física incorporem estratégias de alfabetização midiática, promovendo a análise crítica dos discursos veiculados nas redes sociais e incentivando uma relação mais autônoma, saudável e autêntica dos estudantes com seus corpos. A valorização de práticas corporais inclusivas, que respeitem as diferenças de gênero, etnia, sexualidade e habilidades corporais, é um caminho para a construção de ambientes escolares mais acolhedores e democráticos.

É importante destacar que esta pesquisa apresenta como limitação a sua natureza exclusivamente bibliográfica, o que restringe a análise à interpretação de estudos disponíveis e não contempla a coleta de dados empíricos em contextos escolares reais. Ademais, a pequena amostra de artigos limita generalizações. Para trabalhos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas de campo que investiguem, de forma direta, as percepções sobre a influência das redes sociais na construção da imagem corporal, bem como a eficácia de intervenções pedagógicas críticas no âmbito da Educação Física.

Por fim, este estudo reafirma a relevância de investigações que articulem corpo, mídia e educação, indicando a necessidade de contínuo aprofundamento teórico e prático sobre o tema. Espera-se que as reflexões aqui apresentadas possam contribuir para o fortalecimento de propostas pedagógicas que enfrentem os desafios impostos pela cultura midiática contemporânea e que reafirmem o compromisso da Educação Física escolar com a formação integral e cidadã dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2016.

BETTI, Mauro. Corpo, cultura, mídias e educação física: novas relações no mundo contemporâneo. **Revista Digital.** Ano, v. 10, 2004. Disponível em: https://efdeportes.com/efd79/corpo.htm. Acesso: 13 abr. 2025.

BETTI, Mauro. Cultura corporal e cultura esportiva. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 7, n. 2, p. 44-51, 1993. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rpef/article/download/138756/134089/269511. Acesso: 13 abr. 2025.

BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista mackenzie de educação física e esporte**, v. 1, n. 1, 2002. Disponível em: https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1363. Acesso: 12 abr. 2025.

BISCARO, Marlene Vitória; SILVA, Fábio Luiz da. Corpo, mídia e Educação Física. **Revista Educação Pública**, v. 1, n. 1, p. 1-3, 2016. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/10/corpo-mdia-e-educao-fsica. Acesso: 13 abr. 2025.

BORDO, Susan. **Unbearable weight:** Feminism, Western culture, and the body. Berkeley: Univ of California Press, 2023.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**, v. 19, p. 69-88, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3NLKtc3KPprBBcvgLQbHv9s/?format=html. Acesso: 12 abr. 2025.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. Happycracia. **Cómo la ciencia y la industria de la felicidad controlan nuestras vidas.** Barcelona: Planeta, 2019.

DAOLIO, Jocimar. **Cultura:** educação física futebol. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

DE OLIVEIRA, Rogério Cruz. Educação física e diversidade cultural: um diálogo possível. **Conexões**, v. 5, n. 2, p. 19-30, 2007. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637876. Acesso: 13 abr. 2025.

DE BRITO, Amanda Alberto; THIMÓTEO, Tayná Brum; BRUM, Fábio. Redes sociais, suas implicações sobre a imagem corporal de estudantes adolescentes e o contexto da pandemia do coronavírus (COVID-19). **Temas em Educação Física Escolar**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 105-125, jul./dez. 2020. Disponível em: https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/temasemedfisicaescolar/article/view/3032. Acesso: 13 abr. 2025.

DE OLIVEIRA, Fábio Souza; OLIVEIRA, Cláudio Márcio. Cultura corporal: influências das redes sociais virtuais sobre as compreensões de estudantes. **MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, v. 4, n. 2, p. 142-155, 2020. Disponível em: http://www.motricidades.org/journal/index.php/journal/article/view/83. Acesso: 13 abr. 2025.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, v. 29, p. 477-492, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/nTn98Ch9xWZdqbcSFwXkykw/. Acesso: 12 abr. 2025.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência.** Tradução de Enio Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de formação RBCE**, v. 1, n. 2, 2010. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/105085. Acesso: 09 abr. 2025.

LOBATO, Robson de Souza. Representações de corpo e redes sociais online: um estudo com professores de Educação Física. **Artefactum – Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia**, ano VI, n. 2, 2014. Disponível em: https://artefactumjournal.com/index.php/artefactum/article/view/426. Acesso: 13 abr. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEZZAROBA, Cristiano; BASSANI, Jaison José. Campo, habitus e illusio – A tríade conceitual de Pierre Bourdieu no exercício de investigar a constituição de um subcampo acadêmico (das mídias e tecnologias) na Educação Física brasileira. **Educar em Revista**, dez. 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/85962. Acesso em: 06 abr. 2025.

MOREIRA, Marília Diógenes. A construção da imagem corporal nas redes sociais: padrões de beleza e discursos de influenciadores digitais. **Percursos linguísticos**, v. 10, n. 25, p. 144-

162, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/percursos/article/download/30680/21747. Acesso: 13 abr. 2025.

NEIRA, Marcos Garcia. Valorização das identidades: a cultura corporal popular como conteúdo do currículo da Educação Física. **Motriz Revista de Educação Física**, p. 174-180, 2007. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/820. Acesso: 12 abr. 2025.

NOGUEIRA DE OLIVEIRA, Braulio; BRANCO FRAGA, Alex. Ação de algoritmos e a constituição de uma bolha fitness: o caso do personal trainer digital. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 36, n. 67, p. 1–21, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/100314. Acesso em: 16 mai. 2025.

ORBACH, Susie. **Bodies.** Oxford: Profile books, 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico:** Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIGO, Luis Carlos; RIBEIRO, Gabriela M.; HALLAL, Pedro C. Unidade na diversidade: desafios para a Educação Física no século XXI. **Revista brasileira de atividade física & saúde**, v. 16, n. 4, p. 339-345, 2011. Disponível em: https://rbafs.org.br/RBAFS/article/download/631/661. Acesso: 14 abr. 2025.

RIGONI, A. C. C.; NUNES, F. G. B.; FONSECA, K. das M. O culto ao corpo e suas formas de propagação na rede social Facebook: implicações para a Educação Física Escolar. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 126-143, dez. 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29nespp126. Acesso em: 14 abr. 2025.

SANTOS, Mariany Silva; GONÇALVES, Vivianne Oliveira. Uso das redes sociais, imagem corporal e influência da mídia em acadêmicos dos cursos de educação física. **Itinerarius Reflectionis,** v. 16, n. 3, p. 01-18, 2020. Disponível em: https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/58815. Acesso em: 14 abr. 2025.

SANTOS, Rodrigo de Souza; SANFELICE, Gustavo Roese; MEZZAROBA, Cristiano. Educação Física e cultura digital: perspectivas, tensões e contribuições na formação de professores e professoras desse componente curricular. **Movimento**, v. 29, p. e29068, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mov/a/c5M8FX9KGXPXKpxtmmfPGBB/. Acesso em: 14 abr. 2025.

SOARES, Carmen Lúcia *et al.* **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

TWENGE, Jean M. **iGen:** Why today's super-connected kids are growing up less rebellious, more tolerant, less happy--and completely unprepared for adulthood--and what that means for the rest of us. New York: Simon and Schuster, 2017.

**Recebido em: 24/08/2025**
**Aceito em: 18/03/2026**

# À BEIRA DO PRECIPÍCIO – A INTERSEÇÃO DE IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS: UM OLHAR ACERCA DA 14ª EDIÇÃO DO ENPEC

*ON THE EDGE OF THE ABYSS – THE INTERSECTION OF GENDER IDENTITY AND SEXUAL ORIENTATION IN SCIENCE EDUCATION: A LOOK AT THE 14TH EDITION OF ENPEC*

Danrvney Christian Monteiro dos Santos[1]
Mateus Vinicius Teles Lima[2]
Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki[3]

**Resumo**: a comunidade LGBTQIAPN+ e suas temáticas aliadas, como a sexualidade, sofrem de um processo abrupto de marginalização e invisibilização, resultando na sua ausência em diversas esferas da sociedade, entre elas, nas pesquisas de eventos científicos. A partir disso, esse trabalho tem por objetivo compreender como identidade de gênero e orientação sexual estão presentes na 14º edição do ENPEC, evento esse visto como o mais relevante na área do Ensino de Ciências. Com caráter qualitativo e sendo um recorte de outra maior, essa pesquisa ocorreu por meio de um Estudo Bibliográfico da última edição do ENPEC, com auxílio de descritores buscou-se identificar essas publicações que envolvessem os temas buscados. Os dados mostram que a inserção desses conteúdos foi preocupantemente baixa, pois, de 1.046 trabalhos publicados, apenas 30 os abordam, resultando em 2,86%. O que é preocupante, pois, o ENPEC é um evento que tem como público-alvo docentes que realizam pesquisas, assim, conteúdos fundamentais para a escola deveriam ser prioridades, mas a realidade parece ser outra.
**Palavras-chave**: Driscriminação; LGBT; Professores; Sexualidade.

**Abstract**: the LGBTQIAPN+ community and its related themes, such as sexuality, experience an abrupt process of marginalization and invisibilization, which results in their absence across various spheres of society—including scientific research events. In light of this, the present study aims to understand how gender identity and sexual orientation are represented in the 14th edition of ENPEC, a conference regarded as the most relevant in the field of Science Education. With a qualitative approach and as a subset of a broader research project, this study was conducted through a bibliographic review of the latest ENPEC edition. Using specific descriptors, the goal was to identify publications addressing the targeted themes. The data revealed an alarmingly low inclusion of these topics: out of 1,046 papers published, only 30 addressed them, representing just 2.86%. This is concerning, as ENPEC is a conference primarily aimed at teacher-researchers—thus, fundamental topics for schools should be prioritized, yet the reality appears to be quite different.
**Keywords**: Discrimination; LGBT; Teachers; Sexuality.

## 1 INTRODUÇÃO

É amplamente perceptível que, nos últimos anos, o Brasil tem apresentado índices altíssimos em relação às taxas de desemprego. No entanto, quando falamos da comunidade LGBTQIAPN+, os desafios se intensificam ainda mais, já que esse grupo enfrenta,

[1] Doutoranda em Educação (PPGEdu) - UFGD, Mestra em Ensino de Ciências (PPGECMat) e Graduada em Ciências Biológicas - UFGD.
[2] Mestrando em Ensino de Ciências (PPGECMat) e Graduado em Ciências Biológicas - UFGD.
[3] Doutora em Educação Científica e Tecnológica - PPGECT pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC e Docente permanente no Mestrado em Educação e Territorialidade (PPGET-UFGD) e no Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECMat-UFGD).

cotidianamente, situações de preconceito, exclusão social, violações de direitos e obstáculos no acesso à educação e à inserção no mercado de trabalho (Thamara, 2021).

> A sociedade brasileira é extremamente desigual, e esta desigualdade apoia-se no preconceito tornando difícil avaliar com segurança de que lado da tomada de dados se encontram as maiores barreiras. É fato que quem não pergunta não tem respostas. As intersecções entre sexo, gênero e sexualidade podem tornar complexos os caminhos do diálogo em um mundo mentalmente 'binarizado' entre meninas de rosa e meninos de azul. Assim, é fundamental que todes nós estejamos fortemente engajados e abertos para pluralizar nossas mentes, corações e organizações (Moreira; Vilaça, 2022, n.p.).

Com a chegada dos novos tempos, é perceptível que os debates sobre a sexualidade passaram a ocupar novos espaços, mesmo que aos poucos, por meio de grupos de estudo e eventos científicos vinculados a diferentes universidades e faculdades em todo o país, conquistando crescente reconhecimento no meio acadêmico.

Com isso, o presente trabalho investiga a participação das temáticas de identidade de gênero e orientação sexual na décima quarta (14**º**) edição do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), buscando compreender como o evento, reconhecido como o maior na área de Ensino de Ciências do Brasil, aborda esses temas que são invisibilizados e tratados como tabus na sociedade.

## 2 ENPEC – O ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

Desenvolvido pela Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de Ciências (ABRAPEC) em 1997, o Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) é um evento de caráter bienal, ou seja, acontece a cada dois anos, com a sua última edição (14º), ocorrendo em outubro de 2023 presencialmente na cidade de Caldas Novas-GO (Monteiro; Nardi, 2007).

Sobre a ABRAPEC, é visto que possui como objetivo perpetuar, promover e incentivar pesquisas na área do Ensino de Ciências por meio dos seus canais. O público-alvo do ENPEC são docentes que pesquisam, independente se são da Educação Básica e/ou do Ensino Superior, bem como, estudantes de graduação e pós-graduação voltadas às licenciaturas.

Dentre as atividades presentes no ENPEC, destacam-se as mesas-redondas, conferências, apresentações de artigos, painéis, lançamentos de livros e mostras culturais (ABRAPEC, 2019).

Um ponto de suma importância é que devido consequências da pandemia de Covid-19 em 2020 e 2021, a edição anterior, a décima terceira (XIII ENPEC), foi realizada de forma

*online* com a temática de "A Centralidade da Pesquisa em Educação em Ciências em Tempos de Movimentos de não Ciência: Interação, Comunicação e Legitimação" (ABRAPEC, 2019).

Retornando de forma presencial em sua edição seguinte, o XIV ENPEC, realizado na cidade de Caldas Novas-Goiás entre os dias 02 a 06 de outubro de 2023, com auxílio do Centro de convenções DiRoma, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e de outras instituições (ABRAPEC, 2019).

Com o objetivo de compreender os impactos sociopolíticos nacionais em relação a valorização da solidariedade, inclusão, cidadania e o cuidado com bem comum, a temática principal do XIV ENPEC foi "Pensar o conhecimento, agir em sociedade" (ABRAPEC, 2023).

Deste modo, abrindo margem para se discutir assuntos que afetam diretamente a educação e a sociedade, como racismo, machismo, capacitismo e as reflexões envolvendo identidade de gênero e orientação sexual, sendo esses dois últimos os objetos de estudo desta pesquisa, mas antes disso, fica necessário salientar acerca desses temas, visto que, por muitas vezes são tratados de forma errônea ou como sinônimos, mesmo não sendo.

## 3 ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS PRÉVIOS

Aspectos da sexualidade humana, como o sexo biológico[4], a orientação sexual e a identidade gênero podem apresentar interseções, entretanto, falam de conceitos diferentes presentes na construção da identidade pessoal. Por exemplo, uma pessoa homossexual não precisa, necessariamente, expressar comportamentos que contrariem estereótipos tradicionalmente associados ao seu gênero. Ressalta-se, ainda, que essas características não são imutáveis ao longo da vida, possibilitando que indivíduos vivem e expressam sua sexualidade como elementos fluídos, menos sujeitos a restrições e denominações (Santos; Freire, 2024).

A orientação sexual, para a *American Psychological Association* - APA (2009) diz respeito à conexão de um indivíduo com outro(as), embasada na atração física, sexual, emocional e/ou afetiva. Jesus (2012) acrescenta que orientação sexual é "[...] Atração afetivossexual por alguém. Vivência interna relativa à sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero.

De acordo com o Manual de Comunicação LGBTI+, existem três orientações sexuais mais midiáticas, a primeira sendo a homossexualidade, caracterizada pela atração de pessoas de mesmo gênero; a segunda é a heterossexualidade, entendida pela atração por pessoas de mesmo gênero, a famigerada relação binária (homens-mulheres) e patriarcal; a terceira é a bissexualidade, que envolve a atração por 2 gêneros (AGBLT, 2018).

[4] A sociedade estabelece uma primeira diferenciação entre seus membros com base no "sexo", nas genitálias propriamente falando, determinando tratamentos distintos e esperando padrões de comportamentos também diferentes (Dias, 2010). Entre outras característica do "sexo biológico", encontram-se os hormônios, morfologias corporais e os cromossomos sexuais (XX,XY, entre outros).

Dentro da homossexualidade, encontram-se dois segmentos principais: os gays, que são homens (cis ou trans) que sentem atração afetiva e/ou sexual por outros, e as lésbicas, mulheres (cis ou trans) que se sentem afetiva e/ou sexualmente atraídas por outras mulheres (AGBLT, 2018).

Nos últimos anos, as discussões sobre sexualidade têm ganhado cada vez mais destaque, o que contribuiu para a ampliação do acesso a informações e à valorização dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Com isso, tornou-se mais evidente que nem todas as orientações sexuais seguem os moldes tradicionais da relação heterossexual. Há, hoje, o reconhecimento de outras orientações em que a atração pode ocorrer por múltiplos gêneros (polissexualidade) e até mesmo acontecendo independente de gênero (pansexualidade).

Dentre essas orientações sexuais menos conhecidas, é avistado a assexualidade, conhecida por ser a ausência, o baixo nível de desejo sexual e/ou redução de atração sexual de uma pessoa, com isso a pessoa assexual "[...] é aquela que não vivencia a atração sexual, algo que lhe é intrínseco e, portanto, difere do celibato que consiste em uma escolha, o que faz da assexualidade uma orientação sexual [...]" (Santos; Carvalho, 2019, p. 2711).

Dessa forma, entendemos que a assexualidade não é uma escolha ou uma circunstância a ser tratada, mas sim, uma autoidentificação, uma parte de sua identidade (Santos, 2016).

O artigo "Assexualidade: Os desafios para o reconhecimento e aceitação social" publicado na Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE, realizou uma análise dos depoimentos presentes no veículo de comunicação da *BBC News Brasil* em uma matéria que falava acerca da assexualidade (Lima, 2021).

Em que um dos depoimentos sobre as vivências de pessoas assexuais dizia:

> Muitas pessoas acreditam que assexuais não sofrem preconceitos, o que é uma tolice. Vivemos em uma sociedade na qual o sexo ainda representa sucesso e poder. Somos constantemente ensinados que só podemos nos sentir valorizados ao termos alguém, ao sermos desejados. É clara a existência de uma estrutura social que, com muita facilidade, reproduz preconceitos contra os assexuais. Durante anos, me senti uma pessoa quebrada. Uma das piores coisas era não encontrar quem pudesse me ajudar a entender o que eu sentia. Acho que muito do sofrimento que assexuais relatam sentir em suas vidas é culpa da falta de conhecimento e visibilidade sobre a assexualidade (W.M., idade não declarada) (Lima, 2021, p. 121).

Já a identidade de gênero, segundo Connell e Pearse (2015), é o aglomerado de condutas socioculturais impostas, que alinham a sociedade com o entendimento da visão do "homem" e da "mulher", sendo assim, independente do "sexo biológico" e das genitálias, guiando papéis distintos e formando a identidade pessoal do indivíduo.

Segundo Siciliano, Souza e Meth (2017):

> O conceito moderno do termo gênero surgiu no final dos anos 1960, quando o psiquiatra Robert Stoller – ao pesquisar meninos e meninas que, por causa de problemas anatômicos, foram criados como se fossem do sexo oposto – estabeleceu a diferença entre sexo e gênero. A partir desta pesquisa, publicada no livro "Sex and gender: on the development of masculinity and femininity", Stoller percebeu que existiam duas categorias: uma biológica, que demonstraria que o ser humano, como espécie, precisa de diferenciação sexual para se reproduzir (sexo), e outra psicológica, que seriam os comportamentos atribuídos e esperados de cada sexo (gênero) (Souza; Meth, 2017, p. 146).

Concordando com Dalsotto (2021, p. 29) que diz "[...] a identidade de gênero corresponde à forma como alguém se percebe, sem influência social ou sexual, demonstrando que identidade de gênero e orientação sexual não são sinônimos e não necessariamente estão relacionados".

Nesse sentido, "[...] identidade de gênero é o gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento" (Jesus, 2012, p. 24).

Nessa perspectiva, Jesus (2012) acrescenta que:

> Quando ocorre que o indivíduo se identifique e se expresse com o mesmo gênero que lhe foi atribuído no seu nascimento, o mesmo é classificado como cisgênero (cis). Mas, em casos das pessoas que não se identificam com o mesmo gênero que lhe foi dado ao nascer, essas pessoas se reconhecem como transgêneros (trans) (Jesus, 2012, p. 24).

A partir disso, compreendemos que orientação sexual e identidade de gênero são aspectos de dimensões diferentes dentro da sexualidade humana, enquanto o primeiro fala acerca das atrações de uma pessoa por outra, o segunda elucida a identidade pessoal e social do indivíduo, guiada por papéis e expressões de gênero, assim, ambas não podem ser tratados como sinônimas.

Colling (2018) destaca que muitas pessoas desafiam abruptamente essas normas sociais, como os membros da comunidade LGBTQIAPN+ que são perseguidos, violentados, marginalizados e que enfrentam dificuldades em diversos setores, como por exemplo, nas instituições de ensino.

Sendo esse o motivo da inserção de "Sexualidade" no hall dos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), assim, fazendo com que conceitos adquiridos nas vivências dos estudantes, como a sua sexualidade, seja introduzido nos ambientes escolares (Brasil, 1997).

Entretanto, fica parecendo que essa comunidade é invisível, uma vez que, mesmo com inúmeros casos de LGBTQIAPN+fobia em todo mundo, ainda assim, não é suficiente para

que essas temáticas sejam aplicadas de maneira mais significativa nos espaços escolares, um vislumbre disso, é a participação desses temas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento esse que mesmo utilizado para auxiliar e moldar o papel docente, em que a BNCC trata essas questões de forma bem incipiente e reducionista, visto que, segundo Santos, Yamazaki e Yamazaki (2024) das 445 habilidades encontradas nas áreas das Ciências Humanas e da Natureza no Ensino Fundamental e Médio, unicamente 21 abordam os conteúdos voltados à sexualidade, resultando em 4,7%.

> A discussão sobre o tema da sexualidade e da educação sexual ganhou mais relevante espaço com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), especificamente com os documentos que tratam dos Temas Transversais e abordam essa temática. Essa proposta é inovadora porque incluiu a educação sexual (usando a denominação orientação sexual) no currículo, visando à preparação dos alunos para exercerem sua sexualidade com consciência (Gonini; Ribeiro, 2011, p. 2).

## 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diante dessa complexidade conceitual e da urgência em combater a invisibilização das identidades LGBTQIAPN+ nos espaços educacionais especialmente no ensino de ciências, encontramos em Paulo Freire o alicerce teórico que fundamenta a luta contra essa marginalização, por causa de sua Educação Humanizadora, assim consolidando e fundamentando inúmeras pesquisas nessas áreas.

Dentre as suas obras, destaca-se a “Pedagogia da Autonomia (1996)”, em que no seu primeiro capítulo de nome “Não há docência sem discência”, Freire faz reflexões sobre o papel do professor à frente de várias questões presentes no ambiente escolar, inclusive das perseguições que alguns grupos sofrem nessas localidades.

Um exemplo disso é o subcapítulo denominado “Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”, que nele diz que é uma obrigação docente o combate aos diferentes tipos de preconceito e que ser essa figura anti-preconceito é um dever ético e que não pode ser dessassociado de suas práticas pedagógicas, pois, “[...] respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros [...]” (Freire, 2019, p. 58).

Desta forma, percebemos que o professor precisa ser a voz que vai dar visibilidade na escola para esses temas que auxiliam na luta de grupos sociais, como a comunidade LGBTQIAPN+ e ao mesmo tempo ajuda na construção do repúdio aos diários casos de homofobia, transfobia, machismo, misoginia, entre outros, que tanto são presentes nos espaços escolares.

> Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia (Freire, 2019, p. 19).

Freire fala desse papel docente também em outras obras, como na "Pedagogia do Oprimido (1987)" e na "À Sombra da Mangueira (2015), criticando toda e/ou qualquer manifestação de violência, porque a violência "[...] fere a ontológica e histórica vocação dos homens – a de Ser Mais [...]" (Freire, 1987, p. 27).

> Lutar contra a exploração, contra a discriminação, contra a negação de nós mesmos é um imperativo ético. Discriminados porque negros, discriminadas porque mulheres, discriminados porque homossexuais, ou trabalhadores ou brasileiros ou árabes ou judeus, não importa porque discriminados, temos o dever de protestar e de lutar contra a discriminação. A discriminação nos ofende enquanto fere a substantividade de nosso ser (Freire, 2015, p. 79).

Nessa busca pela plenitude da vocação para o *Ser Mais*, entendida como um processo contínuo de humanização e de aprofundamento máximo nos direitos humanos dos cidadãos, os indivíduos aprimoram sua humanidade ao mesmo tempo em que assimilam conhecimentos que combatem todas as formas de preconceito, permitindo-lhes perceber e compreender melhor o mundo ao seu redor.

Dessa forma, levando em consideração que Paulo Freire vai contra as diferentes expressões de preconceitos e ao mesmo tempo enaltece todas as existências, bem como, o fato de que o ENPEC tem como público-alvo pessoas que são docentes e pesquisadores. Essa pesquisa se justifica, pois, investiga como uma temática, invisibilizada em diversos setores, se comporta no ENPEC, evento esse considerado o maior na área de Ensino de Ciências do Brasil. Assim, levando em consideração que as temáticas de identidade de gênero e orientação sexual passam por um processo de invisibilização grave, a presente pesquisa visa investigar: Quantos trabalhos envolvendo identidade de gênero e orientação sexual foram apresentados na 14º edição do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)?

Nesse viés, o objetivo deste trabalho é compreender como identidade de gênero e orientação sexual se comportaram na 14º edição do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC).

## 5 METODOLOGIA

Essa pesquisa, que é um recorte de outra maior, é disposta de um caráter qualitativo, pois, a representação numérica não é o eixo principal da pesquisa, mas sim, o entendimento

acerca de um grupo social e/ou organização a ser estudada (Gerhardt; Silveira, 2009) que nesse caso, são os temas de identidade de gênero e orientação sexual nessas pesquisas apresentadas no o XIV ENPEC.

Aplicada através de um Estado da Arte, metodologia conhecida por investigar e levantar temáticas selecionadas (Ferreira, 2002).

Moretti (2022) acrescenta que a metodologia do Estado da Arte, em uma linguagem acadêmica, é realizada para compreender como está a produção atual do conhecimento científico a respeito de um determinado tema. Consiste no nível mais alto de conhecimento a respeito de um determinado campo.

> Levantamentos bibliográficos servem como um alicerce para a pesquisa científica, pois permite que o pesquisador compreenda o estado da arte em sua área de estudo. Ao explorar diferentes fontes, como artigos, livros e teses, o pesquisador pode identificar lacunas no conhecimento existente e, assim, definir um problema de pesquisa que seja relevante e inovador. Essa compreensão do contexto científico é essencial para que o trabalho contribua de maneira significativa para a área de estudo (Perea, 2025, n.p).

O levantamento de dados aconteceu através do site da ABRAPEC[5], investigando apenas o XIV ENPEC de 2023, que tinha como proposta o dossiê: "Pensar o Conhecimento, Agir em Sociedade".

Essa pesquisa se apresentou em cinco (5) momentos, que podem ser vistos no Quadro 1 a seguir:

QUADRO 1 - Percurso metodológico da pesquisa

| Momentos | Atividade | Descrição |
|---|---|---|
| Momento 1 | **Contagem das publicações** | Acesso ao site da ABRAPEC, na aba "Trabalhos Publicados", ocorrendo o somatório de todos os trabalhos publicados no XIV ENPEC. |
| Momento 2 | **Identificação de trabalhos** | Após a contagem da totalidade de publicações, houve a identificação dos trabalhos envolvendo identidade de gênero e orientação sexual. Para isso, utilizou-se descritores, tais como, "Gênero", "Sex*", "LGBT", "Trans" e "Preconceito" nos títulos, palavras-chave e resumos das publicações. A seleção dos descritores foi feita de modo que possibilitasse uma maior margem de encontro de trabalhos com as temáticas. |
| Momento 3 | **Leitura dos trabalhos** | Os trabalhos encontrados com auxílio dos descritores tiveram seus títulos, resumos e palavras-chave lidos e analisados, a fim de validar a participação desses temas. Essa etapa é crucial, pois, é aqui que ocorre o descarte de trabalhos não-necessários. **Para o descarte de material**, foram utilizadas 2 condições: 1 - Quando o descritor só for registrado nos títulos, sem estar presente nos resumos e palavras-chave, ou vice-versa. 2 - Quando o descritor apresentar mais de um significado, como por exemplo, o descritor "gênero", que para a taxonomia e para a gramática contém conceitos diferentes, necessitando-se de uma leitura em seu resumo para a validação da temática. |
| Momento 4 | **Separação dos trabalhos** | As pesquisas validadas foram separadas e destinadas ao Quadro 2. |
| Momento 5 | **Desenvolvimento do Quadro 2** | Criação de um quadro descritivo sobre a participação de identidade de gênero e orientação sexual no XIV ENPEC, elucidando os títulos dos trabalhos encontrados; as universidades dos autores por trás da pesquisa, e por fim, em sua última coluna, categoriza esses trabalhos em: **"Identidade de gênero"** - quando o trabalho falar sobre conceitos das identidades, expressões e problemáticas de gênero; **"Orientação sexual"** - quando tratar de questões voltadas às orientações sexuais; e **"Sexualidade no geral"** - quando abordar outras questões voltadas à sexualidade que não sejam necessariamente sobre identidade de gênero e orientação sexual. |

Fonte: Autores (2026)

[5] Site da ABRAPEC disponível e: https://editorarealize.com.br/edicao/anais-do-xiv-encontro-nacional-de-pesquisa-em-educacao-em-ciencias/pesquisa?autor=&titulo=penis&modalidade=&at=. Acesso em 10 abr. 2025.

A justificativa para escolha desse evento reside no fato do mesmo ser reconhecido por ser um dos principais eventos de socialização de pesquisas nas áreas de Ensino de Ciências do país, reunindo professores que também são pesquisadores, desta maneira, criando um espaço para se discutir diversas pautas presentes nos âmbitos escolares, mais especificamente, a sexualidade.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dessa metodologia e com o auxílio dos descritores, descobrimos que na 14º edição do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) foram publicados 1.046 trabalhos, no qual 30 deles contém os conceitos de identidade de gênero e/ou orientação sexual, totalizando 2,86% das publicações totais, como pode ser visto no Quadro 2 a seguir.

QUADRO 2 - Publicações envolvendo Identidade de Gênero e orientação sexual no XIV ENPEC

| Nº | Títulos dos trabalhos encontrados | Universidades dos autores | Categoria |
|---|---|---|---|
| 1 | A "ideologia de gênero" pelo olhar dos/as legisladores/as: a resistência em nominar a diversidade e os caminhos para 2024 | Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | Identidade de gênero |
| 2 | A importância feminina na história do desenvolvimento dos jogos online | Universidade Federal do Paraná (UFPR) | Identidade de gênero |
| 3 | Da norma ao anormal: aproximações e tensões sobre os estudos queer para um Ensino de Ciências transgressor | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | Sexualidade no geral |
| 4 | Diálogos sobre educação sexual no contexto da educação popular em saúde em um Clube de Ciências escolar | Universidade Federal Fluminense (UFF) | Sexualidade no geral |
| 5 | Direitos Humanos, Gênero e Ensino de Química: um levantamento nos anais do ENPEC (2015 - 2021) | Universidade Federal Fluminense (UFF) | Identidade de gênero |
| 6 | Ensino remoto emergencial na pandemia do COVID19 e seus impactos na Educação sexual | Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), campus Luiz Meneghel | Sexualidade no geral |
| 7 | Ensino de Ciências e o feminismo em pesquisas brasileiras: Possíveis interlocuções | Universidade de Brasília (UNB) | Identidade de gênero |
| 8 | Estudos feministas e a crítica ao androcentrismo na ciência: contribuições para educação científica | Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | Identidade de gênero |
| 9 | Gênero e História da Ciências: Argumentos de Estudante de Química a Respeito da Participação de Mulheres nas Ciências Exatas | Universidade Estadual de Londrina (UEL) | Identidade de gênero |
| 10 | Gênero e sexualidade nas aulas de ciências: em análise a noção dos docentes entremeada pelo currículo de ciências no 8º ano do ensino fundamental | Universidade do Estado do Amapá (UEAP) | Identidade de gênero |
| 11 | Gênero, Sexualidade e Formação de Professores – Um diálogo teórico entre Paulo Freire, Maurice Tardif e Guacira Lopes Louro | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) | Sexualidade no geral |
| 12 | Gênero, Sexualiadade e Livros Didáticos: desafios e pistas possíveis na Educação em Biologia | Universidade Federal de Uberlândia (UFU) | Sexualidade no geral |
| 13 | Investigando narrativas de (e sobre) pessoas trans na internet: produção da vida no currículo escolar | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | Identidade de gênero |
| 14 | JOANINHA: representações de gênero e educação em ciências nos livros infantis | Universidade Federal de São Paulo (UFSP) | Identidade de gênero |
| 15 | Movimentos conservadores e o ensino de Ciências e Biologia: desafios aos debates sobre gênero e sexualidades nas salas de aula | Universidade Federal Fluminense (UFF) | Sexualidade no geral |
| 16 | Mulheres no CNPq – Uma análise de possíveis mecanismos de desigualdade de gênero no fomento federal à CT&I | Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | Identidade de gênero |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 17 | O ensino de gênero e a promoção do pensamento crítico | Universidade Federal da Bahia (UFBA)<br>Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) | Identidade de gênero |
| 18 | O pensamento de Michel Foucault: contribuições para a Educação do Ensino de Biologia e de Ciência no combate da discriminação contra a homossexualidade | Não disponível | Orientação sexual |
| 19 | Percepções de famílias sobre abordagens antirracistas e de diversidade sexual e de gênero na educação científica de estudantes no ensino fundamental | Universidade Federal do Norte de Tocantins (UFNT)<br>Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | Sexualidade no geral |
| 20 | Pesquisas de gênero e Física na universidade: um estudo bibliográfico | Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) | Identidade de gênero |
| 21 | Pressupostos feministas para um ensino de ciências voltado à promoção de equidade de gênero | Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) | Identidade de gênero |
| 22 | Problematizações de Gênero e Raça em obras de "projetos de vida" ofertadas ao ensino médio na nova BNCC | Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | Identidade de gênero |
| 23 | Questões de gênero no Ensino de Física: a feminilidade e a Ciência-Tecnologia | Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) | Identidade de gênero |
| 24 | Reflexões sobre Natureza da Ciência e gênero a partir do tema hormônios esteróides | Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | Identidade de gênero |
| 25 | Relação de gênero e Formação de Professores de Ciências no Brasil | Universidade de Brasília (UNB) | Identidade de gênero |
| 26 | Sexualidades em Jogo no Currículo Escolar | Universidade Federal de Sergipe (UFS) | Sexualidade no geral |
| 27 | Sinergias e Alergias entre o Ensino de Química e a temática de Gênero e Sexualidade | Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | Sexualidade no geral |
| 28 | Trajetória pessoal e científica de Irène Joliot-Curie pautada em aspectos de gênero | Universidade Estadual Paulista (UNESP) | Sexualidade no geral |
| 29 | Tensões e intenções de gênero e sexualidade para um ensino de biologia | Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) | Sexualidade no geral |
| 30 | Um olhar para a heterogeneidade de modos de pensar sobre calor e temperatura que emerge na fala de licenciandos em Química | Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) | Orientação sexual |

Fonte: Autores (2026)

Desses 30 trabalhos, 2 foram categorizados em "Orientação sexual", 11 em "Sexualidade no geral" e 17 em "Identidade de gênero", assim, percebemos que a maioria dessas pesquisas apresentam questões de gênero, como as pautas feministas, de direitos humanos e das relações e estudos de gênero.

Figueiró (2006) pontua que para os conteúdos relacionados à sexualidade sejam trabalhados de forma eficaz, é fundamental que o educador passe por um processo de reeducação. Somente assim será possível promover ambientes propícios à socialização desses conhecimentos. Nesse sentido, torna-se indispensável a inclusão dessas temáticas na formação inicial, na pós-graduação e nos eventos científicos.

> A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações, tanto na saúde física como na mental. Por isso, manter pesquisas atualizadas e principalmente, fazer com que essas informações cheguem à população, refutando muitas vezes crenças e conhecimentos empíricos enraizados, torna-se um desafio que afeta saúde e segurança pública em diversos âmbitos (Homero *et al.*, 2024, p. 2).

Observar esses temas sendo tratados de forma tão tímida no ENPEC é preocupante e alarmante, porque necessitamos que novas pesquisas com esses conteúdos surjam para que a veiculação desses saberes continuem, bem como, os eventos científicos de âmbito nacional precisam desenvolver estratégias para que esses temas sejam trabalhados de maneira mais significativa, pois, consideramos que a representatividade baixa de pesquisas envolvendo identidade de gênero e orientação sexual colabora diretamente na marginalização, invisibilização e discriminação de pessoas que fujam dos padrões binários, cisgênero e heteronormativos pré-estabelecidos na sociedade.

Pesquisas que realizam levantamentos bibliográficos são fundamentais para compreender como uma determinada temática está sendo debatida na atualidade, no caso da inserção dos temas buscados, percebemos que há uma barreira que impede que mais pesquisadores e pesquisadoras venham a se debruçar acerca desses conteúdos, afetando assim, no desenvolvimento de mais pesquisas voltadas a área.

> Estamos em um momento em que se coloca a necessidade de revisões e levantamentos mais abrangentes que mapeiem as publicações existentes, de modo a permitir identificar as principais tendências do campo, as orientações teórico-metodológicas, as áreas disciplinares preferidas em detrimento de outras preteridas ao longo desse processo (Piscitelli; Beleli; Lopes, 2003, n.p).

Essa baixa representatividade pode impactar diretamente na criação e na implementação de políticas públicas, além de dificultar a expansão de espaços que debatam sobre temas essenciais para a sociedade. É fundamental que eventos científicos dessa magnitude, como o ENPEC, promovam a construção e perpetuação de novos conhecimentos, possibilitando, assim, o combate ao racismo, ao machismo, ao feminicídio e, especialmente, LGBTQIAPN+fobia (Mokwa, 2014).

> Estudos sobre gênero e sexualidade vem para romper o paradigma heteronormativo, reconhecendo que as pessoas nascem com determinadas capacidades biológicas (cromossomos, genitálias, gônadas, hormonais) que os classificam como macho e fêmea, mas que seu papel social, sua orientação sexual e sua identidade de gênero não são imutáveis, mas se constroem ao longo da vida (Santos; Freire, 2024, p. 28).

Essas discussões sobre identidade de gênero e orientação sexual são cruciais, principalmente depois do (des)governo do ex-Presidente da República Jair Bolsonaro, que além de atacar publicamente os membros da comunidade LGBTQIAPN+, ainda utilizava a expressão “ideologia de gênero” para espalhar desinformação, bem como, atrair grupos conservadores de viés político-religioso (Passos, 2023).

> O termo *Ideologia de Gênero* foi artificialmente criado para rotular negativamente um campo científico em franco processo de crescimento e reconhecimento. Como cientistas, não podemos aceitar sem críticas o que é dito, principalmente nas redes sociais, sobre o que seja a Ideologia de Gênero, até porque se trata de um grave erro conceitual fundamentado no senso comum e em interpretações opinativas. Não são os Estudos de Gênero que constituem uma ideologia, mas sim seus detratores, que agem a partir de uma ideologia (Ribeiro, 2017, n.p).

Diante do exposto, a participação de identidade de gênero e orientação sexual na 14º edição do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) foi incipiente, uma vez que, apenas 2,86% das publicações falam desses temas, e em vez de aproximar os participantes do evento com a realidade social dos membros dessa comunidade, com as discriminações vistas por meio dos casos de feminicídio, homofobia, transfobia e LGBTQIAP+fobia, acaba tornando a temática invisível nesse ambiente, o que dificulta na compreensão e na busca do *ser mais*.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com esse público-alvo, o número de pesquisas no ENPEC que falam de temas tabus nos ambientes escolares deveria ser significativo, entretanto, ao falar acerca da inserção de identidade de gênero e orientação sexual, percebemos que essa representação é bastante baixa, no qual apenas 30 trabalhos (2,86%) aborda essas questões. É preciso que as correntes que prendem esses assuntos sejam quebradas, pois é inadmissível que nos tempos atuais, eventos dessa dimensão abordem esses temas de maneira tão tímida.

Reiteramos que é fundamental impulsionar a criação de novos dossiês como estratégia para manter essas discussões em evidência, atraindo pessoas que pesquisam de diferentes localidades, identidades e vivências. Consequentemente, isso oportuniza a existência de mais pesquisas sobre esses temas, considerando que investigações futuras são essenciais para a veiculação da complexidade humana. Além disso, tais estudos podem contribuir diretamente na formação contínua de professores e na elaboração de práticas e materiais pedagógicos que problematizem e evidenciem as diversas formas de discriminação existentes.

Defendemos que tais discussões não se limitem na finalização dessa pesquisa, mas sim, devendo avançar até que alcancem outras instâncias, ultrapassando barreiras e promovendo mudanças no cenário atual que tanto contribui no aumento da invisibilidade, marginalização, intolerância e violência contra corpos não cis-heteronormativos.

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos desta pesquisa vão inicialmente para o Sitawi-Carrefour, pelo fomento da bolsa de permanência e pesquisa, como também, para o Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECMat) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pela oportunidade de desenvolver esse trabalho.

## REFERÊNCIAS

ABRAPEC. **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)**. 2019. Disponível em: https://abrapec.com/sobre. Acesso em: 10 mar. 2025

ABRAPEC. **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)**. 2019. Disponível em: https://abrapec.com/enpec-edicoes-anteriores. Acesso em: 10 mar. 2025

ABRAPEC. **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)**. 2023. Disponível em: https://www.enpec2023.com.br/sobre-evento. Acesso em: 10 mar. 2025.

APA, American Psychological Asssociation. **Report of the Task Force of the American Psychological Association on Gender Identity and Gender Variance Washington.** 2009. Disponível em https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/policy/gender-identity-report.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF**,** 1997.

AGBLT – Associação Brasileira De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais E Intersexos. **Manual de comunicação LGBTI+.** Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/Gay Latino, 2018.

COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

CONNELL R; PEARSE, R. **Gênero**: uma perspectiva global. 13 ed. São Paulo: Versos, 2015.

DALSOTTO, A. C. O. **A não garantia dos direitos fundamentais de pessoas transgênero e não-binários pelo Estado.** Capão da Canoa, 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) — Universidade de Santa Cruz do Sul.

DIAS, R. **Introdução à Sociologia**. 2. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26357153_As_pesquisas_denominadas_estado_da_arte. Acesso em: 10 mar. 2025.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais:** adiar não é mais possível. São Paulo: Loyola, 2006.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **À Sombra desta Mangueira**. 9. ed. São Paulo: Editora Olho dágua, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D, T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 31-32, 2009.

GONINI, F. A. C.; RIBEIRO, P. R. M. Educação, sexualidade e gênero no GT 23 da ANPED: considerações, propostas e conhecimento. Congresso Nacional de Formação de Professores, Águas de Lindóia, SP, 2011. **Anais**, p. 3837 – 3844. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2011.

HOMERO, M. T. A. C; FERREIRA, R. M.; SILVA, F. S; FARIAS, E. S; CAVALCANTE, L.T; CASTRO, O.W. O impacto do grupo de pesquisa "Sexualidade Múltiplos Olhares" na produção e divulgação do conhecimento sobre sexualidade. **Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**, 2024, Campina Grande. Disponível em: https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/111056. Acesso em: 10 mar. 2025.

JESUS, J. G. **Orientações sobre Identidade de Gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012.

LIMA, C. M. N. Assexualidade: Os desafios para o reconhecimento e aceitação social. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, n. 7, v. 3, p. 110–125, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v7i3.762. Acesso em: 10 mar. 2025.

MOKWA, Valéria Marta Nonato Fernandes. **Estado da arte sobre sexualidade e educação sexual**: estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista. 2014. 275 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (*Campus* de Araraquara), 2014. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/items/23cb5dc8-70bf-43a9-a465-79c234b543c2. Acesso em: 10 mar. 2025.

MONTEIRO, Maria Amélia; NARDI, Roberto. Tendências das pesquisas sobre o ensino da física moderna e contemporânea apresentadas nos ENPEC. **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS**, v. 6, 2007.

MOREIRA, T; VILAÇA, M. A Comunidade LBGT+, a diversidade e os desafios da invisibilidade institucional. **The Nature Conservancy**, 2022. Disponível em: https://www.tnc.org.br/conecte-se/comunicacao/artigos-e-estudos/luta-igualdade-e-conservacao/?gad_source=1&gad_campaignid=17833725530&gbraid=0AAAADQs253aBeeTVwtpYHz2g4D6EJXIV&gclid=Cj0KCQjwmqPDBhCAARIsADorxIaW8xsXC8j-p-ejhAOycJkaVqRxgflLC8EZxVqY8KGzt3r9Rs8sBuwaAnzsEALw_wcB. Acesso em: 10 mar. 2025.

MORETTI, I. Estado da arte: confira o significado, como usar e exemplos. **ViaCarreira**, 2022. Disponível em: https://viacarreira.com/estado-da-arte/. Acesso em: 10 mar. 2025.

PASSOS, M. C. A. As Redes Sociais não podem chancelar a transfobia. **Folha**, 10 maio 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/05/as-redes-sociais-nao-podem-chancelar-a-transfobia.shtml. Acesso em: 10 mar. 2025.

PEREA, A. A. A Importância do Levantamento Bibliográfico na Pesquisa Científica. **SocialSistems News**, 16 jan. 2025. Disponível em: https://socialsistemsnews.com.br/a-importancia-do-levantamento-bibliografico-na-pesquisa-cientifica/. Acesso em: 10 mar. 2025.

PISCITELLI, A; BELELI, I.; LOPES, M. M. Cadernos Pagu: Contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n.1, p. 242-246, jan/jun, 2003.

RIBEIRO, P. R. M. **Ideologia de Gênero x Estudos de Gênero**. Entrevista. Assessoria de Comunicação e Imprensa da UNESP. 27/11/2017. Disponível em: https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/30669/ideologia-de-genero-x-estudos-de-genero. Acesso em: 05 fev. 2025.

SANTOS, D. C. M; YAMAZAKI, R. M & YAMAZAKI, S. C. Uso da Divulgação Científica (DC) para os conteúdos de Identidade de gênero, Sexualidade e Educação Sexual na Educação Básica baseadas nas habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *In*: **II CONECEAS**, 2024.

SANTOS, R. N. R.; FREIRE, I. M. Contextualizando gênero e diversidade sexual no campo científico da Ciência da Informação. **Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn)**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p.22-48, 2019. Disponível em: https://revista.uepb.edu.br/racin/article/view/3981/2937. Acesso em: 10 mar. 2025.

SANTOS, V. K. **(AS)sexualidades:** Processo de subjetivação e Resistência. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de São Paulo, 2016. 81 f. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19428. Acesso em: 10 mar. 2025.

SANTOS, T. P. dos; CARVALHO, G. M. de. Assexualidade: orientação ou disfunção sexual? / Assexuality: sexual orientation or dysfunction?. **Brazilian Journal of Health Review**, *[S. l.]*, v. 2, n. 4, p. 2709–2728, 2019. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/1976. Acesso em: 10 mar. 2025.

SICILIANO, M; SOUZA, C. M; METH, C. M. S. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 144-165, maio/ago. 2017. **-** Acesso em: 10 mar. 2025.

THAMARA. As dificuldades enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+. **Fundo Brasil**, 27 ago. 2021. Disponível em: https://www.fundobrasil.org.br/blog/as-dificuldades-enfrentadas-pelas-pessoas-lgbtqia/. Acesso em: 10 mar. 2025.

**Recebido em: 05/07/2025**
**Aceito em: 18/03/2026**

# UMA ESCUTA POSSÍVEL: ONDE APARECEM AS QUESTÕES LGBT+ EM UMA CLÍNICA ESCOLA?

*A POSSIBLE LISTENING: THE EMERGENCE OF LGBT+ ISSUES IN A UNIVERSITY PSYCHOLOGY CLINIC*

Andre Alonso Marques[1]
Gustavo Angeli[2]
Diogo Macedo Dalcastagne[3]
Taila Alberton[4]
Marian Hingst Goulart[5]
Thiago Iluar Grott Januário[6]

**Resumo**: este artigo discute a escuta direcionada às questões de gênero, especificamente da comunidade LGBT+ na formação de acadêmicos-estagiários de psicologia. As indagações partem das vivências dos autores em clínica escola e a pesquisa se alicerça no método psicanalítico extramuros. Problematiza-se o atravessamento de discursos hegemônicos sobre gênero e sexualidades que marcam a todos os sujeitos, mas que, ainda assim, não aparecem como um tema fundamental na formação em psicologia. O conceito ferencziano de desmentido é utilizado na análise do que se entende como um silenciamento que transpassa a instituição, os pacientes e os estagiários. Discute-se a importância de uma escuta qualificada frente a essa temática no campo, portanto, de uma formação mais robusta e sensível às questões de gênero, preparando os estagiários para reconhecer essas demandas na prática clínica.
**Palavras-chave**: Psicanálise; questões LGBT; clínica-escola; desmentido; heteronormatividade.

**Abstract**: this article discusses the listening directed toward gender issues, specifically within the LGBT+ community, in the training of psychology student-interns. The reflections stem from the authors' experiences in a university-based clinic and are grounded in the extramural psychoanalytic method. The study problematizes the influence of hegemonic discourses on gender and sexuality, which affect all subjects but still remain absent as a central theme in psychology education. Ferenczi's concept of disavowal is employed to analyze what is understood as a silencing that permeates the institution, the patients, and the interns. The article highlights the importance of a qualified listening approach to these issues in the clinical field, emphasizing the need for more robust and gender-sensitive training that enables interns to recognize and respond to such demands in clinical practice.
**Keywords**: Psychoanalysis; LGBT issues; university-based clinic; disavowal; heteronormativity.

[1] Mestrando no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina na área 2- Psicologia Social e Cultura, linha 4- Psicanálise Política e Cultura. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de Brusque. Psicólogo Clínico.

[2] Pós-doutor e Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, na área de concentração Psicologia Social e Cultura e linha de pesquisa Processos de Subjetivação, Gênero e Diversidades, mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, psicólogo pela Universidade Regional de Blumenau.

[3] Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de Brusque. Pós graduando em Psicologia Escolar e da Educação pelo Libiano Educacional.

[4] Psicóloga Clínica e Educacional, graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Brusque. Pós graduanda em Psicologia Escolar e da Educação pelo Libiano Educacional.

[5] Pessoa não binária (ele/elu /ela). Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de Brusque, UNIFEBE. Especialização em andamento em Psicanálise e análise do contemporâneo pela PUC-RS.

[6] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de Psicologia Social e Cultura, na linha de pesquisa em Representações Sociais. Especialização em andamento em Psicologia Analítica pelo Centro Universitário Celso Lisboa. Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário de Brusque.

## 1 INTRODUÇÃO

A inserção do acadêmico de psicologia nos estágios clínicos é um momento fundamental para a transmissão da psicanálise, que permite elaborar uma escuta e um manejo clínico em nome próprio, com base nas experiências vivenciadas em prática clínica (Angeli, 2022). Durante esse percurso, o acadêmico-estagiário tem a oportunidade de revisitar os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula e desenvolver habilidades essenciais para a atuação profissional. Através da supervisão e da prática direta com os pacientes, os estagiários podem construir um saber clínico próprio, moldado pelas singularidades de cada encontro e pela dinâmica transferencial.

Em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2011, conforme indicado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013), as universidades devem disponibilizar de um espaço que promova a formação acadêmica e prática dos futuros psicólogos e oferecer supervisão das atividades de estágio, desta forma, encontramos as Clínicas Escola. Este ambiente é projetado para proporcionar condições para o aprendizado e a atuação profissional, além de fornecer serviços psicológicos à comunidade que atendam às demandas locais e contribuir para a formação integral dos estudantes de psicologia (CFP, 2013).

Na prática clínica, não é possível saber com antecedência quais são os casos que chegam para atendimento, assim como quantas questões se entrelaçam com a queixa inicial do paciente. A graduação em psicologia abrange alguns temas gerais e suas linhas teóricas, entre tantas possibilidades que existem quando estamos falando de sujeitos e seus contextos sociais. Há aspectos que afetam direta e indiretamente a vida dos indivíduos e grupos, principalmente grupos minoritários, mas que não aparecem obrigatoriamente na graduação, portanto, fica a cargo dos professores introduzirem esses assuntos de forma voluntária ou da busca espontânea dos próprios alunos.

Questões raciais, de gênero e sexualidades, por exemplo, inevitavelmente atravessam e constituem subjetividades (Saffioti, 2019), mas apesar de serem citadas em referências técnicas e resoluções do CFP (1999, 2002, 2023) raramente aparecem como temas debatidos dentro das disciplinas acadêmicas. Portanto, se o acadêmico desconhece sobre o tema, como poderá, ao menos, escutar como essas temáticas aparecem na clínica quando o próprio paciente não as identifica como parte do seu sofrimento, de tão normalizadas e apagadas que já estão no seu entorno? Ao não ser tratada como uma queixa pelo paciente e nem escutada como uma demanda pelo estagiário, este pode não se mobilizar a se conscientizar sobre esses temas, o que perpetua o silenciamento diante de um sofrimento que não é escutado nem pelo paciente e nem pelo profissional.

Eccher, Souza e Angeli (2024) destacam que alguns psicanalistas afirmam não receber demandas relacionadas a gênero em sua prática clínica. Aqui, destacamos que gênero e sexualidade não se referem apenas a comunidade LGBT+, mas a qualquer pessoa, visto que

todas são atravessadas por discursos que denominam quais são as práticas e papéis de gênero e de sexualidades esperadas para cada corpo. A escuta deficitária das questões de gênero na clínica destaca a necessidade de abordar a própria hetero-cis-normatividade[7] como parte da constituição psíquica dos sujeitos e reforça a importância de uma formação que capacite os futuros profissionais a reconhecerem e a lidar com essas questões em seus pacientes, assim como as especificidades da população LGBT+, de maneira sensível e eficaz.

Esta produção, especificamente, problematiza as questões de gênero na formação de acadêmicos-estagiários de psicologia, alicerçado na pesquisa com método psicanalítico a partir do conceito de psicanálise extramuros. Utiliza-se de um referencial teórico que sustenta conceitos que dialogam com a temática sob a perspectiva psicanalítica. O conceito ferencziano de desmentido é utilizado na análise e discussão do que se refere como o silenciamento dos temas gênero e sexualidade na formação de acadêmicos-estagiários em psicologia, assim como na pouca procura e ocupação da comunidade LGBT+ nas clínicas escola.

As poucas reflexões e debates sobre o tema apontam uma negligência de como os temas sobre gênero e sexualidade podem aparecer enquanto demandas dos pacientes que procuram atendimento na clínica escola, apesar de serem aspectos fundamentais que atravessam a vida de todos os sujeitos. Essa lacuna na formação e nas práticas clínicas levam ao questionamento sobre a adequação do que é aprendido pelos estagiários em relação às demandas da clínica.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos tópicos seguintes, serão delineados a evolução e o panorama da psicologia no Brasil, seguido do papel da Clínica-Escola e do estágio em psicologia. Também serão discutidos os conceitos de violência e o desmentido e suas implicações psicológicas e sociais. Ademais, serão abordadas as questões de gênero e sexualidade, com destaque as suas definições, relevância e impacto no contexto da saúde mental. Esta construção visa sustentar teoricamente o panorama contemporâneo e as discussões daquilo que a experiência acadêmica proporciona ao repensar e formar a prática profissional do acadêmico-estagiário em sua integração teórico-prática.

### *2.1 A CLÍNICA-ESCOLA E O ESTÁGIO EM PSICOLOGIA*

No Brasil a prática da psicologia é integrada ao longo do curso, no qual a presença de clínicas-escola e estágios é obrigatória como parte da formação acadêmica. Recentemente, as reformas curriculares têm mostrado uma tendência de antecipar essa prática, o que permite que ocorra durante todo o período acadêmico (Kessler, 2009).

[7] Enquadre de todas as relações com base em práticas e desejos que seguem um modelo binário (homem ou mulher cisgênero) e heterossexual (Souza, 2013).

Estas reformas curriculares, de acordo com o Artigo 25 da Lei nº 11.788/2008, apontam que as universidades que ofertam cursos de Psicologia devem implementar Serviços de Psicologia. Essas unidades são essenciais para atender às exigências da formação acadêmica, o que harmoniza com as competências estabelecidas pelo curso e com as necessidades da comunidade (Brasil, 2008; CFP, 2013). A clínica-escola, nesse sentido, visa não apenas proporcionar aos estudantes a aplicação prática de seus conhecimentos, mas também desempenha um papel social crucial, de forma a oferecer atendimento psicológico à população carente, muitas vezes sem acesso a esses serviços (Amaral *et al*., 2012).

Assim sendo, o paciente que vai até a clínica escola para ser atendido, encontra no *setting*[8] analítico uma escuta singular, um momento em que pode falar sobre sua história, angústias e desejos e desdobrar efeitos psíquicos em sua própria vida. À medida que o paciente pode se dar conta de suas repetições, pode também recordar algumas marcas de sua história, para assim elaborar questões que trazem sofrimento, como preconiza Freud (1914; 2010).

Portanto, a clínica-escola desempenha um papel fundamental na formação dos futuros psicólogos e na prestação de serviços à comunidade. Ela oferece aos estudantes a oportunidade de aplicar a teoria na prática ao engajar-se diretamente no atendimento clínico e no cuidado da população. Essa experiência prática não apenas complementa a transmissão obtida em sala de aula e momentos de supervisão, mas também facilita o desenvolvimento de habilidades essenciais, como a escuta qualificada do sofrimento psíquico. Ao mesmo tempo, tanto os acadêmicos quanto a comunidade se beneficiam dessa interação, com uma dinâmica de aprendizado para os estagiários e proporcionando à comunidade acesso a serviços psicológicos de qualidade (Angeli, 2022).

No tocante ao ensino e transmissão da psicanálise, os próprios psicanalistas problematizam o uso destes conceitos ao destacar a diferença fundamental entre ambos. Enquanto o aprendizado envolve métodos sistemáticos de ensino focados na aquisição de conhecimentos teóricos e práticos, a transmissão psicanalítica, conforme Angeli (2022), não se dá apenas pela instrução formal, mas através da vivência clínica e da interação entre paciente, acadêmico-estagiário e supervisor. Nesse contexto, a transmissão envolve um processo dinâmico, que mobiliza o desejo e construção de um saber singular que emerge desta prática clínica e as ressonâncias do inconsciente. Logo, a transmissão psicanalítica é uma experiência que transcende o ensino convencional, pois promove a produção de um saber em nome próprio que se forma e se transforma na interação imprevisível do encontro clínico.

É um campo que tem como objetivo aprimorar o manejo clínico dos acadêmicos e possibilitar uma construção de escuta própria, assim como de interpretação e condução

[8] Setting analítico trata-se de um conjunto de processos que constroem a cena do tratamento em psicanálise, como o tempo de sessão, o espaço físico e as disposições dos móveis, e o acordo entre paciente e analista.

diante da singularidade de cada dinâmica transferencial. Para concretizar essas finalidades na prática, os autores percebem a importância de uma supervisão que facilite o desenvolvimento profissional, com estratégias didáticas que promovam não apenas a compreensão teórica e técnica, mas também uma conduta clínica de qualidade por parte dos alunos (Barreto e Barletta, 2010).

Embora o curso de Psicologia não seja exclusivamente voltado para a formação de psicanalistas, os alunos interessados podem utilizar esse espaço para sua formação específica (Pereira; Kessler, 2016). Assim, o estágio visa permitir que os alunos, em colaboração com seus orientadores, construam um estilo e manejo clínico únicos. A experiência no estágio dentro da clínica-escola encoraja os alunos a questionarem e refletir sobre sua trajetória como futuros analistas e as temáticas de um caso clínico e de sua atuação enquanto acadêmico-estagiário (Angeli, 2022).

## *2.2 O FUNDAMENTAL DA ESCUTA EM PSICANÁLISE*

Para que se inicie o tratamento em psicanálise, é necessário que seja estabelecida a transferência. O conceito de transferência está intrinsecamente articulado com o conceito de inconsciente freudiano, o que o diferencia de uma construção de vínculo. A relação transferencial em análise é a reprodução de narrativas das marcas que são revividas de modo a ser transferida para a pessoa do analista, portanto, é quando há uma relação que mobiliza o inconsciente do paciente, enquanto o vínculo é uma relação que não necessariamente evoca marcas inconscientes, assim pode se existir vínculo sem que haja algum tipo de conteúdo inconsciente (Minerbo, 2016).

Em seu texto A dinâmica da transferência, Freud (1912; 2010) demarca que todos temos uma forma de viver a vida amorosa, e para tal, temos condições que estabelecem essas relações, a maneira como vão se dar as relações e o que vai nos satisfazer. Isso resulta em marcas que serão repetidas ao longo da vida. A transferência busca repetir as marcas presentes da história do sujeito, logo, acontece quando algo do inconsciente do paciente se transfere para a figura do analista. Pode-se ocorrer duas formas de transferência, a positiva e a negativa. Da transferência positiva emergem sentimentos amigáveis e ternura da relação, enquanto da negativa nota-se ódio, rancor e implicância. Da relação transferencial pode aparecer a resistência que consiste, por exemplo, no ato do paciente se atrasar, não deixar o analista falar ou contrapor em demasia as questões apontadas pelo analista. Todavia, onde há resistência, há transferência. Ou seja, só há resistência porque algo da transferência emergiu no paciente. Dessa forma, sentimentos muito ambivalentes, seja amor pelo analista ou muito ódio, por exemplo, são formas de colocar a transferência a serviço da resistência.

A relação transferencial é uma importante modalidade de escuta clínica. Laplanche e Pontalis (1991, p. 103) definem que a “comunicação autenticamente psicanalítica” se dá

pela "ressonância de inconsciente para inconsciente", assim como para Minerbo (2016), de forma que a escuta e interpretação do analista acontece mediante aquilo que ele é levado na relação transferencial com o paciente, ou seja, ainda que se perceba em uma cena, não incorpora esse lugar, para que a cena traumática não se repita e possa ser construído um novo sentido na relação analítica.

A escuta analítica é base fundamental para a clínica em psicanálise. Minerbo a define como uma escuta criativa em que está implícita uma atividade silenciosa de interpretação do que está sendo dito, daquilo que se expressa por meio de várias linguagens. Assim como a escuta musical ou poética ou a escuta do médico através do estetoscópio, é necessário que haja uma interpretação do que se ouve para ter uma ideia do que se passa no coração, por exemplo.

A associação livre e a atenção flutuante são outros dois princípios da escuta psicanalítica utilizados em análise. A partir da regra da associação livre, o paciente fala o que lhe vem ao pensamento, sem que haja necessariamente uma sugestão do analista ou uma lógica contextual. Este método é utilizado para escuta e interpretação dos conteúdos inconscientes do paciente. O analista se vale da atenção flutuante, que consiste em escutar as trilhas associativas do paciente, sem se deter detalhadamente em apenas uma situação (Minerbo, 2016).

É essa especificidade da escuta em psicanálise, a escuta individual vivida e transmitida na própria análise, na formação e na supervisão, que a diferencia das outras formas de psicoterapia. "A ideia é dar atenção às dimensões inconscientes do psiquismo a partir do que se manifesta" (Figueiredo, 2014, p. 124), para assim se atentar às lacunas de sua narrativa, as irregularidades, os fragmentos e o caminho associativo do paciente, e então destacar ou grifar para o paciente essa lacuna de modo a apontar repetições e/ou conteúdos inconscientes presentes em sua associação.

A psicanálise foge da proposta da razão único caminho para o conhecimento de si. A partir do inconsciente que se possibilita a contradição e a dúvida, assim como as elaborações subjetivas como forma de tomar parte de si e do mundo, indo além de uma noção de verdade, em acordo com o que ressalta Angeli (2022, p. 91), "abrir mão do cálculo é se permitir habitar e criar um universo de outras possibilidades em que a razão não é soberana em relação aos movimentos da vida".

O acadêmico-estagiário, no contexto da clínica escola, precisa também lidar com as suas incertezas de um processo analítico. Cada paciente estabelece uma transferência que consistirá em uma relação singular e que se entrelaça em aspectos do seu próprio inconsciente. Essa transferência inicia antes mesmo do paciente conhecer quem o atende, transcorrendo também a própria instituição. Não há, na teoria, guias orientativos para cada situação que pode surgir no decorrer das sessões. É pela costura que se faz da teoria com a sua escuta pessoal que surgem as interpretações e escolhas do profissional. Nesse sentido,

a angústia do não-saber do paciente também se liga a do próprio analista ou, nesse caso, estagiário, e é na atitude de ambos em topar vivenciar esse encontro que se constrói um lugar próprio de escuta e análise (Angeli, 2022).

Ao utilizar a associação livre e a atenção flutuante, se permite construir uma escuta da angústia de quem participa da relação transferencial e elaborar novas formas de produzir sentido, rompendo ciclos de repetição que causam sofrimento. Ao mesmo tempo em que há um fundamento na teoria enquanto método, há um abster-se do saber *a priori* dos pacientes, para que estes possam se dar conta e produzir saberes sobre si mesmos.

## *2.3 AS QUESTÕES LGBT+ E A PSICANÁLISE*

A população LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e outras possíveis identidades) no Brasil é composta por histórias plurais, portanto, não é possível categorizar uma única história das pessoas ou do movimento LGBT+. Geralmente os atos de resistência e embates localizados são tomados como ponto de partida da história LGBT+, pois é na resistência que se materializam as emergências individuais antes de um ativismo organizado em coletivos. Contudo, há nos registros históricos diversas pessoas que desafiam as normas estabelecidas dentro do campo do gênero e da sexualidade vivendo uma dissidência (Quinalha, 2022). Ou seja, existem pessoas que performam suas sexualidades diferentes da norma hegemônica heteronormativa desde que se há registros na humanidade. Desta forma, neste manuscrito opta-se por contextualizar o movimento LGBT+ como uma organização coletiva que busca agrupar identidades de gênero, orientações sexuais e identificações plurais de modo afirmativo político.

Antes de desenvolver-se a sigla LGBT+ como símbolo de luta, identificação e resistência, houve a criação do termo homossexualismo, oriundo do discurso médico científico. O desvio à norma era enquadrado como crime desde o Código Penal do Império no Brasil (Trevisan, 2018). No século XIX, com a ascensão da psiquiatria, o homossexualismo perde o estatuto de pederastia para ser identificado como doença mental assim como outros desvios na norma (Trevisan, 2018). Além disso, a identificação com um gênero diferente do que foi designado socialmente - denominada patologicamente como disforia - continua sendo classificada como transtorno no DSM-V (APA, 2014). Tais termos identificam, categorizam e excluem pessoas dentro do saber do campo da medicina e da psicologia.

Assim, o saber jurídico e médico científico corrobora para a naturalização da cisgeneridade e da heteronormatividade como a única matriz normal de identificação. A matriz de inteligibilidade, conceituada por Judith Butler (2021), é definida como a forma pela qual as sexualidades e as identidades de gênero são reconhecidas e organizadas a partir de um corpo sexuado que determina uma fixidez. Qualquer sujeito que não corresponda a coerência de corpo sexuado gênero-desejo e prática sexual está inteligível a

esta matriz (Stona, 2021). Essa concepção de que todo sujeito que não opera dentro da matriz está fora da norma é justificada, muitas vezes, com discursos médicos e jurídicos, o que endossa práticas problemáticas dentro da psicologia.

Ao se pensar que até o ano de 1980 não era permitida a formação de psicanalistas declaradamente homossexuais, pode-se problematizar a escuta dos analistas quanto às questões da pluralidade de gênero. Após a queda dessa proibição, ou seja, com a inserção de homossexuais e de outras identidades de gênero e sexualidades diversas fazendo formação em psicanálise, juntamente aos movimentos feministas e as teorias *queer*, há um maior questionamento interno a partir da teoria psicanalítica e por conseguinte da escuta clínica, que caminha para uma escuta menos patologizante e normativa (Stona, 2020).

A teoria psicanalítica se organiza para além de uma lógica racional, o que permite constantes (re)traduções dos conceitos que a fundamentam pela escuta das vivências subjetivas e seus contextos sociais e políticos (Eccher; Souza; Angeli, 2024). Entretanto, apesar de uma posição revolucionária em sua teoria, a adesão cultural ainda pode apresentar um discurso conservador em relação às teorias de gênero (Ambra, 2021). Nesse sentido é que se pergunta: quem escuta sobre gênero e sexualidades na clínica psicanalítica e, principalmente, quem escuta as demandas específicas da comunidade LGBT+?

A inserção de pessoas com identidades e sexualidades plurais no campo de atuação e pesquisa psicanalíticos abre possibilidades de produções teóricas que questionam a leitura hetero-cis-normativa das vivências sociais e subjetivas. O psicanalista e pesquisador Tammy Ayouch (2015) discute sobre a potência da construção de saberes subversivos, ou seja, em que não se parte de um saber hegemônico a definir os gêneros e sexualidades, mas sim as vivências dissidentes que passam a questionar as teorias existentes. Trata-se trabalhar a psicanálise pelo seu exterior, no sentido de interrogar a fixidez da teoria, se opondo a clínica fechada e isolada. Para Blestcher (2019 *apud* Drehmer; Falcão, 2019, p. 65), "não é mais importante a questão sobre o que os psicanalistas têm a dizer a respeito das dissidências sexuais, mas o que as dissidências sexuais dizem aos psicanalistas".

Angeli e Barros (2020) destacam a importância de uma releitura da teoria que visa a despatologização e desconstrução de preconceitos dentro da própria psicanálise tendo em vista uma travessia do silenciamento de dentro do movimento psicanalítico em relação a inquietação que os estudos de gênero provocam, de modo a demarcar possibilidades, fronteiras e possíveis atravessamentos entre o íntimo e o estranho que estes estudos suscitam em nós e na teoria. É neste sentido que cabe pensar a escuta psicanalítica em relação às questões de gênero e aos marcadores sociais LGBT+. Dialogar com a psicanálise a partir destes saberes e vivências inclui debater e problematizar a escuta psicanalítica dentro de uma clínica-escola, por se tratar de uma parte fundante da formação em psicologia.

## 2.4 O CONCEITO FERENCZIANO DE DESMENTIDO

Os estudos desenvolvidos por Sándor Ferenczi partem do resgate da teoria do trauma desenvolvida por Freud, que adota uma percepção distinta do precursor da psicanálise ao debruçar-se sobre o que pode ser entendido como traumático. Diferentemente de Freud, para Ferenczi o traumático não diz respeito apenas a um evento, mas está relacionado ao desmentido da vivência deste trauma. Por desmentido, entende-se a negação ou desvalorização de uma experiência traumática pelo ambiente circundante, invalidando não apenas a narrativa do evento, mas também os sentimentos e vivências associadas a ele (Gondar, 2012). Ferenczi discorre o desmentido a partir de vivências traumáticas que ocorrem na infância com a criança, que ainda não consegue elaborar tal ocorrido. Ao recorrer à figura de um adulto para contar sobre a situação traumática vivida e não elaborada, o desmentido surge quando estes adultos afirmam que tal situação não aconteceu e menosprezam o ocorrido (Ferenczi, 1992).

Para a conceituação de desmentido enfatiza-se que o trauma ocorre em dois momentos: no evento traumático e posteriormente no desmentido. A experiência de sedução torna-se ainda mais traumática para a criança quando, para além da violência vivida no trauma, os adultos que são reconhecidos pela criança como protetores não acolhem a narrativa contada por ela deste trauma. Estes adultos ocupam uma posição em que a criança deposita sua confiança em decorrência de sua experiência. Ao ser desqualificada por este adulto, que goza de uma posição de prestígio sobre a criança, ocorre uma identificação da criança com o agressor, que toma para si a responsabilidade pela experiência sexual. É neste desmentido dos adultos frente a vivência real da criança que a situação irá adquirir um contorno traumático e desestruturante para o sujeito no pensamento ferencziano (Favero; Rudge, 2009).

Através da relação estabelecida com o trauma, Ferenczi situa o desmentido no *setting* analítico e provoca indagações acerca do lugar ocupado pelo analista na relação transferencial. O desmentir uma experiência implica uma relação de poder em que a criança está dependente e vulnerável diante de um adulto, a quem recorre para que possa simbolizar o traumático. Ao nos referirmos a população LGBT+, falamos de um público vulnerável, não pela sua identidade de gênero ou sexualidade, mas pelas violências a que estes sujeitos estão submetidos devido a sua experiência dissidente (Hoppe, 2023).

O analista deve estar atento para não ocupar a posição deste adulto que, na relação com a criança, não escuta e nem valida sua narrativa frente ao traumático, portanto, a (re)traumatiza. Na relação transferencial, há a Minerbo possibilidade do rompimento dessa relação de poder quando o analista não se coloca no lugar de quem sabe sobre o paciente, mas escuta e valida a sua subjetividade, de forma a abrir possibilidades de serem traçados novos caminhos e novos sentidos para as questões que o atravessam. (Favero; Rudge, 2009; Hoppe, 2023).

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O MÉTODO PSICANALÍTICO DE PESQUISA

Este estudo problematiza as questões de gênero na formação acadêmica de psicologia, alicerçado na pesquisa com método psicanalítico a partir do conceito de psicanálise extramuros, que considera o sujeito intrínseco às questões sociais e não apenas de seu tratamento clínico (Rosa, 2010). É importante ressaltar que a pesquisa com o método psicanalítico é distinta da pesquisa em psicanálise. Enquanto a pesquisa em psicanálise pode ser realizada por diversos estudiosos através de estudos sistemáticos, revisões de literatura, estudos históricos ou reflexões epistemológicas, o método psicanalítico utiliza os conceitos da psicanálise como ferramentas para investigar ou compreender questões e fenômenos sociais (Figueiredo; Minerbo, 2006).

A pesquisa, a partir do método psicanalítico, tem como premissa o conceito de inconsciente freudiano, a associação livre, a transferência e a atenção flutuante do pesquisador para com o objeto pesquisado. Dessa forma, uma vez que se estabelece uma relação transferencial com o objeto de pesquisa, transforma-se não somente o objeto pesquisado, mas também o sujeito da pesquisa (Costa; Poli, 2006). Ou seja, a pesquisa com o método psicanalítico, através de sua prática, tem como efeito uma transformação de ambas as partes. Neste método de pesquisa os autores (Figueiredo; Minerbo, 2006, p. 260) sustentam que "a entrega do pesquisador ao objeto, o deixar-se fazer por ele e em contrapartida construí-lo à medida que avançam suas elaborações e descobertas, faz dessa pesquisa um momento na história de uma relação". Desse modo, à medida que a pesquisa se desenvolve, avançam os desdobramentos e por conseguinte as elaborações.

Neste sentido, sustenta-se o lugar da universidade para produção de conhecimento a partir da prática, que pode se constituir um terreno fértil de debates e problematizações conceituais, sociais e teóricas. As vivências dos autores enquanto estagiários na Clínica Escola e Serviços em Psicologia (CESP), do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE), fundam questionamentos no que se refere ao silenciamento das questões de gênero na formação de acadêmicos-estagiários em psicologia. Silenciamento esse que aparece tanto na procura dos pacientes, no sentido da pouca ocupação de pessoas LGBT+ desses espaços, assim como da dificuldade de pacientes identificarem seus sofrimentos como relacionados a questões de gênero e sexualidades, mas que aparece também na dificuldade dos estagiários de escutarem tais demandas e da instituição em promover formações e ações específicas que levam em conta os sofrimentos provocados por uma sociedade estruturada na hetero-cis-normatividade.

Para esta discussão, utilizamos o conceito de gênero de forma ampla, que constitui a todas as pessoas, mas nos destinamos a enfatizar a escuta da população LGBT+ devido a esta constituir uma comunidade discriminada e, portanto, com o seu sofrimento negligenciado historicamente. A pesquisa utiliza o conceito ferencziano de desmentido

(Ferenczi, 1992) para análise e discussão da procura e escuta deficitárias com relação às questões de gênero na clínica escola.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÕES

### *4.1 AS QUESTÕES DE GÊNERO PODEM SER ESCUTADAS EM UMA CLÍNICA-ESCOLA?*

Ao se referir às questões de gênero, quer dizer não somente os marcadores sociais LGBT+, mas também as questões em que o gênero aparece em algum momento, a partir da relação transferencial entre paciente e acadêmico-estagiário. Dessa forma, a partir da inquietação de onde aparecem essas temáticas em uma clínica escola, se propõe problematizar se é possível uma escuta de gênero e sexualidade dentro da universidade na formação e na clínica escola, portanto, se estas são discussões que ocupam algum espaço dentro da universidade e dos estágios.

Cabe pensar, o que pode suscitar em um acadêmico estagiário da clínica escola escutar sobre um sofrimento que ele pode desconhecer, como o caso das pessoas LGBT+, o que perpassa pela escuta da hegemonia heterossexual e cisgênero que atravessa a todas as pessoas, sejam elas correspondentes a essa norma ou não. A partir da premissa do inconsciente, algo pode reverberar em si a ponto de não escutar essa problemática e, não sendo escutado, por exemplo, um sofrimento psíquico por conta da orientação sexual, não se pode oferecer um lugar de acolhimento e de simbolização para esse sujeito.

Neste sentido, quando não há um reconhecimento do sofrimento psíquico oriundo da relação desigual entre a hetero-cis-normatividade e tudo aquilo que está fora dessa lógica, cabe questionar se há um desmentido das questões de gênero na clínica escola. No mito ferencziano, a criança tem sua experiência traumática desacreditada por um adulto que não teve condições de escutá-la e, ao negar, o adulto mais do que recusa, ele afirma que não existiu. Ao rechaçar a experiência narrada pela criança, o adulto desmente não somente o que ela diz, mas tudo o que a criança sente, vive e experiencia, ou seja, o próprio reconhecimento de si (Canavêz; Verztman, 2021). Portanto, quando um paciente narra de alguma forma seu sofrimento oriundo de sua orientação sexual ou identidade de gênero e o acadêmico estagiário não é capaz de escutar a especificidade de seu sofrimento, há um desmentido, não pelo fato de um jogo perverso de quem escuta (ou não escuta, neste caso) mas sim pela impossibilidade de escutar. A confusão de línguas se dá pela incompreensão de quem escuta e de quem fala.

Por se tratar de uma clínica escola, torna-se importante escutar, portanto, a maneira com que as questões de gênero são transmitidas nas formações de psicologia e psicanálise. Os desdobramentos possíveis dessa escuta, para além das questões da relação transferencial entre estagiário e paciente, podem começar a contornar uma problematização profunda da psicanálise: sua aproximação e sua relação com as questões de gênero.

O termo “gênero”, já bastante difundido atualmente, é entendido como uma categoria analítica clínica desde sua pré-história e é apropriado pelos estudos feministas para marcar a diferença sexual e a relação de poder atrelada a essa diferença, que marca a todos os sujeitos, inclusive aqueles que estão na posição de privilégio nessa relação de poder. Contudo, alguns psicanalistas, ao serem convidados para participar de uma pesquisa de mestrado onde responderam sobre as questões de gênero e a psicanálise, afirmam não receberem em suas clínicas essa demanda (Eccher; Souza; Angeli, 2024). Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (Benevides, 2023), o Brasil está no ranking dos países em que a violência às pessoas LGBT+ cresce exponencialmente ano após ano. A vista disso, a pergunta que se desdobra a seguir é: onde estão as pessoas LGBT+ que sofrem violências de todas as ordens? Como encontram recursos para lidar com a vulnerabilidade social e psicológica?

Escutar o desmentido em uma clínica escola, faz pensar na formação desses futuros psicólogos e a importância da inclusão dessas temáticas na formação em psicologia como algo que constitui todos os sujeitos, portanto, que aparece tanto naquele que desvia da norma quanto em quem se mantém nela, muitas vezes, a um alto custo psíquico. A falha na escuta do que se refere ao sexual pode se dar pelo recalcamento do estagiário diante do discurso hegemônico, em que este não se considera portador de um gênero e uma sexualidade que foram constituídos a partir da premissa normativa e, portanto, nunca se questionou sobre e nem considera uma questão que pode surgir com seus pacientes.

Deslegitimar o sofrimento do paciente ou escutá-lo sob uma perspectiva homogeneizante, em que se desconsidera as necessidades específicas de grupos minoritários, é desconsiderá-lo enquanto sujeito em sua singularidade, restando a patologização da sua existência. Assim como a vulnerabilidade da criança só se dá na relação com um outro, a vulnerabilidade de um grupo com relação a outro acontece pelas relações de poder existentes na sociedade. O desmentido se repete na relação do analisando e analista quando há uma nova desvalidação da sua condição enquanto um sujeito que está em sofrimento (Hoppe, 2023).

A falta de entendimento diante do tema pode ser justificada pela neutralidade do analista, como se a teoria em si bastasse e repensá-la diante de demandas sociais e políticas fosse comprometer essa posição neutra. Pelo contrário, reconhecer a subjetividade e o lugar social do analista e do analisando abre espaço para que se compreenda que existem pontos que a vivência não alcança e nem a teoria, mas que advém do saber do paciente, da sua história singular, plural e diversa, ou seja, reconhecer a posição em que se situa o analista e sua escuta o aproxima ao invés de o distanciar da objetividade. Conforme afirma Martins (2022, p. 249) ao se apropriar do conceito de psicanálise híbrida de Tammy Ayouch: "Essa psicanálise hibridada não teme as transformações sociais nem com elas coincide, e, assim, pode ser capaz de escutá-las".

Ayouch atribui a hibridez enquanto uma relação transferencial que não se pauta pela construção de saberes do analista sobre o analisando, mas um espaço de transformação que ocorre em ambos, a partir do encontro entre essas duas pessoas, em que se cria algo. É abrir um espaço para coexistir com o diferente e o contraditório e guiar a escuta a partir desse espaço único que advém do encontro transferencial. Há uma teoria, mas há também um sujeito singular e um outro que o escuta. É esse espaço "entre" o analista e o analisando que surge na relação transferencial que possibilita o acolhimento e a elaboração de um percurso único com cada paciente (Martins, 2022).

Ao mesmo tempo que a teoria conduz a escuta em análise, a experiência clínica deve fomentar discussões acerca da própria teoria, para que o fazer do analista não se torne uma adaptação do analisando a moldes estabelecidos por um olhar hegemônico para as questões de gênero e sexualidade, que circunda a própria psicanálise. Contudo, indagar a teoria implica em questionar o próprio saber e se deslocar da posição daquele possui um saber para o transformar em um fazer relacional entre teoria, analista e paciente (Drehmer; Falcão, 2019).

A análise desses fenômenos no ambiente da clínica escola sugere a necessidade de uma abordagem mais sensível e inclusiva na formação de futuros psicólogos. Isso envolve reconhecer e enfrentar os desafios impostos pela heteronormatividade na prática clínica, de forma a promover uma escuta atenta e respeitosa às experiências diversas dos pacientes. Ao investigar como o conceito de desmentido se manifesta dentro dessa estrutura educacional, este estudo contribui para a reflexão crítica sobre as práticas psicológicas e a importância de integrar uma perspectiva de gênero mais ampla no currículo acadêmico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões contemporâneas acerca da psicanálise e suas relações com questões de gênero e sexualidade, revela-se a importância de uma psicanálise subversiva para que se possa acolher as vivências dissidentes. Assim como na história da construção da psicanálise, a teoria se (re)faz pela escuta das singularidades, é necessário escutar o que dizem as vivências que rompem categorias normalizantes, tanto aquelas que chegam até nós quanto aquelas que não chegam, mas que anunciam a sua existência por meio de movimentações sociais ou, ainda, que só nos chegam pelos noticiários e índices de violências e homicídios que marcam determinados grupos. Segundo Preciado (2022), ao escutar esses silenciamentos nas instituições, se percebe a necessidade de um debate que transcenda as convenções tradicionais, abrindo espaço para a problematização dessas questões de dentro para fora.

Conforme Eccher, Souza e Angeli (2025), para que haja um espaço de acolhimento e percurso de análise das demandas emergentes relacionadas a gênero e sexualidade, é fundamental à psicanálise desconstruir a heteronormatividade enraizada em suas práticas e

teorias. A insistência em uma visão heternormativa como padrão pode levar à exclusão ou patologização de experiências LGBT+, quando na verdade, todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, são atravessadas por questões de gênero. Essa percepção distorcida reflete uma falta de escuta qualificada, que pode resultar na ausência de reconhecimento dessas demandas na prática clínica.

Portanto, conclui-se que na formação de futuros psicólogos, é necessário ter um posicionamento robusto e abrangente, que os capacitem a escutar estas questões de maneira inclusiva e eficaz. A incorporação de uma abordagem profissional que contemple as diversidades de gênero e sexualidade na formação dos profissionais não só enriquece seu desenvolvimento acadêmico, mas também amplia a capacidade em oferecer um atendimento inclusivo e acolhedor, o que garante que seus profissionais estejam preparados para trabalhar com às demandas emergentes com competência e sensibilidade, assim, pode-se promover uma prática clínica ética e sem dicotomizar ou heteronormativizar as questões de gênero em suas escutas.

## REFERÊNCIAS

AMBRA, Pedro; BEER, Paulo. Perguntas que importam: o gênero e as fronteiras teóricas da psicanálise. psicanálise. **Recherches en psychanalyse**, v. 32, p. 105- 125, 2021.

AMARAL, A. E. V.; LUCA, L.; RODRIGUES, T. C.; LEITE, C. A.; LOPES, F. L.; SILVA, M. A. Serviços de psicologia em clínicas-escola: revisão de literatura. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 62, n. 136, p. 37-52, jun. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0006-59432012000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 25 mar. 2024.

ANGELI, G. **Supervisão e Escuta Psicanalítica na Clínica-Escola**: Experiência Clínica de Acadêmicos-Estagiários. Tese de Doutorado em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: https://pergamum.ufsc.br/acervo/380238. Acesso em: 28 mar. 2024.

ANGELI, Gustavo; BARROS, Vinicius da Rocha. "Psicanálise e Gênero: tão íntimo, tão estranho". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, e67688, 2020.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AYOUCH, Thamy Claude. **Psicanálise e homossexualidades**: teoria, clínica, biopolítica. Curitiba: Editora CRV, 2015

BARRETO, M. C.; BARLETTA, J. B. A supervisão de estágio em psicologia clínica sob as óticas do supervisor e do supervisionando. **Cadernos de Graduação, Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 12, n. 12, p. 155- 171, 2010. Disponível em: https://acesse.dev/pniOx. Acesso em: 15 maio 2024.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transsexuais brasileiras em 2023. Brasília: Distrito drag, 2043. 125 p.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da

União, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm. Acesso em: 17 de mar. de 2024.

BROIDE, Jorge. A clínica psicanalítica na cidade: a clínica psicanalítica nos espaços públicos: breves considerações históricas. *In*: BROIDE, Emília; KATZ, Ilana (orgs.). **Psicanálise nos espaços públicos**. São Paulo: IP/USP, 143p, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CANAVÊZ, Fernanda; VERZTMAN, Julio Sergio. Somos capazes de escutar os desmentidos sociais? Ayvu: **Revista de Psicologia**, v. 8, p. 1-2, 2021. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ayvu/article/view/47544. Acesso em: 2 jun. 2024.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE [UNIFEBE]. Conselho Universitário [CONSUNI]. **Resolução nº 25/2022, de 30 de março de 2022**. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Psicologia. Brusque: Conselho Universitário, 2022. Disponível em: https://www.unifebe.edu.br/site/wp-content/uploads/consuni252022-i.pdf. Acesso em: 17 de mar. de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. (2013). **Carta de serviços sobre estágios e serviços-escola**. Brasília: CFP. Disponível em: https://site.cfp.org.br/publicacao/carta-de-servicos-sobre-estagios-e-servicos-escola/. Acesso em: 15 mar. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 018/2002**: estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF. Acesso em: 13 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 001/1999**: estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+** [recurso eletrônico]. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2023. Dados eletrônicos (pdf). Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

COSTA, Ana; POLI, Maria Cristina. Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. **Pulsional**, São Paulo, ano XIX, n. 188, p. 14-21, dez. 2006.

DREHMER, Luciana Balestrin Redivo; FALCÃO, Carolina Neumann de Barros. Para Além da Concepção Binária Cis-heternormativa: a Psicanálise Interrogada pelas Diversidades Sexuais e de Gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe3, p. e228536, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003228536. Acesso em 30 jul 2024.

ECCHER, Pedro Valentim; SOUZA, Mériti de; ANGELI, Gustavo. Psicanalista tem gênero? As reverberações das sexualidades e dos gêneros na prática e clínica psicanalítica. **Cadernos de Psicanálise**, (CPRJ), Rio de Janeiro, v. 47 n. 52, p. 181-202, jan./jun. 2025.

FAVERO, Ana Beatriz; RUDGE, Ana Maria. Trauma e Desmentido. **Psychologica**, n. 50, p. 169-180, 2009.

FERENCZI, Sándor. **Análises de crianças com adultos.** São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 69-83. Publicado originalmente em 1931.

FIGUEIREDO, Luís Claudio. Escutas em análise/ Escutas poéticas. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 123-137, set. 2014.

FIQUEIREDO, Luís Claudio; MINERBO, Marion. Pesquisa em Psicanálise: Algumas ideias e um exemplo. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 257-278, jun. 2006.

FREUD, Sigmund. A dinâmica da transferência. **Obras completas**, v. 10. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Original publicado em 1912.

FREUD, Sigmund. A perda da realidade ne neurose e na psicose. **Obras Completas**, v. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Original publicado em 1924.

FREUD, Sigmund. Contribuição à história do movimento psicanalítico. **Obras completas**, v. 11. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Original publicado em 1914.

FREUD, Sigmund. O inquietante. In: Freud, Sigmund. **Obras completas**, v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Obra original publicada em 1919.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o Inconsciente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GONDAR, Jô. Ferenczi como pensador político. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, p. 193-210, dez. 2012.

HOPPE, Sabrina Sarmento. O Desmentido na Escuta Psicanalítica das dissidências sexuais e de gênero. **Diaphora**, v. 12, n. 1, p. 58-63, jun 2023. Disponível em: https://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/446/325. Acesso em: 30 jul. 2024.

LAPLANCHE, Jean. PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise.** Tradução Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARTINS, Paula Gruman. O espaço da diferença: a psicanálise híbrida de Thamy Ayouch. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 25, n. 1, p. 246–250, jan. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1415-4714.2022v25n1p246.14. Acesso em: 29 jul. 2024.

MINERBO, Marion. **Diálogos sobre a clínica psicanalítica**. São Paulo: Bluncher, 2016. 214 p.

MORENO, Maria Manuela Assunção; COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto. "Estar fora de si": traumatismo precoce e a atualidade do conceito de desmentido. **Percurso: Revista de Psicanálise**, n. 51, p. 33-44, 2013.

PEREIRA, N. M; KESSLER, C. H. Reflexões acerca de um início: psicanálise e clínica na universidade. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte. Vol. 22, n. 2 (ago. 2016), p. 469-485, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v22n2/v22n2a13.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

PRECIADO, Paul, B. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ROSA, Miriam Debiuex; DOMINGUES, Eliane. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 180-188. 2010.

KESSLER, C. H. **A supervisão na clínica-escola**: o ato no limite do discurso. 2009. Tese de Doutorado em Psicologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17238. Acesso em: 20 abr. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.) **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 139 - 161.

SOUZA, Eloisio Moulin de. (Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais**. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 76-105, 2013.

STONA, Jose. **O Cis no Divã**. Salvador: Editora Devires, 2021.

STONA, Jose. **Relações de Gênero e Escutas Clínicas**. Salvador: Editora Devires, 2020.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil da Colônia à atualidade. 4. ed. rev., atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

**Recebido em: 08/07/2025**
**Aceito em: 18/03/2026**

# FLUÊNCIA COMPULSÓRIA E DESEJO DESVIANTE: NARRATIVA AUTOETNOGRÁFICA

*COMPULSORY FLUENCY AND DEVIANT DESIRE: AN AUTOETHNOGRAPHIC NARRATIVE*

Café Cafeseiro[1]

**Resumo**: este artigo apresenta uma narrativa autoetnográfica que articula a experiência da gagueira com as identidades LGBTQIA+, propondo uma análise crítica a partir dos Estudos Queer e Crip. Partindo da premissa de que a fluência é um pacto social e normativo, examina-se como a exigência de fala fluida, aqui denominada fluidocentrismo, funciona como tecnologia de controle e de regulação dos corpos. A gagueira, tradicionalmente reduzida a uma patologia da fala, é compreendida neste trabalho como marcador social da diferença, a partir do qual se produzem e se regulam legitimidade, autoridade e pertencimento. A narrativa evidencia que a experiência de gaguejar não se limita ao campo biomédico, mas se inscreve em uma rede de significados que atravessa gênero, sexualidade e estigma. Tal como a dissidência sexual, a disfluência desafia normas hegemônicas, sendo constantemente enquadrada como falha moral ou desvio a ser corrigido. Ao mobilizar teóricos como Goffman (1975) Becker (2019) Butler (2008) e McRuer (2006; 2024), o estudo demonstra como os discursos sobre normalidade sustentam práticas de exclusão que atravessam tanto a fala quanto o desejo.
**Palavras-chave**: Gagueira; Estigma; Fluidocentrismo; Autoetnografia; Dissidência.

**Abstract**: this article presents an autoethnographic narrative that interweaves the experience of stuttering with LGBTQIA+ identities, offering a critical analysis grounded in Queer and Crip Studies. Starting from the premise that fluency is a social and normative pact, it examines how the demand for fluent speech, here referred to as fluidocentrism, functions as a technology of control and regulation over bodies. Stuttering, traditionally reduced to a speech pathology, is understood in this work as a social marker of difference and as a site of symbolic struggle, where legitimacy, authority, and belonging are negotiated. The narrative demonstrates that the experience of stuttering is not confined to the biomedical domain but is inscribed within a network of meanings that traverses gender, sexuality, and stigma. Like sexual dissidence, disfluency challenges hegemonic norms and is persistently framed as a moral failure or a deviation to be corrected. By mobilizing theorists such as Goffman (1975), Becker (2019), Butler (2008), and McRuer (2006; 2024), the study shows how discourses of normality sustain exclusionary practices that cut across both speech and desire.
**Keywords**: Stuttering; Stigma; Fluidocentrism; Autoethnography; Dissidence.

## 1 INTRODUÇÃO

Começo este estudo a partir de um olhar que-que-que atravessa a própria história de vida. Nasci em 14 de fevereiro de 2001, no Hospital Sagrada Família, localizado em Salvador–BA. Minha relação com a ga...gagueira surge como uma narrativa marcada por momentos de angústia e de desamparo fantasiado de amparo. Recordo vividamente da infância, onde a fluidez da comunicação era um domínio tão natural e descomplicado para os outros, mas um-um-um labirinto de frustração e vergonha para este corpo.

Aprendi cedo que a sociedade exige fluidez, nas falas, nos discursos, nos corpos, nos desejos, e que qualquer desvio desse ideal era encarado como uma falha a ser corrigida ou um incômodo a ser tolerado. Cada apresentação oral, cada chamada em sala de aula, cada

[1] Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

tentativa de me expressar carregava o peso do olhar alheio e da antecipação da interrupção. A experiência de falar, ou, mais precisamente, de tentar falar dentro de um modelo de fluência normativa, evidenciava não somente a dificuldade individual, mas um sistema que penaliza e marginaliza as vozes que não seguem seu compasso.

Paralelamente, a identidade LGBTQIA+ emergia como outro eixo de dissidência. A descoberta e afirmação da orientação sexual trouxe à tona uma nova camada de enfrentamento das normas sociais, desta vez para além do campo da comunicação verbal, mas também no modo como meu corpo e minhas relações eram lidas e categorizadas. Assim como na experiência da gagueira, a dissidência sexual implicava um constante estado de alerta, uma vigilância interna e externa sobre como e quando seria possível existir sem ser alvo de correção, exclusão ou violência.

Diferente da narrativa biomédica que frequentemente busca corrigir, normalizar ou ajustar corpos e vozes desviantes, foi na própria experiência que se revelou uma forma de resistência. Após um longo processo em que minha família tentou "curar" minha gagueira, a decisão de não buscar mais terapias corretivas que visavam "amenizar" a gagueira tornou-se, com o tempo, um gesto de ressignificação e resistência da relação com a fala. Assim como a escolha de afirmar a identidade LGBTQIA+, esse posicionamento confrontava um sistema que insiste em moldar subjetividades a partir de um ideal excludente de normalidade.

A compreensão da gagueira enquanto fenômeno social ultrapassa sua definição biomédica restrita à patologia do discurso. Pesquisadores como St. Pierre (2015) argumentam que a gagueira precisa ser pensada dentro das estruturas sociais que a moldam, pois não é unicamente um desvio da norma linguística, mas um local de disputa sobre quem tem o direito de falar e de ser ouvido. Essa perspectiva se alinha ao conceito de corponormatividade, descrito por McRuer (2006; 2024) como o co-co-conjunto de expectativas sociais que impõem um ideal de funcionalidade ao corpo. Assim, a gagueira, muito além de um fenômeno fisiológico, torna-se um marcador que expõe as dinâmicas de exclusão e poder nos espaços discursivos.

No contexto das identidades dissidentes, Butler (2008) traz que a performatividade do gênero não é um dado fixo, mas um processo reiterativo e regulado por normas sociais que buscam estabilizar identidades dentro de padrões inteligíveis. Da mesma maneira, a fluência compulsória – a que denomino fluidocentrismo – pode ser compreendida como uma imposição performativa que, ao exigir uma normatividade da fala, regula não só os discursos, mas os próprios sujeitos que os emitem.

É nesse ponto que a noção de interseccionalidade, cunhada por Crenshaw (1991), assume um papel essencial. Ao evidenciar como múltiplos sistemas de opressão, tais como o racismo, o sexismo, a LGBTfobia e, aqui proponho, a normatividade fluente, se entrelaçam e se reforçam mu...mutuamente, a interseccionalidade oferece um aparato teórico

fundamental para compreender as sobreposições de vulnerabilidade e exclusão. A gagueira, enquanto marcador de alteridade comunicacional, e a identidade LGBTQIA+, enquanto expressão de dissidência sexual e de gênero, articulam-se em uma zona de fricção onde a diferença é constantemente monitorada, corrigida e sancionada.

Além disto, esse processo é evidenciado nas falas de sujeitos que experienciam a exclusão em múltiplos níveis. Em um relato citado por Van Riper (1982, p. 231, tradução do própria), um homem negro gago afirma: "Sempre que eu gaguejo, você fica mais branco e eu mais preto. Sempre que gaguejo para um homem branco, envergonho toda a minha raça. Se eu pudesse tirar minha raça das minhas costas, eu poderia lidar com minha boca". Essa declaração encarna, de modo visceral, a complexidade das interações entre raça, normatividade na fluência e masculinidade em um regime normativo que racializa, patologiza e desqualifica sujeitos fora da norma.

A partir dessa perspectiva, podemos ver que as formas de subordinação não operam isoladamente, mas se entrelaçam em estruturas sobrepostas que produzem experiências singulares de opressão. O sujeito do relato não vivencia somente a gagueira, mas carrega consigo o peso simbólico de uma masculinidade negra constantemente vigiada e desumanizada dentro de uma matriz sociocultural branca e normativamente fluente. A experiência da gagueira, nesse contexto, não é apenas um marcador clínico, mas atua como catalisador de vergonha racial, sentimento de inadequação coletiva e tensão intersubjetiva.

Quando considero a autoetnografia como método central desta pesquisa, insiro-me dentro de uma tradição que valo-valoriza a experiência encarnada como produtora de conhecimento. Ellis e Bochner (2000) destacam que a autoetnografia permite uma articulação entre o pessoal e o estrutural, evidenciando as formas como subjetividades são produzidas e reguladas no tecido social. Dessa maneira, a confluência entre a gagueira e minha identidade LGBTQIA+ não é um mero acaso autoetnográfico, mas um ponto central para compreender como normas sociais operam na regulação dos corpos e das vozes. Utilizando essa abordagem, proponho uma reflexão sobre os modos de regulação que definem quem pode falar e ser ouvido, quem pode existir e ser reconhecido, e como aqueles que ocupam esses espaços de dissidência constroem estratégias de resistência e afirmação. Por isso, ao investigar minha experiência, pretendo ir além de relatar um percurso individual, buscando evidenciar as múltiplas camadas que conformam a subjetivação de corpos e vozes dissidentes, desafiando as normatividades impostas.

Este estudo dialoga com os campos dos estudos *queer* e *crip*, mas também tensiona a noção de deficiência enquanto marcador de identidade, sugerindo que a gagueira pode ser compreendida como um campo de resistência à fluência compulsória. Seguindo as contribuições de Kafer (2013), que propõe uma visão política da deficiência, argumentarei

[2] Tradução do Autor. No original: "A black stutterer said, 'Whenever I stutter, you become whiter and I blacker. Whenever I stutter to a white man, I shame my whole race. If I could only get my race off my back, I could handle my mouth" (Van Riper, 1982, p. 231).

que a gagueira, longe de ser uma insuficiência a ser corrigida, pode ser apropriada como um gesto de resistência contra a-a-a lógica produtivista que privilegia corpos e vozes eficientes. Assim, este trabalho busca contribuir para a ampliação das discussões sobre normatividade, identidade e agência, ao mesmo tempo em que reafirma a potência da dissidência como um espaço de criação e transformação.

## 2 A FLUÊNCIA COMO NORMA E DISPOSITIVO DE CONTROLE

A fluência verbal, mais do que um simples atributo da comunicação humana, constitui-se como um construto social que opera como norma e como dispositivo de controle. Essa normatização impõe padrões comunicativos que delimitam quem tem legitimidade para participar de espaços públicos e privados e quem é relegado a uma posição marginalizada dentro do tecido social. Como argumenta Foucault (1975), as normas funcionam não só como critérios de pertencimento, mas também como mecanismos disciplinares que regulam os corpos e as práticas discursivas, produzindo subjetividades conformadas a determinados padrões de inteligibilidade.

Nesse sentido, a fluência não é simplesmente um ideal linguístico, mas um regime que estrutura interações sociais, favorecendo aqueles que dominam os códigos normativos e excluindo os que se desviam deles. reforça essa ideia ao demonstrar que a linguagem é um dos principais instrumentos de poder simbólico, um capital que confere distinção e legitimidade aos indivíduos que o possuem. Com isso, aqueles que-que apresentam disfluências são frequentemente percebidos como in...incompetentes.

A imposição da fluência como norma não é um fenômeno recente, mas parte de uma longa história de regulação das práticas comunicativas, diretamente relacionada a valores de racionalidade e eficiência. No mundo contemporâneo, em que a performatividade da linguagem é um requisito essencial para a mobilidade social e o sucesso profissional, essa normatividade se manifesta de maneira ainda mais intensa em diversos contextos.

O filme O Discurso do Rei (2010) demonstra como a fluência opera como um dispositivo de poder que regula a participação dos sujeitos na esfera pública e política no século XX. A narrativa acompanha a trajetória do rei George VI, cuja gagueira se torna um obstáculo significativo em um momento histórico marcado pela crescente midiatização do poder político, a dificuldade do monarca em atender às expectativas comunicativas impostas à sua posição demonstra a maneira como a fluidez é construída como um requisito fundamental da autoridade e da legitimidade.

No caso de George VI, a gagueira foi percebida não só como um problema individual, mas como um déficit institucional, na medida em que sua voz precisava incorporar a imagem de estabilidade e liderança esperada de um chefe de Estado. Assim, a gagueira não é meramente uma questão fisiológica, mas um marcador de inadequação dentro de uma estrutura social que associa competência e inteligência à fluência verbal.

A gagueira é frequentemente tratada como uma patologia, um erro a ser corrigido, uma falha a ser reparada. Durante anos, fui treinado para disfarçar, para me moldar, para esconder os vestígios da disfluência atrás de técnicas e truques que a tornassem menos evidente. “Respire fundo”, dizem. “Pense antes de falar.” “Fale devagar.” Mas o que sempre me incomodou foi o implacável “Se acalme.” Eu nunca estive nervoso.

A forma como a sociedade enxerga a gagueira não se limita a ser um desvio da norma; ela é também percebida como uma fraqueza de caráter, um sinal de descontrole, um obstáculo que só a força de vontade poderia superar. Como observa Garland-Thomson (2011), a modernidade patologiza corpos e formas de expressão que não se encaixam nos padrões hegemônicos, tratando-os como defeitos que exigem correção. No caso da gagueira, essa lógica se traduz na obsessão com a superação, na promessa de que, com esforço suficiente, a fluência será conquistada, como se falar sem hesitação fosse um requisito para existir plenamente no mundo.

Mas e se a fluência não for o único caminho legítimo? E se a verdadeira falha não estiver na fala disfluente, mas na imposição de um ideal de comunicação que silencia aqueles que não o alcançam?

## 3 FALHA QUE ESTIGMATIZA

A reflexão de Goffman (1975) sobre o estigma revela que ele não é uma característica inerente ao indivíduo, mas sim um resultado de processos sociais que classificam e hierarquizam os corpos. O estigma emerge quando um sujeito é rotulado e desacreditado por não corresponder às expectativas normativas estabelecidas pelo olhar do outro. Quem rotula, por sua vez, ocupa uma posição de privilégio dentro de um esquema classificatório que define sua própria condição como “normal”, ao passo que transforma o outro em um desvio. Goffman (1975) destaca:

> O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso (Goffman, 1975, p. 6).

De acordo com Goffman (1975), o estigma pode ser categorizado em três formas principais: deformidades físicas, culpa de caráter ou identidade tribal. A gagueira, embora não seja uma “falha no caráter” no sentido estrito, é frequentemente interpretada como um desvio da norma comunicacional que sinaliza uma inadequação. O sujeito disfluente, ao interromper o fluxo esperado da linguagem, passa a ser alvo de significações que vão além

da dimensão fonética ou discursiva, sendo associado à fragilidade, ao nervosismo ou à incompetência. Esse julgamento social não se restringe ao âmbito da comunicação, mas se estende ao próprio valor do indivíduo dentro das interações sociais e institucionais, posicionando-o em uma constante condição de desvantagem.

Entretanto, acredito que a gagueira é socialmente construída não apenas como a marca de um distúrbio, mas como uma falha moral. A fala disfluente, ao perturbar o ideal normativo da comunicação eficiente, desestabiliza aqueles que habitam confortavelmente a fluência, gerando desconforto e aversão. Essa falha moral emerge da construção social que vincula juízo de valor a características que desviam das normas hegemônicas, atribuindo à gagueira não só um status de deficiência, mas também um déficit ético-comportamental. No cerne dessa construção está a crença de que a fluência é um imperativo comunicacional, um atributo essencial da racionalidade e da autodisciplina. Assim, aquele que gagueja e não se empenha suficientemente para alcançar a fala fluida é frequentemente percebido como alguém que fracassa não meramente na linguagem, mas na própria constituição subjetiva e social.

Essa perspectiva se intensifica à medida que a gagueira é enquadrada dentro de discursos clínicos e terapêuticos que a reduzem a um distúrbio tratável, uma deficiência que pode e deve ser corrigida. A ideia de tratamento corretivo da disfluência reforça a ideia de que há um percurso linear de superação, no qual a pessoa que gagueja deve se empenhar para atingir a fluência plena. Aquele que não busca ou não alcança essa fluidez idealizada pode ser visto como negligente, resignado à sua condição ou mesmo incapaz de realizar o esforço necessário para sua própria correção. Essa exigência moralizadora sugere que a ausência de fluência não é uma característica inerente do sujeito, mas um reflexo de sua disposição ou falta de vontade, reforçando o estigma de que gaguejar é uma escolha implícita ou um fracasso pessoal.

Nesse sentido, a noção de “falha moral” atribuída à gagueira não é um julgamento superficial ou circunstancial, mas uma construção enraizada na lógica normativa da comunicação e do corpo produtivo. Se falamos em falha moral, falamos de um desvio, de algo que “não deveria ser”. Esse desvio, no caso da gagueira, é percebido como uma transgressão ao modelo comunicacional ideal, onde a fluência opera como um signo de controle, inteligência e competência. Quando alguém gagueja, rompe-se a expectativa de uma fala limpa, previsível e eficiente, e nesse rompimento emerge uma forma de desestabilização social: o sujeito disfluente passa a ser lido não só como alguém que “fala errado”, mas como alguém que falha enquanto pessoa. Esse processo evidencia como a comunicação verbal, mais do que um simples instrumento de interação, é uma tecnologia de poder que disciplina corpos e subjetividades, delimitando quem pode falar e ser ouvido dentro das estruturas sociais.

Becker (2019) enfatiza que a noção de "desviante" não corresponde a um grupo homogêneo e tampouco inclui todos aqueles que, em tese, transgridem uma norma. Esse ponto é crucial para compreender a gagueira não meramente como uma condição da fala, mas como um fenômeno regulado por expectativas sociais e padrões de desempenho comunicativo, uma falha. Indivíduos que gaguejam podem ser marcados pelo estigma de desvio da fluência, ainda que sua comunicação não apresente comprometimentos significativos. Da mesma forma, há aqueles que conseguem escapar desse estigma ao adotar estratégias de camuflagem ou adaptação, evidenciando que a categorização da gagueira como uma deficiência não é estática, mas fortemente influenciada pelo contexto e pela percepção social.

De acordo Goffman (1975, p. 15), é quando "normais" e estigmatizados realmente se encontram na presença imediata uns dos-dos outros, especialmente quando tentam uma relação mais próxima: "[...] esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma". Nesse encontro, a gagueira se torna uma fissura no tecido normativo da comunicação, pois obriga o interlocutor a lidar diretamente com aquilo que considera desajustado ou perturbador. A quebra da fluência é percebida como um constrangimento mútuo: de um lado, o sujeito disfluente, consciente do olhar estigmatizante; do outro, o falante fluente, desconfortável diante daquilo que escapa ao seu controle e expectativa. Nesse embate a gagueira é lida como uma falha moral, pois desafia a lógica de eficiência e domínio que estrutura as interações sociais cotidianas.

É como se o sujeito que gagueja carregasse consigo a prova viva de que a ordem pode falhar. Sua fala hesitante ou interrompida não se encaixa na cadência fluida esperada, e isso incomoda. Incomoda porque coloca o interlocutor fluente diante de uma quebra de ritmo que revela a artificialidade das expectativas de comunicação. Nesse sentido, o julgamento moral direcionado ao gago é um mecanismo de defesa: ao atribuir culpa ao sujeito que gagueja, a sociedade preserva a ilusão de que o controle absoluto sobre a fala e, por extensão, sobre o corpo e a mente, é um dever alcançável por todos. Aquele que não atinge essa expectativa é visto como negligente ou desinteressado, como se a gagueira fosse fruto de uma falta de vontade ou esforço pessoal.

Essa construção social da gagueira como "falha moral" impõe ao sujeito disfluente uma responsabilidade injusta e exaustiva. Ele precisa lidar com as dificuldades práticas de sua fala e carregar o peso simbólico de uma inadequação que lhe é atribuída. A cada palavra hesitada, ele precisa provar a si mesmo e ao outro que sua fala não é um reflexo de fraqueza ou incompetência. Esse julgamento moral constante força o sujeito a se adequar, a buscar incessantemente a "cura", a esconder a disfluência a qualquer custo, mesmo que isso signifique sacrificar sua própria voz.

Os estigmatizados, como observa Goffman (1975), assumem um papel fundamental na vida dos ditos "normais", pois funcionam como referências que demarcam as fronteiras

entre aquilo que é aceito e aquilo que é marginalizado no contexto social. A existência do estigmatizado permite que os indivíduos considerados normais se definam por oposição, reforçando o próprio pertencimento à norma ao contrastar-se com o desvio. Trata-se de uma dinâmica relacional que sustenta o estigma como um instrumento de controle social.

No entanto, Goffman (1975), identifica uma variação importante dessa relação, destacando que o papel do estigmatizado se torna ainda mais complexo quando sua diferença não é imediatamente revelada. É o que ele descreve como a condição do "desacreditável": quando a marca estigmatizante não é visível à primeira vista, mas permanece latente, podendo ser revelada a qualquer momento. Nesse cenário, a gagueira ocupa esse lugar. Diferentemente de outras condições que são mais facilmente percebidas, a disfluência nem sempre se manifesta de maneira previsível; ela surge no fluxo da interação, rompendo a expectativa de fluência somente quando o ato comunicativo acontece.

Essa imprevisibilidade coloca o sujeito que gagueja em um estado de vigilância constante. Ele se torna desacreditável, alguém que pode "passar" por "normal" até que sua disfluência se revele. A fala, nesse contexto, é carregada de tensão e risco: cada interação comunicativa se torna um momento potencial de exposição, um instante em que o sujeito pode ser desmascarado e sua diferença se tornar pública. Assim, a gagueira marca a pessoa como "diferente" no momento em que se manifesta, mas também a coloca em uma posição ambígua, suspensa entre a visibilidade e a ocultação, entre o pertencimento e a exclusão.

Esse caráter instável do estigma cria um impacto duplo: por um lado, obriga o sujeito que gagueja a desenvolver estratégias de controle ou ocultação, como evitar situações de fala ou modificar seu discurso para minimizar a exposição; por outro, reforça o olhar desconfiado do interlocutor, que percebe a quebra da fluência como uma traição ao contrato social da comunicação. O silêncio ou a hesitação inesperada passam a ser interpretados como fraquezas, como falhas que confirmam a inadequação daquele que já era desacreditável.

Portanto, aquele que gagueja é estigmatizado quando sua disfluência se manifesta, mas carrega o peso antecipado do julgamento, tornando-se um sujeito permanentemente em risco. Essa condição torna o ato de falar um campo de prova constante, onde a exposição do estigma não é um evento, mas uma ameaça sempre iminente, que reforça a percepção da gagueira como uma "falha moral" que precisa ser superada. O simples ato de enunciar transforma-se em um exercício de autovigilância, uma negociação contínua entre a necessidade de expressar-se e o medo de ser invalidado. Nesse sentido, a gagueira não se limita a ser fenômeno linguístico, mas um espaço de conflito, onde se disputa o direito à voz e à presença.

Como aponta Orlandi (2001):

> Não há corpo que não esteja investido de sentidos e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos de subjetivação, nos quais as instituições e as suas práticas são fundamentais, assim como o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos (Orlandi, 2001, p. 10).

A partir dessa compreensão, pode-se afirmar que todo corpo carrega consigo um regime discursivo que o legitima ou o desautoriza; e aqueles que desafiam as normas — seja pelo gênero, pela sexualidade ou pela fala — enfrentam o peso de uma sociedade que exige conformidade.

Ser gago foi como ser atingido por uma onda de desconcerto e isolamento, um impacto que me lançou em um território de incertezas, onde cada palavra parecia ser carregada por um peso que não conseguia enxergar, mas que ainda assim era esmagador. A comunicação, que para tantos parecia uma habilidade natural e instintiva, para mim se tornou um campo minado: cada sílaba era um obstáculo, cada pausa involuntária era um convite à impaciência alheia; cada tentativa de fala se transformava em um duelo com minhas próprias inseguranças. Não era uma dificuldade técnica; era um constante jogo de expectativas frustradas, um lembrete persistente de que minha voz, tal como era, destoava do mundo que me rodeava.

A gagueira transformava interações cotidianas em batalhas silenciosas travadas no interior das hesitações. O medo do julgamento pairava sobre mim como uma sombra onipresente, moldando gestos, escolhas e até mesmo a forma como eu ocupava os espaços. Cada olhar de impaciência, cada riso contido ou palavra interrompida por outra pessoa, que achava mais fácil concluir a frase do que esperar que eu a terminasse, era um lembrete doloroso de que minha diferença era visível, audível, inegável. A sociedade exige fluidez, nas falas, nos discursos, nos corpos, nos desejos, e que qualquer desvio desse ideal era encarado como uma falha a ser corrigida ou um incômodo a ser tolerado.

A articulação entre a concepção de desvio, conforme exposta por Becker (2019), e a teoria do estigma desenvolvida por Goffman (1975), reforça a compreensão de que a fluência é mais do que um atributo comunicativo, trata-se de um dispositivo normativo imposto socialmente. A exigência da fluência como marcador de normalidade demonstra como corpos e vozes são regulados dentro de uma lógica que hierarquiza e exclui. Sob essa perspectiva, o conceito de fluidocentrismo contribui para essa discussão ao evidenciar que a fluência compulsória marginaliza sujeitos que gaguejam e opera como um mecanismo de controle sobre a produção discursiva e a constituição identitária.

Dizem que a boca é o portal da verdade, mas a minha tropeça antes de atravessar. Minha língua, desobediente, dança hesitante entre sílabas truncadas, tropeçando na norma que exige fluidez, deslize, clareza. Meu corpo, por sua vez, não escapa da coreografia imposta: deveria marchar reto, firme, desejando o que lhe foi designado. Como argumenta

Preciado (2018), o corpo é uma ficção tecnopolítica, e o meu corpo se recusa a seguir o roteiro.

Ser gago é falhar na fala. Ser viado é falhar no desejo. No tribunal da moralidade, sou condenado em duplicidade. No fundo da língua, um nó. No fundo do peito, outro. A partir Butler (2000, p. 121), que afirma que "a performatividade não é, assim, um "ato" singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas.", eu me pergunto: o que acontece quando essa repetição falha? Quando o corpo hesita entre vogais, quando o desejo escapa dos trilhos esperados? Ser falho não é um desvio, mas um ato de resistência.

Me ensinaram que a fala deve fluir, e o desejo, endireitar-se. Mas minha voz tropeça, meu corpo desvia. Sou um corpo que interrompe. Um corpo que atrasa. Um corpo que incomoda. Muñoz (2009, p. 127, tradução própria) nos con-convida a pensar o *queer* como um horizonte utópico: "Podemos chamar essa nova temporalidade de uma futuridade *queer*, onde o futuro é um local de potencialidade infinita e imutável." E talvez, na hesitação da minha voz e na inclinação do meu desejo, eu já esteja habitando esse futuro.

Mas há dias em que o peso do erro me curva. Há dias em que cada sílaba que recuso ao mundo volta contra mim como um eco cruel, como se a própria voz fosse um inimigo interno. Há dias em que o desejo, ao invés de libertação, se torna um labirinto onde me perco. O que significa existir num corpo que não se encaixa nem na norma da fala, nem na norma do amor? O que significa ser um espectro vagando entre as fronteiras da linguagem e do desejo, sempre à margem do discurso e da aceitação?

As risadas que explodem quando minha boca se detém. Os olhares que atravessam meu corpo como uma sentença muda. Mas também carrego arquivos de desejo, de invenção, de possibilidade. O erro da minha fala é um portal para novas formas de dizer. O desvio do meu corpo é um convite para novas formas de existir. Que o tropeço da língua seja um poema. Que o desejo fora do eixo seja um mapa para o futuro.

Se minha língua falha, que seja como um gesto de rebeldia. Se meu corpo erra, que seja para inventar novas direções. A fluidez nunca foi minha aliada. O desvio sempre foi meu caminho. No embaraço da minha voz, na curvatura do meu desejo, encontro uma outra gramática, um outro tempo, um outro mundo possível. E ali, na hesitação e no desvio, descubro que a falha não é ausência. A falha é excesso. A falha é potência. A falha é o próprio ato de escrever-se vivo.

E, um a um, desato esses nós, com a língua que tropeça, mas não desiste de amar. Com o corpo que desvia, mas diz o que precisa, do jeito que a fala ousar nascer.

[3] Tradução do Autor. No original: "We can call this new tempo rality one of queer futurity, where the future is a site of infinite and im mutable potentiality" (Muñoz, 2009, p. 127).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, argumentei que a fluência é menos um atributo individual do que um regime normativo que governa corpos e vozes, produzindo hierarquias comunicacionais que recaem com particular força sobre sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade. A autoetnografia mostrou que a gagueira, quando lida através dos enquadramentos do capacitismo e do fluidocentrismo, não pode ser compreendida como mero "déficit" biomédico: ela opera como marcador social da diferença, acionando tecnologias de controle, vigilância e correção que atravessam escola, família, clínicas, espaços públicos e íntimos. Reconstituir essas tramas evidenciou que a disfluência, articulada a raça, gênero e sexualidade, é frequentemente moralizada como "falha", mecanismo que sustenta a inteligibilidade de um ideal de fala contínua e de uma masculinidade disciplinada.

Do ponto de-de vista teórico, a articulação entre estigma e desvio (Goffman, 1975; Becker, 2019), performatividade (Butler, 2008), crítica *crip* (Mcruer, 2006, 2024; Kafer, 2013) e biopolítica (Foucault, 1975) permitiu historicizar e politizar a exigência de fluência, situando-a como dispositivo. No plano ético-político, deslocar o foco da "correção" para a acessibilidade comunicacional indica um giro: do imperativo terapêutico de normalização para a construção de ambientes, ritmos e interações que acolham tempos de fala, hesitações e pausas como parte legítima da linguagem. Esse deslocamento implica rever práticas clínicas, protocolos escolares e expectativas institucionais, incorporando diretrizes anticapacitistas e antirracistas que não convertam a diferença em déficit.

Enquanto gesto metodológico, a autoetnografia evidenciou potências e limites. Ao mesmo tempo em que aprofunda a análise situada do "tempo da fala" e de sua economia afetiva, não substitui investigações multi-situadas com outros interlocutores. Pesquisas futuras podem explorar comparativamente experiências de homens negros que gaguejam em diferentes regiões, classes e gerações, bem como etnografar dispositivos institucionais (consultórios, , mídias, templos) onde a fluência é cobrada, negociada ou recusada. Outra frente promissora envolve estudos de práticas artísticas e midiáticas que estetizam a pausa e a repetição, convertendo a "falha" em linguagem.

Se, como sugere a crítica *queer*, o desvio pode abrir horizontes de futuridade, a disfluência aqui analisada propõe uma outra gramática para a vida comum. Reivindicar o direito à pausa, ao tropeço e ao silêncio é também reivindicar formas de presença pública que não sejam pautadas pela produtividade temporal hegemônica. Em vez de "consertar" a voz, trata-se de reorganizar os mundos da escuta. O que está em jogo não é apenas quem fala, mas que modos de atenção desejamos cultivar.

Por isso, a conclusão não é um ponto final, mas um convite: transformar a gagueira de "falha moral" em ética do cuidado dos tempos; fazer do desvio uma política de linguagem; e inscrever na paisagem institucional dispositivos que garantam participação, respeito e

dignidade às vozes que interrompem, hesitam e, justamente por isso, nos ensinam a ouvir de novo.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BUTLER, Judith. "Corpos que pesam". *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

ELLIS, Carolyn; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography, Personal Narrative, Reflexivity: Researcher as Subject. *In*: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **Handbook of Qualitative Research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000. p. 733-768.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1975.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. **Staring**: How We Look. Oxford: Oxford University Press, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

KAFER, Alison. **Feminist, Queer, Crip**. Bloomington: Indiana University Press, 2013.

McRUER, Robert. **Crip Theory**: cultural signs of queerness and disability. New York: New York University Press, 2006

McRUER, Robert. **Teoria Crip**: signos culturais entre o queer e a deficiência. Tradução de coletivo de 13 acadêmicos. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2024.

MUÑOZ, José Esteban. **Cruising utopia**: the then and there of queer futurity. New York: New York University Press, 2009.

**O DISCURSO do rei**. Direção: Tom Hooper. Reino Unido, Austrália, Estados Unidos: See-Saw Films, 2010. 1 filme (118 min), son., color.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: Formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1, 2018.

ST. PIERRE, Joshua. The Construction of Fluency. **Disability Studies Quarterly**, v. 35, n. 1, 2015.

VAN RIPER, C. **The nature of stuttering**. 2. ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall Inc, 1982.

**Recebido em: 10/09/2025**
**Aceito em: 18/03/2026**

# ENSAIOS

# CIDADÃO, HUMANO, DIGNO: EXCLUSÕES HISTÓRICAS E A ÉTICA TRANS DA RESISTÊNCIA

*CITIZEN, HUMAN, DIGNIFIED: HISTORICAL EXCLUSION AND THE ETHICS OF TRANS RESISTANCE*

Tenoch Yakecan Duanetto de Sousa[1]

**Resumo**: a corporeidade e vivência trans são relegadas à margem das discussões filosóficas, sociais e políticas, fazendo com que características centrais da vida moderna revelem essa exclusão. Em uma breve definição histórica dos conceitos de cidadão, humano e sujeito digno, é possível delinear a negação ontológica da transgeneridade que resulta, na prática, em efeitos da necropolítica de gênero e da colonialidade epistêmica. A transgeneridade é uma identidade e ontologia da resistência, é possível legitimar saberes trans como dispositivos críticos capazes de desestabilizar as normatividades éticas excludentes e propor alternativas. Essa legitimação epistêmica e existencial tem potência transformadora prática para inspirar e sustentar a presença de pesquisadores trans nas universidades, influenciar políticas públicas com sensibilidade interseccional e contribuir com a construção de um paradigma ético que reconheça a complexidade da vida em contextos de opressão múltipla. Reconhecer esses corpos como tecnologias de sobrevivência e reinvenção é, também, reconhecer sua relevância na formulação de modos de pensar e agir. A omissão de explicitar a corporalidade não é nova na filosofia e abre espaço para interpretações excludentes muito vistas na história nas definições de cidadão, humano e digno. É importante reconhecer que todos os exemplos de exclusão e violência ao longo da história ocorreram dentro de algum panorama ético vigente. O problema, portanto, não está na ausência de ética, mas na forma seletiva como foi aplicada. A corporeidade trans se encontra marginalizada da proteção ética, na filosofia política e nas práticas de cidadania, tais exclusões se estruturam nas categorias modernas regidas pela biopolítica e necropolítica. Há uma grande necessidade de credibilização epistêmica trans no pensamento crítico, juntamente com uma urgência de políticas de proteção à vida trans pela ampliação do campo ético de cuidado, proteção e luto. Ignorar as experiências trans não é apenas antiético, mas compromete a possibilidade de uma construção ética efetiva contra a hegemonia da violência.

**Palavras-chave**: ética; trans; resistência; exclusões históricas.

**Abstract**: The corporeality and trans experience are relegated to the margins of the philosophical, social, and political discussions, making central characteristics of modern life to reveal such exclusion. A brief historical definition of the terms citizen, human, and dignified makes it possible to outline an ontological denial of transness that results practically into effects of necropolitics of gender and epistemic coloniality. Transgender is an identity and ontology of resistance, it is possible to legitimize trans knowledge as a critical device capable of destabilizing the exclusionary ethical normativity and proposing alternatives. This existential and epistemic legitimization has a transformational power in practice to inspire and sustain the presence of trans researchers in universities, influence public policy with intersectional sensibility, and contribute to the construction of an ethical paradigm that recognizes the complexity of life in the context of multiple oppressions. To recognize these bodies as survival technologies for reinvention is also to recognize their relevance in the creation of new ways of thinking and acting. The omission of making corporeality explicit is not new in philosophy and creates openings for exclusionary interpretations present in the history of the definitions of citizen, human, and dignified. It's important to recognize that all the instances of exclusion and violence throughout history occurred within a current ethical paradigm. Therefore, the problem isn't the lack of ethics, but the selective way it is upheld. Trans corporeality is marginalized from ethical protection, in political philosophy and the practice of citizenship, such exclusions structure the modern categories governed by biopolitics and necropolitics. There is a need for trans epistemic credibility, as well as urgency in the political protection of trans lives by the broadening of the ethical field of protection, care, and grief. To ignore trans experiences is not only unethical but also compromises the possibility of the effective construction of an ethical anti-violent hegemony.

**Palavras-chave**: ethics; trans; resistance; historical exclusion.

Corpos trans e dissidentes são frequentemente relegados à margem das discussões filosóficas, sociais e políticas. É na construção, no plano teórico, de características centrais da vida moderna que essa exclusão se revela. Em uma breve definição histórica de cidadão,

[1] Transmasculino, Bacharel em Ciências Biológicas e em Ciências e Humanidades pela PUCPR, com Associates Degree em Liberal Studies (EUA) e especialização em Direitos Humanos. Atualmente, é mestrando em Filosofia pela PUCPR com bolsa CAPES, na linha de Ética e Filosofia Política, com ênfase no pensamento de Hans Jonas, orientado pelo Prof. Dr. Jelson Oliveira.

humano e sujeito digno é possível delinear a negação ontológica da transgeneridade. São vidas que encarnam os efeitos da necropolítica de gênero e da colonialidade epistêmica (Mbembe, 2019; Fanon, 1961; Hayward, 2008). A transgeneridade não é somente uma identidade, mas uma ontologia da resistência, um campo vivo de experimentação ética e política (Preciado, 2008; Butler, 2004; Gleeson, 2021). Ao deslocar o foco da marginalização para a evidenciável relevância, é possível legitimar saberes trans como dispositivos críticos capazes de desestabilizar as normatividades da ética e propor alternativas (Salih, 2002; Lloyd, 2007).

Essa legitimação epistêmica e existencial tem potência transformadora prática para inspirar e sustentar a presença de pesquisadores trans nas universidades, influenciar políticas públicas com sensibilidade interseccional e contribuir com a construção de uma ética que reconheça a complexidade da vida em contextos de opressão múltipla (Fassin, 2018; Rabinow e Rose, 2006). No Brasil, país que lidera o *ranking* global de assassinatos de pessoas trans, pensar corpos trans como fontes legítimas de conhecimento é um gesto ético, político e social de resistência (Benevides, 2024; Preciado, 2019; Valencia, 2010). Reconhecer esses corpos como tecnologias de sobrevivência e reinvenção é, também, reconhecer sua relevância na formulação de modos de pensar e agir (Preciado, 2000; Butler, 1993; Hayward, 2008).

A omissão de explicitar a corporalidade não é nova na filosofia e abre espaço para interpretações excludentes muito vistas na história da humanidade nas definições de cidadão, humano e digno (Foucault, 1976; Mbembe, 2019; Butler, 2004).

Em relação à definição de cidadão, o período clássico da Grécia Antiga (V-VI a.C.), o berço da filosofia ocidental, se sobrepõe a uma sociedade excludente baseada nas corporalidades tidas como portadoras de *logos* ou não, onde aos desprovidos as proteções éticas e políticas do *pólis*, então, não se aplicavam como mulheres, crianças e pessoas escravizadas (Finley, 2018). Na formulação da *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen* (1789) durante a Revolução Francesa (1789–1799), os direitos universais não foram estendidos às mulheres e pessoas colonizadas (Scott, 1998). A Constituição Brasileira de 1891 restringia o direito de exercício de cidadania, o voto, para pessoas empobrecidas e analfabetas. Concomitantemente, a realidade negra no Brasil após a abolição da escravidão (1888) e falta de inclusão das pessoas em liberdade na sociedade brasileira (Brasil, 1891). Assim, corpos empobrecidos e racializados eram vistos como incapazes de participar da esfera política e não recebiam plena proteção ética e legal do Estado (Gonzales, 2020). Frantz Fanon, em sua obra *Les Damnés de la Terre* (1961), explicita que a cidadania plena ainda não chegou a corpos racializados na sociedade moderna.

A definição de humano foi utilizada na história para suprir a dissonância cognitiva e justificar violência contra outros grupos, para diferenciar a civilização do outro (Todorov, 1982), tal qual exemplificado na escrita *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*

(1552), de Bartolomé de las Casas, que denuncia a subjugação de indivíduos indígenas e seu extermínio, documentando a desumanização dos corpos indígenas como ferramenta de opressão do colonialismo europeu (Las Casas, 1552). Las Casas evidencia que os povos indígenas não eram vistos como plenamente humanos na moralidade ou jurisdição da época, as características definitivas de humanos eram culturais, religiosas e corporais (Las Casas, 1552; Todorov, 1982).

O indivíduo digno, sujeito de direito, usufrui da proteção legal do Estado e pode exercer direitos civis como direito à vida, liberdade e igualdade e pode exercer direitos sociais como direito à saúde, educação e moradia, sendo esses revogados, restringidos ou dificultados à medida da criminalização (Foucault, 1976; Mbembe, 2019; Butler, 2004). Durante os séculos XIX e XX, países ao redor do mundo tinham leis atuantes de criminalização explícita à homossexualidade, como o *Buggery Act* (1553) e *Labouchere Amendment* (1885) no Reino Unido. Em outros países, como no Brasil, havia leis que indiretamente perseguiam a comunidade LGBTQI+ relacionadas à vadiagem e indecência (Brasil, 1941; Green, 2001), seguidos pela patologização sistêmica desse grupo social que também o limita como não digno de direitos e proteção ética (Preciado 2008; Foucault, 1976), permeando em um cenário quase atual, já que somente em 1973 a *American Psychiatric Association* retirou a homossexualidade do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM). Em 1990, a *Word Health Association* (WHO) excluiu a homossexualidade da *International Classification of Disease* (ICD) e a disforia de gênero em 2018 (WHO, 2019).

Considerando que os fundamentos da ética filosófica surgiram na era Clássica, é importante reconhecer que todos os exemplos de exclusão e violência ao longo do histórico da Idade Média, Moderna e Contemporânea ocorreram dentro de algum panorama ético vigente (Foucault, 1976; Butler, 2004; Mbembe, 2019). O problema, portanto, não está na ausência de ética, mas na forma seletiva como foi aplicada (Foucault, 1976; Mbembe, 2019).

Ao considerar uma ética corporal, é fundamental ressaltar a síntese interpretativa da biopolítica de Michel Foucault, ou seja, o corpo é o primeiro território da política. Como demonstrado em suas obras *Surveiller et Punir: Naissance de la prison* (1975) e *Histoire de la sexualité, I: La volonté de savoir* (1976), corpos são campos de batalha munidos por dispositivos de poder moderno, sendo regulados, vigiados, protegidos ou excluídos. No período contemporâneo, a partir do século XVIII, o poder deixa sua manifestação violenta e passa a ser disciplinatório e regulatório, principalmente em relação aos corpos. Os Estados modernos organizam seu exercício de poder para proteger vidas seletivamente, dado que, enquanto certos corpos são protegidos, outros são marginalizados e eliminâveis, sendo que aqui Foucault faz uma fundação para a ideia de hierarquização de vidas, posteriormente explorada por Judith Butler (2004; 2009) e Achille Mbembe (2019). Já em *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France 1975 - 76* (1997), Foucault discorre sobre os diversos

mecanismos de exclusão utilizados pelos Estados modernos, especialmente na interpretação da política como meio de se travar guerras. É possível definir, então, que a biopolítica pode conter um elemento tanatopolítico, o poder de deixar morrer, que Achille Mbembe aprofundaria posteriormente com o conceito de necropolítica (*necropolitics*) (Mbembe, 2019).

A biopolítica foucaultiana é gerente da vida, determina a normatividade regida por um ideal corporal privilegiado mantido pelos mecanismos de exclusão estatal, como a normatização dos corpos e a medicalização da diferença. Os termos utilizados no ensaio vigente para descrever o corpo ideal são uma conjuntura da expansão das ideias de Foucault, complementadas por contribuições de Judith Butler (1990; 1993; 2004), Paul B. Preciado (2000;2008) e Achille Mbembe (2019), sendo definido, então, como um corpo cisgênero, branco, masculino, heterossexual e produtivo.

A filósofa Judith Butler, em sua obra *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (1990), encadeia a biopolítica com a sexualidade e o gênero, definindo a construção e a performance ligadas à não-naturalidade corporal. A ideia é aprofundada em *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of Sex* (1993), na qual a legitimação corporal é proveniente de uma *matrix of intelligibility* ou matriz de inteligibilidade que define seu reconhecimento normativo como sujeito social, político e ético, e são essas as vidas que definem como *livable lives* ou vidas vivíveis. Em *Frames of War: When is Life Grievable?* (2009), Butler aponta que certas vidas não são somente desvalorizadas, mas constituídas como *unliavable lives* ou vidas precárias, exteriores da esfera ética de proteção, cuidado e luto.

O filósofo Paul B. Preciado, em *Testo Yonqui* (2008), articula a biopolítica foucaultiana e a performatividade de Butler para expor a vigilância, medicalização e negação da autodeterminação dos corpos trans (Foucault, 1976; Butler, 1990) que experienciam as violências do modelo insustentável de vida em primeira mão, da forma mais desumana, por serem os viventes das margens na sociedade geral e nas suas próprias comunidades (Mbembe, 2019; Snorton, 2017). Esses mesmos corpos são sujeitos de experimentação, como afirmado pelo autor em *Manifeste contrisexuel* (2000), funcionam como órgãos do tempo (*órganos del tiempo*) que estimam antecipadamente o efeito das mudanças do mundo moderno devido à sua desproteção ética multifacetada social, política e epistêmica (Preciado, 2000; Fassin, 2018). Nos termos de Butler, são as vidas precárias que sintomatizam as falhas estruturais de um panorama ético que ignora a corporeidade (Butler, 2004). A corporeidade trans desmantela as dicotomias fundamentais da modernidade, como homem/mulher, natureza/cultura, humano/não-humano (Butler, 1993; Preciado, 2019; Latour, 1991), determinando os limites éticos, sociais, epistêmicos e políticos. Ignorar a centralidade das experiências dissidentes não é só antiético, mas também é autodestrutivo e ignora os alertas do próprio colapso ético (Baskin, 2015; Demos, 2017; Valencia, 2010).

Porém, os corpos dissidentes, como corpos trans, corpos racializados, corpos com deficiência, corpos empobrecidos e aqueles localizados em territórios historicamente subalternizados, em sua resistência e seu sofrimento, mantêm vivas memórias de outras formas de existir (Preciado, 2008; Hayward, 2008; Snorton, 2017). Essas vidas, como discutido por Achille Mbembe em *Necropolitics* (2019), são colocadas à margem da proteção ética, convertendo-se em vidas deixadas na indigência, alvos de políticas de morte estruturadas pelo racismo, pelo colonialismo, pelo capacitismo, pela aporofobia, pela transfobia e pela prática ética exclusivista (Mbembe, 2019; Valencia 2010; Fanon, 1961).

Em conclusão, a corporeidade trans se encontra marginalizada da proteção ética, na filosofia política e nas práticas de cidadania. Tais exclusões se estruturam nas categorias modernas regidas pela biopolítica e necropolítica, aparecendo como conceitos de Preciado e Butler, como órgãos do tempo e precariedade. A vivência corporal deste grupo não é apenas um alvo de violência, mas resistência ao apagamento e produção de uma ontologia de resistência. Há uma grande necessidade de credibilização epistêmica trans no pensamento crítico, juntamente com uma urgência de políticas de proteção à vida trans e isso só ocorre pela ampliação do campo ético de cuidado, proteção e luto. Ignorar as experiências trans não é apenas antiético, mas compromete a possibilidade de uma construção efetiva contra a hegemonia da violência.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Antônio de Castro Caeiro. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2025. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941**. Lei das Contravenções Penais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 29 maio 2025.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter**: On the Discursive Limits of Sex. New York: Routledge, 1993. Disponível em: https://www.routledge.com/Bodies-That-Matter-On-the-Discursive-Limits-of-Sex/Butler/p/book/9780415610155?srsltid=AfmBOorZ_qlGNtShNmN8inHXW6iGuyUdNIatFBNuUSYun-WxL7e2MK66. Acesso em: 7 maio 2025.

BUTLER, Judith. **Frames of War**: When is Life Grievable?. London: Verso, 2009. Disponível em: https://www.versobooks.com/en-gb/products/2081-frames-of-war?srsltid=AfmBOopmRf6qL_yy3KAEcw2dgxrs2bS32RKjaEoVJ2vo7DrLjRWJ5474. Acesso em: 5 maio 2025.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. **Precarious Life**: The Powers of Mourning and Violence. London: Verso, 2004.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

DAVID, Heather; TURPIN, Etienne. **Art in the Anthropocene**: Encounters Among Aesthetics, Politics, Environments and Epistemologies. London: Open Humanities Press, 2015. Disponível em: https://www.openhumanitiespress.org/books/titles/art-in-the-anthropocene/. Acesso em: 21 maio 2025.

FANON, Frantz. **Les damnés de la terre**. Paris: François Maspero, 1961.

FASSIN, Didier. **Life**: A Critical User´s Manual. Cambridge: Polity, 2018. Disponível em: https://www.amazon.com/Life-Critical-Manual-Didier-Fassin/dp/150952665X. Acesso em: 15 maio 2025.

FINLEY, Moses Israel. **Democracy Ancient and Modern**. New ed. New Brunswick: Rutgers University Press Classics, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité, I**: La volonté de savoir. Paris: Gallimard, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Il faut défendre la société**: Cours au Collège de France 1975 - 76. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

FOUCAULT. Michel. **Surveiller et Punir**: Naissance de la prison. Paris: Gallimard. 1975.

GLEESON, Jules Joanne. **Transgender Marxism**. London: Pluto Press, 2021. Disponível em: https://www.amazon.com/Transgender-Marxism-Jules-Joanne-Gleeson/dp/0745341667. Acesso em: 13 maio 2025.

GONZALES, Lélia. **Por um Feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GREEN, James N. Beyond **Carnival**: Male Homosexuality in Twentieth Century Brazil. Chicago: University of Chicago Press, 2001. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Beyond-Carnival-Homosexuality-Twentieth-Century-Brazil/dp/0226306399. Acesso em: 29 maio 2025.

HAYWARD, Eva. More Lessons from a Starfish: Prefixial Flesh and Transspeciated Selves. **Women's Studies Quarterly**, v. 36, n. 3/4, Trans- (Fall - Winter, 2008), p. 64-85. New York: The Feminist Press at the City University of New York, 2008. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/27649785. Acesso em: 27 maio 2025.

LAS CASAS, Bartolomé de. **Brevísima relación de la destrucción de las Indias**. Sevilla: Casa de Sebastián Trujillo, 1552. Disponível em: https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/brevsima-relacin-de-la-destruccin-de-las-indias-0/html/847e3bed-827e-4ca7-bb80-fdcde7ac955e_18.html. Acesso em: 15 maio 2025.

LEMKE, Thomas; TRUMP, Eric Frederick. **Biopolitics**: An Advanced Introduction. New York: New York City University Press, 2011. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/j.ctt9qg0rd. Acesso em: 23 maio 2025.

LLOYD, Moya. **Judith Butler**: From Norms to Politics. Cambridge: Polity, 2007. Disponível em: https://www.amazon.com/Judith-Butler-Politics-Moya-Lloyd/dp/0745626122. Acesso em: 19 maio 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolitics**. Durham: Duke University Press, 2019.

OKSALA, Johanna. **Foucault, Politics, and Violence**. Evanston: Northwestern University Press, 2011. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/j.ctv47w8gc. Acesso em: 20 maio 2025.

PRECIADO, Paul B. **Manifeste contrisexuel**. Paris: Éditions Balland, 2000.

PRECIADO, Paul B. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

PRECIADO, Paul B. **Un appartement sur Uranus**. Paris: Grasset, 2019.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. **Biopower Today**. Biosocieties 1, no. 2 (2006): 195–217. Disponível em: https://doi.org/10.1017/S1745855206040014. Acesso em: 20 maio 2025.

SALIH, Sarah. **Judith Butler**. Routledge, 2002. Routledge: Oxford, 2002. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Judith-Butler-Sara-Salih/dp/0415215196. Acesso em: 20 maio 2025.

SCOTT, Joan W. **Only Paradoxes to Offer**: French Feminists and the Right of Man. Cambridge: Harvard University Press: 1996. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/j.ctv1smjv00. Acesso em: 13 maio 2025.

SNORTON, C. Riley. **Black on Both Sides**: A Racial History of Trans Identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017. Disponível em: https://www.amazon.com/Black-Both-Sides-History-Identity/dp/1517901731. Acesso em: 13 maio 2025.

THOMPSON, John. **Ideology and Modern Culture**: Critical Social Theory in the Era of Mass Communication. Cambridge: Polity, 1990. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Ideology-Modern-Culture-Critical-Communication/dp/0745600824. Acesso em: 18 maio 2025.

TODOROV, Tzvetan. **La conquête de l'Amérique**: la question de l'autre. Paris: Seuil, 1982. Disponível em: https://www.amazon.fr/conqu%C3%AAte-lAm%C3%A9rique-question-lautre/dp/2020061473. Acesso em: 29 maio 2025.

VALENCIA, Sayak. **Capitalismo Gore**: Control Económico, Violencia y Narcopoder. Barcelona: Melusina, 2010. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Capitalismo-gore-Sayak-Triana-Valencia/dp/8496614875. Acesso em: 17 maio 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Moving One Step Closer to Better Health and Rights for Transgender People**. Geneva: WHO, 2019. Disponível em: https://www.who.int/europe/news/item/17-05-2019-moving-one-step-closer-to-better-health-and-rights-for-transgender-people. Acesso em: 19 maio 2025.

**Recebido em: 24/09/2025**
**Aceito em: 18/03/2026**

# RELATOS DE EXPERIÊNCIA

# CONFLITO E SOCIABILIDADE NA CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ NA CIDADE DE RIO BRANCO

*CONFLICT AND SOCIABILITY AT THE STATE CONFERENCE ON THE RIGHTS OF LGBTQIA+ PEOPLE IN THE CITY OF RIO BRANCO*

Guilherme Issamu Saul Yoshihara[1]
Ana Leticia de Fiori[2]

**Resumo**: o presente artigo é um relato etnográfico desenvolvido a partir da fase inicial de um projeto de Iniciação Científica, que correlaciona estudos de gênero e sexualidade com a produção de espaços e resistências na cidade. Este trabalho traz algumas reflexões a partir da experiência de observação de uma Conferência Estadual sediada na cidade de Rio Branco voltada para a discussão e construção de direitos para pessoas LGBTQIAPN+ residentes no Estado do Acre. O objetivo deste estudo etnográfico é propor discussões a partir da análise de situações identificadas dentro do campo etnografado, evidenciando a forma como minorias sociais formam e configuram suas próprias redes de sociabilidade dentro de espaços citadinos. Tendo este objetivo definido, além do método etnográfico a pesquisa utilizou-se de uma revisão bibliográfica e documental sobre gênero, performance e trocas sociais que contribuíram para uma melhor estruturação das questões registradas em caderno de campo. Por isto, para o embasamento teórico, foram utilizados os conceitos de "pedaços" e "arranjos" do antropólogo José Guilherme Magnani (2002) articulados com Michel Foucault (1999) ao falar da circulação das correlações de poder enquanto uma rede com vários pontos de resistência. Os pensadores Georg Simmel (2006), Judith Butler (2018) e Victor Turner (2009) para pensarmos nas naturezas dos conflitos, das performances e da liminaridade, que se pautam também em discussões sobre identidades e suas nuances expressivas e políticas. Por fim, considera-se que a construção de espaços para debates sociais e políticos ilustrados na Conferência etnografada são repletos de conflitos e dramas sociais que não necessariamente trariam prejuízos para a articulação coletiva da comunidade LGBTQIA+ enquanto grupo social e movimento político.
**Palavras-chave**: Conflito; etnografia; sociabilidade; LGBTQIAPN+; performance.

**Abstract**: this article is an ethnographic report developed from the initial phase of a Scientific Initiation project, which correlates gender and sexuality studies with the production of spaces and resistances in the city. This work brings some reflections from the experience of observing a State Conference held in the city of Rio Branco focused on the discussion and construction of rights for LGBTQIAPN+ people residing in the State of Acre. The objective of this ethnographic study is to propose discussions based on the analysis of situations identified within the ethnographic field, evidencing the way in which social minorities form and configure their own networks of sociability within urban spaces. With this objective defined, in addition to the ethnographic method, the research utilized a bibliographic and documentary review on gender, performance, and social exchanges, which contributed to a better structuring of the issues recorded in the field notebook. Therefore, for the theoretical foundation, the concepts of "pedaços" and "arranjos" from anthropologist José Guilherme Magnani (2002) were used, articulated with Michel Foucault (1999) when discussing the circulation of power correlations as a network with various points of resistance. The thinkers Georg Simmel (2006), Judith Butler (2018), and Victor Turner (2009) were also consulted to consider the natures of conflicts, performances, and liminality, which are also based on discussions about identities and their expressive and political nuances. Finally, it is considered that the construction of spaces for social and political debates, as illustrated in the ethnographically documented Conference, is full of conflicts and "social dramas" that would not necessarily harm the collective articulation of the LGBTQIA+ community as a social group and political movement.
**Keywords**: Conflict; ethnography; sociability; LGBTQIAPN+; performance.

[1] Graduande de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Acre (UFAC), atualmente é estagiárie da Escola do Legislativo Acreano da Assembleia Legislativa do Estado do Acre (ALEAC) da bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) pesquisando nas áreas da antropologia urbana, gênero e sexualidade, comunidade lgbtqiapn+, teoria queer e estudos culturais.

[2] Graduade em Ciências Sociais, Mestre e Doutore em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP).Trabalha com antropologia urbana, RPG, jogos e performance, antropologia do direito, narrativas de violência, etnologia indígena, ensino superior indígena, antropologia do Estado, gênero e sexualidade. E atualmente é professore adjunte de Antropologia no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Acre (UFAC).

## 1 INTRODUÇÃO

Minorias sociais – como é o caso da comunidade LGBTQIAPN+, a comunidade negra ou de coletivos compostos por mulheres, pessoas com deficiência bem como outros grupos historicamente marginalizados – marcadas socialmente como desviantes de padrões e normas valorizados pela classe dominante tendem a passar por um processo de segregação em determinados ambientes. Deste modo, as pessoas que compõem minorias sociais como, por exemplo, a comunidade LGBTQIAPN+, passam por um processo de reconfiguração dos espaços presentes na cidade, pois neste contexto citadino com recorte do gênero, da sexualidade e da dissidência, não estamos falando somente de uma inerente negação de direitos civis equivalentes aos princípios de igualdade ou de liberdade. Mas também nos atentamos à negação de direitos sociais, como os de ocupação de lugares dentro de um ambiente urbano e capitalizado, implicando diretamente no direito ao lazer, o direito ao consumo e por último e mais importante, o direito da expressão de suas formas de sociabilidades, isto é, os afetos e os desejos presentes neste grupo.

Durante os três últimos anos, a comunidade LGBTQIAPN+ nacional tem retomado suas atividades de engajamento social a fim de constituir uma agenda política de reivindicação de direitos, visando a consolidação de uma cidadania que acolha as especificidades do grupo. Não diferente do cenário nacional, no estado do Acre, alguns coletivos e associações compostos majoritariamente pela sociedade civil passaram a estruturar uma série de ações de cunho político e cultural. Por conta disto, na capital do estado, Rio Branco – frequentemente escolhida como sede dessas iniciativas –, é possível experienciar e visualizar a movimentação da comunidade LGBT rio-branquense no que diz respeito à construção de uma cidadania específica para a população acreana. Tal movimentação engendra uma série de modificações socioespaciais no qual, neste estudo pretendo analisar um segmento específico: as dinâmicas de sociabilidade presentes no processo de (re)organização política da comunidade LGBT acreana, assim como as práticas que emergem durante determinados espaços e temporalidades. No caso deste artigo, o espaço e a temporalidades estudados em questão, diz respeito ao evento da "4a Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa LGBTQIA+ do Acre", que ocorreu entre os dias 14 e 15 (quarta e quinta-feira) de maio do ano de 2025.

Com o tema "Construindo a Política Estadual e Nacional dos Direitos da Pessoa LGBTQIA+", a conferência é um marco histórico e simbólico para a comunidade do estado do Acre, pois a última edição estadual do evento ocorreu no início do ano de 2016. Sendo assim, é possível aferir uma espécie de resgate do engajamento político e da luta por direitos e cidadania da comunidade LGBT acreana. Como mencionado anteriormente, o evento nasce da mobilização de entidades da Sociedade Civil acreana, que acompanhadas pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) e pelo Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays,

Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Acre (CECDLGBTAC) que planejaram e organizaram uma agenda de Conferências Regionais a fim de eleger delegadas que representassem a população do Alto Acre, do Baixo Acre, do Purus, de Tarauacá/Envira e do Juruá na Conferência Estadual.

Portanto, no decorrer deste relato etnográfico, foram realizadas algumas observações e apontamentos acerca das dinâmicas e acontecimentos presenciados na Conferência, evidenciando os arranjos desenvolvidos para construção de um pedaço político e esporádico para a população LGBTQIAPN+ presente nos dois dias de evento. O presente artigo que é dividido em dois momentos que dizem respeito aos dois dias de conferência, surge como fruto da parte inicial de uma pesquisa de Iniciação Científica, na qual me preocupo em não apenas apresentar uma descrição dos espaços utilizados para sediarem discussões e práticas LGBT, mas também as suas implicações do modo em que discursivamente e liminarmente estas pessoas se organizam socialmente e politicamente.

Destaco também que o espaço da conferência oferece uma possibilidade de encontros de diferentes arranjos constituídos e marcados por conflitos e atravessamentos que envolvem questões de identidade, de violência, de linguagem, de participação política, de performances e sobretudo, de conflitos. Além disso, no decorrer da etnografia, as próprias eventualidades observadas expõem os pontos de resistências que se expressam com base nas correlações foucaultianas que o poder pode assumir através de diferentes discursos, práticas ou performances expressas. Por fim, este trabalho também se propõe a analisar a teia de significados emergentes no contexto participativo e deliberativo da Conferência.

## 2 METODOLOGIA

Pensando em toda a complexidade de encontros que envolvem uma Conferência destinada a debater direitos para pessoas historicamente desfavorecidas socialmente, como a comunidade LGBTQIAPN+, a metodologia usada para construção desta pesquisa se deu através de um relato etnográfico dos dois dias em que ocorreram o evento na cidade. A escolha pelo método etnográfico se deu pelo seu caráter descritivo e imersivo do que se pretende observar. Desse modo, em conformidade com Clifford Geertz (2008), têm-se uma "descrição densa" que vai além de relatar apenas aquilo que se vê, mas de também fornecer um contexto do que está sendo observado e descrito, de forma a interpretar as ações dos indivíduos e compreender seus símbolos. Sendo assim, o método etnográfico surge como forma de relacionar os espaços – sejam físicos ou simbólicos – com os corpos dissidentes observados, a partir do intuito de compreender seus comportamentos e a rede de significados que estes podem produzir, assim como – no âmbito político – os modos como a democracia deliberativa e participativa se expressa na agenda de luta por direitos da comunidade LGBTQIAPN+ acreana.

Além disto, a pesquisa utilizou também de uma revisão bibliográfica fundamentada em pensadores das Ciências Sociais – como Clifford Geertz (2008), Georg Simmel (2006), Victor Turner (2009), José Guilherme Magnani (2002), Leonardo Avritzer (2012) e Silvia Aguião (2016, 2019) – e da Filosofia - como Michel Foucault (1999) e Judith Butler (2018) -. Desta forma, o relato traz contribuições de diversas áreas de estudos, como: estudos de gênero e sexualidade queer, estudos urbanos, estudos sobre conflito e performance, estudos etnográficos e alguns documentos digitais contendo informações sobre a comunidade LGBTQIAPN+.

## 3 PRIMEIRO DIA - DAS CONFERÊNCIAS AOS LEQUES: SENTIDOS E IMPORTÂNCIAS

Pensar em políticas para minorias sexuais no contexto nacional faz-se necessário, uma vez que as conferências são espaços amplos de discussão e articulação coletiva onde diferentes pessoas, saberes e lutas se encontram e se (des)organizam. Em sua interpretação sobre conferências nacionais no Brasil, Leonardo Avritzer (2012) afirma que elas são responsáveis por gerarem possíveis impactos nos cenários estatal e político do país. No que concerne ao cenário estatal – em específico, o Poder Legislativo – as conferências impulsionam as atividades legislativas por meio de práticas deliberativas e participativas, estabelecendo esforços de mobilização e representação para a construção de determinadas políticas públicas. Deste modo, Avritzer (2012) atesta que estas características têm um papel importante para políticas públicas voltadas para minorias, de modo a ampliar modelos democráticos deliberativos e participativos previstos na Constituição de 1988: “De acordo com o texto constitucional, a soberania popular no Brasil pode se expressar tanto pela via da representação quanto pela via da participação.” (Avritzer, 2012, p. 22). Ainda para Avritzer (2012) conforme o histórico de conferências no Brasil – datadas desde 1940, no governo de Getúlio Vargas –, quase um século se passou e as conferências após a institucionalização da participação popular previstas na Constituição de 1988, passam de uma prática esporádica para algo legal e obrigatório, atuando dessa maneira, como um mecanismo de participação social no que diz respeito a presença da sociedade civil.

Portanto, para além de aferir impactos legislativos e políticos, para a antropóloga Silvia Aguião, as conferências enquanto lócus de representação produzem e reproduzem estas em múltiplas formas operacionalizadas “através de diferentes capitais pessoais e coletivos sejam o corpo, as expressões de gênero e sexualidade, a cor, a idade e as jornadas – sejam elas acadêmicas, profissionais, técnicas ou militantes” (Aguião, 2016, p. 19). Em uma outra pesquisa de Silvia Aguião (2019), a antropóloga também afirma que:

> As conferências produzem uma plataforma legitimada de reivindicações, mas grande parte da eficácia do processo também reside em agitar articulações e movimentações políticas, no sentido da construção de laços e rupturas, da consolidação de arranjos, da reorganização de conexões intra-movimento e de negociações partidárias consideradas estratégicas[...] São ainda um grande espaço de aprendizado e a formulação de propostas e diretrizes certamente é apenas uma dimensão dessa cena mais ampla. Esse tipo de evento trabalha essencialmente para a construção da trama de atores e relações que sustentam o próprio campo dos "direitos LGBT" e de seus respectivos sujeitos (Aguião, 2019, p. 19).

Considerando o contexto exposto por Avritzer (2012) e Aguião (2016; 2018), partiremos para o lócus desta pesquisa etnográfica. No contexto urbano da cidade de Rio Branco, um evento reuniu alguns elementos propostos pelo antropólogo brasileiro José Guilherme Magnani (2002) sobre a constituição da cidade para diferentes grupos de citadinos. Trabalhando sob as ideias de Magnani (2002) de "pedaços"[3] e de "arranjos"[4], me proponho a analisar nesta sessão, um destes "pedaços" constituídos de forma esporádica juntamente com a confecção de seus "arranjos" no primeiro dia de evento.

Realizado no Cine Teatro Recreio nas proximidades da Gameleira, especificamente no bairro Seis de Agosto, da cidade de Rio Branco. O pedaço escolhido para abrigar a abertura da Conferência é um dos lugares considerados como patrimônio histórico e cultural da capital, portanto, sua estrutura remete a épocas passadas da capital do Acre. Os formatos, a fachada, as cores vivas e a presença de molduras pintadas em branco em suas portas e janelas se encaixam nos estilos arquitetônicos que se inspiram no período colonial do Brasil. O que de início pode ser de fato irônico e antiestrutural[5] (Turner, 2008), que uma construção que transmite certa "tradicionalidade" estivesse sendo concebida como um espaço temporário no qual corpos dissidentes estavam ocupando e fazendo política para eles.

Voltando à descrição do espaço, no *hall* de entrada encontram-se duas portas largas que possibilitam a vista de dois corredores, um pintado em branco ao centro da estrutura e o outro à direita onde nota-se uma parede de madeira pintada em marrom escuro

[3] Para Magnani (2002) os "pedaços" além de designarem um espaço intermédio entre o privado e o público, atuam como ponto de referência que distinguem determinados grupos dos demais, portanto, este termo vai além da territorialidade, claro que é coerente que os pedaços sejam constituídos por elementos espaciais ou físicos, mas o termo também carrega consigo elementos vindos de uma ordem social.

[4] Já os "arranjos" para Magnani (2002) seriam utilizados para descrever como atores sociais estruturam e organizam suas vidas nos espaços urbanos, expondo múltiplos, criativos e diferentes padrões de comportamentos nas paisagens das cidades. Deste modo, se os pedaços são as rodas físicas ou simbólicas, os arranjos são os códigos e normas de pertencimento que viabilizam a comunicação entre os seus integrantes.

[5] Em "Dramas, campos e metáforas", o antropólogo britânico Victor Turner (2009), trabalhou os seus "dramas sociais" a partir de elementos da liminaridade e antiestruturais. Portanto, uma estrutura aqui pode ser entendida como a ordem social "normal" vigente, com papéis, hierarquias, regras e distinções (classe, gênero, poder etc.). A fase liminar dos seus dramas sociais seriam um momento transitório, onde as normas da estrutura vigente seriam passíveis de suspensões, podendo subverter lógicas hierárquicas e papéis estruturais da sociedade, logo, toda fase liminar tende a ser antiestrutural devido seu caráter temporário vivido em certos rituais ou momentos de crise, em que as hierarquias são suspensas ou invertidas, e as pessoas passam a se relacionar de forma igualitária e imediata, sem as divisões habituais.

acompanhada de uma primeira porta que nos levaria para as dependências da sala de Teatro, local este em que ocorreu a maior parte do evento de abertura. Além disso, a esquerda logo na entrada do Cine, encontrava-se um painel com os símbolos e siglas das entidades que presidiram o evento (Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Acre [SEASDH] e Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Acre [CECDLGBTAC]) e na parte de trás no balcão do cineteatro, ocorria o credenciamento dos participantes da Conferência, no qual era fornecido um documento com dados a serem preenchidos – nome, idade, Cadastro de Pessoa Física (CPF), identidade de gênero e sexualidade – por aqueles que desejassem participar do evento.

No que diz respeito à concentração de pessoas, por volta das 18 horas o local se encontrava com uma pequena movimentação: algumas pessoas eram membros da equipe organizadora do evento; outros eram figuras públicas e/ou representantes de alguma entidade da Sociedade Civil ou do Poder Público – Associação de Homossexuais do Acre (AHAC), Associação das Travestis e Transgêneros do Acre (ATTRAC), Ministério Público do Estado do Acre (MP-AC), Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), Secretaria de Estado da Mulher do Acre (SEMULHER), entre outros; outros eram uns poucos jovens e jovens adultos que conversavam baixo aos cantos; e por fim, marcavam presença naquela espaço, a "velha guarda LGBT" (homens gays, mulheres lésbicas e travestis mais velhes) da população rio-branquense. Este último grupo de pessoas citado chamava atenção por conta da forma em que se comunicavam, aparentavam ser mais caloroses uns com os outros e faziam mais barulho que os jovens. Portanto, um dos sons que ressoavam pelo *hall* de entrada do Cine era o barulho de leques de abano batendo o tempo todo, quase como se fossem aplausos ou apenas palmas soltas.

Neste momento, faz-se necessário pensar sobre o uso de leques de abano num contexto de sociabilidade de grupos minoritários e/ou subalternizados. Em primeiro lugar, segundo as informações presentes na exposição online nomeada "A misteriosa linguagem dos leques" do Museu da Moda Brasileira (s.d.), o leque tem suas origens rastreadas na China do século VII, mas a partir do século XV os europeus introduziram-no em sua cultura, no qual posteriormente, durante o período de colonização foram trazidos para a América. Com o passar do tempo, o uso do leque na atualidade passou por algumas transformações em seu significado. O que antes poderia ser considerado como um símbolo de graça, sofisticação, nobreza, status e, sobretudo, poder para as antigas e tradicionais sociedades asiáticas e europeias, se modifica ao adentrar-se nos cenários da comunidade LGBQIAPN+ do mundo todo, assumindo outros sentidos e simbolismos a partir da reconfiguração das relações de poder (Foucault, 1999).

Segundo Reis (2024), por volta dos anos 1970, a cultura *Ballroom* se estabelece fortemente no contexto norte-americano e por conta disto, a comunidade *queer* americana

passa a constituir espaços e organizar bailes em que se reivindica algo que lhe foi negado por muito tempo: a visibilidade, o poder, a classe e o glamour. É neste contexto que, conforme a cultura do *ballroom* e da "montação" se tornam populares entre a comunidade LGBTQIAPN+ mundial, os leques se transformam em um símbolo de resistência que carregam as expressões "dos exageros" e de todo o potencial que uma cultura de oprimidos pode conquistar. Este acessório toma proporções além de sua função prática, se adquire um significado simbólico para a expressão de identidades, resistências e meios de comunicação não verbais dentro das dinâmicas sociais deste grupo.

Dado este contexto, um destes membros antigos da comunidade gay de Rio Branco circulava pelo local com uma mala cheia deles, eram variados leques de cores e tamanhos diferentes que estavam disponíveis para as pessoas que ali se faziam presentes comprarem. Refletindo nesta construção de artifícios ou objetos que interligam sociabilidades de determinados públicos, colocamos em reflexão o que o antropólogo José Guilherme Magnani (2002) fala sobre os "arranjos" e os "pedaços". Neste contexto, dentro deste "pedaço" esporádico utilizado para construção de política – e indiretamente de sociabilidades e lazer, dado as programações artísticas – para uma comunidade que carece de leis, formava-se involuntariamente um grupo dotado de seus "arranjos" que preenchiam aquele espaço com uma alta concentração de estímulos visuais e auditivos, todos advindos das cores vibrantes dos leques, o barulho da "bateção" deles e os diálogos codificados em pajubá[6].

Em menos de 15 minutos após toda a empolgação com a venda dos leques de abano, os participantes da Conferência foram sendo alocados até à sala de teatro para o início da abertura do evento. A sala de teatro apresentava cores sóbrias e bem escuras, além disso, a baixa iluminação auxiliava na "camuflagem" dos assentos e as luzes estavam quase todas voltadas para a parte principal do teatro: o palco. Aos fundos do palco, era possível ver pedaços de tecido organizados conforme as cores da bandeira LGBTQIAPN+ e além disso, encontravam-se junto ao fundo alguns assentos e um púlpito/tribuna de madeira onde ficariam aqueles que seriam encarregados do cerimonial e os intérpretes de libras do evento.

Durante todo o evento era perceptível o uso de um dialeto formal, porém próprio da comunidade (pajubá), eram incorporadas gírias, trejeitos e sinais que traziam proximidade e acessibilidade para o público presente na Conferência. Inicialmente foram expostas algumas apresentações de artistas locais como: o Coral de Libras Viva, dois dançarinos da No Compasso Studio de Dança, cantores da região do Juruá e de Rio Branco e por fim, a calorosa apresentação do *performer drag*, Jonas Gomes que apresentou a canção *"It's Raining*

[6] O pajubá é um dialeto cultural da comunidade LGBTQIAPN+ brasileira, especialmente de travestis e mulheres trans, que misturam termos de línguas africanas (como iorubá e nagô) com gírias do português para criar uma espécie de comunicação específica que por vezes, é utilizada como tecnologia de pertencimento, de sociabilidade ou de proteção e resistência em tempos de repressão.

*Men"* do grupo norte-americano "*Weather Girls*" e terminou sendo ovacionado por uma "salva de leques e aplausos".

## 4 CISMANDO COM OS "ISMOS"

Antes das apresentações culturais mencionadas, o evento contou com um momento de apresentação dos representantes das entidades do Poder Público presentes, em que cada um teve, em média, 2 minutos de fala. Durante estes curtos períodos, destaca-se um momento de conflito ou de "climão" em que um dos representantes – homem cis e gay – em meio suas falas cometeu o que seria visto como um equívoco. Em sua apresentação, o representante afirmou se interessar por estudos nas áreas de gênero e sexualidade trans e que tinha começado a estudar sobre "o transexualismo". Consequentemente, um psicólogo trans bem conhecido, grita: "É transexualidade! e nada de "ismo"! ninguém aqui é doente!". Frente a tal situação, ouviram-se "bateções de leques" incorporadas a vaias para o representante que mesmo após a máxima, não se corrigiu e não se desculpou.

Em seguida, após este ocorrido, o mesmo representante – que passou cerca de 10 minutos falando na tribuna – afirmou que estava lendo os escritos da autora "Beatriz Preciado" – ou da forma correta: o autor Paul B. Preciado. Novamente, foi repreendido pelo mesmo psicólogo por se referir a Preciado com pronomes femininos (ela/dela): "é O Preciado! e não A Preciado". Esse momento de desconforto seguiu até o fim de sua apresentação, na qual mais uma vez não houve qualquer manifestação ou pedido de desculpas pelo ocorrido. Após todas as apresentações, ocorreu um "*coffee-break*" de encerramento, onde visivelmente alguns círculos de conversa se formavam aos cantos da sala descrita no início do evento. Em um destes grupos, composto majoritariamente por pessoas trans, o "babado" era o episódio recém ocorrido na Conferência, que para alguns membros da roda, foi percebido como um episódio de transfobia.

Pensando acerca do lapso de linguagem do participante que, em outros temas, talvez não tivesse sido recebido com repúdio, tal episódio é sensível para a pauta LGBTQIAPN+ porque historicamente identidades de gênero e sexualidade diferentes de pessoas heterossexuais e cisgêneras (cuja identidade de gênero é a mesma daquela reconhecida ao nascer) foram patologizadas e consideradas doenças. Segundo o Manual de Comunicação LGBT (2010) do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/SIDA (UNAIDS)[7] apenas no ano de 1990 a homossexualidade sai da lista da Classificação Internacional de Doenças (CID)[8] da Organização Mundial de Saúde. Já a transsexualidade foi considerada transtorno mental até 2018 pela CID-11.

[7] A UNAIDS é um programa que visa liderar e coordenar a resposta global à epidemia de HIV/SIDA. O seu objetivo principal é acabar com a epidemia de SIDA como ameaça à saúde pública até 2030.

[8] É um sistema criado pela OMS, que atribui códigos de alfanuméricos para doenças, sintomas ou até causas de morte a fim de padronizá-los em uma única linguagem global para facilitar o registro, a análise e a comparação de dados de saúde. Tal sistema é utilizado como uma espécie de catálogo universal de condições médicas.

Sendo assim, o reconhecimento não como doença e sim como diversidade foi resultado de muita luta. “Por isso, o sufixo “ismo” (terminologia referente à “doença”) foi substituído por “dade” (que remete a “modo de ser”) (ABGLT, 2010, p. 11). Porém, para a população trans, o peso do uso deste sufixo implica na estigmatização de seus corpos assim como a exaltação de “verdades biológicas” acerca das identidades ou expressões de gênero:

> Com a publicação do DSM-III em 1980, surgem os diagnósticos de “Transsexualismo”, “Perturbação da identidade de género na infância” e “Perturbação de identidade de género”. Estes diagnósticos deveriam especificar a orientação sexual do indivíduo, contudo, na determinação desta, era considerado o sexo biológico do indivíduo, e não o género com que se identificava. Deste modo, e a título de exemplo, um indivíduo de sexo biológico masculino que se identificasse como mulher e se sentisse atraído por homens seria considerado “transsexual homossexual”. Este modelo de diagnóstico privilegiava o sexo biológico, o que se considera atualmente como desvalorizante para a IDG do indivíduo. Para além disso, junta dois conceitos distintos (orientação sexual e IDG), deste modo contribuindo para uma visão errada e confusa das questões de IDG (Zucker 2015, *apud* Henriques, 2021, p. 7).

O representante, mesmo sendo parte da comunidade LGBTQIAPN+ ocupa um lugar ambíguo que ao errar e não se retratar se distancia da expectativa coletiva. O conflito aqui instaurado funciona como uma forma de delimitar as fronteiras internas sobre quem “fala em nome da comunidade” precisa alinhar-se às lutas históricas contra a patologização e contra o uso incorreto de identidades. Cria-se uma ideia de “nós” e “eles” esporádica, neste caso estabelecido pela performance discursiva. Articulando Georg Simmel (2006) e Victor Turner (2009) ao episódio, a escolha vocabular e a ausência de tentativas de retratações - ação reparadora - geraram uma distinção momentânea entre esse “nós” – de reivindicar o reconhecimento da transexualidade fora do campo do “ismo”, da doença – e um “eles”, atribuído ao orador. Essa tensão acaba por produzir algumas fronteiras simbólicas internas e na medida em que configura quem naquele “espaço ritual”, era representado como um “possível porta-voz" da comunidade.

## 5 SEGUNDO DIA - IDENTIDADE E CONFLITO: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

O segundo dia do evento ocorreu em um outro espaço da cidade de Rio Branco, situado também no centro da cidade, porém do lado oposto do conhecido Rio Acre, a Conferência teve continuidade no histórico prédio construído em 1960 que hoje abriga o Museu dos Povos Acreanos. A recente revitalização do espaço em questão passou por um longo processo de revitalização para comportar o que hoje é o Museu que parte da população acreana conhece. Seguindo a linha de construções históricas da capital do Acre, o estilo arquitetônico do edifício não foge das propostas descritas do primeiro local de evento

(O Cine Teatro Recreio), pintado em amarelo e com várias janelas emolduradas em branco, a estrutura conta com um pátio robusto decorado com canteiros de flores e um painel à esquerda que conta com algumas obras de artistas do cenário urbano de Rio Branco. Na fachada central, onde fica a entrada para o Museu, existem dois arcos curvos feitos em madeira que alcançam o último andar do prédio. Após esta breve descrição da disposição arquitetural do Museu, partiremos para os locais utilizados e observados durante o período em que ocorreu o segundo dia da Conferência. Entrando no Museu, é perceptível uma série de artigos e objetos expostos, assim como painéis e mapas que narram parte da história e cultura acreana, além é claro, das mesas com produções artesanais e regionais expondo a venda alguns produtos de decoração, biojoias, cestas, entre outros itens, além de *souvenirs* – chaveiros ou mini esculturas em madeira – que remetem ou representam a cultura acreana.

Além disso, o espaço interno conta com algumas salas que, no 2º dia de Conferência, não foram tão exploradas. Para chegar até o local em que aconteceriam as atividades previstas, bastava seguir o corredor central à direita e entrar na última sala à esquerda. À esquerda da sala se encontrava o auditório e à direita, a mesa da equipe de credenciamento que estava desde as 8 horas da manhã recolhendo assinaturas e distribuindo o kit de acompanhamento das atividades – uma folha com a programação, uma folha em branco com uma caneta para anotações, o Regimento Interno da Conferência e uma folha explicando cada eixo temático que constituiria os Grupos de Trabalho. Após receberem o kit, os participantes estavam sendo deslocados para o auditório que contava com um longo palco contendo uma tribuna, algumas cadeiras e um painel para projeções ao fundo. A Plenária Inicial teve começou por volta das 9 horas e então inauguravam-se os trabalhos "burocráticos", isto é, a apresentação e leitura coletiva do Regimento Interno da Conferência, nos quais havia regras e normativas que foram postas à discussão ou à modificação de alguns de seus artigos, parágrafos e incisos.

Todes delegades já eleites nas Conferências Municipais tiveram um acesso prévio do material que seria discutido e realizaram alguns destaques acerca do conteúdo do regimento interno da Conferência. De início foram expostos os capítulos I e II, onde eram apresentados os objetivos e os critérios de realização da Conferência. A metodologia adotada pela comissão organizadora do evento para realizar a "reconstrução" do Regimento Interno, era baseada em três itens: questão de ordem, esclarecimento ou destaque. Este último item (destaque) manifestava três opções ou caminhos de discussão: a supressão, a inclusão ou a alteração dos pontos postos a "destaque" do Regimento Interno, onde uma vez que o participante que escolhesse uma destas opções deveria justificar o motivo de sua escolha – supressão, inclusão ou alteração – e, em seguida, o destaque seria votado pelos participantes que poderiam ou não defender o destaque proposto.

Ao chegar no capítulo III – dos participantes – surgem algumas questões interessantes no debate do Regimento. Membros “mais velhes” da comunidade LGBT de Rio Branco passam a levantar problemáticas voltadas a “nova onda de LGBT’s” que poderiam não entender inteiramente a relevância de discutir direitos humanos e tampouco o papel que os Delegades Estaduais – que mais tarde seriam eleitos – desempenhariam ao levar as propostas ou demandas discutidas e deliberadas na Conferência Estadual para o Congresso Nacional que ocorreria em Brasília e que elaboraria diretrizes que respeitassem e acolhessem os direitos humanos para pessoas LGBTs. Este incômodo sugere um conflito intergrupal levantado por uma marca geracional das pessoas que compõem a comunidade LGBT de Rio Branco. Segundo as observações e reflexões realizadas em duas Conferências pela antropóloga brasileira Silvia Aguião (2016) as lutas de pessoas dentro da comunidade LGBT não seriam uniformes, pelo contrário, elas seriam moldadas pela intersecção de diferentes marcadores sociais que não afetam somente o cotidiano de cada pessoa, mas também a maneira como os direitos LGBT podem ser definidos. As disputas internas e negociações dentro do movimento político, baseadas nessas diferentes "marcas”, influenciam quais agendas e direitos são priorizados e reconhecidos. É possível aferir que não exista necessariamente uma "identidade LGBT" única, pois as identidades e os direitos são construídos de forma relacional, ou seja, em constante negociação e redefinição a partir de múltiplas e variadas vivências.

Retornando ao contexto observado, para Aguião (2016):

> [...] as conferências podem ser analisadas como rituais de delegação, no sentido de que podemos encará-las como eventos de produção da representação, ao mesmo tempo em que produzem justamente aquilo que precisa ser representado (Aguião, 2016, p. 17).

A pauta levantada por um membro mais velho, pode ser entendida como uma descredibilização de uma juventude política LGBT ou a necessidade de reconhecimento e inserção da “velha guarda” na luta política. Além disso, em outros momentos também foram levantadas outras questões de representação para composição do “time de Delegades Estaduais”. Alguns dos Delegados que representavam a região do Juruá discorriam que além da preservação das vagas serem exclusivas para pessoas membros da comunidade, a Conferência deveria eleger também delegados LGBTQIA+ que representassem comunidades tradicionais acreanas (ribeirinhas e indígenas). O questionamento trouxe uma calorosa discussão acerca da interseccionalidade das pessoas que se faziam presentes no evento. A discussão por reivindicação de “vagas” para delegades expõe um reforço focado em políticas de identidade, assim como no estudo de Aguião (2019):

> É também pertinente analisar a dinâmica entre demandas por reconhecimento -focadas em políticas de identidade –enquanto uma iniciativa do movimento social e, ao mesmo tempo, o quanto essa demanda é provocada pelas próprias morfologias e rotinas administrativas de governo. Falando de outra forma, podemos pensar que, por vezes, certas estratégias de ação incorporam determinadas identidades como figuras legítimas de reivindicação, outras vezes cria-se uma reivindicação legítima e procuram-se identidades que a elas estejam adequadas (Aguião, 2019, p. 6-7).

A discussão sobre esse assunto se estendeu por alguns minutos, até chegarem à conclusão (a maior parte dos delegados) de que, por mais que fosse necessária a implementação de "cotas" que atendessem as demais especificidades de cada região, no final das contas, os Delegades Estaduais eleitos estariam ali para compor uma frente de representação para a comunidade como um todo, atendendo as demais necessidades que atravessassem as interseccionalidades da população acreana, prioriza-se neste momento a regulação de documentos ou a criação de normas e leis que acolham primeiramente a comunidade LGBTQIAPN+. Recordando o pensamento de Simmel (1983):

> Por um lado, o grupo como um todo pode entrar numa relação de antagonismo com um poder exterior a ele e é por causa disso que ocorre o estreitamento das relações entre seus membros e a intensificação de sua unidade, em consciência e ação. Por outro lado, cada elemento de uma pluralidade pode ter seu próprio oponente, mas como esse oponente é o mesmo para todos os elementos, todos eles se unem. [...] A respeito da primeira alternativa, é preciso enfatizar que enquanto o conflito ou guerra de um grupo pode permitir a superação de certas discrepâncias e alienações individuais internas, ele frequentemente evidencia as relações intergrupais com uma clareza e uma determinação impossíveis de outro modo. Isso pode ser particularmente bem observado em grupos menores que ainda não atingiram o grau de objetivação característico do Estado moderno (Simmel, 1983, p. 153-154).

Apesar das diferenças internas apresentadas (representação indígena, ribeirinha, cotas específicas) existe um "poder exterior" percebido: a marginalização histórica, a ausência de políticas públicas e a necessidade de garantir direitos frente ao Estado para o segmento LGBTQIAPN+. Segundo Simmel (1983), esse oponente caracterizado pelo poder exterior ao grupo é o que engendra o estreitamento das relações internas e, portanto, as divergências internas são temporariamente simplificadas a fim de fortalecer a coesão do grupo. Quando surge o debate sobre cotas específicas para indígenas e ribeirinhos LGBTQIAPN+ se expõem incongruências internas, na medida em que também reforça que todos possuem um oponente em comum: a histórica exclusão social e a falta de reconhecimento institucional. O conflito interno neste momento, operaciona não como um

destrutor da unidade do grupo, longe disso, o conflito apenas clarifica as fronteiras internas e externas do grupo.

No desfecho da acalorada discussão acerca de representatividade não se negam os atravessamentos interseccionais da comunidade acreana, mas se deu prioridade a luta coletiva da comunidade LGBTQIAPN+ do Acre, pois a conferência é um espaço associativo temporário, sem a formalidade de um Estado, mas que tenta organizar representatividade na medida em que também mobiliza sociações permanentes como as associações (como exemplos tomamos a ATTRAC e a AHAC que estavam presentes na conferência), organizações e aparatos do Estado (SEASDH). Assim como o encontro destas diferentes temporalidades e vínculos dispostos em um "arranjo" distinto podem mobilizar os cidadãos de determinadas localidades, as conferências também possuem algumas dinâmicas do conflito em emergência. Por conta disto predomina-se também em grande parte da Conferência, uma sociabilidade ilustrada pelos conflitos e pelas disputas, assim como observado na etnografia de Aguião (2016):

> Enquanto espaço de construção de representantes e representações, as conferências são ocupadas por poucos sujeitos e essas disputas por inserção são feitas pela mobilização de diferentes capitais, se fazem com o corpo, com a cor/raça, com diferentes performances de gênero, com relações pessoais, trajetórias profissionais, acadêmicas e militantes. Encontros como as conferências são espaços privilegiados para a emergência desses diferentes marcadores, um caldeirão propício a efervescência de disputas de poder. São ao mesmo tempo espaços fundamentais para a enunciação de identidades e demandas que aparecerão decantadas mais tarde nos documentos construídos (Aguião, 2016, p. 20).

Outro ponto importante é que se verifica aqui o uso do termo "identidade" como algo fixo e consistente. Judith Butler (2018) dispensa uma ideia essencialista de que a identidade é algo estático. No pensamento da filósofe, a identidade não é algo essencial, para Butler (2018), ela pode ser entendida como algo em movimento e repleto de adereços e repetições caracterizados pela performatividade, sendo o discurso um dos meios de também repercutir estas performances, pois os enunciados presentes no discurso não apenas descrevem algo, mas constroem ao serem proferidos. Porém, no âmbito político adotam-se esta ideia fixa quando levados a reivindicação de políticas específicas, como é o caso da comunidade LGBT e a produção de políticas públicas de acolhimento. O uso do termo "identidade" de forma estática pode ser funcional politicamente, pois confere legitimidade a aquilo que precisa ser reclamado, os direitos. Desta forma, usa-se do "essencialismo estratégico" de Miguel Vale de Almeida (2009) não somente para legitimar o grupo, mas para criar uma espécie de grau de unidade entre o grupo:

> [...] as pessoas e os grupos e os movimentos são capazes de viver com uma dose útil de essencialismo estratégico, com uma necessidade identitária e categorial que cria auto-estima e espírito de grupo, bem como com uma dose útil de pensamento de crítica cultural radical que ajude a relativizar o peso do carácter historicamente construído das categorias em que nos encaixamos como pessoas. Somos, mas não somos. Somos em acção e movimento. Mas não somos - em essência transhistórica e transcultural (Almeida, 2009, p. 9).

Além disso, alguns representantes do Poder Público que se faziam presentes acabavam trazendo discussões acerca de algumas questões levantadas, e por algum motivo, foi mencionado o *climão* do dia anterior por um colega de trabalho do representante que realizou a fala que causou algumas agitações no público. Ele acabou realizando um pedido de desculpas e reforçou o compromisso que seu colega tem no enfrentamento a violência e luta por direitos da comunidade. Seguido desta situação, segue-se um longo momento de discussões acaloradas, mas não sobre a situação mencionada e sim sobre o Regimento, pois o "fazer política" pode ser um processo intenso de pura "desordem organizada" onde assuntos anteriores surgem aleatoriamente entre as pautas sendo discutidas. Após isso, finalizam-se as discussões e alterações realizadas no Regimento Interno, e com isso os organizadores do evento anunciam uma pausa para o almoço e conforme constava na programação entregue para os participantes, o retorno para a abertura dos Grupos de Trabalho era estimado para se iniciar às 13 horas. Os Grupos de Trabalho operaram dentro dos seguintes Eixos Temáticos: Enfrentamento à violência LGBTI+; Trabalho digno e geração de renda à população LGBTI+; Interseccionalidade e internacionalização e Institucionalização da política nacional dos direitos das pessoas LGBTI+.

Os grupos de trabalho tiveram como tarefa formular propostas que seriam direcionadas para as três esferas: Federal, Estadual e Regional (atendendo os municípios). No contexto da Conferência, as formulações de propostas se detiveram a: quatro propostas a nível Federal, quatro a nível Estadual e uma proposta facultativa a nível Regional. O que mais interessava era a elaboração das propostas da esfera Federal que seriam apresentadas na Plenária Final do evento para a aprovação. E uma vez deliberadas, caso fossem aprovadas seriam levadas para o Congresso Nacional em Brasília. No palco, a comissão organizadora explicou o funcionamento dos Grupos de Trabalho conforme o que constava no Regimento Interno, onde os participantes poderiam criar propostas ou adaptar propostas já trabalhadas nas Conferências Regionais e Municipais. Em seguida, a comissão do evento apresentou os representantes correspondentes a cada GT, no qual em uma fala de cerca de 3 minutos eles explicariam a finalidade de seus GTs. Ainda antes do almoço foram entregues algumas listas onde os participantes credenciados colocaram seus nomes no GT que desejassem participar.

No que concerne a dinâmica de funcionamento, alguns Grupos de Trabalho tiveram dificuldades relacionadas à compreensão, por parte dos participantes, acerca de como e de que maneira as propostas deveriam ser debatidas, construídas e aprovadas internamente. Como resultado disso alguns grupos se dedicaram a elaboração de propostas através de intensos debates, enquanto outros se detiveram a avaliar as propostas regionais já estruturadas. Também é válido mencionar que dois dos Grupos de Trabalho (Enfrentamento à Violência LGBTI+ e Trabalho digno e geração de renda à população LGBTI+) permaneceram no auditório para discussão de suas propostas, enquanto os outros dois restantes (Interseccionalidade e internacionalização e Institucionalização da política nacional dos direitos das pessoas LGBTI+) precisaram se retirar para outras dependências do Museu por questões de espaço e organização. Portanto, embora não estivesse claro o que seria feito por cada grupo de trabalho, os participantes tiveram um espaço de tempo 3 horas (das 13:00 até as 16:00) para a discussão e entrega das propostas - embora contasse na programação que a Plenária Final para apresentação de propostas fosse ocorrer às 15:00. Dentro deste espaço de tempo, foram observadas e analisadas algumas situações entre os membros de um dos dois grupos que permaneceram no auditório do Museu: o GT de "Enfrentamento à violência LGBTI+" que foi liderado por duas travestis bastante conhecidas pela população LGBT da cidade, Rubby Rodrigues e Antonella Albuquerque.

Conforme a experiência relatada por Aguião (2016, p. 15): "O tempo para discussão parece nunca ser suficiente, porque todos precisam falar e todos precisam ser ouvidos para que a plenária se constitua de fato como "um espaço democrático". De fato, o tempo não era suficiente, por conta disso, alguns participantes mais habituados – pessoas que participaram de outras conferências - com os espaços de debate político foram tomando à frente e induzindo as pessoas presentes no GT a debaterem propostas. A maior parte do tempo foi destinada para a pesquisa de quais propostas sugeridas pelas Regionais precisavam de reformulação, e nesse meio tempo, enquanto uns conversavam sobre o eixo abordado no GT, ocorreram alguns debates acerca de posicionamentos políticos opostos entre dois membros. Em 15 minutos a situação já estava resolvida e os dois membros juntamente com o restante do grupo estavam trabalhando juntos para a elaboração das propostas.

Em resumo foram trabalhadas as seguintes pautas por esse GT: a capacitação obrigatória para servidores e profissionais da rede pública para o atendimento de pessoas LGBTQIA+; a reativação de um canal de disque com atendimento específico para pessoas LGBT; a aprovação do Estatuto LGBT; a criação de casas de acolhimento LGBT em municípios; a implementação de uma delegacia para populações vulnerabilizadas e a criação de campanhas de participação social, inclusão e aceitação para pessoas LGBT. Por volta das 15:10 os Grupos de Trabalho foram retornando para o auditório e se acomodando, por ser um dos grupos mais "lotados", a pressa para finalizar as propostas fez com que

alguns membros não conseguissem apresentar e discutir outras ideias, então o foco foi voltado para a construção do que já havia sido discutido (as pautas sugeridas acima) e infelizmente algumas pautas ficaram "de fora".

Às 16:00, todos os GTs se reuniram para prestigiar algumas apresentações com artistas regionais e locais do cenário de Rio Branco, em destaque a performance de Arthur Silva, membro do grupo "Slacre" - um grupo/comunidade de *slam,* anteriormente chamado de Slam Diversidade voltado para pessoas LGBT da cidade de Rio Branco – que narrou poeticamente parte de sua história e experiências vivenciadas enquanto homem gay, trazendo elementos que criticam as ideias performáticas de masculinidade dando lugar a resistências às formas dissidentes ou incômodas de se expressar, uma delas a "bixa afeminada".

Após o momento cultural e artístico, com todos reunidos iniciava então a Plenária Final, onde os responsáveis por cada GT apresentariam as propostas elaboradas pelos seus eixos. Todas as propostas foram expostas rapidamente por cada coordenador no seguinte esquema estimado: 5 minutos de apresentação, 1 minuto de discussão caso ocorressem oposições (questão de ordem, esclarecimento e os destaques). Ao final, foram modificadas pequenas coisas que não influenciaram na integridade das propostas finais, por volta das 16:45 iniciaram-se as Eleições de Delegades Estaduais para comporem a frente que representaria o Acre em Brasília no Congresso Nacional. Este momento acabou se prolongando muito mais do que o previsto, a programação informava que o encerramento ocorreria às 17:00 da parte, porém devido a indecisão de quais pessoas seriam eleitas delegades, os trabalhos se encerram somente às 18:20.

Durante o *coffee-break* de encerramento, um grupo composto por pessoas cis e pessoas trans conversava a respeito dos "causos" ocorridos na conferência, um deles retomou o episódio que foi percebido como transfobia, alguns encararam a retratação como um ato conciliatório, típico em contextos em que se evitam conflitos diretos. A mediação do colega do representante que cometeu a gafe foi percebida também como uma forma de manter a harmonia e evitar "rachas internos".

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acontecimentos experienciados na 4ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa LGBTQIAPN+ em Rio Branco permitiram observar como os espaços de participação política podem assumir, ao mesmo tempo, territórios de disputa, aprendizado e construção coletiva. Ao longo dos dois dias observados, é perceptível que a sociabilidade construída nesses ambientes não se dá de forma homogênea, pois ela emerge em meio a conflitos, negociações e rearranjos que delimitam fronteiras internas e externas, onde também se reconfiguram identidades e produzem novas alianças ou ciclos. Portanto, é possível pensar

também, quais locais de encontro e de participação política não são permeados pelo conflito?

As tensões vivenciadas - sejam em lapsos de linguagem, as rupturas antiestruturais (Turner, 2009), as divergências geracionais, as disputas por representatividade, etc. - não inviabilizaram o processo político. Pelo contrário, elas evidenciaram o caráter dinâmico e até performático da própria comunidade. Como aponta Simmel (2006), o conflito é também um "motor de coesão", e nos contextos observados, o conflito serviu para explicitar prioridades comuns frente a um "poder exterior" representado pela histórica marginalização e pela ausência de políticas públicas adequadas para a comunidade LGBT não do Estado do Acre, mas do país também.

O que se concebe a respeito da construção de direitos a partir das conferências é que esta construção não é um processo linear, mas um campo de forças onde diferentes marcadores sociais, trajetórias e perspectivas disputam legitimidade e espaço. Tais movimentos reafirmam o entendimento de que as identidades e reivindicações são sim, historicamente situadas, politicamente orientadas e continuamente negociadas. Por fim, a análise etnográfica deste evento reafirma a relevância das conferências enquanto lócus de produção de representações, redes de sociabilidade e mobilizações políticas (Aguião, 2016). Mais do que apenas deliberar propostas, elas constituem espaços simbólicos permeados por afetos, dissidências, resistências, performances e pela incessante busca por reconhecimento e direitos.

## REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Silvia. A delegação e a crença no estado: dinâmicas da participação social e a constituição da "população LGBT" no governo brasileiro (2008-2011). **Ambivalências**, São Cristóvão-SE, v. 6, n. 12, p. 47–73, 2019. DOI: 10.21665/2318-3888.v6n12p47-73. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/Ambivalencias/article/view/10050. Acesso em: 19 ago. 2025.

AGUIÃO, Silvia. Não somos um simples conjunto de letrinhas": disputas internas e (re) arranjos da política "LGBT. **Cadernos pagu**, n. 46, p. 279-310, 2016.

ABGLT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba: Aliança Paranaense pela Cidadania LGBT, 2010. Disponível em: https://unaids.org.br/relatorios-e-publicacoes/. Acesso em: 22 ago. 2025.

AVRITZER, Leonardo (2012) : Conferências nacionais: Ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil, Texto para Discussão, No. 1739, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (IPEA), Brasília. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/065f66df-a8e1-41e7-bd2f-fee5b21d52ee. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 14 jan. 2026.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 16ª edição, 2018.

DE ALMEIDA, Miguel Vale. **Ser mas não ser, eis a questão**. O problema persistente do essencialismo estratégico. Working Paper CRIA 1, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade, vol. 1**. A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1999

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HENRIQUES, A. N. **Disforia de Género**: Uma Revisão da Literatura. Dissertação de Mestrado (Área de concentração psiquiatria) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021.

REIS, Maria Luísa Martins dos; BOCCHI GONÇALVES, Michelle. Cultura ballroom: entrelaçamentos com a educação performativa. **EntreLetras**, *[S. l.]*, v. 15, n. 2, p. 106–125, 2024. DOI: 10.70860/ufnt.entreletras.e18943. Disponível em: https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/18943. Acesso em: 19 ago. 2025.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 17, p. 11-29, 2002.

MUSEU DA MODA BRASILEIRA. A misteriosa linguagem dos leques. **Google Arts & Culture**, *[s.d.]*. Disponível em: https://artsandculture.google.com/story/AwURfHjYbKKqLw?hl=pt-BR. Acesso em: 26 maio 2025.

MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). **Simmel**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 34. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia***:* indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Tradução de Fabiano Morais; revisão técnica de Arno Vogel. Niterói: EdUFF, 2008.

**Recebido em: 06/09/2025**
**Aceito em: 18/03/2026**

# TRABALHOS ARTÍSTICOS

# OS (DES)DIAS DA VIDA-EM-MOVIMENTO COM JÚLIA: FABULAR, DEVIR E SOPRAR MUNDOS

*THE (UN)DAYS OF LIFE IN MOTION WITH JULIA: FABULATING, BECOMING, AND BLOWING AWAY WORLDS*

Guilherme Araújo Soares[1]

**Resumo**: a vida é processo, às vezes em grandes (des)dias, outras em seus pequenos (des)dias, em que somos convocados a inventar modos de continuar em movimento. a narrativa de júlia, entre o mar que silencia, o bolo que apodrece e o sopro dos ventos que ardem, mostra como o cotidiano se abre em fabulações, onde a existência se reinventa em detalhes e restos. inspirado no pensamento de aquino, corazza e adó (2018), este trabalho compreende a poética como dimensão da docência e da vida, feita de traduções criadoras, de escrileituras que inventam mundos provisórios. ao fabular a vida-em-movimento, o texto desloca o olhar do ordinário e propõe uma didática-poética que resiste às capturas do mesmo, afirmando a diferença e o devir como forças de criação. assim, os (des)dias se deixam abertos como rizomas que proliferam devires, sopros e linhas de fuga, convidando-nos a habitar poeticamente o tempo.
**Palavras-chave**: Vida; Docência; Poética.

**Abstract**: life is a process, sometimes in big (bad) days, other times in small (bad) days, in which we are called upon to invent ways to keep moving forward. júlia's narrative, between the silent sea, the rotting cake, and the burning winds, shows how everyday life opens up into fables, where existence reinvents itself in details and remnants. inspired by the thinking of aquino, corazza, and adó (2018), this work understands poetics as a dimension of teaching and life, made up of creative translations, of writings that invent temporary worlds. by fabulating life-in-motion, the text shifts the gaze from the ordinary and proposes a didactic-poetics that resists its captures, affirming difference and becoming as forces of creation. thus, the (un)days remain open like rhizomes that proliferate becomings, breaths, and lines of flight, inviting us to inhabit time poetically.
**Keywords**: Life; Teaching; Poetics.

> Essa senhora tinha a vertigem de viver. A vertigem se acentuava quando ia passar dias numa fazenda: a altitude, o verde das árvores, a chuva, tudo isso a piorava. Quando ouvia Liszt se arrepiava toda. Fora linda na juventude. E tinha vertigem quando cheirava profundamente uma rosa.
> Clarice Lispector (2020, p. 51)

## 1 PRÉ-VIBRAÇÕES

Viver é atravessar (des)dias: instantes em que a vida se abre em claridade e outros em que se dobra em sombras, exigindo de nós invenções para continuar em movimento. A narrativa de Júlia, em seus encontros com o cotidiano, o mar e o bolo de leite, mostra que a existência se tece em fabulações, em pequenas derivas que tanto anunciam quanto interrompem os fluxos de vida. É nesse interstício, entre o ordinário e o extraordinário,

[1] Doutorando em Educação em Ciências na Amazônia pela Universidade do Estado do Amazonas. Integro o Grupo de Pesquisa Vidar em In-Tensões (UEA/CNPq). Movimento-me entre as artes, as educações, as filosofias e as vidas, (co)habitando suas zonas de encontro, onde o pensamento se faz travessia, invenção e desvio

entre o que apodrece e o que floresce, que a poética se inscreve como prática de resistência, como modo de habitar o tempo.

Se, como afirmam Aquino, Corazza e Adó (2018), a docência pode ser compreendida como trabalho eminentemente poético, marcado por gestos de leitura, escrita e tradução que se fundem em um canto tradutório, também a vida em movimento se deixa pensar como um processo de escrileitura (Corazza, 2008). O que criamos ao viver não tem nome prévio (Valéry, 2007), mas emerge no sopro, no detalhe, no acontecimento que nos arranca da linearidade e nos convida à invenção.

Assim, pensar os (des)dias da vida em movimento com Júlia é experimentar uma didática-poética, que deseja abrir fissuras para o novo. Uma didática que, ao modo de tradução criadora (Corazza, 2016), acolhe o fragmento, o resto, o silêncio e os transforma em matéria de pensamento (Barthes, 2007). Neste sentido, viver poeticamente é também educar-se e educar o mundo, nos gestos cotidianos que, embora pequenos, ampliam as possibilidades de existir.

Nessa travessia, os (des)dias se configuram como tessitura de forças que nos afetam e nos convocam a criar. A vida em movimento com Júlia mostra que cada gesto, o encontro com o mar, o bolo interrompido, o silêncio de Iemanjá, é também uma inscrição poética que nos lembra que viver é fabular. A poética, nesse sentido, não se restringe ao campo da arte, mas se espalha no cotidiano como invenção de modos de existir, como resistência às capturas que tentam reduzir a vida à repetição do mesmo. É nessa dobra entre o ordinário e o (po)ético que a didática encontra seu chão, operando como movimento de reinvenção permanente, abrindo linhas de fuga e rizomas de sentido que atravessam o viver-docente e o viver-comum.

## 2 O (DES)DIA DE JÚLIA

[2] Os movimentos (po)éticos nos quais me lanço com Júlia e com os/as intercessores/as espraiam-se como forças artístico-científicas em deriva, compondo conexões sensíveis com uma pesquisa de doutorado em cursum, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM).

FIGURA 1 – M(ar)




Fonte: Autor (2026)

Júlia acorda às seis.
A brisa leve invade o quarto
quando a esposa abre a janela.

No celular: *26°C*.
O vento fresco desperta o corpo,
mas já vêm os compromissos:
erguer os filhos, preparar a escola, organizar o dia.

No portão da escola, deixa-os.
No caminho de volta, encontra Jurema, a vizinha:
— *Cuidado, Júlia, o sol castiga hoje.*
Ela ri, desatenta:
— *Quero mesmo é me banhar no mar.*

A ideia invade.
O mar como fuga, o mar como cura.
Psicóloga de ofício,
hoje ela quer consulta apenas com Iemanjá.

Os ventos do dia trazem o cheiro de bolo de leite.
Recorda a mãe, a avó, a bisavó.
Receita passada como herança.
Decide: mais tarde, o bolo.

Na banca do Senhor Marcos, compra ovos e compra leite.
Promete-se: *bolo de leite*.
Em casa, deixa as compras,
escolhe a roupa de praia.
Desliga o telefone:
silêncio.

*(O mar será seu paciente.)*

Na areia, espera o chamado.
Mas as ondas estão mortas, sem pulso.
O corpo do mar não a quer.
Volta para casa.
Iemanjá se cala.

No relógio, 13h20.
O sol pesa.
A fome CRESCE.
Os restaurantes fervem de gente.
Ela lembra: *bolo de leite*.

Ao dobrar a esquina,
o vento já não refresca:
é brasa, é fumaça, é ruína.

Em casa, corre ao banho.
A água é quente.
Sai do chuveiro em chamas.

Na cozinha, reúne os ingredientes:
quatro ovos, leite, farinha, açúcar.
Um ovo. Dois. Três... (ECA!)

O terceiro se rompe podre.
O fedor invade.
O fedor é corpo morto.
Júlia para.

O (des)dia apodrece no ovo.
O bolo desfeito é presságio.
Ela sussurra, como reza quebrada:

— *Não era meu dia, Iemanjá.*

## 3 SOPROS DE UM VIVER QUE NÃO SE ENCERRA

Viver os (des)dias é aprender que o tempo se abre em fendas, onde a vida pulsa em múltiplas intensidades. Júlia nos mostra que o ordinário se dobra em fabulação: o mar que silencia, o bolo que apodrece, o vento que arde. Cada gesto, cada ruína, cada resíduo, revela-se como matéria poética de um existir que não se deixa aprisionar pela linearidade.

A poética, quando atravessa a vida, transborda os limites da arte e se instala no cotidiano como movimento de invenção. Ela se faz escritura, tradução criadora que transcria; não explica, mas fabula. Assim, é a didática-artista de Corazza: gesto que não busca respostas prontas, mas inventa mundos provisórios, abrindo linhas de fuga na educação e na existência, soprando resistência contra a repetição do mesmo.

Concluir, aqui, é sempre não-concluir. É afirmar que o viver se espalha em rizomas, abrindo passagens, multiplicando outros devires (Deleuze; Guattari, 1995). Os (des)dias não se encerram no silêncio de Iemanjá nem no ovo podre do bolo interrompido; ao contrário, sopram como convite para seguir em movimento, como fabulação que insiste, como poética que resiste. O texto, portanto, permanece em aberto, respirando com a vida que ainda está *por vir*.

## VOZES INTERCESSORAS QUE NOS ATRAVESSAM

AQUINO, Julio Groppa; CORAZZA, Sandra Mara; ADO, Máximo Daniel Lamela. Por alguma poética na docência: a didática como criação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-18, 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698169875. Acesso em: 12 ago. 2025.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CORAZZA, Sandra Mara. **Os cantos de Fouror**: escrileitura em filosofia-educação. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.

CORAZZA, Sandra Mara. Currículo e Didática da Tradução: vontade, criação e crítica. **Educação & Realidade**, *[S. l.]*, v. 41, n. 4, p. 1313-1335, out./dez. 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-623658199. Acesso em: 20 ago. 2025.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, v.1. Tradução: Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

LISPECTOR, Clarice. **A via crucis do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

VALÉRY, Paul. **Variedades**. Tradução de Maiza Martins de Siqueira e João Alexandre Barbosa. 3.ed. São Paulo: Iluminuras, 2007.

**Recebido em: 08/09/2025**
**Aceito em: 18/03/2026**

# CORPO-MANCHA: A FOTOGRAFIA COMO OLHAR SOBRE O CORPO MASCULINO DISSIDENTE

*CORPO-MANCHA: PHOTOGRAPHY AS A GAZE UPON THE DISSIDENT MALE BODY*

Fábio Ortiz Goulart[1]

**Resumo**: o trabalho apresenta a série fotográfica Corpo-Mancha (2025), composta por quinze imagens em preto e branco, que toma como ponto de partida o corpo do autor no espaço doméstico. A proposta tensiona narrativas sobre a masculinidade hegemônica, marcada por prescrições normativas que, historicamente, foram reificadas por instituições, mídia e arte. Em contraste, o corpo aqui exposto não busca adequar-se a modelos ascéticos ou idealizados, mas afirmar-se em sua materialidade — manchas, pelos, texturas e marcas — como corpo dissidente.

**Palavras-chave**: Corpo; Gênero; Masculinidade; Fotografia.

**Abstract**: this work presents the photographic series Corpo-Mancha (2025), composed of fifteen black-and-white images that take the author's own body in the domestic space as a starting point. The proposal challenges narratives of hegemonic masculinity, marked by normative prescriptions that have historically been reified by institutions, media, and art. In contrast, the body here exposed does not seek to conform to ascetic or idealized models, but rather to affirm itself in its materiality — stains, hair, textures, and marks — as a dissident body.

**Keywords**: Body; Gender; Masculinity; Photography.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a série fotográfica Corpo-Mancha, produzida pelo autor em 2025, como uma forma de olhar para o corpo masculino dissidente. Tendo o próprio corpo no espaço doméstico como referência, a proposta da série, composta por quinze fotografias, tem como objetivo tensionar narrativas sobre o corpo masculino hegemônico, pensando como as masculinidades se conformam de formas diversas em diferentes espaços e contextos.

Partindo de referências, que vão desde os estudos de gênero até o campo da fotografia artística, produzo a série com o intuito de questionar e tensionar a masculinidade hegemônica, que prescreve um modelo de ser homem em diferentes espaços (Connell, 2003). Nessa perspectiva, ser homem está vinculado à comportamentos e a uma corporalidade que se molda a partir de um ideal, que se torna, por meio da reificação das instituições, espaços, mídia e arte, um modelo a ser seguido. O trabalho ora apresentado,

[1] Doutorando em Educação em Ciências, Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestre em Artes Visuais, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Atualmente pesquisa as representações de corpo, deficiência e masculinidade nas artes e mídias.

traz algumas reflexões a partir da imagem, tendo como ponto de vista o enquadramento da câmera como o ponto de tomada da realidade.

A reflexão perpassa os estudos de gênero, entrando em uma leitura que enfoca a construção da masculinidade dissidente do autor e na concepção da fotografia como uma maneira de enquadrar e refletir sobre a realidade. A proposta não é entender a fotografia como reflexo do mundo, mas como uma reflexão acerca do mundo, que coloca o espectador em uma relação singular, permitindo quase que a construção de uma ficção sobre este mundo (Bourriaud, 2009). A abordagem aqui é reflexiva e autorreferenciada, tomando como início uma leitura iconográfica dos elementos que compõem a fotografia, para, aí sim, entrar com as leituras sobre os sentidos sobre as fotografias apresentadas na série Corpo-Mancha.

## 2 APRESENTANDO A SÉRIE FOTOGRÁFICA

A série apresenta um conjunto de fotografias realizadas em preto e branco, jogando com a luminosidade natural do ambiente, no caso o espaço doméstico da casa. Aqui serão abordadas sete fotografias, sua seleção deu-se por questões de espaço e de construção de uma forma de narrativa que se forma a partir delas. O restante da série pode ser acessado no site do autor, cujo *link* se encontra nas referências. Na série, alguns elementos da composição se destacam, tais como como o banheiro, portas e batentes, cortina e uma estante com livros e caixas de arquivo.

Na Figura 1, é possível observar a primeira fotografia da série. Ela joga com a iluminação, tornando-a opaca. A fotografia é apresentada em preto e branco, onde no primeiro plano é possível observar uma cortina de banheiro feita em plástico transparente com poucas gotas de água que quase formam uma linha no centro da metade da fotografia em direção para baixo. Na porção de baixo da fotografia, é possível observar o restante da cortina, sendo um branco opaco, ao centro e atrás da cortina, encontra-se o corpo do artista, um homem branco, a princípio não identificável, quase como um vulto, ao lado do corpo é possível observar uma estante com livros.

FIGURA 1 – Corpo-Mancha #1



Fonte: Ortiz (2025).

Nas fotografias 2 e 3, o corpo se apresenta em detalhes, o preto e branco permanece. Nas figuras é possível observar parte do púbis e parte de uma das nádegas do artista, em ambos os casos é mostrada uma das mãos, parte do antebraço e parte das pernas. É possível observar a estante de livros e caixas de arquivo atrás deste corpo, que agora ocupa o primeiro plano, além de marcas corporais, como manchas e pelos.

FIGURA 2 e 3 – Corpo-Mancha #2 e #3



Fonte: Ortiz (2025).

Nas fotografias 4 e 5, em preto e branco, o detalhe sobre o corpo ainda se faz presente, mas agora, é possível observar parte do torso e das costas, o pescoço e a nuca do corpo, além de partes da orelha, um dos mamilos e manchas e espinhas na pele. O fundo destas imagens é escuro, não sendo possível distinguir nada.

FIGURA 4 e 5 – Corpo-Mancha #4 e #5



Fonte: Ortiz (2025).

Por fim, as fotografias 6 e 7 o uso do preto e branco se mantém, mantendo a unidade da série. O detalhe não é mais visível, há a presença de um plano mais aberto, que dá a ver parte do espaço que o corpo ocupa, bem como o artista quase em sua totalidade, com exceção das pernas. Na figura 6, o artista utiliza óculos de grau e está um pouco acima do peso, o corpo está de perfil, formando quase uma moldura em conjunto com o batente da porta, que se encontra perpendicularmente ao sujeito, deixando luz natural, oriunda da janela com acima da cabeça do artista, entrar no ambiente como ponto focal. Já na figura 7, o corpo se encontra frontalmente, olhando para o espectador, é possível observar parte da porta à direita do espectador e a janela ao fundo, que ilumina o ambiente e a cabeça do artista.

FIGURA 6 – Corpo-Mancha #6



Fonte: Ortiz (2025).

FIGURA 7 – Corpo-Mancha #7



Fonte: Ortiz (2025).

## 3 PENSANDO A SÉRIE

As imagens, todas em preto e branco, trazem consigo uma estética soturna, com a sombra sendo quebrada somente pela luz natural que emana de uma janela. Além disso, a série dialoga com outros artistas, como Robert Mapplethorpe (Figura 8), que na década de 1970 realizou uma série de fotografias de homens de seu círculo social, como colegas, amigos e amantes, bem como seu próprio corpo (Wolf, 2008), permitindo hoje, que possamos discutir a questão da corporalidade gay.

Na Figura 8 (abaixo), podemos observar um autorretrato em fotografia de Robert Mapplethorpe. Trata-se de um homem branco, magro, com cabelos escuros, nu e com a genitália pouco visível. Ele encara o espectador com a cabeça levemente inclinada para

baixo e esquerda do espectador. Seu corpo está depilado, há uma forte fonte de luz vinda da direita que ilumina partes do rosto, pescoço e torso do artista. Ele está encostado em uma parede, com o braço direito segurando uma peça de roupa com listras verticais, que se encontra a meio braço, como se ele ainda tivesse despindo-se. O braço esquerdo está para trás de seu corpo, escorado na parede. Sua sombra está projetada à esquerda da fonte de luz.

FIGURA 8 – Robert Mapplethorpe. Sem título (autorretrato). Da série Polaroids. 1973.



Fonte: Wolf (2008).

Outro artista relevante que dialoga com a série fotográfica é John Coplans, que aos 60 anos passou a registrar as transformações de seu corpo idoso, com ênfase no detalhe e nas partes, sem mostrar o rosto. O mesmo movimento se aplica, o corpo do artista e autor deste texto vai sendo desvelado conforme a série vai sendo apresentada, primeiro o corpo oculto sob a cortina de banheiro, depois o corpo em detalhes em primeiro plano do púbis, nádegas,

peito e costas, por fim o corpo quase que por inteiro, ainda que o rosto não seja completamente visível, o corpo passa a adquirir uma certa identidade.

A série Corpo-Mancha ao propor o tensionamento da visualidade contemporânea no que se refere aos corpos cis-masculinos, historicamente representados em posições de autoridade, poder, tensão sexual ou disponibilidade, questiona esse modelo ao propor a imagem de um corpo dissidente em relação aos parâmetros tradicionais de representação do masculino cisgênero. Trata-se de um corpo que se afirma em suas particularidades — pelos, manchas, texturas e outras marcas corporais, ao torná-las visíveis, recusando-se à depuração estética. É um corpo não ascético, que não se reduz à condição de imagem-ídolo nem aspira à universalidade representativa. O ambiente íntimo do banheiro doméstico, espaço de rotina e privacidade, é transmutado em palco para o gesto performático. Assim, o corpo dialoga com práticas fotográficas da contemporaneidade que buscam olhar para o corpo dissidente, aquele que foge à norma de uma masculinidade hegemônica e ideal. Por fim, é importante ressaltar que aqui a fotografia não reflete a realidade, ela proporciona reflexões sobre ela, ela nos coloca, como afirma Nicolas Bourriaud, em uma relação singular com a realidade, nos colocando no lugar daquele que reflete sobre (Bourriaud, 2009).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A série apresenta um conjunto de quinze fotografias em preto e branco, que trazem como principal elemento o corpo do artista para refletir sobre a realidade e acerca de uma pretensa ideia sobre o corpo masculino, especialmente do corpo que foge à norma. Assim, articulando artistas como Robert Mapplethorpe e John Coplans, Corpo-Mancha, longe de ser uma narrativa isolada no campo da arte contemporânea, faz parte de um conjunto de práticas fotográficas que torcem e desvelam novas camadas fotográficas sobre o corpo masculino, contribuindo na construção de novas narrativas sobre tais corporalidades no contexto brasileiro.

## REFERÊNCIAS

BOURRIAUD, Nicolas. **Estética relacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CONNELL, Raewyn. **Masculinidades**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

ORTIZ, Fábio. **Corpo-Mancha**. Rio Grande, RS: 2025. Disponível em: https://fabioortizg.com/trabalhos/corpo-mancha-body-stain/. Acesso em: 07 jan. 2026.

WOLF, Sylvia. **Polaroids**: Mapplethorpe. Munich: Prestel, 2008.

**Recebido em: 18/09/2025**
**Aceito em: 18/03/2026**



REVISTA COR LGBTQIA+

ISSN 2764-0426